

**ANDRÉ DUTRA BOUCINHAS**

**ASCENSÃO SOCIAL NO ROMANCE BRASILEIRO DO SEGUNDO REINADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Doutor em Literatura Brasileira, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Orientador: Luis Augusto Fischer**

**Porto Alegre  
2016**

### CIP - Catalogação na Publicação

Boucinhas, Andre Dutra

Ascensão social no romance brasileiro do Segundo  
Reinado / Andre Dutra Boucinhas. -- 2016.  
252 f.

Orientador: Luis Augusto Fischer.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-  
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Literatura brasileira. 2. História do Brasil.  
3. Segundo Reinado. 4. Ascensão social . I. Fischer,  
Luis Augusto, orient. II. Título.

**ANDRÉ DUTRA BOUCINHAS**

**ASCENSÃO SOCIAL NO ROMANCE BRASILEIRO DO SEGUNDO REINADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Doutor em Literatura Brasileira, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: 09/05/2016.

Dr. Homero Vizeu Araujo, UFRGS

Banca – Titulação (e instituição a que pertence)

Dra. Hebe Mattos, Doutora, UFF

Banca – Titulação (e instituição a que pertence)

Dra. Luciana Murari, PUCRS

Banca – Titulação (e instituição a que pertence)

## RESUMO

Esta pesquisa buscou mapear a representação do movimento de ascensão social nos romances brasileiros do Segundo Reinado (1840-1889), focando naqueles cujas tramas se passam no Rio de Janeiro. Após o levantamento e a leitura de todas as obras que se encaixam nesse recorte e uma análise seriada dos dados relevantes para o tema em questão, procurou-se estabelecer relações entre o crescimento e complexificação da ascensão social na ficção com as mudanças históricas ocorridas no período e, ao mesmo tempo, comparar a abordagem encontrada na literatura nacional com a dos romances ingleses e franceses mais influentes para os escritores do Brasil.

**Palavras chave:** ascensão social; romance; Segundo Reinado

## ABSTRACT

This research aimed at mapping the representation of the social upward movement in Brazilian novels of the Second Empire (1840-1889), focusing on those whose plots take place in Rio de Janeiro. After surveying and read all the works that fit this cut and a serial analysis of data relevant to the issue at hand, we tried to establish links between growth and complexity of social mobility in fiction with historical changes in the period and at the same time, compare the approach found in our own national literature with British and French most influential novels on Brazilian writers.

**Keywords:** social mobility; novel; Brazilian Second Empire

## LISTA DE GRÁFICO E TABELAS

<b>Gráfico 1 - Ascensão do romance.....</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 1-Ascensão social no romance entre 1840-1859 .....</b>	<b>108</b>
<b>Tabela 2- Escravidão no romance entre 1840-1859 .....</b>	<b>123</b>
<b>Tabela 3- População do município do Rio de Janeiro, 1821,1849 e 1872 .....</b>	<b>138</b>
<b>Tabela 4 - Ascensão social no romance entre 1860-1879 .....</b>	<b>145</b>
<b>Tabela 5 - Escravidão no romance de 1860-1879 .....</b>	<b>162</b>
<b>Tabela 6 - Escravidão no romance entre 1880 e 1889.....</b>	<b>179</b>
<b>Tabela 7- População do município do Rio de Janeiro, 1872, 1882 e 1890.....</b>	<b>183</b>
<b>Tabela 8 - Ascensão social no romance entre 1880 e 1889.....</b>	<b>184</b>

## **LISTA DE ANEXOS**

**Anexo 1 - Bibliotecas consultadas**

**Anexo 2 - O segredo de Escobar**

**Anexo 3 - Planilha de pesquisa**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE GRÁFICO E TABELAS</b> .....	6
Sumário .....	8
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - A ASCENSÃO SOCIAL E O ROMANCE OITOCENTISTA EUROPEU</b> 24	
1.1 Ascensão social: um problema .....	24
1.2 Mobilidade social na Europa do Antigo Regime ao século XIX .....	26
1.3 Burguesia ou classe média .....	36
1.4 Ascensão social no romance francês .....	40
1.5 Ascensão social no romance inglês .....	66
<b>CAPÍTULO 2 - CHEGADA DO ROMANCE AO BRASIL</b> .....	74
2.1 Influência do romance europeu .....	74
2.2 De leitores a autores .....	78
2.3 Adaptação do romance europeu .....	81
2.4 O debate sobre ascensão social no Brasil .....	90
<b>CAPÍTULO 3 - ROMANCE DA BOA SOCIEDADE 1840 – 1859</b> .....	100
3.1 Um ambiente refinado .....	100
3.2 As exceções .....	108
3.3 Memórias de um sargento de milícias .....	115
3.4 Escravos .....	122
3.5 Romance da “boa sociedade” .....	126
3.6 A (ausência de) ascensão social .....	130
<b>CAPÍTULO 4 - NOVAS VOZES 1860 – 1879</b> .....	138
4.1 Uma sociedade mais complexa .....	138
4.2. Ascensão social no romance .....	145
<b>4.2.1 Senhora</b> .....	150
4.3 Abolicionismo também se apresenta .....	158
<b>4.3.1 Escravismo e abolição nos romances</b> .....	162



<b>4.3.2</b> Vítimas algozes .....	167
<b>4.3.3</b> A escrava Isaura .....	171
<b>CAPÍTULO 5 - APROFUNDAMENTOS 1880 – 1889</b> .....	<b>178</b>
5.1 Movimento abolicionista .....	178
<b>5.1.1</b> Escravos no romance .....	179
5.2 Diversificação no romance .....	183
5.3 O burguês .....	191
5.4 Ascensão social.....	195
<b>5.4.1</b> O Cortiço .....	197
<b>5.4.2</b> Quincas Borba.....	206
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>220</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>228</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>240</b>
Anexo 1 - Bibliotecas consultadas .....	240
Anexo 2 - O segredo de Escobar .....	241

## INTRODUÇÃO

Recentemente um estudo demonstrou que entre 2006 e 2012 a concentração de renda no Brasil manteve tendência de alta, ao contrário do que se acreditava. Por 10 ou 15 anos, os índices apontaram a redução da pobreza no país, e todos pareciam supor que isso era resultado de uma melhor distribuição da riqueza. Não era. Apesar do aumento geral da renda, “o 1% mais rico do Brasil se apropriou de pouco menos de 25% da renda total, sendo que o 0,1% mais rico, por si só, ficou com 11%”<sup>1</sup>. Não por acaso, em 2013, o relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelou que o Brasil era o segundo país mais desigual do mundo, ficando atrás apenas do México<sup>2</sup>. Um dos autores da pesquisa, Marcelo Medeiros, procurou também analisar a relação entre o nível de educação e o ingresso no 1% mais rico<sup>3</sup>. Segundo o sociólogo, em um país como o Brasil, em que boa parte da população não tem acesso ao ensino universitário, possuir um diploma ainda garante um aumento significativo de rendimento, mas não coloca ninguém acima da linha da riqueza. Por outro lado, Medeiros afirma que 40% das pessoas que formam o topo da pirâmide econômica, mesmo que não completassem o 3º grau, ainda permaneceriam ricos devido à rede de relacionamentos e, sobretudo, ao patrimônio dos pais. Isso não significa dizer que esses *happy few* não tenham ensino superior - 62% deles o têm, enquanto a média nacional ainda é de 14% -, somente que não foi ele que os colocou nesse estrato privilegiado. As profissões de mais de dois terços das pessoas no topo são administração, economia, medicina, engenharia, ciências da computação e direito, justamente as carreiras mais escolhidas pelo 1% mais rico. Assim, se há cursos que praticamente impedem a participação nessa elite – o estudo revelou que não há profissionais do ensino primário e secundário nela –, os outros parecem apenas garantir a reprodução da situação da família dos estudantes.

---

<sup>1</sup> MEDEIROS, MARCELO; SOUZA, PEDRO H. G. F.; CASTRO, FABIO AVILA. **O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012.** (August 14, 2014). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2479685>>. Acesso em: 31.07.2015.

<sup>2</sup> CORREA, MARCELO. **Brasil tem a segunda pior distribuição de renda em ranking da OCDE.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-tem-segunda-pior-distribuicao-de-renda-em-ranking-da-ocde-7887116>>. Acesso em: 27.02.2016.

<sup>3</sup> MEDEIROS, MARCELO; GALVÃO, JULIANA CASTRO. **Educação e o rendimento dos ricos no Brasil.** Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2080.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2080.pdf)>. Acesso em 31.07.2015.

Não se trata aqui de analisar ou discutir esses resultados; meu objetivo é apenas mostrar como a ascensão social permanece uma questão fundamental para o Brasil de hoje. Esta tese nasceu justamente da tentativa de melhor compreender esse processo, olhando um pouco para o nosso passado. O século XIX configura-se como bom ponto de partida para uma investigação sobre esse tema, pois, com o fim do período colonial, a mobilidade social passava a ser um movimento basicamente interno, nacional, e não mais vinculado a leis e tradições que em alguma medida vinham de fora, da metrópole portuguesa. Conhecer as oportunidades de ascensão no país, ainda escravista mas com governo próprio, e ao mesmo tempo determinar como a elite encarava esse fenômeno – condenando ou elogiando, reprimindo ou incentivando – pode ser um importante caminho para entender a manutenção de índices altíssimo de exclusão social que o Brasil mantém até hoje.

No entanto, não se trata de um assunto simples de destrinchar. As restrições à cidadania do tempo do Império eram praticamente às mesmas de todo o mundo ocidental oitocentista (onde se excluía as mulheres e exigia-se um censo para qualificar os eleitores<sup>4</sup>), além da marginalização total dos escravos, que representavam 15% da população em 1872. Fora isso – que não é pouco, mas não explica a altíssima desigualdade que identifica o país no contexto internacional atual – praticamente não havia entraves legais à mobilidade ou privilégios de nascimento. Os títulos de nobreza não eram condições para ingressar na burocracia do estado nem para subir nas forças armadas, e também não isentavam o titular de qualquer imposto, além de não serem hereditários, diferentemente do que ocorria na Europa. Porém, qualquer um que conheça um pouco de nossa história sabe que a sociedade brasileira nunca se caracterizou por sua abertura ou pelas condições de igualdade, então os mecanismos de exclusão devem ser procurados para além da legislação.

Um dos mais importantes meios para captar a mobilidade social é a literatura, em especial os romances, que serão a fonte principal e ao mesmo tempo o objeto desta pesquisa. Eles tratam de forma verossímil as tentativas de ascensão, indicam possibilidades de sucesso e relatam as reações dos diversos grupos sociais a esses arrivistas. Claro que conhecemos tudo isso através das lentes dos escritores – eles também parte da sociedade

---

<sup>4</sup> Jose Murilo de Carvalho afirma, inclusive, que a proporção da população que votava no primeiro turno no Brasil imperial era maior do que na Inglaterra no mesmo período. CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 31.

que descrevem – e por isso a voz narrativa deve ser sempre colocada em questão para não confundirmos uma visão específica da realidade com ela própria. Por isso, neste trabalho procuraremos manter o foco nos dois lados da questão: o processo de ascensão social no Brasil do 2º Reinado; e as formas variadas pelas quais os romancistas brasileiros trataram da questão nesse período. Somente através da análise dialética desses dois elementos será possível alcançar conhecimento relevante sobre eles.

Como trataremos de romances, é importante definirmos o gênero, ou melhor, explicitar o conceito adotado. Uma tradição importante e influente é a iniciada por Hegel, que encontrou em Georg Lukács, provavelmente, seu mais refinado teórico e maior representante. Para ele, interessado sobretudo no conteúdo das obras, o romance é o substituto moderno da epopeia antiga. Esta era o símbolo e o produto de um mundo que entendia o transcendente ligado intrinsecamente à existência terrena; já o romance teria nascido na sociedade europeia do século XVIII, após a Revolução Científica haver concedido autonomia plena à natureza, desvinculando-a da metafísica. Segundo Lukács, “o romance é a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade”<sup>5</sup>. Assim, o gênero constitui-se justamente na busca dessa integralidade perdida. Ao contrário do seu antecedente grego, em que o herói representa uma comunidade, aqui os protagonistas são indivíduos problemáticos peregrinando atrás de autoconhecimento. Como resumiu de forma clara o sociólogo Lucien Goldman, o romance seria a narrativa da trajetória de um herói degradado em busca de valores autênticos.

Muito distante dessa interpretação está a de Mikhail Bakhtin. Marcando sua discordância da tradição hegeliana, ele afirma que o romance não teve origem na Europa moderna, e sim na própria Antiguidade, portanto a diferença entre os gêneros não se deve ao contexto histórico do seu surgimento. Segundo Bakhtin, o romance caracteriza-se por estar em constante evolução, enquanto as outras formas possuem estruturas engessadas – e por isso perderam sua relevância à medida que as sociedades se transformaram. Para o crítico, o século XVIII não conheceu o nascimento do gênero e sim uma de suas etapas de evolução, justamente a que mais se adequou às especificidades daquele período. Bakhtin

---

<sup>5</sup> LUKÁCS, GEORG. **A teoria do romance**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2000. p. 55.

afirma que o elemento fundamental que separa a epopeia e o drama antigo do romance é a concepção do tempo em cada um: “em seu conjunto, o mundo da grande literatura da época clássica é projetado no passado, no longínquo plano da memória, não dentro de um passado real e relativo, (...) mas no passado dos valores dos começos e dos fastígios. Este passado está distanciado, acabado e fechado como um círculo”.<sup>6</sup> Já o romance, com raízes ligadas à criação cômica popular, interessa-se pela “vida atual, o presente ‘vulgar’, instável e transitório”.<sup>7</sup> Mesmo quando trata do passado, busca sua representação objetiva, descrevendo elementos que ajudem a compreensão do presente. Este compromisso com a realidade permite ao leitor algo impensável em outros gêneros: imaginar-se a si próprio na obra. “Daí a possibilidade de fenômenos tais como a substituição da vida particular pela leitura de romances ou por sonhos à maneira romanesca (...), como o bovarismo”.<sup>8</sup> O “presentismo” do romance é o que leva à sua contínua evolução e, para Bakhtin, se impõe como sua principal marca.

A maior referência para esta pesquisa, entretanto, será Ian Watt e seu livro *A ascensão do romance*, publicado pela primeira vez em 1957, e elevado ao *status* de clássico desde então. Mais próximo da tradição hegeliana, inclusive pela filiação marxista, embora com diferenças fundamentais, Watt defende que o gênero nasceu em um contexto ainda mais específico do que para Lukács: a Inglaterra do século XVIII. Seu argumento principal foi sintetizado da seguinte forma pela crítica Sandra Vasconcelos:

*Watt procuraria as causas da ascensão do romance nas transformações ocorridas no interior da sociedade inglesa, que ele identifica como sendo o desenvolvimento do capitalismo, a secularização do protestantismo, o poder crescente das classes industriais e comerciais e o crescimento do público leitor, também as mudanças de orientação no pensamento filosófico do período lhe pareceram capitais para esclarecer a natureza do realismo do romance. Essas mudanças haviam deslocado a atenção para o indivíduo e colocado ênfase especial nas questões de identidade pessoal, tendo como um de seus corolários a percepção*

---

<sup>6</sup> BAKHTIN, MIKHAIL. Epos e romance. In: BAKHTIN, MIKHAIL. **Questões de literatura e de estética**. Hucitec, 2000. p. 410.

<sup>7</sup> Idem, p. 412.

<sup>8</sup> Idem, p. 421-422.

*da importância assumida pela dimensão temporal como uma força plasmadora da história humana.*<sup>9</sup>

Em última instância, o romance seria o produto da sociedade burguesa e, não por acaso, surgiu no primeiro país industrializado e urbano do mundo. Diversas críticas foram feitas a essa ideia, sendo a mais consistente a que coloca em xeque a força da burguesia no século XVIII, duvidando de sua capacidade de servir como motor de uma transformação cultural desse porte. No primeiro capítulo, iremos comentar diversas características da sociedade europeia oitocentista que reforçarão esse questionamento. No entanto, mais do que os possíveis fatores para a ascensão do romance, importa aqui a sua descrição das características fundamentais do gênero. Muitos apontam o realismo como seu elemento definidor, mas, para Watt, é preciso ir além dessa afirmação vaga para identificar a unidade daquilo que se classifica como romance. O autor descreve os principais elementos desse realismo a partir de transformações que o pensamento filosófico vinha sofrendo no século XVII, especialmente a partir das obras de John Locke. Passemos, rapidamente, por essas características: *fidelidade à experiência individual* – ao contrário das formas literárias anteriores, que procuravam repetir modelos preestabelecidos, o desafio dos autores era descrever a trajetória e sentimentos de um indivíduo, algo que é sempre único e novo. Daí a ausência de convenções formais e a libertação dos enredos tradicionais herdados da Antiguidade. Para Watt, “o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade”<sup>10</sup>; *individualização das personagens* – diferentemente do que ocorria antes, quando as personagens representavam uma ideia, um grupo social, uma comunidade etc., os romancistas se preocupam em criar “pessoas específicas em circunstâncias específicas”<sup>11</sup>. A própria nomeação dos personagens reforça esse traço, pois rompe com a tradição de dar nomes alegóricos ou característicos (como mr. *Badman*). De um modo geral, todos têm nome e sobrenome banais, sem nenhum significado especial; *nova concepção de tempo* – o tratamento do tempo difere radicalmente de todas as formas anteriores. Em primeiro lugar, “as personagens do romance só podem ser individualizadas se estão situadas num contexto

<sup>9</sup> VASCONCELOS, SANDRA GUARDINI. *Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 13.

<sup>10</sup> WATT, IAN. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 15.

<sup>11</sup> Idem, p. 17.

com tempo e local particularizados”<sup>12</sup>, em oposição às figuras ideais e imutáveis que preponderavam até então. Além disso, os autores procuravam por em prática a definição filosófica de “identidade pessoal como uma identidade de consciência ao longo de um período do tempo; o indivíduo estava em contato com sua identidade contínua através da lembrança de seus pensamentos e atos passados”.<sup>13</sup> Tudo isso inviabilizava a restrição da ação a 24 horas, como na tragédia clássica, e impedia o desenvolvimento de roteiros a-históricos ou anacrônicos; *particularização do espaço* – se até o surgimento do gênero, “o lugar era tradicionalmente quase tão genérico e vago quanto o tempo”<sup>14</sup>, no romance há a preocupação de detalhar o ambiente para fazê-lo parecer ao leitor o mais real possível; *prosa clara e direta* – vemos o abandono da tradição estilística que privilegiava a retórica sofisticada e a linguagem figurativa em prol de uma descrição detalhista, que a muitos pareceu descuidada ou mesmo vulgar. Como resumiu Watt, “o gênero funciona graças mais à apresentação exaustiva que à concentração elegante”.<sup>15</sup>

Esses elementos ressaltam um traço fundamental que é um pressuposto importante desta pesquisa: a preocupação dos autores com a verossimilhança. Está na própria essência do gênero o desejo de representar uma pessoa que pode ter existido, em um lugar e uma época que existiram de fato e que o leitor deve conhecer bem, porque na maioria dos casos é o mesmo em que ele vive. Muitos romancistas, até o fim do século XIX, faziam questão de abrir a narrativa afirmando que contavam uma história real. Tanto Lukács como Bakhtin haviam atentado para o papel da verossimilhança no gênero, mas a ênfase de Watt é nova. Esse ponto foi percebido também pelos contemporâneos, pois, segundo a teórica Clara Reeve, escrevendo em 1785,

*O romance é um quadro da vida real e dos costumes, e dos tempos em que ele é escrito. (...) O romance faz um relato familiar daquelas coisas que se passam todos os dias diante de nossos olhos, que podem acontecer com um nosso amigo ou conosco; e a perfeição é representar cada cena de uma maneira tão acessível e natural, e fazê-las parecer tão prováveis, a ponto de nos enganar e persuadir (pelo*

---

<sup>12</sup> Idem, p. 22.

<sup>13</sup> Idem, p. 21.

<sup>14</sup> Idem, p. 26.

<sup>15</sup> Idem, p. 30.

*menos enquanto estamos lendo) de que tudo é real, até que sejamos afetados pelas alegrias e aflições das pessoas na história, como se fossem nossas.*<sup>16</sup>

No século seguinte, Honoré de Balzac alçou essa característica a objetivo principal de sua ambiciosa *A comédia humana*, como explicitou no prefácio da coleção:

*ao fazer o inventário dos vícios e das virtudes, ao reunir os principais fatos das paixões, ao pintar os caracteres, ao escolher os acontecimentos mais relevantes da sociedade, ao compor os tipos pela reunião dos traços de múltiplos caracteres homogêneos, poderia, talvez, alcançar escrever a história esquecida por tantos historiadores, a dos costumes.*<sup>17</sup>

O romancista disse ainda que comparava o seu trabalho ao do zoólogo, pois assim como este busca apresentar as espécies animais, ele iria descrever os tipos sociais (“duas ou três mil figuras”) da França de sua época. Outros escritores oitocentistas tomarão para si, também de forma consciente, essa função de interpretar e transpor a sociedade em seus romances, como veremos adiante.

Para uma visão precisa da ascensão social nos romances brasileiros oitocentistas, procuramos a maior abrangência possível, sem fazer distinção alguma entre a obra canônica que resistiu ao tempo e aquela com pouca repercussão, mesmo em sua época. Nisso, acompanhamos o italiano Franco Moretti, que propôs para a pesquisa em Literatura uma transformação semelhante à experimentada pela História, que deixou de se interessar apenas pela vida dos grandes líderes e dos principais eventos políticos e começou a se preocupar com a sociedade como um todo. Provocativo, Moretti adaptou e recolocou uma pergunta feita por um historiador:

*o que aconteceria se os historiadores da literatura decidissem também ‘mudar a direção do olhar do extraordinário para o cotidiano, dos acontecimentos excepcionais para a grande massa dos fatos’? Que literatura terminaríamos por encontrar na ‘grande massa dos fatos’?*<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> REEVE, CLARA. **The progress of romance**. Citado em VASCONCELOS, *Op. Cit.* p. 45.

<sup>17</sup> BALZAC, HONORÉ. **A comédia humana: estudos de costumes/cenas da vida privada**. São Paulo: Globo, 2012. p. 108.

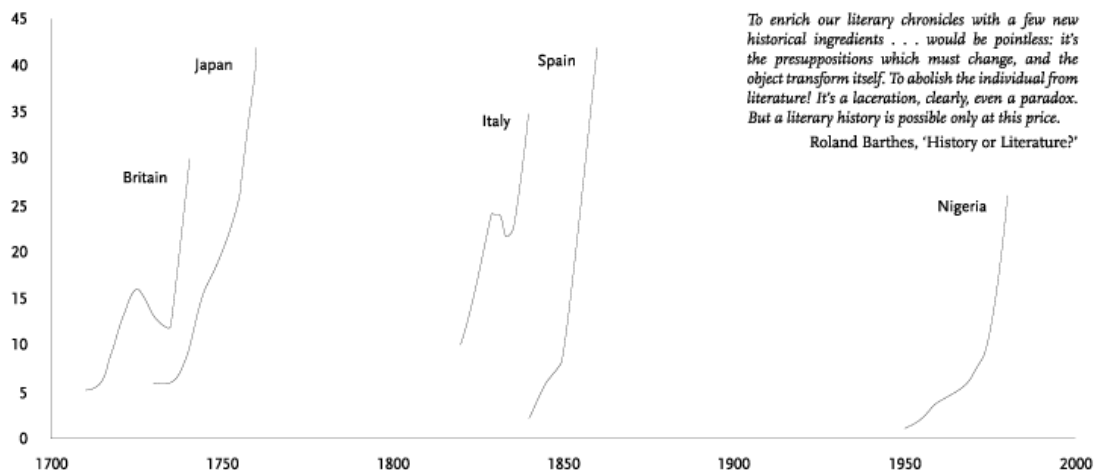
<sup>18</sup> MORETTI, FRANCO. **A literatura vista de longe**. Porto Alegre: Arquipélago, 2008. p. 13.



‘A grande massa dos fatos’, nesse caso, seriam aquelas obras que, esquecidas pela crítica, também precisam fazer parte da história literária. Para levar adiante seu projeto, Moretti recorreu à seriação, ou seja, levantamento maciço de dados e construção de gráficos, séries e modelos. Neste ponto, identificou-se com a proposta de Marc Bloch, um dos mais importantes historiadores do século XX, que resumiu seu trabalho da seguinte maneira: “anos de análise para um dia de síntese”<sup>19</sup>. Dois exemplos devem bastar para ilustrar o método.

Em *A literatura vista de longe*, Moretti levantou, em colaboração com diferentes pesquisadores, o número de novos romances publicados em diversos países e elaborou um quadro (ver figura a seguir) para comparar o momento em que essa forma literária ganhou força em cada nação. Como são dados empíricos, podem ser utilizados por outros críticos em seus próprios estudos, gerando mais possibilidades de trabalho em conjunto numa área, segundo o italiano, marcada pelos esforços interpretativos individuais do que outras afins.

**Gráfico 1 - Ascensão do romance**



Fonte: MORETTI, FRANCO. *A literatura vista de longe*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008. p. 17.

Já em *O burguês*, Moretti lançou mão do recurso da quantificação para tratar de uma questão ligada à narrativa propriamente dita. A partir do palpite que os textos vitorianos caracterizavam-se, mais do que os anteriores, pelo uso abundante de adjetivos, Moretti

<sup>19</sup> MORETTI, FRANCO. Conjecturas sobre a literatura mundial. In: *Contracorrente: o melhor da New Left Review em 2000*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 173.

usou um programa de computador de análise sintática que examinou 3.500 romances para fazer a investigação. Descobriu que sua hipótese estava equivocada, mas o método provou sua utilidade<sup>20</sup>.

Investigar ascensão social é bastante diferente de contar adjetivos. Mesmo que os romances brasileiros estivessem digitalizados e eu tivesse acesso a um programa de computador com aquela capacidade, apreender um fenômeno como esse exige a leitura direta dos textos, focado em um único ponto. Mas seria impossível nesta tese, por uma questão de tempo, levantar, encontrar e ler todos os romances escritos no Brasil no século XIX. Para reduzir a amplitude da pesquisa e torná-la factível, determinei dois recortes. Primeiro, restringi a pesquisa aos romances publicados até o fim do Segundo Reinado e cujas tramas se passam a partir da chegada da Corte de D. João ao Rio de Janeiro. As datas, como sempre, têm algo de arbitrário – e, inclusive, não serão obedecidas de forma cega –, mas possuem justificativas concretas. A Proclamação da República alterou significativamente o cotidiano político, social e mesmo literário brasileiro, por isso, tratar das obras desse período exigiria uma nova análise de contexto que estaria fora do alcance. Além disso, se incluíssemos os enredos que se passavam nos tempos da Colônia, teríamos que fazer um cruzamento entre o panorama histórico descrito e a maneira como o autor o interpretava, o que também nos levaria para muito longe do nosso objetivo.

Analisei somente os romances ambientados no Rio de Janeiro, então município neutro<sup>21</sup>. De uma maneira geral, críticos literários e historiadores do século XIX costumam focar suas atenções na capital, por ser o centro político, econômico e cultural do Império, e muitas vezes derivam dela generalizações para o Brasil inteiro. O problema é que, justamente por ser uma cidade impar dentro do país, não se pode usá-la como exemplo para se entender o todo. Sem dúvida, dela saíam as diretrizes que definiam boa parte da vida nas províncias, porém, para compreender a forma como cada uma delas assimilava essas diretrizes seria preciso um estudo mais matizado. Uma única pesquisa não daria de todas essas particularidades regionais. Assim, para estabelecer conexões entre o contexto histórico e as narrativas, ficaremos restritos às obras que se passam na Corte, sabendo que as conclusões só poderão ser estendidas ao restante do país com muito cuidado.

---

<sup>20</sup> MORETTI, FRANCO. **O burguês: entre a história e a literatura**. São Paulo: Três Estrelas, 2014. p. 131.

<sup>21</sup> Casos ambíguos, onde uma parte se passa na Corte e outra em uma cidade diferente ou na zona rural, tenderam a entrar na pesquisa, como **A escrava Isaura**.

O ponto de partida da pesquisa foi o levantamento mais amplo possível dos romances escritos no período, independentemente do enredo. Consultamos os arquivos da Casa Rui Barbosa, da Academia Brasileira de Letras e da Brasileira da USP, que possibilitam a busca por data de publicação, além de listas já previamente elaboradas por outros pesquisadores, em especial a publicada no site Caminhos do Romance<sup>22</sup>, além de inclusões posteriores que descobríamos à medida que a pesquisa avançava. A lista completa fechou com 253 romances, porém 107 não foram encontrados<sup>23</sup>. Talvez não tenham sido lançados em livro e, sem a referência exata do periódico e da data em que foram publicados, torna-se quase impossível encontrá-los. Dos 146 restantes, 84 estavam fora do recorte – ou porque a trama se passava fora da Corte ou durante o período colonial. Trabalhei, portanto, com um conjunto de 62 romances. Antes da leitura, foi elaborada uma planilha (ver anexo 3) para ser preenchida com informações sobre o narrador, origem socioeconômica dos protagonistas, seu grau de escolaridade, o número de escravos (tanto como personagens quanto os de propriedade dos protagonistas, mesmo que só referidos de passagem) frequência de alforria, entre muitos outros dados, para podermos comparar os romances a partir de elementos empíricos pré-estabelecidos e, seguindo de perto o projeto de Moretti, procurar detectar algum tipo de tendência. Um exemplo: em que momento os romancistas brasileiros começaram a retratar alforrias com detalhes ou a darem voz aos escravos? Se houve demora – e foi justamente esse o caso –, isso comprovaria resistência de nossos escritores em ver um cativo como um agente legítimo na sociedade e, conseqüentemente, um personagem digno de ser “romanceado”. Determinar em que momento isso mudou só foi possível por meio de um tratamento seriado e, uma vez feito isso, procuramos os fatores que explicam essa transformação.

Para avaliar se houve ou não ascensão social de um personagem, elenquei uma série de elementos diretamente ligados à questão, como “herança”, “casamento”, “honorarias”, “mudança de emprego”, entre outros. No entanto, nem sempre esses dados representam uma alteração significativa. O valor da herança pode não ser o suficiente para significar uma melhoria real, e um emprego, mesmo com rendimento melhor, não necessariamente leva a

---

<sup>22</sup> <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>> Ver seção “cronologia”.

<sup>23</sup> Ver locais pesquisados no Anexo 1.

uma mudança de *status*. Assim, outro ponto importante na análise foi o julgamento do narrador. Veremos no capítulo 1, por exemplo, que Balzac instituía um teto para a escalada dos novos ricos, onipresentes em sua obra, e que aqueles que procuravam ultrapassá-lo fracassavam, além de serem pintados como exageradamente gananciosos. Por outro lado, em Jane Austen, a origem mais humilde importava pouco para o destino da personagem, contanto que enriquecesse e aprendesse o comportamento adequado. Isso não quer dizer que o narrador tenha a palavra final sobre o assunto, mas que sua opinião revela muito sobre o pensamento da elite intelectual ou, caso a narrativa seja em 1ª pessoa, do grupo social a que pertence o narrador-personagem. No romance nacional oitocentista, um caso como o da Pombinha, de *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, é bastante revelador. Quando se torna prostituta, ficamos sabendo que ela rapidamente “fizera-se tão perita no ofício” quanto a mais experiente no ramo, pois “sabia beber, gota a gota, pela boca do homem mais avaro, todo o dinheiro que a vítima pudesse dar de si”. Em suas visitas à antiga moradia, era “adorada pelos seus velhos e fiéis companheiros de cortiço” e sempre “abria muito a bolsa”. Todas essas informações passam a impressão de uma ascensão, que sem dúvida ocorreu; no entanto, o narrador onisciente em 3ª pessoa intervém para esclarecer seu verdadeiro significado daquela situação. Ele afirma que a mãe de Pombinha, ao saber do fato, “chorou a filha como morta” e, sem deixar espaço para ambiguidade, diz que “a sua infeliz inteligência, nascida e criada no modesto lodo da estalagem, medrou logo admiravelmente na lama forte dos vícios de largo fôlego”<sup>24</sup>. Em *O Cortiço*, o comportamento da personagem é explicitamente criticado, e seu *status*, a despeito do enriquecimento, não se altera, pelo menos aos olhos do narrador. Completamente diferente do caso de *Madame Bovary* que, por não explicitar a condenação a um comportamento supostamente imoral, levou o seu autor a ser acusado de atentar contra os bons costumes, como veremos a seguir.

Para finalizar, um pequeno esquema de como será apresentada a pesquisa. Os dois primeiros capítulos, em conjunto, compõem uma introdução ao problema do estudo da ascensão social por meio da análise de romances. No capítulo 1, há uma breve discussão sobre a hierarquização da sociedade europeia oitocentista e, em seguida, observamos como o tema foi abordado em alguns grandes clássicos da França e da Inglaterra, particularmente Balzac, Stendhal, Austen, Thackeray e Dickens, além de um folhetim de Feuillet. O objetivo é,

---

<sup>24</sup> AZEVEDO, ALUÍSIO. *O Cortiço*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. p. 364-365.

primeiramente, mostrar que não podemos confundir a representação do processo de ascensão na literatura com o fenômeno histórico real, mas que ambos mantêm uma relação intrínseca. Além disso, mapearemos as abordagens literárias da mobilidade social nas principais obras e autores que exerceram influência nos romancistas brasileiros, no momento em que o gênero estava dando seus primeiros passos no país. José de Alencar, por exemplo, reconheceu a sua dívida para com Balzac<sup>25</sup>, e Machado de Assis tinha a obra completa do autor francês, bem como a de Dickens, além de diversos títulos de Stendhal, Feuillet, Flaubert e Thacheray<sup>26</sup>. *Romance dum rapaz pobre*, o folhetim de Feuillet, também foi muito popular no Brasil, tendo sido inclusive representado no teatro com grande sucesso. Quando passarmos para os romances nacionais, será possível discutir em que medida a abordagem dos nossos escritores foi influenciada pelas suas leituras e de que forma a especificidade brasileira aparece na nossa literatura – caso apareça.

No segundo capítulo, analisaremos o surgimento do romance no Brasil. Veremos quais foram os autores mais lidos no país, as principais influências dos nossos primeiros romancistas, as relações do gênero com o momento histórico específico e, mais importante, discutiremos as consequências da utilização de uma forma literária estrangeira e intrinsecamente ligada a um contexto social muito diferente do nosso, já que na Europa oitocentista não havia escravidão e, aqui, não tínhamos indústria ou urbanização significativa. Faremos ainda um comentário sobre a ascensão social no Império brasileiro e como esse tema vem sendo tratado pelos historiadores até agora.

Nos três capítulos seguintes, passaremos para a análise dos romances. Eles foram separados em três grandes períodos, que representam contextos históricos bastante distintos: o terceiro trata dos anos 1840-1859 e o quarto dos vinte anos seguintes (1860-1879), respectivamente apogeu do Segundo Reinado e o início de sua crise; e, no quinto capítulo, analisaremos os romances dos últimos anos da monarquia (1880-1889). Em cada um deles, a partir dos romances mas sempre dialogando com a historiografia, procuraremos fazer um painel da sociedade da Corte naquele momento, com atenção voltada principalmente para a hierarquia social e suas mudanças. As datas foram decididas depois de uma primeira análise das obras, que revelou que no primeiro período a ascensão social era

---

<sup>25</sup> Ver capítulo 2 desta tese.

<sup>26</sup> MASSA, JEAN MICHEL. A biblioteca de Machado de Assis. In JOBIM, José Luis (Org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. pp. 34-90.

irrelevante para a maioria dos romancistas brasileiros e só aparecia de forma periférica e irrelevante para o desenrolar da história, normalmente no seu final ou como um fato ocorrido muito antes de a narrativa começar. A partir dos anos 1860, e com mais força a partir de 1880, as particularidades e dificuldades de se ascender no Brasil passaram a ocupar um espaço maior nos enredos, ainda que as soluções literárias para apresentar esse problema tenham sido as mais diversas. Paralelamente à questão da mobilidade social, analisaremos também às formas de representação dos escravos nos romances de cada período e como elas foram mudando à medida que o movimento abolicionista foi ganhando força e tomando as ruas. Assim, permaneceremos atentos à representação das tentativas de ascensão tanto dos que queriam chegar ao topo da hierarquia como daqueles que buscavam sair da sua base, ambos fundamentais para compreendermos o melhor o nosso passado.

No entanto, como sabemos, a sociedade retratada no romance não é a realidade. Uma longa reflexão de Franco Moretti apresenta bem esse problema e aponta uma maneira de lidar com ele:

*Que espécie de história... que espécie de evidência é aquela apresentada pelas obras literárias? Evidentemente, jamais uma que seja direta: o industrial Thornton de Norte e Sul (1855) ou o empresário Wokulski de Lalka [A boneca] (1890) não comprovam absolutamente nada sobre a burguesia de Manchester ou Varsóvia. Eles pertencem a uma série histórica paralela, a algo como uma dupla hélice cultural na qual os espasmos de modernização capitalista são correspondidos e remodelados pela configuração literária. “Toda forma é a resolução de uma dissonância fundamental da existência”, afirmou o jovem Lukács de Teoria do romance; e, se é assim, então a literatura é aquele estranho universo em que todas as resoluções são perfeitamente preservadas – elas são, muito simplesmente, os textos que ainda lemos –, ao passo que as dissonâncias sumiram de vista discretamente: quanto mais levadas a fundo, mais bem-sucedidas suas resoluções.*

*Há algo de fantasmagórico nessa história em que as perguntas desaparecem e as respostas subsistem. Contudo, se aceitarmos a ideia da forma literária como os fósseis remanescentes daquilo que certa vez foi um presente vivo e problemático e se recuarmos no tempo, submetendo a forma literária a uma “engenharia reversa” para compreender o problema que lhe coube resolver, então a análise formal pode*

*descerrar (em princípio, ainda que nem sempre na prática) uma dimensão do passado que de outro modo permaneceria oculta.<sup>27</sup>*

O romance pode revelar aspectos da sociedade, mas não de maneira direta. É preciso fazer a “engenharia reversa” de que falou Moretti e tentar entender as condições e impasses pelos quais passava a sociedade, bem como os caminhos trilhados pelo autor para resolvê-los. No caso da ascensão social, tivemos de colocar lado a lado os indícios históricos que tínhamos sobre o assunto e acompanhar as suas mudanças ao longo do Segundo Reinado, cotejando essas conclusões com as transformações que o tema sofria nas suas representações literárias. Dessa forma, buscamos compreender como os romancistas reagiram às mudanças pelas quais a sociedade passou na segunda metade do século XIX e, ao encontrarmos algumas respostas, aprendemos um pouco mais sobre como o fenômeno era visto e, conseqüentemente, sobre ele próprio.

---

<sup>27</sup> MORETTI, FRANCO. **O burguês: entre a história e a literatura**. São Paulo: Três Estrelas, 2014. p. 23. Grifos no original.

## CAPÍTULO 1 - A ASCENSÃO SOCIAL E O ROMANCE OITOCENTISTA EUROPEU

### 1.1 Ascensão social: um problema

Em 29 de janeiro de 1857, Gustave Flaubert, o gerente e o segundo impressor da *Revue de Paris*, na qual foi publicado *Madame Bovary*, foram julgados pela infração do artigo 8 da lei de 17 de maio de 1819, que interditava qualquer “ofensa à moral pública e religiosa, e aos bons costumes”. O promotor defendeu seu caso argumentando que o problema do romance eram suas cores lascivas e, como prova, resumiu o enredo e leu inúmeros trechos previamente selecionados. Acusou o autor de ter glorificado o adultério, pois, apesar do sofrimento da madame Bovary ao longo do livro, a protagonista morreu não porque era infiel, “mas porque quis; morre com todo o prestígio de sua juventude e de sua beleza”, sem que haja no livro “um personagem que possa condená-la”. (p. 317)<sup>28</sup> Por fim, afirmou que a moral cristã havia sido atingida uma vez que o adultério, “este crime contra a família”, e o suicídio, “este desprezo do dever da vida que acaba e o grito da incredulidade na vida que começa” (p. 318), não foram recriminados na obra. Nesta, a única personagem que tem razão, reina e domina é madame Bovary, portanto, a conclusão filosófica possível é que “Messalina tem razão contra Juvenal”. (p. 318) Em seu discurso, pedia que os magistrados considerassem o autor, e não os outros acusados, como o principal responsável pelas infrações e que para ele reservassem toda a severidade.

Para Flaubert, o romance não tinha nada de imoral e era inaceitável que ele, um homem de família e filho de um médico respeitado, sentasse em um banco reservado para ladrões e pederastas. Mais interessante, porém, foram os argumentos utilizados por M. Sénard, advogado de defesa. Conhecido pela sua eloquência, falou durante quatro horas seguidas, em um tom sério. Logo no início, afirmou que o objetivo do autor foi retratar:

*uma educação dada a uma mulher acima da condição na qual nasceu, como acontece, é preciso realmente dizê-lo, por demais frequentemente entre nós; em seguida, a mistura de elementos disparatados que se produz assim na inteligência da mulher e depois, quando vem o casamento, como o casamento não se harmoniza*

---

<sup>28</sup> Todas as referências ao julgamento são retiradas de: FLAUBERT, GUSTAVE. **Madame Bovary**. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.



*com a educação mas com as condições nas quais a mulher nasceu, o autor explicou todos os fatos que acontecem na posição que lhe é dada.*

*Que mostra ele ainda? Mostra uma mulher que chega ao vício através de um casamento desigual e do vício no último grau de degradação e de infelicidade. (...)*

*O Sr. Flaubert quis pintar a mulher que, em lugar de procurar se acomodar à condição que lhe é dada, à sua situação, ao seu nascimento, em lugar de acostumar-se à vida que lhe pertence, preocupa-se com mil aspirações estranhas retiradas de uma educação por demais elevada para ela (...). (p. 321.)*

Pouco mais de uma semana depois de seu início, saiu o veredito. Os magistrados afirmaram que *Madame Bovary* merecia uma severa censura, pois continha trechos que “o bom gosto reprova e que por sua natureza levam à ofensa de legítimas e honrosas suscetibilidades”, além de parecerem “apresentar a exposição de teorias que não seriam menos contrárias aos bons costumes, às instituições, que são a base da sociedade”. (p.359) Entretanto, acreditavam que

*o autor teve sobretudo em vista expor os perigos que resultam de uma educação não apropriada ao ambiente no qual se deve viver e que, seguindo essa ideia, mostrou a mulher, personagem principal de seu romance, aspirando a um mundo e a uma sociedade para os quais não era feita, infeliz com a condição modesta na qual a sorte a teria colocado (...). (p. 359.)*

O tribunal absolveu os acusados e os dispensou sem custas.

Esse é um caso bastante conhecido e pode ser abordado por vários ângulos, mas importa aqui o principal argumento utilizado pelo advogado de defesa. Ele disse que a obra pretendia alertar para o perigo de uma mulher que, ao invés de se acomodar com a condição em que nasceu, “preocupa-se com mil aspirações retiradas de uma educação por demais elevada para ela”. Dito de maneira mais direta: o autor estaria contando a história de uma ascensão social nociva para a protagonista e para os leitores, sujeitos ocultos desse debate, pela reconhecida força pedagógica do romance naquele mundo. E, como o advogado fez questão de frisar, tratava-se de “algo que acontece por demais frequentemente entre nós”. Assim, mesmo sendo óbvio que a questão do comportamento feminino estava no centro do problema, não foi à toa que o advogado enfatizou que se tratava de uma mulher que vivia acima de sua “condição modesta”. O argumento

certamente influenciou no veredito, já que foi anunciado pelos magistrados como uma das razões para a absolvição dos acusados. Ficamos então com a seguinte pergunta: por que o medo da ascensão social?

## **1.2 Mobilidade social na Europa do Antigo Regime ao século XIX**

Durante o Antigo Regime na Europa Ocidental (séculos XVI ao XVIII), a mobilidade social era algo tão difícil e pouco estimulado, que não fazia parte dos sonhos da maioria esmagadora das pessoas. Ainda que eventualmente comerciantes de longa distância ou financistas conseguissem entrar nos estados privilegiados, principalmente por meio da compra de títulos de nobreza ou de cargos eclesiásticos, a ascensão era restringida tanto em termos ideológicos – a ideia de que a separação da sociedade em ordens definidas era desejo de Deus e, portanto, eterna – como por meios legais. Essa divisão, além de jurídica, levava a uma divisão de valores e de comportamentos bem determinados, supostamente imutáveis. Cada indivíduo ocupava uma posição em uma hierarquia rígida, que dava inclusive direitos a certas formas de tratamento. Este assunto era tão sério que, em Portugal, em 1597 e 1793, foram decretadas leis proibindo tratamentos indevidos. Tudo era bem detalhado para que não houvesse engano: “Excelência” para a alta nobreza, o alto clero, o Senado de Lisboa e as damas do Paço; “Senhoria” para os bispos e cônegos, viscondes e barões, membros da Câmara e fidalgos do Paço; para outros grupos, somente “Vossa Mercê”. Evidentemente, as diferenças entre as ordens não se resumiam a isso. Na maioria dos países europeus, primeiro e segundo estados estavam isentos de boa parte dos impostos. Além disso, também em praticamente todo continente, as leis variavam de acordo com a origem da pessoa. Entre os portugueses, por exemplo, permitia-se a um marido traído matar o adúltero, a não ser que este fosse fidalgo; a punição para o crime de adultério era a execução dos dois culpados, mas caso o traidor fosse de condição superior ao marido, a sentença necessitava de confirmação do rei para ser executada. Em toda parte encontramos também leis suntuárias, que regulavam o tipo de roupas e tecidos que cada grupo estava autorizado a vestir. Assim, como afirmou Vitorino Magalhães Godinho, durante o Antigo

Regime, “as pessoas inscrevem-se imediatamente em categorias que se distinguem pelo nome, pela forma de tratamento, pelo traje e pelas penas a que estão sujeitas”.<sup>29</sup>

As três ordens possuíam divisões internas, porém as mais significativas eram as do Terceiro Estado, justamente por ser o maior (sempre mais de 80% da população) e conter grupos muito diferentes entre si. Godinho, pensando em Portugal, separa-o em quatro subdivisões que podem ser generalizadas para a Europa ocidental sem risco: a) agricultores; b) mercadores e negociantes; c) oficiais mecânicos, ligados a atividades industriais; e d) os que servem a outros, seja na agricultura, no comércio, na indústria ou nos serviços domésticos. Há que se fazer menção também aos profissionais liberais, bastante insignificantes no período medieval, mas cada vez mais numerosos e relevantes à medida que avançamos no tempo. Distingua-se claramente uma camada superior, formada pelos proprietários rurais e grandes comerciantes e mais tarde também pelos profissionais liberais enriquecidos, muitos deles funcionários do Estado, que procurava marcar o tempo todo a sua distância em relação aos estratos inferiores e se aproximar da nobreza. Apesar de a ideologia dominante afirmar que cada pessoa estava fixada em sua posição de nascimento, na prática havia algum espaço para mobilidade social. Aliando esforço, sorte e uma conjuntura favorável, um lavrador poderia se tornar um pequeno proprietário de terra ou um jornaleiro passar a comerciante, ingressando na “camada superior” do Terceiro Estado, porém não tinham chances de superar esse limite. Havia também a possibilidade de aqueles que prestavam serviços diretos ao rei, financistas que bancavam as ações do governo ou letrados que compunham a alta burocracia receberem um título de nobreza. No entanto, de um modo geral, mesmo esse processo que envolvia apenas uma pequena minoria permaneceu raro até meados do século XVIII, constituindo-se mais a exceção do que a regra.

A difusão das ideias liberais ao longo do período das Luzes e, sobretudo, a Revolução Francesa foram decisivos para a mudança da percepção em relação à ascensão. Afinal, como disse François Furet, “o novo princípio organizador do social que a Revolução traz ao mundo são os direitos do homem, universalmente válidos, em toda a parte e sempre, único fundamento possível de uma sociedade constituída de indivíduos livres e iguais”.<sup>30</sup> No mesmo sentido, o economista Thomas Piketty lembra que o movimento francês, comparado a seus equivalentes inglês e norte-americano, foi mais ambicioso: “aboluiu todos os privilégios

---

<sup>29</sup> GODINHO, VITORINO MAGALHÃES. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1975. p. 74.

<sup>30</sup> FURET, FRANÇOIS. **A Revolução em debate**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 103.

legais e tencionou criar uma ordem política e social totalmente fundada na igualdade dos direitos e das oportunidades”<sup>31</sup>. Portanto, ninguém mais precisava se contentar com a posição da família, e todas as pessoas poderiam sonhar em alcançar uma posição compatível com a sua ambição. Não estava lá o exemplo de Napoleão Bonaparte, oriundo da pequena nobreza de uma área periférica da França, que se tornara o mais poderoso imperador da Europa aparentemente por seus próprios méritos? Como disse Bentinho, personagem/narrador de *Dom Casmurro*, “Depois de Napoleão, tenente e imperador, todos os destinos estão neste século”<sup>32</sup>.

No entanto, após a famosa Batalha de Waterloo, as antigas dinastias e a nobreza associada a elas definitivamente retomaram o controle dos reinos europeus, com exceção da Inglaterra. A chamada Restauração (1815-1830) foi especialmente sentida na França, onde a aristocracia tradicional procurou restabelecer o antigo estilo de vida e sufocar tudo o que lembrasse o passado recente e traumático. Esse é, por exemplo, o contexto da trama de *O vermelho e o negro*, de Stendhal. O protagonista Julien, que idolatra Napoleão mas precisa se submeter à antiga nobreza que novamente controla a ascensão social francesa, em um determinado ponto descobre uma característica importante dos salões da alta sociedade parisiense da década de 1820:

*Contanto que não se brincasse nem com Deus, nem com padres, nem com rei, nem com as pessoas bem posicionadas, nem com os artistas protegidos pela corte, nem com nada que é estabelecido; contanto que não se falasse bem (...) de Voltaire, nem de Rousseau, nem de nada que permitisse um pouco de liberdade de expressão; contanto, sobretudo, que não se falasse nunca de política, era possível conversar sobre tudo.*<sup>33</sup>

Essa situação repressiva levou as diferentes burguesias nacionais a organizarem novos levantes, gerando as ondas revolucionárias de 1820, 1830 e 1848 com o objetivo de instituírem o mundo esboçado na Revolução Francesa, onde, entre outras coisas, as barreiras para a ascensão social estariam de uma vez por todas eliminadas. Sabemos, no entanto, que as coisas não se passaram exatamente dessa maneira. Mesmo em um país em que uma revolução liberal tenha sido vitoriosa, o caminho até o topo não se abriu para

<sup>31</sup> PIKKETY, THOMAS. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 36.

<sup>32</sup> MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. *Obras completas*. v1. Aguilar, 1971. p. 875.

<sup>33</sup> STENDAL. *O vermelho e o negro*. São Paulo: Cosac Naif, 2010. p. 276.

qualquer um, muito menos para todos. Nem sequer era isso o que desejavam os próprios burgueses. O personagem Werther, do romance de Goethe de 1774, comenta que “o que mais me irrita é nossa odiosa situação burguesa. Para ser franco, sei tão bem como qualquer outra pessoa como são necessárias as diferenças de classe, quantas vantagens eu mesmo lhes devo. Apenas não deviam se levantar diretamente como obstáculos no meu caminho.”<sup>34</sup> O problema eram as barreiras que separavam os ricos e educados burgueses do topo da sociedade; aquelas que afastavam eles próprios da população pobre deveriam continuar de pé. Já as aristocracias nacionais da Europa Ocidental olhavam com desconfiança todo tipo de ascensão, pois como não havia mais para onde subir, o importante era não serem alcançados. A irmã da imperatriz francesa Eugênia lhe enviou uma carta em 1854 em que reclamava: “Uma das chagas da sociedade atual é a mobilidade de classes; ninguém quer permanecer na humilde condição em que a Providência o colocou. Daí uma grande desordem e uma perturbação social”<sup>35</sup>. Por isso, buscaram meios de tornar mais seletiva a entrada de novos membros no seu restrito clube – e foram muito bem sucedidos na tarefa. Para a França, a pesquisadora Adeline Daumard afirmou que “a despeito de esboço de aberturas que não colocavam em causa posições adquiridas, a estabilidade e a continuidade das hierarquias sociais parecem ter prevalecido em numerosas cidades de província, uma vez superadas as crises consecutivas à Revolução. As velhas famílias haviam-se arraigado”<sup>36</sup>. A historiadora Barbara Tuchman, referindo-se ao Império britânico na virada para o século XX, afirma que “no ‘brilhante e poderoso corpo’ de duzentas grandes famílias que governaram a Inglaterra durante gerações, todos se conheciam ou eram parentes”<sup>37</sup>. Segundo ela, essa alta sociedade

*era pequena, homogênea e a condição sine qua non de sua subsistência era a terra. Para um estranho entrar na sociedade, era necessário que começasse por comprar uma propriedade e nela vivesse, se bem que nem sempre este processo fosse só por si suficiente. Quando John Morley, na época em que era ministro, visitou o [castelo de] Skibo, onde Andrew Carnegie construía uma piscina, levou consigo o seu detetive*

<sup>34</sup> GOETHE, JOHANN WOLFGANG VON. Os sofrimentos do jovem Werther. Citado em ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 37.

<sup>35</sup> DAUMARD, ADELIN. **Os burgueses e a burguesia na França**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 140.

<sup>36</sup> Idem, p. 154.

<sup>37</sup> TUCHMAN, BARBARA. **A torre do orgulho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 54. Um dado interessante que corrobora a afirmação é que “dos 670 membros da Câmara dos Comuns em 1895, 420 eram cavalheiros que viviam dos seus rendimentos (...). Entre eles, havia vinte e três filhos mais velhos de membros da Câmara Alta, além de muitos filhos não primogênitos, irmãos, primos, sobrinhos e tios”. Idem, p. 48.

*para vê-la e pediu a sua opinião. ‘Bem – respondeu judiciosamente – deu-me a impressão de um novo rico’.*<sup>38</sup>

A observação de Tuchman revela como encontramos muito mais permanência do que ruptura na constituição das elites dirigentes inglesas oitocentistas, e, ao mesmo tempo, como procuravam desqualificar os grupos que ameaçavam sua hegemonia, por meio da conhecida acusação de “novo rico”, com todo seu significado de mal gosto e falta de refinamento. É claro que, ao longo do século XIX, alguns obstáculos foram superados e a mobilidade social tornou-se uma realidade para muitos que, cem anos antes, estariam presos ao *status* de seu nascimento e a seguir a profissão do pai. No entanto, a nobreza manteve a atitude excludente, reforçando o argumento de que a justificativa para sua posição privilegiada vinha da tradição familiar, erudição e “civilidade”, que se caracterizava, entre outros elementos, por hábitos “de bom gosto” e atitudes que hoje chamaríamos genericamente de “boas maneiras”, mas cujas regras específicas eram conhecidas por poucos.

Vale a pena nos debruçarmos um pouco nas origens desse *processo civilizador*, apontando alguns exemplos, pois haverá importantes implicações para esta tese. Foi apenas no século XVI, dentro das cortes reais, que o comportamento individual marcado pela moderação e o controle dos impulsos começou a ser valorizado como marca de distinção. A repugnância em relação ao ato de comer com as mãos, por exemplo, só surgiu no contexto do Renascimento cultural. A partir de então, começou a utilização cotidiana de talheres nas refeições, prática até então ignorada mesmo entre as elites. Ainda no o século XVIII, manuais de bons costumes – que não por acaso se multiplicaram nesse momento – precisavam ensinar que era inaceitável tocar “com os dedos qualquer coisa gordurosa, tampouco molhos e xaropes”<sup>39</sup>, provando que tal ainda devia ser um costume comum. A mudança, porém, se deu muito lentamente. O mesmo poderia ser dito sobre o uso de lenços, guardanapos, escarradeiras, gestos e expressões de cumprimento, regras de vestuário para cada tipo de evento social, entre muitos outros elementos. Esse “processo civilizador” foi irradiado, de acordo com o sociólogo alemão Norbert Elias, sobretudo pela nobreza da corte

---

<sup>38</sup> Idem, p. 54.

<sup>39</sup> LA SALLE, Les règles de la bienséance et de la civilité chrétienne. Citado em ELIAS, NORBERT. **O processo civilizador**. V 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 134.

francesa, quando esta passou a ser dependente do rei absolutista Luis XIV, para manter sua supremacia sobre o restante da sociedade. Segundo ele,

*Essa dependência explica também o aspecto duplo que os padrões de comportamento e os instrumentos de civilização assumem, pelo menos nesse estágio formativo. Expressam, é certo, um grau de compulsão e renúncia, mas também se transformam imediatamente em arma contra os inferiores sociais, em uma maneira de separar. O lenço, o garfo, os pratos individuais e todos os implementos correlatos são, no início, artigos de luxo dotados de um valor de prestígio social especial.<sup>40</sup>*

Esse novo comportamento, que se baseava no esforço para moderar-se e controlar-se, tornou-se uma “marca de distinção”, ao lado dos privilégios que possuíam em função do nascimento em uma sociedade estamental. Entretanto, essas marcas passaram a ser logo imitadas pela alta burguesia que convivia diretamente com a nobreza cortesã e aspirava integrar esse mundo mostrando que tinha condições de frequentá-lo. Para Elias,

*Há muito material que demonstra como, nesse período, os costumes, comportamentos e modas da corte espraiavam-se ininterruptamente pelas classes médias altas, onde eram imitados e mais ou menos alterados de acordo com as diferentes situações sociais. Perdem assim, dessa maneira e até certo ponto, seu caráter como meio de identificação da classe alta. São, de certa forma, desvalorizados. Este fato obriga os que estão acima a se esmerarem em mais refinamentos e aprimoramento de conduta.<sup>41</sup>*

O processo de diferenciação social a partir dos costumes e padrões de consumo não podia ser estático, pois a todo o momento os grupos sociais logo abaixo da elite passavam a “imitá-los”, levando a novas mudanças que, dessa forma, reproduziam a hierarquia.

A defesa de um *ethos* como símbolo de identidade social, portanto, não surgiu no século XIX, mas ganhou nele uma nova importância. Até fins do século XVIII, o lugar destacado da nobreza não estava em questão e, assim, a sua “civildade” apenas reafirmava uma condição de superioridade determinada por uma série de fatores e reconhecida juridicamente. No oitocentos, não mais. A Revolução Francesa pôs fim aos privilégios legais de nascimento por quase toda a parte, especialmente na Europa Ocidental. Além disso, seu

---

<sup>40</sup> ELIAS, Op. Cit., p. 154.

<sup>41</sup> Idem, p. 110.

papel na economia tornava-se progressivamente menos relevante por conta dos avanços industriais, ainda que não possamos nos iludir a respeito do peso dos setores tradicionais da economia, que continuavam fundamentais para o Estado e nas mãos da aristocracia. De acordo com Arno Meyer,

*a agricultura e a manufatura de bens de consumo continuaram a superar o setor de bens de capital, em larga medida porque os interesses agrários e manufatureiros centrais conseguiam, de modo excelente, adaptar novas técnicas de produção e angariar apoio estatal para amortecer seu relativo declínio econômico. Apesar de grandes avanços do novo capitalismo, a agricultura, a propriedade imobiliária urbana e a manufatura de bens de consumo continuaram a fornecer as bases materiais essenciais para os antigos régimes da Europa entre 1848 e 1914.*<sup>42</sup>

Assim, apesar do maior dinamismo da nova indústria, a economia continuava largamente baseada em setores tradicionais, sobretudo a terra, já que a Inglaterra era o único país do mundo que, ao fim do século XIX, era majoritariamente urbana. E, mesmo lá, a propriedade rural ainda tinha um peso considerável. Além disso, o economista francês, Thomas Piketty, em seu estudo sobre desigualdade de renda e de capital que tornou-se referência no assunto, *O capital no século XXI*, mostrou como, em sociedades de crescimento baixo (1% a 2% ao ano, como foi o caso da Europa até quase o século XX), o rendimento sobre propriedades rurais ou urbanas, que girava em torno de 5%, era mais do que suficiente para fazer a aristocracia se manter entre os 10% mais ricos do país<sup>43</sup>.

Mesmo assim, ao notarem a sua perda relativa no terreno econômico, essa elite tradicional buscou e conseguiu se fechar enquanto grupo social, ressaltando a diferença entre ela e os outros. A nobreza, ainda segundo Meyer, apesar de sua heterogeneidade, “cimentava sua unidade com representações e tradições coletivas, antigas, mas dotadas de vida, pretensões sociais e culturais partilhadas e preferências políticas comuns”<sup>44</sup>. Por outro lado, mesmo a alta burguesia não conseguia superar suas diferenças internas e agir como um grupo minimamente coeso:

---

<sup>42</sup> MEYER, ARNO. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 28.

<sup>43</sup> PIKETY, Op. Cit., Ver principalmente o capítulo 11.

<sup>44</sup> MEYER, Op. Cit.. p. 88-89.



*Os magnatas do capital e das altas profissões liberais nunca se aglutinaram o suficiente para contestar seriamente o predomínio social, cultural e ideológico da antiga classe dominante, e o fato de a nobreza continuar a cooptar alguns dos mais ricos e talentosos dentre eles contribuiu apenas em parte para isso. Acima de tudo, o burguês, devido a seu caráter bajulatório, empenho na escalada social e anseio de enobrecimento, negava-se avidamente a si próprio. Sua suprema ambição não era atacar ou derrubar o establishment senhorial, mas penetrar nele. Para os grandes negociantes, financistas e profissionais liberais, social e psicologicamente inseguros, a alta burguesia era “apenas uma antecâmara para a nobreza”, e sua “mais alta aspiração era, em primeiro lugar, conseguir a admissão à nobreza e, depois, ascender no se interior”.<sup>45</sup>*

A vontade de fazer parte da nobreza envolvia também aumentar as chances de participar do governo e influenciá-lo, que permanecia em grande medida nas mãos dela. O Estado, ao longo do século XIX, tornou-se “um instrumento da defesa aristocrática: além de proteger os bens da nobreza e da fidalguia, garantia postos governamentais respeitáveis para seus filhos (...). Mesmo na França, o Estado sem rei continuava a desempenhar essa função”<sup>46</sup>. Nesse país, aliás, até 1848 um terço dos membros da Câmara de Pares pertencia à aristocracia pré-1789<sup>47</sup> e importantes cargos públicos ainda eram hereditários, sendo ocupados por esse pequeno e tradicional grupo de grandes proprietários. Outro atestado da sua força política é o fato de que ao fim do século nenhuma câmara alta de um grande país europeu constituía-se por eleição direta e sua composição era quase exclusivamente de nobres ou, no caso da França republicana após 1871, de grandes notáveis (o primeiro líder do Senado instituído pela Terceira República foi um antigo duque declaradamente monarquista). Na Inglaterra, até 1911, a Câmara dos Lordes, formada pela alta nobreza e de caráter hereditário, tinha o poder de veto sobre qualquer lei proposta pela Câmara dos Comuns, esta sim eleita. E, diga-se de passagem, não tinham o menor pudor de usar essa prerrogativa quando se tratava de seus próprios interesses. No Império Alemão, encontramos o mesmo predomínio: por volta de 1910, 9 em cada 11 ministros de Estado da Prússia, 11 de 12 chefes de distrito, 25 de 36 chefes de município eram oriundos da nobreza.

<sup>45</sup> Idem, p. 92.

<sup>46</sup> Idem, p. 152.

<sup>47</sup> FORTESCUE, WILLIAM. **Revolução e Contra-Revolução na França: 1815 – 1852**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.65.

Nos postos principais do serviço diplomático, em 1914, havia 8 príncipes, 29 condes, 54 nobres sem título e apenas 11 funcionários recrutados nos estratos burgueses.<sup>48</sup> Norbert Elias não deixa espaço para dúvida:

*A preeminência das elites dirigentes dinásticas e aristocráticas em quase todos os membros do sistema estatal europeu, durante o século XIX, foi uma característica estrutural do sistema nessa fase de transição. Mesmo nos mais avançados países industriais, o poder das classes médias industriais era, no máximo, apenas o bastante para possibilitar-lhes ascenderem a posições de comando em sua sociedade como aliados dos antigos grupos dominantes.*<sup>49</sup>

O controle da vida política levava diretamente ao controle da alta cultura que, para a elite dirigente, era um instrumento ideológico fundamental que deveria legitimar suas pretensões morais. Universidades, escolas, academias, museus, exposições, todos eles eram guiados por essa mesma diretriz e, portanto,

*continuaram a encarnar e divulgar o realismo oficioso, a conformidade rígida com o passado, a retidão moral e religiosa, e o orgulho nacional. A época era de hábitos, não de modas, onde a arte e a cultura eram “o espelho mágico e vivo de um passado que ainda estava ativo (...) e plenamente confiante em seu próprio futuro”.*<sup>50</sup>

Todos esses artifícios foram utilizados pelas diferentes aristocracias nacionais ocidentais – no Oriente, sua posição continuava estabelecida de forma sólida pois os ideais da Revolução Francesa tiveram menor impacto – para controlar a entrada da cada vez mais numerosa e ambiciosa burguesia ao topo da sociedade, o que poderia minar a sua condição hegemônica. Segundo Peter Gay, um dos maiores estudiosos da burguesia do século XIX, “a maioria nas camadas médias descobria que alimentar a visão de ascender muito alto na escada era perseguir uma miragem”<sup>51</sup>. E isso se deu porque a alta burguesia aceitou jogar pelas regras já estabelecidas, por diversos motivos. Em primeiro lugar, como vimos, o papel econômico dos burgueses era crescente, mas, em termos absolutos, ainda estava bem atrás da renda obtida pela nobreza; os principais postos dos governos permaneciam sob o controle da velha elite; e, por último, mas tão importante quanto os outros fatores, os

<sup>48</sup> ELIAS, NORBERT. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 392 (nota 14).

<sup>49</sup> Idem, p. 63.

<sup>50</sup> Idem, p. 190.

<sup>51</sup> GAY, PETER. **Guerras do Prazer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 23.

levantes populares de 1848, já sob influência do socialismo, levaram esse grupo a buscar a aproximação com os de cima para reforçar a distância em relação aos de baixo. Como disse um político britânico, em 1909: “os ricos desprezam os trabalhadores; as classes médias os temem”<sup>52</sup>.

Essa “burguesia bajulatória”, apesar de economicamente inovadora, mostrou-se tão submissa na vida cultural quanto nas relações sociais e posições políticas. Incorporou e até mesmo intensificou a lógica de civilidade que envolvia o domínio dos impulsos. Assegurava que isso a distinguiu da população humilde, exatamente como fizeram os cortesãos do século XVII em relação aos negociantes e financistas. Freud, respondendo à sua noiva sobre o comportamento barulhento de trabalhadores numa feira, escreveu que “há uma psicologia do homem comum que é bastante diferente da nossa’. A ‘plebe’ dava livre vazão a seus impulsos, enquanto os bons burgueses se treinavam para resistir às pressões dos desejos. E isso ‘nos dá a qualidade do refinamento’”<sup>53</sup>. Fanny Price, protagonista do romance *Mansfield Park*, filha de uma família modesta, que viveu desde a infância com a tia rica, chega à mesma conclusão quando volta para a casa humilde dos pais a fim de visitá-los:

*Em Mansfield [casa da tia] nunca se ouviam discussões, vozes alteradas, rompantes intempestivos, passos furiosos; tudo seguia um curso estabelecido, uma ordem prazerosa; todas as pessoas tinham importância; todas eram consultadas. Se às vezes faltava carinho, o bom senso e a boa educação supriam a falta (...). Aqui [casa dos pais], todos eram ruidosos, todas as vozes eram estentóreas (...). Pedia-se aos berros qualquer coisa que se precisasse, e aos berros se escutavam as empregadas na cozinha. As portas eram abertas e fechadas com estrondo, o movimento da escada era incessante, nada era feito sem estrépito, ninguém parava quieto e ninguém prestava atenção no que os outros diziam.*<sup>54</sup>

O veredito é indiscutível: “era a morada do barulho, da desordem, da falta absoluta de compostura. Ninguém estava onde devia estar, nada era feito como devia ser. Ela não conseguia respeitar os pais como gostaria”<sup>55</sup>. E mesmo um homem instruído, mas pobre, como o padre Pirard, de *O vermelho e o negro*, admite não dominar os códigos de civilidade

---

<sup>52</sup> Citado em: Idem, *ibidem*.

<sup>53</sup> GAY, Op. Cit., p. 29.

<sup>54</sup> AUSTEN, JANE. **Mansfield Park**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014, p. 487.

<sup>55</sup> Idem, p. 484.

quando diz ao seu pupilo Julien, antes de este ser recebido em uma grande família parisiense: “não sou muito entendido nisso que chamam polidez, logo saberá mais do que eu”<sup>56</sup>. As regras de refinamento da alta sociedade não estavam disponíveis para qualquer um.

Os “bons burgueses”, além de tentarem reproduzir o comportamento da aristocracia, consumiam e apoiavam as artes convencionais – sua adesão às vanguardas era praticamente irrelevante – ostentando seu “bom gosto” para assim se mostrar à altura dela. Como concluiu Tocqueville sobre a Europa da Restauração, “o traço da posição social não foi inteiramente apagado... a riqueza e o nascimento conservam privilégios incertos que são tão difíceis de ignorar quanto de definir”<sup>57</sup>.

### 1.3 Burguesia ou classe média

Antes de qualquer julgamento apressado sobre esses burgueses cooptados, tentemos descobrir exatamente quem eram eles. Essa, porém, é uma questão muito difícil. Historiadores, sociólogos e mesmo os contemporâneos não conseguiram encontrar uma definição que reunisse todos os elementos da equação. A enciclopédia *Larousse* oitocentista, por exemplo, definiu o burguês simplesmente como um “indivíduo da classe média intermediária entre a classe operária e a classe nobre”<sup>58</sup>. Em cada país há particularidades, inclusive porque as transformações econômicas e sociais ocorreram em momentos diferentes e com intensidades diversas. A língua inglesa, por exemplo, “não conhece qualquer termo equivalente a *Bürgertum* ou *bourgeoisie* e (...) o conceito de classe média possui, nesse país [*Inglaterra*], conotações diferentes das que recebe na Alemanha ou na França”<sup>59</sup>. Mais adiante, veremos como o termo também não tinha aplicação para a sociedade brasileira imperial e praticamente não aparece nos romances brasileiros do Segundo Reinado.

---

<sup>56</sup> STHENDHAL, Op. Cit., p. 264.

<sup>57</sup> Citado em DAUMARD, ADELIN. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 158.

<sup>58</sup> **Grand dictionnaire universel du XIX<sup>e</sup>me. siècle**, *Larousse*, v. *bourgeois*. Tradução livre.

<sup>59</sup> HAUPT, HEINZ-GERHARD. O burguês. In: FURET, François. **O homem romântico**. Lisboa: Presença, 1999. p. 25.

Veio do próprio século XIX a divisão da burguesia em três ou quatro grandes grupos<sup>60</sup>. No topo, uma aristocracia financeira, negociantes milionários, grandes industriais e representantes das profissões liberais mais prestigiosas, especialmente nas capitais e maiores cidades. De maneira geral, tinham influência em escala nacional e estavam entre os mais ricos do país. Aqueles que herdaram sua riqueza, ou seja, que vinham de famílias já com alguma tradição, tinham mais chances de serem incorporados aos notáveis e até mesmo de tornarem-se nobres. Via de regra, isso se dava por meio do casamento das jovens burguesas na velha nobreza, ainda que o inverso não ocorresse na mesma frequência, pois as filhas das famílias tituladas ainda buscavam seus maridos entre os pares. Somente os homens podiam casar “abaixo” de sua condição, visando evidentemente a uma compensação financeira, pois, como o homem era o referencial para a sociedade e quem normalmente herdava o título, seu *status* não seria afetado por um casamento desigual. Contudo, é claro, que não fosse tão desigual assim: o ápice da burguesia era o máximo a que eles podiam descer. Seguindo de perto esse grupo, vinham alguns setores que podiam ser tão ou mais ricos que os anteriores, mas não exerciam influência em nível nacional, como empresários, médicos, tabeliães, advogados; ou então eram influentes, mas não possuíam a riqueza para serem considerados parte da alta sociedade, como funcionários de alto nível fora dos grandes centros, administradores, oficiais, magistrados, professores universitários. Abaixo deles, situados no meio da pirâmide burguesa, havia os donos de pequenas e médias empresas comerciais ou artesanais, e os assalariados em funções públicas ou privadas de pouca responsabilidade. Estes podiam sonhar com a condição de grande capitalista, mas só poderiam ir além disso nas futuras gerações, já como uma família de maior *status*. Na base estavam os comerciantes e profissionais liberais mais humildes, com poucos bens e estilo de vida próximo ao dos artesãos e operários. Diferenciavam-se destes, segundo Wright Mills, porque “não criam coisas, e sim coordenam e organizam o trabalho daqueles que as criam. Fornecem serviços técnicos, pessoais e educativos e, por fim, ajudam a transformar o trabalho de alguém em lucros para outros”<sup>61</sup>. Fora isso, sua educação superior aos trabalhadores manuais permitiam a essa *lumpen* burguesia almejar remunerações maiores, ainda que raramente a alcançassem.

---

<sup>60</sup> A classificação apresentada aqui tem por base, ainda que não exclusivamente: DAUMARD, Adeline. **Os burgueses e a burguesia na França**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, especialmente p. 124-127. Ver também: GAY, Op. Cit., Introdução.

<sup>61</sup> POPINIGIS, FABIANE. **Proletários de casaca**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 48.

Dentro dessa diversidade, há um elemento importante que concede alguma unidade a todos esses estratos: a vida urbana, característica essencial da burguesia desde o seu surgimento. Assim, sabendo que na primeira metade do século XIX, apenas 23% dos ingleses, 12% dos franceses e 9% dos alemães viviam em localidades com mais de 5 mil habitantes, nos daremos conta de que a burguesia desse período era formada basicamente por pequenos funcionários, pequenos comerciantes, advogados e médicos, e que os grandes industriais, especuladores da bolsa e poderosos capitalistas em geral não eram mais do que uma irrisória minoria. De fato, na maior parte das cidades, estes milionários simplesmente não existiam. Peter Gay afirma que a burguesia europeia do período vitoriano não devia ultrapassar 12% da população, mesmo na Inglaterra<sup>62</sup>. Neste país, até os anos 1870, o grande empresariado não “desempenhara qualquer papel de relevo, quer nos termos do contexto social global, quer no das cidades consideradas isoladamente. Na França, permaneceu integrado ainda mais tempo entre os notáveis”<sup>63</sup>. Este era um termo bastante utilizado durante o século XIX francês e designava os membros da alta sociedade, composta pela nobreza (ou antiga nobreza, a partir de 1871) e pela burguesia rica e herdeira, que, como vimos, conseguia adentrar o topo da hierarquia social via casamento.

Compreender quem formava a burguesia, suas diferenças internas e, sobretudo, apreender suas expectativas é um ponto fundamental para uma pesquisa que tem como objeto a mobilidade social. Ela é algo intrínseco ao mundo burguês que foi sendo construído à sombra da Revolução Francesa. Nas palavras de Daumard, “os problemas relativos às possibilidades de ascensão e de decadência sociais ligam-se também muito de perto às preocupações dos *homens do século XIX, que viam na importância dessas mudanças verticais um dos alicerces da sociedade burguesa e sua justificação*”<sup>64</sup>.

A sociedade oitocentista europeia, porém, tinha ainda muito de aristocrática. Não só porque apenas um pequeno grupo privilegiado se revezava no poder e controlava a economia (sentido original e estrito da palavra grega aristocracia: “poder dos melhores, de uma minoria”), mas também porque esse grupo constituía-se em grande medida por nobres (outro sentido, do senso comum, do termo aristocracia, vinculado à nobreza). Além disso, como vimos, os nobres continuavam exercendo fascínio e atração sobre outros grupos, que

---

<sup>62</sup> GAY, Op. Cit., p. 26.

<sup>63</sup> HAUPT, Op. Cit., p. 37.

<sup>64</sup> DAUMARD, **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**, Op. Cit., p. 109, grifo nosso.

permaneciam copiando seus hábitos para tentar se tornar um deles. Isso não significa dizer, evidentemente, que essa elite estivesse fechada e tenha passado incólume pelas transformações que movimentavam a sociedade europeia. Ela incorporou novos elementos como, por exemplo, a importância do trabalho em oposição ao ócio que a havia caracterizado por tanto tempo e a valorização do dinheiro, ponto fundamental do mundo burguês, que também entrou nos lares aristocráticos. No entanto, como lembra Gay, para estes “o dinheiro importava, e importava muitíssimo, mas não era tudo”. Havia também, segundo um narrador de Balzac, as “belas maneiras e o bom tom da alta sociedade”<sup>65</sup> que a diferenciava dos outros e lhe permitia manter um papel central perante os outros grupos, podendo ser observada em diversos setores culturais, inclusive na literatura, como veremos mais adiante.

Essa centralidade, porém, foi muitas vezes ignorada nas análises sobre o século XIX, e os pesquisadores não prestaram a atenção devida a esse grupo, considerando-o uma reminiscência obsoleta. Preferiram se concentrar nos elementos que moldaram o futuro, sobretudo a burguesia industrial, dando-lhe mais importância, relevo e autonomia do que tinha naquele momento. Esse argumento foi exposto por Arno Meyer e é base importante de algumas das reflexões desta tese. Segundo ele,

*a antiga ordem europeia [1815 – 1914] foi totalmente pré-industrial e pré-burguesa. Durante muito tempo, os historiadores enfocaram com demasiada insistência o avanço da ciência e da tecnologia, do capitalismo industrial e mundial, da burguesia e das classes médias, da sociedade civil liberal, da sociedade política democrática e do modernismo cultural. Estiveram muito mais preocupados com essas forças inovadoras e a formação da nova sociedade do que com as forças de inércia e resistência que retardaram o declínio da antiga ordem. (...) Houve assim uma tendência marcante a negligenciar, subestimar e desvalorizar a resistência das velhas forças e ideias e o seu astucioso talento para assimilar, retardar, neutralizar e subjugar a modernização capitalista, incluindo até mesmo a industrialização. O resultado é uma visão parcial e distorcida do século XIX e do início do XX. Para obter uma perspectiva mais equilibrada, os historiadores terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas.*<sup>66</sup>

<sup>65</sup> BALZAC, HONORÉ. **Ilusões perdidas**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2011. p. 200.

<sup>66</sup> MEYER, Op. Cit., p. 14.

A mesma conclusão foi enunciada por Norbert Elias, ainda que ambos tenham chegado a ela por caminhos bastante distintos:

*O século XIX é representado, por vezes, como o século burguês por excelência. Mas isso é uma visão unilateral. O declínio de grupos dinásticos e aristocráticos como grupos dominantes de sociedades europeias e sua substituição por classes médias e trabalhadoras industriais foi um processo gradual. No que se refere às classes médias, só veio a completar-se efetivamente depois de 1918.<sup>67</sup>*

#### **1.4 Ascensão social no romance francês**

O principal objetivo deste trabalho será analisar a representação da ascensão social nos romances brasileiros mas, para tanto, primeiro precisaremos analisar como a questão estava sendo trabalhada por romancistas europeus, ingleses e sobretudo franceses, vistos como o modelo para praticamente todos os escritores nacionais. E, para além dessa influência, veremos que o Brasil viveu situação comparável ao que estamos narrando para a Europa em meados do século XIX, durante a fase final do Segundo Reinado, e que problemas semelhantes se colocaram aos nossos romancistas. Para estudar essa mobilidade será preciso levar em conta a força que a nobreza ainda tinha e, mais importante, o fascínio que ela exercia. Boa parte das disputas que ocorriam no topo da sociedade não era de um grupo contra outro, mas sim de um deles buscando aceitação. Apesar do discurso favorável à igualdade, a burguesia procurava marcar a sua distância em relação à população pobre, reiterando critérios estabelecidos pela nobreza.

Antes de passarmos aos romances, recapitulemos a situação da nobreza europeia no século XIX. Ainda que permanecesse responsável por grande parte da economia durante todo o período, seu papel nessa área se tornava progressivamente menos relevante, pois poucos estavam envolvidos no setor mais dinâmico da produção, a indústria; continuavam ocupando importantes cargos no governo, mas não possuíam mais privilégios legais; não podiam continuar justificando sua hegemonia exclusivamente por meio de hereditariedade, pois o discurso da meritocracia – o discurso, não a prática – ganhou força. E tudo isso em uma sociedade em que o capitalismo avançava e o dinheiro passava a ser visto por muitos como a maior medida de diferenciação. As elites tradicionais, é claro, não aceitavam esses

---

<sup>67</sup> ELIAS, Op. Cit., p. 157.



novos parâmetros e viam nisso um sintoma de decadência. No entanto, o que sobrou para elas foi um entrincheiramento e a defesa daquilo que ainda as diferenciava do restante da população: tradição familiar e cultura refinada. E, nessa batalha, o alvo constante foi justamente a burguesia.

Surpreendentemente, a nobreza ganhou um poderoso aliado nesse seu ataque: os artistas. Não todos, é claro, mas um bom número deles:

*Zola na França, Shaw na Grã-Bretanha, Strindberg na Suécia, Ibsen na Noruega e na Alemanha, imitados por um pequeno exército de seguidores empenhados, miraram suas lanças contra as classes confortáveis, contra aqueles príncipes da hipocrisia, modelos do convencionalismo, antagonistas declarados, ainda que tortuosos, das causas mais elevadas, pessoas vulgares nas artes e nas letras – numa palavra, a burguesia.<sup>68</sup>*

Segundo Peter Gay, o que levou a isso foi a crença generalizada de que esse grupo caracterizava-se pelo pragmatismo, e por isso amava o dinheiro e odiava a arte. O mundo burguês oitocentista parecia produzir menos patrocinadores de artistas do que a sociedade do Antigo Regime, e os raros banqueiros e mercadores que davam apoio a museus ou algo do gênero aparentemente confirmavam essa intuição. Claro que a realidade era muito mais complexa, mas o importante é que esse sentimento estava por toda a parte, a ponto de George Sand escrever: “Axioma: o ódio ao burguês é o começo de toda virtude”<sup>69</sup>. Como a mobilidade social estava intimamente ligada ao mundo burguês, vemos agora como era legítimo e inteligente o argumento do advogado de defesa de Flaubert de que o romance tinha a intenção de conscientizar a todos dos malefícios que a ascensão social causava não só no arrivista, mas em todos os que estavam à sua volta. Não interessa aqui se Flaubert tinha ou não essa intenção, embora seja provável que sim, dado o seu ódio à burguesia. Um pouco antes de concluir *Madame Bovary*, disse a um amigo: “Este é um século corrompido! E estamos numa situação de merda! O que me indigna é o *bourgeoisisme* de nossos colegas escritores! Que mercadores! Que imbecis chatos!”<sup>70</sup>. O mais importante, porém, é notar a relevância do tema para a sociedade francesa, a ponto de ser utilizado como argumento em um julgamento. E, igualmente significativo, que o discurso de que o romance criticava e

---

<sup>68</sup> GAY, Op. Cit., p. 32-33.

<sup>69</sup> Idem, p. 37.

<sup>70</sup> Idem, p. 36-37.

combatia a ascensão de arrivistas ambiciosos impressionou os juízes (que, se não eram nobres, certamente faziam parte dos notáveis) e levou ao veredito favorável ao réu.

Diferentemente de Flaubert, Balzac explicitou a crítica à burguesia e ao processo de mobilidade social vinculado diretamente a ela, como veremos agora. Em seu ambicioso projeto de retratar os múltiplos aspectos da sociedade francesa em dezenas de romances e contos, conjunto que ele resolveu chamar de *A comédia humana*, a ascensão social ocupou um lugar privilegiado. Utilizaremos como base *O pai Goriot*, *Ilusões perdidas* e *Ascensão e queda de César Birotteau*, porque possuem elementos fundamentais e complementares, embora sejam inúmeras as obras de Balzac em que o rápido enriquecimento de alguns personagens e sua ambição de integrarem os grupos de maior prestígio constituem-se nos motores dos enredos.

Em *O pai Goriot*, encontramos a história de um pai zeloso que faz de tudo para a ascensão social das filhas, mas em troca só recebe indiferença e exigências. Para desenvolver o enredo, Balzac foi muito cuidadoso na elaboração da trajetória do personagem-título:

*antes da Revolução, um simples operário macarroneiro, hábil, econômico e empreendedor o bastante para ter comprado o patrimônio de seu patrão, que o acaso tornou vítima do primeiro levante de 1789. Estabeleceram-se à Rue de la Jussienne, perto da Halle-aux-Blés, e tivera o enorme bom senso de aceitar a presidência de seu departamento, a fim de ter seu negócio protegido pelos mais influentes personagens daquela época perigosa. Tal sensatez fora a origem de sua fortuna que começou na escassez, verdadeira ou falsa, em consequência da qual os grãos atingiram um preço enorme em Paris. O povo se matava diante das padarias, enquanto algumas pessoas iam buscar sem reclamar massas italianas nos armazéns. Durante aquele ano, o cidadão Goriot reuniu o capital que mais tarde lhe serviu para fazer negócios com toda a superioridade que dá uma grande soma em dinheiro àquele que a possui.<sup>71</sup>*

Esta não foi a única vez que Balzac escolheu a Revolução Francesa como o momento em que um homem humilde enriquece. De fato, a intensa convulsão social, ao lado da

---

<sup>71</sup> BALZAC, HONORÉ. *O pai Goriot*. Porto Alegre: L&PM, 2006. p. 104. Todas as referências desse romance serão retiradas desta edição.

propagação dos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, permitiu o dinheiro trocar de mãos como nunca antes havia ocorrido. O autor continua a descrição:

*Aconteceu com ele o que acontece a todos os homens que só possuem uma aptidão relativa. Sua mediocridade salvou-o. (...) Vendo-o o conduzir seus negócios, explicar as leis de exportação e importação de grãos, estudar-lhes o espírito, perceber-lhes os defeitos, um homem o teria considerado capaz de ser ministro de Estado. Paciente, ativo, enérgico, constante, rápido em suas expedições, ele tinha uma visão de águia, a tudo se adiantava, tudo previa, tudo sabia, tudo ocultava; diplomata para conceber, soldado para marchar. Fora de sua especialidade, de sua simples e obscura loja em cuja soleira permanecia durante suas horas de lazer, o ombro apoiado no batente da porta, voltava a ser o operário estúpido e grosseiro, o homem incapaz de compreender o raciocínio, insensível a todos os prazeres do espírito, o homem que adormecia nos espetáculos, um desses Dolibans parisienses, versados somente em asneiras. (p. 104-105.)*

Goriot tinha uma habilidade impressionante no que se referia aos negócios, mas nenhum refinamento cultural, devido às suas origens humildes, falta de educação adequada e total dedicação ao trabalho. Para Balzac, o destino de homens como o pai Goriot era claro: se soubessem o seu lugar, ou seja, não quisessem obter o prestígio das famílias aristocratas e não tivessem pretensões políticas relevantes, seriam prósperos e felizes. Entretanto, se a riqueza ou outro fator o levassem a tentar penetrar na alta sociedade, seria castigado – com a punição variando da simples humilhação à miséria. Em *Ilusões perdidas*, o narrador afirma que o “exemplo de Napoleão, tão funesto no século XIX pelas pretensões que inspira a tanta gente medíocre”<sup>72</sup>, confirmando uma visão negativa do excesso de ambição de alguns burgueses. Julien Sorel, protagonista de *O vermelho e o negro*, de Stendhal, um filho de artesão que faz de tudo para subir na vida, não à toa tem no imperador francês o seu grande ícone.

No caso do pai Goriot, como vimos, a mediocridade o salvou, permitindo-lhe enriquecer sem grandes percalços. O que alterou sua situação foi a perda da mulher, pois, com isso, ele

---

<sup>72</sup> BALZAC, *Ilusões perdidas*, Op. Cit., p. 90.

*transferiu seu afeto enganado pela morte para as suas duas filhas, que a princípio satisfizeram plenamente todos os seus sentimentos. (...) A educação de suas duas filhas foi naturalmente irracional. Rico, com mais de sessenta mil libras de renda e gastando consigo mesmo menos de duzentos francos, a felicidade de Goriot era satisfazer as fantasias das filhas: os mestres mais excepcionais foram encarregados de dotá-las dos talentos que marcam uma boa educação; elas tiveram uma dama de companhia; felizmente para elas, tratava-se de uma mulher de espírito e bom gosto; elas andavam a cavalo, tinham uma carruagem, viviam como teriam vivido as amantes de um velho senhor rico; bastava-lhes exprimir os mais dispendiosos desejos para ver seu pai apressando-se em realizá-los; por suas dívidas, tudo o que ele pedia em troca era carícia. (p. 106-107.)*

Goriot passou a despender toda sua energia e dinheiro com as filhas que, diferentemente do pai, tiveram uma educação apropriada para ingressar na alta sociedade. Balzac foi muito hábil ao observar que *felizmente* a dama de companhia era uma mulher de espírito e bom gosto. Realçou assim que se tratou de sorte, já que esse pai seria incapaz de escolher adequadamente alguém para essa função; ao mesmo tempo, ficou explicado de que forma as filhas tinham o refinamento necessário para serem aceitas nos grupos de mais prestígio, algo que se concretizou com o casamento. Balzac sabia que projetos de ascensão social só se consolidavam por meio do laço matrimonial com alguma família ilustre:

*Quando suas filhas chegaram à idade de serem casadas, puderam escolher seus maridos como lhes aprouvesse: cada uma delas deveria ter como dote metade da fortuna de seu pai. Cortejada por sua beleza pelo conde de Restaud, Anastasie tinha pendores aristocráticos que a levaram a deixar a casa paterna para se lançar nas altas esferas sociais. Delphine amava o dinheiro: desposou Nucigen, banqueiro de origem alemã que se tornou barão do Saint-Empire. Goriot continuou macarroneiro. Suas filhas e genros logo se chocaram ao vê-lo continuar em seu negócio, ainda que ele fosse toda a sua vida. Depois de aguentar por cinco anos sua insistência, ele consentiu em se aposentar com o produto de seu patrimônio e os lucros daqueles últimos anos (...). (p. 107.)*

As filhas, ricas, herdeiras e bem educadas, realizaram bons casamentos: uma com um conde, outra com um barão, sendo este último um banqueiro. Ainda que fosse uma

profissão burguesa, os donos de grandes bancos, no século XIX francês, já eram aceitos como parte da aristocracia e se comportavam da mesma forma excludente em relação aos outros grupos sociais. O rei Luís Felipe I (1830 – 1848), por exemplo, ficou conhecido pela sua aproximação e auxílio aos grandes banqueiros do reino, que passaram a ser chamados de “aristocracia financeira”.

Uma vez parte da alta sociedade, elas começaram a ver o pai como um peso para a própria integração ao novo meio. Não podiam aceitar um homem rico que continuava a viver de forma modesta e a tocar o seu negócio pessoalmente. Situação semelhante passou outro personagem de *O Vermelho e o Negro*, o sr. De Rênal, dono de manufatura que enriqueceu e, graças a isso, tornou-se prefeito de Verrière em 1815 – e “desde 1815 ele se envergonha de ser industrial<sup>73</sup>”. Assim como Goriot, preocupou-se em arranjar um preceptor para os filhos para que tivessem educação superior à sua. Para tornar-se um notável, portanto, não bastava apenas ter muito dinheiro, apesar de isso ser, sem dúvida, um pré-requisito. Tratava-se de um estilo de vida em que, entre muitos outros elementos, não cabiam determinadas ocupações. Porém, mesmo depois que se aposentou para não estragar as pretensões das filhas, Goriot logo se deu conta de que seus modos envergonhavam a família, como ele revelou pouco antes de falecer:

*Estou sofrendo neste momento o que é necessário sofrer para morrer, meu caro Eugène; ora, não é nada em comparação com a dor que me causou o primeiro olhar pelo qual Anastasie me deu a entender que eu acabara de dizer uma bobagem que a humilhava: seu olhar cortou-me os pulsos! Queria saber de tudo, mas o que aprendi muito bem é que estava sobrando nesse mundo. No dia seguinte, fui à casa de Delphine para consolar-me, e eis que fiz uma besteira que a deixou irritada. Fiquei como louco. Durante oito dias, não sabia mais o que devia fazer. Não ousei ir vê-las de medo de suas censuras. E eis que fui expulso das casas de minhas filhas. (p. 278.)*

O comportamento do pai era tão inapropriado à nova posição social das filhas que ele acabou proibido de visitá-las abertamente e evitava falar das duas em público. Quando elas o procuravam na humilde pensão em que habitava, faziam-no sem se identificar e quase sempre para pedir mais dinheiro. Menos de cinco anos depois de parar de trabalhar como um homem muito rico, Goriot se tornou novamente pobre, devido aos gastos para satisfazer

---

<sup>73</sup> STENDHAL, Op. cit., p. 21.

os caprichos de Anastasie e Delphine. O narrador, para não deixar dúvidas sobre a situação em que a ganância delas o deixou, afirma que “o mais pobre empregado não teria em seu sótão mobílias tão ruins quanto as do pai Goriot na casa da sra. Vauquer. O aspecto desse quarto causava calafrios e apertava o coração, parecia o mais triste dos alojamentos de uma prisão”. (p. 146.)

Na abertura do romance, encontramos Goriot já de novo sem dinheiro, triste e alvo de gozação dos outros hóspedes da pensão, que não conhecem sua história – algo revelado ao leitor quase na metade da obra. O foco é justamente a tensão desse pai, que faz de tudo pelas filhas, inclusive abrir mão de sua própria riqueza e da companhia delas, e nada ganha em troca, a não ser descaso e exploração. O protagonista pagou pela ambição das filhas que, mesmo conseguindo fazer parte do *grand monde*, pois já nasceram ricas e foram bem educadas, continuaram a querer viver acima de suas condições financeiras. Problema semelhante ao que arruinará Lucien Chardon, personagem de *Ilusões perdidas*.

Nesse romance, o eixo principal é a tentativa do personagem de se tornar um escritor famoso e aceito no universo da alta sociedade. Ao apresentar o local em que se passa a primeira parte da história, o narrador destaca um dos grandes embates da França do século XIX. Lucien vivia em uma cidade chamada Angoulême, situada no alto de um rochedo, e uma região logo abaixo, L’Houmeau, havia se tornado

*uma vila industriosa e rica, uma segunda Angoulême que invejou a cidade alta onde permaneceram o governo, o bispado, a justiça, a aristocracia. Assim, L’Houmeau, apesar de sua força ativa e crescente, não passou de um anexo de Angoulême. No alto, a Nobreza e o Poder, embaixo, o Comércio e o Dinheiro; duas zonas sociais constantemente inimigas, em todos os lugares; por isso é difícil adivinhar qual das cidades mais odeia a rival.*<sup>74</sup>

Apesar de não ser este o foco do conflito de *Ilusões perdidas*, pois aqui o protagonista é um escritor sem grandes recursos e não um comerciante, essa passagem ilumina a rejeição do pai Goriot pelos seus genros e, sobretudo, o enredo de *Ascensão e queda de Cesar Birotteau*, que analisaremos adiante. Os burgueses enriquecidos aumentaram muito a sua influência ao longo do século, mas em grande medida permaneceram excluídos do exercício do poder pelo menos até 1871. A aristocracia, que

---

<sup>74</sup> BALZAC, *Ilusões perdidas*, Op. Cit., p. 59. Todas as referências do livro serão retiradas desta edição.

retornara com a Restauração após o furacão napoleônico, retomou o sua antiga posição e, como vimos, reduziu ao máximo a entrada de novos membros no seu restrito clube.

Lucien, filho de um médico do exército e farmacêutico, ocupação de pouco prestígio na primeira metade do século XIX, sonha em ser um poeta famoso. Consegue seduzir e se tornar protegido de uma importante dama local, Sra de Bargeton, que o convida para o seu salão para a leitura de poemas, como forma de ser apresentado à nobreza de Angoulême. A simples presença naquele local,

*Num instante fez Lucien abjurar suas ideias típicas do populacho a respeito da quimérica igualdade de 1793, despertou-lhe a sede das distinções (...), mostrou-lhe a alta sociedade como um único teatro no qual devia se apresentar. O desdenhoso liberal tornou-se monárquico in petto. Lucien mordeu a maçã do luxo aristocrático e da glória. (p. 85.)*

O narrador deixa claro, desde o início do romance, que Lucien vai cometer o erro que, como vimos, Balzac considerava imperdoável: tentar entrar no mundo da aristocracia sem ter as credenciais necessárias. David, impressor, grande amigo, futuro genro e em boa parte o financiador de Lucien em sua jornada, mostra-se mais sensato. Quando Lucien insiste para que vá com ele à casa de Sra Bargeton, ele responde:

*Não – disse o impressor todo encabulado (...). Minha vida, Lucien, está decidida. Sou David Séchard, impressor do rei em Angoulême e cujo nome se lê em todos os muros, embaixo dos cartazes. Para as pessoas dessa casta, sou um artesão, um negociante, se preferir, mas um industrial estabelecido com uma loja (...). Ainda não tenho a fortuna de um Keller nem o renome de um Desplein, duas espécies de poder que os nobres ainda tentam negar, mas que – e nisso concordo com eles – não são nada sem a civilidade e as maneiras de um fidalgo. Como posso legitimar essa súbita ascensão? Zombariam de mim, tanto os burgueses como os nobres. (p. 96.)*

David, personagem tratado pelo narrador o tempo todo como generoso, honesto, trabalhador, inteligente, sabia até onde podia ir. Seu pai – outro caso de ascensão durante a Revolução Francesa – conseguiu enriquecer e, apesar de explorá-lo bastante, deixou-o em posição social melhor do que a dele próprio na mesma idade, afinal, ele era “impressor do rei”. No entanto, ali terminava sua escalada. Tinha consciência de que sua profissão era desprezada pela nobreza e de que não possuía “a civilidade e as maneiras de um fidalgo” e,

por isso, se tentasse se tornar um deles seria ridicularizado tanto pelos seus iguais (burgueses) como pelos seus superiores (aristocracia). A posição dos nobres, para ele, era tão inalcançável que continuava denominando-a de “casta”, termo que, a princípio, deveria ter saído de uso com o fim dos privilégios feudais, em 1789. No entanto, como vimos, ela continuou controlando os postos-chave do governo e sendo vistos por muitos – ainda que não mais por todos, é preciso ressaltar – como um grupo diferenciado. Assim como Goriot, David Séchard sabia que ter dinheiro não era suficiente para entrar na alta sociedade. Quase que antecipando as palavras do advogado de Flaubert, David alertou a irmã de Lucien: “você e sua mãe, vocês tudo fizeram para situá-lo acima de sua posição; mas lhe excitando a ambição não o teriam fadado, imprudentemente, a grandes sofrimentos?” (p. 129.) Apesar de experimentar inúmeras provações ao longo do livro, em grande medida por causa de Lucien, ele terminará feliz e com uma boa situação financeira. Balzac recompensou aquele que conhecia o seu lugar.

A estreia de Lucien na alta sociedade de Angoulême foi um desastre em todos os sentidos. “O poeta fora despojado de todos os seus raios, os proprietários de terras não viam nele nada muito útil, os pretensiosos o temiam como a um poder hostil para suas ignorâncias; as mulheres ciumentas da Sra de Bargeton (...) lançavam-lhe olhares friamente desdenhosos.” (p. 127.) Apesar disso, logo depois desse evento que parecia selar o fim das suas pretensões, a Sra de Bargeton o convence a ir a Paris com ela. As esperanças de Lucien renascem com força total, pois acreditava que na capital seu talento seria imediatamente reconhecido e premiado. O narrador, porém, faz questão de realçar de forma mordaz a ingenuidade do poeta, indicando de antemão o desastre ao qual isso vai levá-lo. A primeira observação nesse sentido ocorre antes mesmo de chegar à capital: “ficou muito espantado ao ver se dissipar na estrada de Angoulême a Paris quase toda verba que ele destinava à sua vida durante um ano”. (p. 179.) Verba essa que havia tomado emprestado de David, já comprometido com a irmã de Lucien. A sua primeira aparição em um grande evento parisiense, como acompanhante da Sra de Bargeton, se mostrou uma tragédia ainda maior do que a de Angoulême. Mesmo endividando-se para comprar roupas novas, sua aparência se mostra incompatível com aquele mundo, algo notado até mesmo pelo porteiro do *Opéra*, mais influente teatro naquele momento, que barra a sua entrada por não acreditar que ele estava sendo aguardado por alguma mulher em um espetáculo daquele porte. Desfeito o



engano, Lucien entra, e a situação piora. Torna-se alvo dos olhares de todos, que não compreendem o que estava fazendo naquele camarote. Alertada com um gesto da prima para o vexame causado pela simples presença do amante,

*A sra de Bargeton mordeu os lábios, envergonhada, pois a marquesa não conseguiu controlar um olhar e um sorriso de espanto, que significava tão desdenhosamente: “de onde saiu este rapaz?”. Louise se sentiu humilhada em seu amor, a sensação mais ferina para uma francesa, e que ela não perdoou ao amante ter-lhe causado. Nesse mundo em que as pequenas coisas se tornam grandes, um gesto, uma palavra põem a perder um novato. O mérito principal das belas maneiras e do bom tom da alta sociedade é oferecer um conjunto harmonioso em que tudo está tão bem mesclado que nada choca. (p. 200.)*

No trecho acima, evidencia-se a impossibilidade de um homem, desacostumado com as regras próprias daquela elite, conseguir se encaixar nesse ambiente sem um longo período de aprendizado e, mais importante, sem o apadrinhamento de alguém pertencente a esse grupo. Notamos também um certo deslumbramento com o mundo da alta sociedade, descrito de maneira exageradamente elogiosa. Esse encantamento com a aristocracia é reiterado diversas vezes, como quando sabemos que, na Ópera, a marquesa sra d’Espard não ligou quando percebeu que as mulheres riam da sua prima, a Sra de Bargeton:

*Em primeiro lugar, todos deviam ter reconhecido que ela estava em companhia de uma pobre parente da província, o que pode afligir qualquer família parisiense. Depois, Louise tinha falado de roupas com sua prima, manifestando-lhe certo temor; a marquesa a tranquilizara, percebendo que ela, quando estivesse bem-vestida, logo adotaria as maneiras parisienses. Se a Sra de Bargeton não tinha traquejo social, tinha a arrogância nativa de uma mulher nobre e esse **não sei quê** que se pode chamar de **berço**. (p. 198. Grifos do autor.)*

Mesmo uma provinciana conseguiria se adaptar rapidamente à alta sociedade caso tivesse uma origem aristocrática. Assim, o domínio social da nobreza naquele momento se justificava por um elemento imaterial (“berço”) que dava a esse grupo uma superioridade em relação às outras camadas da população. Superioridade essa que, como vimos, se refletia em padrões de comportamento refinados, ensinados no ambiente familiar e que, portanto, não podiam ser aprendidos em outra parte. Reencontramos o discurso da civilidade dos

modos substituindo os privilégios legais dos nobres como meio de manter esse grupo no topo da hierarquia.

O caso de amor entre a Sra de Bargeton e Lucien não resistiria ao vexame na Ópera. Ela “estava singularmente mortificada com o pouco interesse que a marquesa demonstrava pela beleza de Lucien. ‘Então ele não é tão bonito como eu imaginava!’, pensou. Daí a achá-lo menos inteligente só havia um passo.” (p. 201.) O tiro de misericórdia foi dado pela prima marquesa que, ao comentar a utilização pelo provinciano do nome de família materno, de origem aristocrática, ao invés do paterno, como era a regra, disse:

*Arrogar-se um nome ilustre?... Mas é uma audácia que a sociedade pune. Admito que seja o sobrenome da mãe dele, mas pense, minha querida, que só ao rei cabe o direito de conferir, por decreto, o sobrenome De Rubempré ao filho de uma dama dessa casa; e se ela fez um mau casamento, esse favor é enorme. Para obtê-lo, é preciso ter uma imensa fortuna, serviços prestados, altíssimas proteções. Aquela roupa de vendedor de loja endomingado prova que o rapaz não é rico nem fidalgo; seu rosto é belo mas me parece muito bobo, não sabe se comportar nem falar; em suma, não é **educado**. Por qual motivo você o protege?*

*A Sra de Bargeton renegou Lucien (...).* (pp. 209-210. Grifo do autor.)

Trata-se de outro trecho claríssimo sobre alguns aspectos do comportamento da alta sociedade francesa do período: grande preocupação em torno dos nomes ilustres, que têm inclusive proteção legal para que não seja qualquer indivíduo a carregá-los; desprezo por aqueles que, mesmo não tendo direito a fazer parte desse seleto clube de famílias, ousam em fazê-lo; e ridicularização dos hábitos desajeitados dos arrivistas despreparados. Notamos também exatamente aquilo de que é preciso para a ascensão: muito dinheiro e apadrinhamento, podendo este vir de favores ou de laços familiares. Em Balzac, não há outro caminho.

A segunda rejeição de Lucien se mostrou pior do que a primeira, pois a

*reprovação da aristocracia parisiense não era como a dos soberanos de Angoulême: esforçando-se em ferir Lucien, os fidalgotes admitiam seu poder e o consideravam um homem; ao passo que, para a Sra d’Espard, ele sequer existia. Não era uma sentença, era uma recusa de julgamento.”* (p. 213.)

A partir daí, então, Lucien procura atingir seus objetivos por meio da literatura, e passamos a conhecer a mesquinhez do mercado editorial francês, que ignora ou tenta explorar ao máximo todo aspirante a escritor. Depois de muita decepção e períodos de miséria, acaba conhecendo o sucesso como jornalista. Apesar de ser uma profissão considerada menor, sobretudo por aqueles que se julgavam artistas de verdade, a capacidade de influenciar a opinião pública tornava esses profissionais estimados e/ou temidos por escritores, atores, donos de teatros e mesmo políticos. Lucien descobre que tem talento para isso, ainda que o narrador nos lembre que, nos momentos difíceis, ele costuma receber ajuda para compor suas colunas. Ganha algum dinheiro, passa a ser conhecido, e as pessoas parecem respeitá-lo. Porém, mais uma vez, ele não compreende bem os sinais e superestima seu novo *status*, cometendo assim um erro fatal. Em Balzac, o mundo burguês (dos profissionais liberais, grandes ou pequenos comerciantes, trabalhadores manuais bem sucedidos) e o da nobreza têm pontos de contato, mas não se misturam. Claro que não se trata mais do Antigo Regime, com seus estamentos estanques, pois muita coisa mudou, apesar de muitos continuarem a ver e chamar a nobreza de “casta”, como vimos. A sociedade francesa havia de fato se tornado mais aberta, e os romances de Balzac estão repletos de casos de enriquecimento rápido em uma geração, com superação da posição social original. Neste brevíssimo panorama sobre as obras de Balzac, já passamos pelos casos do pai Goriot, analisado acima, e também por Jérôme-Nicolas Séchard, pai de David, que começou como oficial prensador sem saber ler ou escrever, tornou-se dono de tipografia e, mais tarde, de vastas extensões de terra, sem que isso jamais o tenha levado a querer nada além de mais dinheiro – e ele engana e explora o seu filho para lucrar cada vez mais. Muitos dos burgueses descritos como típicos nos romances de Balzac, sobretudo os mais ricos, são gananciosos, sovinas e sem escrúpulos. Nesse grupo, temos Finot, um importante dono de jornal, que em determinado momento diz para o seu empregado Lucien:

*ultimamente, sabe, tenho padecido de uma infelicidade sem remédio: sou filho de um chapeleiro que ainda vende chapéus na rua du Coq. Só mesmo uma revolução é que poderá me levar a ter sucesso; e, na falta dessa agitação social, preciso ter milhões. Não sei se, dessas duas coisas, a revolução não é a mais fácil. Se eu carregasse o nome do seu amigo, estaria numa bela situação. (p. 328.)*

Aqui transparece toda a complexidade do processo. Finot sabe que, com a sua origem, alcançar o topo da hierarquia social era tarefa quase impossível. Ao contrário de Goriot, seu pai permaneceu exercendo a mesma atividade manual incompatível com suas pretensões, o que também evidencia a manutenção do apreço e orgulho de muitos artesãos e trabalhadores pelo seu ofício, a despeito da pouca remuneração. No entanto, a tarefa era quase impossível. Uma nova revolução como a de 1789 permitiria nova abertura para a elite dirigente ou então, com muitos milhões, ele talvez fosse bem sucedido, mas o caminho continuaria difícil. Agora, se ele tivesse um nome ilustre, ou seja, se já possuísse laços de sangue com alguma família de prestígio, “estaria numa bela situação”.

Esses são apenas alguns exemplos dos inúmeros personagens de Balzac que superam a pobreza e total desclassificação de sua infância e se tornam muito ricos, exercendo influência em suas áreas de atuação ou, mais raramente, na política local. No entanto, para transcender esse prestígio parcial, eram necessários “imensa fortuna, serviços prestados, altíssimas proteções”. Não é à toa que Claude-Joseph Pillerault, personagem que começara como caixeiro e se tornara um rico comerciante, é descrito como pertencente “à parte operária anexada pela revolução de 1789 à burguesia”<sup>75</sup>. Um jornal francês de 1830 afirmou que “quem quer que nas classes inferiores tenha inteligência e probidade, entra com sua família nas categorias da burguesia e ali permanece (...) Incessantemente a burguesia se recruta no povo, incessantemente há novas famílias burguesas”<sup>76</sup>. O mundo burguês tornara-se aberto e amplo, não o da aristocracia – ou pelo menos em grau muito menor. Assim, torna-se compreensível que determinados setores da burguesia, mais ricos e (que se viam como) mais refinados, passassem a tentar com mais afinco se tornarem nobres e destacarem-se da massa que vinha se aproximando deles desde a Revolução Francesa.

*Ascensão e queda de César Birotteau*, como o próprio título sugere, conta a trajetória do burguesíssimo Birotteau, que superou a origem humilde, enriqueceu e, ao tentar ascender até o topo, decaiu. Em grande medida, o romance reitera tanto as possibilidades como as barreiras que vimos até aqui. Cesar Birotteau, filho de um camponês, saiu de sua província para Paris aos quatorze anos com apenas um luís no bolso, “um par de sapatos ferrados, uma calça e meias azuis, seu colete florido, veste de camponês, três grossas

---

<sup>75</sup> BALZAC, HONORÉ. **Ascensão e queda de Cesar Birotteau**. Porto Alegre: L&PM, 2006. p. 104. Todas as citações desse romance serão retiradas desta edição.

<sup>76</sup> DAUMARD, Op. Cit., p. 138.

camisas em bom tecido e seu bastão de viagem”. (pp. 35-36.) Pela descrição, vemos que não era um miserável, até porque já sabia ler e escrever, mas estava longe de uma situação confortável. Conseguiu emprego como vendedor em uma loja de perfume de *monsieur* e *madame* Ragon, que pagavam pouco e “falavam-lhe como a um cão”. (p. 36.) Sua vida de sofrimento e pobreza, mas de intenso aprendizado, teve a primeira mudança, previsivelmente, durante a grande revolução:

*Quando o terrível recrutamento militar, no ano II [1792-1793] da Revolução Francesa, esvaziou a casa do cidadão Ragon, César Birotteau, promovido a segundo funcionário, aproveitou a circunstância para obter cinquenta francos mensais de pagamento e sentou-se à mesa dos Ragon, em inefável alegria. (...) Nos decadi<sup>77</sup>, vestido como os jovens do tempo, a quem a moda ordenava afetar maneiras brutais, o meigo e modesto camponês assumia ares a torná-lo ao menos igual a eles e dessa forma atravessou as barreiras que, em outros tempos, a condição de trabalhador teria colocado entre ele e a burguesia. Ao final do ano, sua honestidade promoveu-o ao caixa. (p. 37-38.)*

Junto com a reconhecida capacidade de trabalho e lealdade, logo ficamos conhecendo a inteligência para ganhar dinheiro de Cesar Birotteau que, em 1794, possuía cem luíses, “trocou-os por seis mil francos de papéis do governo, comprou apólices a trinta francos, pagou-os às vésperas do dia em que a escala de desvalorização teve curso na Bolsa e encerrou sua inscrição com inefável alegria”. (p. 38.) No mesmo ano tornou-se primeiro funcionário de *monsieur* Ragon e, em 1800, “dono de mil francos de renda em títulos públicos” (p. 39.), comprou a perfumaria e, em seguida, casou-se com Constance. Alguns anos mais tarde, desenvolveu uma ideia para duas pomadas que fizeram tanto sucesso que comprou “os casebres e os terrenos do arrabalde do Temple, construiu ampla fábrica”. (p. 48.) Nesse momento, reencontramos a barreira de sempre para um homem com essa trajetória: a ausência de educação formal de alguém que nasceu camponês e teve que trabalhar duro para enriquecer.

*Ao vir para Paris, César sabia ler, escrever, contar e nada mais: sua vida de muito trabalho impedira-o de alcançar as ideias e conhecimentos que fossem além do comércio de perfumarias. Sempre mesclado a pessoas a quem as ciências e as letras*

---

<sup>77</sup> Denominação dos dias de repouso no calendário instituído em 1791.

*eram indiferentes, de instrução limitada a especialidades, sem desfrutar de tempo livre para pesquisas elevadas, o perfumista veio a ser um homem prático. Casou-se, obrigado, com a linguagem, os erros, as opiniões do burguês parisiense, a admirar Molière, Voltaire e Rousseau de ouvir falar, a comprar suas obras, sem lê-las (...). (p. 51.)*

A falta de erudição e mesmo de capacidade intelectual do burguês enriquecido é uma marca nesses personagens de Balzac que, nesse romance, realça o que para ele é a essência desse tipo. Depois de descrever a falta de estilo das roupas do protagonista, o narrador conclui:

*Assim era Cesar Birotteau, digno homem a quem os mistérios que presidem o nascimento dos homens recusaram a faculdade de julgar a universalidade da política e da vida e de elevar-se acima do nível social sob o qual vive a classe média, a seguir em tudo a errônea rotina: todas as suas opiniões, ele as tinha ouvido e aplicava-as, sem examiná-las. (p. 62.)*

Para não deixar dúvidas em relação ao aspecto exemplar de Cesar Birotteau, o narrador afirma desejar

*Que esta nossa história possa a vir a ser o poema das vicissitudes burguesas com que nenhuma voz sonhou, tanto elas parecem despidas de grandeza, enquanto são ao mesmo tempo imensas: aqui, não tratamos de um único homem singular, mas de toda uma multidão em sofrimento. (p. 64.)*

Reforçando o caráter burguês de Cesar Birotteau, Balzac o faz casar-se com Constance, que, diferentemente de madame Bovary,

*desejava ser mulher honesta, boa mãe de família, e seguir a vida cumprindo o religioso programa da classe média. Esse papel, aliás, casava-se bem melhor com suas ideias do que as vaidades perigosas que seduziam tantas jovens parisienses. Sem brilhar pela inteligência, Constance ofertava o tipo pequena burguesa que não trabalha sem um pouco de suor (...), que só compreende as ideias mais simples, as pequenas moedas espirituais, que mede tudo, tem medo de tudo, calcula tudo, sempre a prever, a pensar no porvir. (p. 42-43.)*

Em outros termos, a mediocridade intelectual e o desconhecimento dos costumes mais “civilizados” caracteriza o burguês de Balzac, bem como, é claro, seu tino comercial e vontade de enriquecer. Um aspecto que diferencia os burgueses entre si e, como vimos, o seu destino na obra balzaquiana, é a maior ou menor extensão de suas ambições políticas e sociais.

*Ascensão e queda de Cesar Birotteau* inicia com o protagonista já estabelecido e rico, começando a sonhar com a alta sociedade. Conta à mulher que pretende dar uma grande festa para celebrar o recebimento da cruz de cavaleiro da Legião da Honra. Nesse mesmo momento, somos informados de que o rei, que colocou o seu nome em primeiro na lista obrigatória de quatro cruces conferidas ao corpo municipal de Paris, havia conhecido Cesar Birotteau por intermédio de seu antigo patrão Ragon, e que por isso se tornara fornecedor de pó para o rosto do monarca. Portanto, o mérito pessoal contou bem pouco para a indicação. Além disso, ele estaria sendo recompensado pela participação na revolta monarquista de 1795 contra Napoleão Bonaparte – e mais tarde descobrimos que, além de ter sido a única ação política do personagem em sua vida, seu papel fora insignificante. Esse foi também o motivo para, após a queda do imperador, ele ter sido convidado para um cargo público sem grande relevância em Paris. Talvez este seja, para Balzac, o ponto máximo de ascensão social para um homem com origem humilde: riqueza material, honra menor e posição política de pouca importância. No entanto, o convite para entrar em uma grande especulação imobiliária ao lado de pessoas de enorme prestígio se transformou no fator decisivo para o perfumista se achar digno de mais destaque do que imaginara até então. Pensando no seu futuro depois de receber a proposta, começou inclusive a planejar se tornar deputado de Paris. Ao contrário de Cesar, sua mulher mantém os pés no chão e alerta o marido para os perigos dessa sua nova ambição: “nem você nem eu tivemos educação; não sabemos falar nem nada, como você deseja que venhamos a vencer nas altas posições governamentais?” (pp. 28-29.) Havia sido ela, inclusive, a convencê-lo a recusar o cargo, mas ele não a ouviu, e assim começou a sua queda.

Os preparativos para a festa transcorrem ao longo da primeira parte do romance e não deixam dúvidas de que será suntuosa, haja vista a megalomaniaca reforma da casa e a preparação da lista de convidados, contendo todas as famílias renomadas da vizinhança, mesmo aquelas que mal conheciam o novo cavaleiro. Apesar da grande precipitação, a

celebração acaba sendo um sucesso, embora o narrador não deixe dúvidas sobre o público dominante e o gosto da festa:

*À exceção das três mulheres que representavam a Aristocracia, a Finança e a Administração (...), de brilhante beleza, gestos e maneiras a roubar a reunião, as outras mulheres ofertavam ao olhar toaletes pesadas, sólidas, um quê demasiadamente novo rico que dá às massas burguesas um aspecto comum, que a leveza, a graça daquelas três mulheres ressaltava cruelmente. (...)*

*É mais difícil explicar a diferença que distingue a [alta] sociedade da burguesia do que à burguesia transcendê-la. Essas mulheres, incomodadas por suas roupas, sabiam-se endomingadas e deixavam ver ingenuamente uma alegria a provar que o baile era uma raridade em sua vida ocupada; enquanto as três belas exprimiam, cada uma, uma esfera do mundo e apresentavam-se como deviam apresentar-se no dia seguinte, sem o ar de terem se vestido expressamente para o baile, e não se contemplavam nas maravilhas inabituais de seus enfeites, e comportavam-se naturalmente, sem a artificialidade burguesa, e não se inquietavam com seus efeitos, tudo estava pronto desde que, diante de seus espelhos, elas tinham lançado a última mão à obra de sua toailete de baile; suas figuras não revelavam nada de excessivo, elas dançavam com a graça e a desenvoltura que gênios desconhecidos deram a algumas estátuas antigas. As demais, ao contrário, marcadas pelo estigma do trabalho, mantinham poses vulgares e divertiam-se muito; seus olhares eram inconsideradamente curiosos, suas vozes não conservavam esse leve murmúrio que dá às conversas do baile um picante inimitável; elas não tinham, sobretudo, a séria impertinência que contém o epigrama em germe, nem essa tranquila atitude com que se reconheciam as pessoas habituadas a conservar um grande domínio sobre elas mesmas. (p. 160-162.)*

Aqui, confirma-se a elite banqueira como já fazendo parte de outra esfera social e repete-se o estigma de não civilizados para os burgueses em geral, pelo menos em comparação com a nobreza. No final do trecho, evidencia-se o fator que, como vimos, tornou-se a base para a tese de Norbert Elias sobre a nobreza francesa durante o absolutismo: o grande domínio sobre si mesma. Todo o refinamento dos costumes pregado pela elite absolutista tinha como base o autocontrole e o comportamento refletido e



padronizado, aspectos que, em grande parte, caracterizaram o mundo da alta burguesia do fim do século XIX.

Voltando ao longo trecho transcrito, vemos novamente explicitada uma reverência pelo mundo aristocrático na obra balzaquiana e, outro lado da mesma moeda, sua crítica aos burgueses que tentavam se comparar a esse mundo e adentrá-lo. Tanto é assim que a segunda parte do romance trata da rápida decadência do protagonista, que foi enganado no negócio de especulação imobiliária, perdeu muito dinheiro e se viu sem condições de pagar as dívidas contraídas para a realização da festa. Envergonhado com a situação e tendo caído em descrédito no mundo comercial de Paris, Cesar Birotteau procurou obter empréstimos em bancos. Ao entrar na antessala de um estabelecimento financeiro de segunda classe, certo de que seu *status* seria suficiente para ser bem atendido,

*Birotteau se viu no meio de um grupo de jornalistas, corretores de câmbio, altos comerciantes, homens de negócios, estrangeiros, e, sobretudo, por pessoas íntimas que cruzavam o salão e batiam de maneira especial à porta do gabinete no qual tinham o privilégio de entrar.*

*Quem sou eu no meio desta máquina?, perguntou-se Birotteau, inteiramente aturdido (...). (p. 195.)*

E, quando finalmente foi atendido,

*O luxo aristocrático desse gabinete repleto de quadros, estátuas, obras de arte; o atulhamento da lareira, a pilha de interesses nacionais ou estrangeiros amontoados como fardos, tudo surpreendia Birotteau, diminuindo-o e aumentando o terror que lhe enregelava o sangue. (p. 197.)*

Rapidamente, portanto, Birotteau compreende qual é o seu lugar e dá razão ao que sua mulher lhe dissera. Talvez por esse rápido reconhecimento, ou talvez porque suas ambições não foram tão “impertinentes” como a de Lucien, de *Ilusões Perdidas*, o comerciante conseguiu, ao fim do romance, pagar suas dívidas e limpar o seu nome, mas com grandes perdas no processo, para além da riqueza material. Sua mulher teve de voltar a trabalhar e resolveu se empregar na fábrica de um antigo empregado e então seu sócio, Popinot. O mesmo que sempre fora apaixonado pela filha do casal, mas que tinha sido desencorajado a seguir adiante por não estar “à altura” dos planos que tinham sido feitos

para Cesarine, educada da maneira mais refinada possível. Ao final, os dois se casam com aprovação dos pais, seja pela lealdade e ajuda que ele deu nos tempos difíceis, seja porque certamente não mais apareceriam pretendentes ilustres àquela altura...

Balzac foi muito preciso em apontar algumas das características e limites da mobilidade social na França de sua época, indo ao encontro da historiografia referida aqui. Tratava-se de uma questão-chave para aquele que quis analisar a sua sociedade – não à toa deu o nome de *Estudos dos costumes no século XIX* para a maior das três partes de *A comédia humana*. Como afirmou Erich Auerbach, o autor considerava “a sua atividade criativa e artística como uma atividade histórico-interpretativa, de natureza mesmo histórico-filosófica” e considerava “o presente como história; isto é, algo que ocorre surgindo da história”<sup>78</sup>. Talvez tenha sido o escritor que melhor explicitou seu projeto analítico, mas de forma alguma estava sozinho, pois muitos outros romancistas contemporâneos de Balzac compartilhavam do mesmo objetivo, de forma mais ou menos consciente. Franco Moretti, por exemplo, demonstrou que a forma pela qual Dickens e Balzac se utilizaram das cidades, mostrando em que bairros seus personagens moram, por onde se movimentam, em que locais se encontram etc., não tinha nada de aleatório e estava de acordo com as descrições sociológicas que começavam a aparecer naquele momento, evidenciando a preocupação em compor situações verossímeis e, ao mesmo tempo, a intenção de ressaltar o caráter bem marcado daquelas metrópoles<sup>79</sup>. Essa preocupação com a representação do real é a própria essência do gênero romance, como vimos na introdução. O que os autores do século seguinte fizeram, de acordo com Auerbach, sobretudo os franceses (Stendhal, Balzac e Flaubert), foi pensar essa realidade dentro de uma perspectiva histórica. Como prova de que o projeto desses escritores em fazer uma espécie de sociologia em seus romances antes mesmo que ela existisse como disciplina autônoma foi em grande medida bem sucedido, podemos mencionar a já referida obra de Thomas Piketty, que usou as ações de personagens de romances para confirmar e exemplificar as estratégias de concentração da riqueza na Europa oitocentista. Segundo ele, “Austen, Balzac e outros

---

<sup>78</sup> AUERBACH, ERICH. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 430.

<sup>79</sup> MORETTI, FRANCO. *Atlas do romance europeu: 1800 – 1900*. São Paulo: Boitempo, 2003. Ver especialmente o capítulo 2, Conto de duas cidades, p. 87 – 150.

escritores da época desnudaram os meandros da desigualdade com um poder evocativo e uma verossimilhança que nenhuma análise teórica ou estatística seria capaz de alcançar”<sup>80</sup>.

Isso não significa, obviamente, que eram análises neutras. Se hoje sabemos que nem mesmo pesquisadores profissionais são capazes de fazê-lo, o que diremos desses intelectuais ainda muito distantes da discussão sobre o lugar social do observador/pesquisador? Moretti defendeu, em artigo muito interessante, que o romance oitocentista procurava forjar um compromisso entre dois sistemas ideológicos, um burguês e outro conservador.

*Vem à luz uma estrutura compósita, que distribui as almas da classe dominante europeia em níveis distintos do texto, conseguindo assim fazer com que convivam: o capitalismo e o plano da narrativa, com o ritmo regular do seu novo presente; o conservadorismo político e as pausas descritivas, em que é mais forte o peso e a visibilidade do passado.*<sup>81</sup>

Ainda que não caiba uma explicação detalhada do argumento de Moretti, aqui ultra sintetizado, menciono-o porque o tratamento dado por Balzac à aristocracia em sua obra reforça a ideia de uma visão conservadora. Apesar de, individualmente, os nobres poderem ter as mesmas virtudes e defeitos dos burgueses, como grupo social eles são sempre descritos de forma positiva e até mesmo idealizada. Nos três romances referidos, como na maior parte da obra balzaquiana, o narrador é onisciente e em terceira pessoa, mas a todo momento emite juízos de valor de forma explícita, elogiando a graça, os modos, a erudição, a harmonia da nobreza, em contraste com a falta de jeito, o gosto duvidoso e o desinteresse pelo conhecimento intelectual e artístico da burguesia. Segundo David Harvey, “a crítica central que Balzac faz à burguesia é, no entanto, o fato de ela ser incapaz de intimidade ou de sentimentos profundos porque reduziu tudo à frieza do cálculo e ao egoísmo da valorização do dinheiro, do capital fictício e da busca do lucro”<sup>82</sup>. Nesse sentido, podemos facilmente incluir Balzac no grupo de artistas que combatiam o mundo burguês referido por Peter Gay e, ao mesmo tempo, relativizar a interpretação corrente de que uma das maiores marcas e inovações dos romances de Balzac é o poder do dinheiro na sociedade. Sim, ele

---

<sup>80</sup> PIKKETY, Op. Cit., p. 10.

<sup>81</sup> MORETTI, FRANCO. O século sério. In: MORETTI, FRANCO. **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 854.

<sup>82</sup> HARVEY, DAVID. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 68.

está em todo lugar mas, como vimos, não conseguia corromper ou comprar tudo, pois o ingresso na alta sociedade, por exemplo, dependia de outros fatores.

Esse não era o único caminho possível. Stendhal, em *O vermelho e o negro*, por exemplo, conta uma história em muitos pontos semelhante a de *Ilusões perdidas*; no entanto, a imagem da nobreza que sobressai não é positiva. No clássico de Stendhal, o protagonista Julien, filho de um artesão de província, quer alcançar o topo da sociedade, como seu ídolo (e também do próprio autor) Napoleão Bonaparte. Sabendo que o único caminho para isso, depois da Restauração, era a Igreja, ingressa no seminário e se torna um padre bastante culto. Por uma série de reviravoltas do enredo, termina trabalhando para um grande nobre parisiense, o Sr de la Mole, e se envolve em um complicado caso de amor com a filha dele. É também por amor a Mathilde de la Mole que comete um crime contra a esposa de um prefeito de província, sua ex-amante, e acaba condenado à morte.

Por um lado, o arrivista Julien não é descrito de forma mais positiva do que Lucien. Os dois são ambiciosos, dispostos a fazer qualquer coisa pela ascensão e ambos se atrapalham quando tentam demonstrar modos civilizados diante da alta sociedade. Só que em *O vermelho e o negro*, não há qualquer idealização da nobreza. Na obra de Stendhal, os nobres são arrogantes sem qualquer mérito, e suas tentativas de justificar sua posição por meio da hereditariedade e erudição aqui nunca são convincentes. Os ataques do autor, portanto, se voltam tanto para a burguesia arrivista como para a aristocracia parasitária. O fim do romance é ambíguo: por um lado, Julien aceita sua condenação à morte com dignidade (civilidade?), e por ele choram todas as mulheres da cidade e se humilham duas damas da alta nobreza, uma delas grávida de seu filho; por outro, morreu cedo sem nada conquistar de fato, e mesmo o seu filho tem futuro incerto devido à situação ilegítima. Em última instância, todos perderam.

Uma questão aberta é se o conservadorismo dos narradores balzaquianos reflete a opinião do próprio autor, uma vez que ele sempre pune os arrivistas que procuram se colocar em pé de igualdade com a alta sociedade e não “sabem o seu lugar”. A biografia de Balzac parece apontar para essa interpretação. Seu pai havia alterado o próprio sobrenome (de Balssa para Balzac) por achar mais elegante e, depois da Revolução Francesa, inseriu o “de”, tornando-se Bernard-François de Balzac. Com a Restauração, muitos acharam interessante adicionar essa partícula ao nome, indicativo de nobreza na França. Mesmo

sabendo da artimanha, Honoré fez questão de continuar utilizando o “de Balzac” como forma de distinção, apesar de todos a sua volta saberem se tratar de uma falsificação. Aos 25 anos, tornou-se amante de uma duquesa quinze anos mais velha, d’Abrantès, viúva do general napoleônico Junot, que parece tê-lo deslumbrado com o glamour de seu mundo. Se teve, como dizem, alguma admiração por Napoleão Bonaparte, esse caso amoroso “Num instante fez Lucien [Balzac] abjurar suas ideias típicas do populacho a respeito da quimérica igualdade de 1793, despertou-lhe a sede das distinções”... Mais tarde manteve relações íntimas com marquesa de Castries, dez anos mais velha, pertencente à nobreza do Antigo Regime, o que reforça a atração que esse mundo passou a exercer sobre o escritor. Repudiou a Revolução de 1848, que instituiu a Segunda República na França, e resolveu sair do país no ano seguinte. Mudou-se para a Ucrânia, próximo de outra amante, mais uma aristocrata, polonesa, viúva de um conde proprietário de um domínio de 21 mil hectares, com mais de três mil servos. Nesse período chegou a fazer o elogio do absolutismo czarista<sup>83</sup>. A frase que abre *A comédia humana* também se caracteriza pelo conservadorismo: “escrevo com o vislumbre de duas verdades eternas: a monarquia e a religião”.

Outra hipótese: Balzac se fazia de reacionário e externava essas opiniões para, dessa maneira, bem ao gosto de seus personagens arrivistas, aproximar-se da aristocracia, obter a aceitação pela alta sociedade e abrir portas para a sua obra. Curiosamente, cometeu ao longo da vida os mesmos erros de seu personagem Lucien, mostrando-se perdulário, vestindo-se de forma desajeitada e gastando por conta do que imaginava ganhar com sucessos futuros – o que nunca ocorria. Além disso, seu lado provinciano (nasceu em Tours) foi mais um obstáculo para a sua aceitação, que acabou nunca ocorrendo. Tornou-se conhecido, é verdade, e teve algumas obras de sucesso imediato, mas passou a vida endividado, e tanto o *grand monde* como a crítica literária, com algumas importantes exceções, mantiveram-no excluído. A rejeição de seu nome para a Academia Francesa de Letras, diversas vezes seguidas, é uma confirmação disso. De qualquer forma, independentemente de admirar o mundo da nobreza ou apenas fingir o apreço para conquistar seus favores, o importante é destacar que Balzac sempre demonstrou opiniões políticas e sociais conservadoras, o que vai ao encontro do que vimos analisando em seus

---

<sup>83</sup> TAILLANDIER, FRANÇOIS. **Balzac**. Porto Alegre: L&PM, 2006. p. 93.

romances. Por partir desse ponto de vista aristocrático e não do burguês, nada mais natural do que colocar a ascensão social no centro de seus enredos e condená-la. Fez isso, por um lado, elaborando enredos em que as personagens arrivistas sempre fracassam; e, por outro, desenvolvendo narradores que intervêm constantemente, ressaltando os perigos envolvidos nesse processo, criticando os que procuravam subir e alertando aqueles cuja hegemonia estava sendo ameaçada.

Quem rompeu de forma radical com o compromisso de explicitar um veredicto sobre os eventos descritos foi Gustave Flaubert, em *Madame Bovary*, lançado em 1856, seis anos após a morte de Balzac. Na maior parte do romance o narrador assume o papel de relator invisível, qualidade que exige dele “uma atitude impassível diante do que narra e proíbe que se intrometa no relato para tirar conclusões ou sentenças. Sua função é descrever, não absolver nem condenar”<sup>84</sup>. Além disso, o uso abundante do discurso indireto livre, “que aproxima tanto o narrador onisciente da personagem que as fronteiras entre ambos se evaporam”<sup>85</sup>, gera uma ambiguidade de interpretação que está na origem do processo que abriu este capítulo.

Balzac constituiu-se provavelmente no mais sofisticado analista da mobilidade social, pois retratou uma série de elementos que a historiografia vem destacando, como vimos acima. Entretanto havia outra maneira, completamente diversa, de lidar com a mesma questão. Encontramos essa alternativa em obras que hoje não fazem parte do cânone, mas que, além de serem a imensa maioria, eram tão ou mais lidas do que as que se tornaram icônicas. Trata-se de romances populares, principalmente aqueles conhecidos como romance-folhetim. Gênero – se é que assim podemos chamá-lo – surgido na França, na década de 1830, que tinha como objetivo atrair um público mais amplo para os jornais, deixando de privilegiar aqueles que podiam pagar caras assinaturas. Nascendo simplesmente como uma ficção publicada aos pedaços, acaba adquirindo características próprias. De acordo com a especialista no assunto, Marlyse Meyer,

*A almejada adequação ao grande público, a necessidade do corte sistemático num momento que deixe a atenção em “suspense” levam não só a novas concepções de estrutura (...) como a uma simplificação na caracterização dos personagens, muito*

<sup>84</sup> LLOSA, Mario Vargas. **A orgia perpétua: Flaubert e Madame Bovary**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. p. 219.

<sup>85</sup> Idem, p. 239. Para uma discussão mais detida sobre o uso do indireto livre e suas implicações sociais na segunda metade do século XIX, ver MORETTI, Op. Cit.

*romântica na sua distribuição maniqueísta, assim como a uma série de cacoes estilísticos.*<sup>86</sup>

Feitos de forma apressada, muitas vezes sob a pressão dos editores dos jornais e revistas, seus autores não tinham tempo e nem o desejo de apreender os fenômenos sociais em toda a sua complexidade. De caráter mais superficial, escritos para entreter um público amplo e variado, por conta da expansão lenta mas constante da alfabetização, esses romances procuravam trabalhar mais com os ideais do liberalismo – a possibilidade de ascensão e declínio, a igualdade entre os homens – e do amor romântico do que com a forma pela qual esses elementos de fato se davam.

Passemos, então, para a análise de como esse tipo de literatura tratou da mobilidade social. Um exemplo bastará: *O romance dum rapaz pobre*, de Octave Feuillet, que fez muito sucesso na França e também no Brasil, onde foi apresentado em forma de peça teatral<sup>87</sup> e recebeu elogios, embora com ressalvas, do jovem crítico Machado de Assis<sup>88</sup>. Em uma introdução à publicação de 1888 em Portugal, Maria Amália Vaz de Carvalho teceu comentários que expressam algumas das principais características dos folhetins oitocentistas, vistos por muitos críticos como seus piores defeitos, porém, como ressaltado por ela, também a provável razão de sua ótima recepção pelo público e da longevidade da fórmula.

*Vejam os personagens, um tanto ilógico mas sedutor no mais requintado grau, de Margarida Laroque. Haverá muita verdade nesta criação prestigiosa e toda graça?*

*Não há.*

*Mas o que importa, se ela nos rouba por momentos ao mundo das tristes e mesquinhas realidades, das vis misérias quotidianas e inevitáveis?... (...)*

*Mas – dizem os inimigos da escola de Feuillet – tudo isso é mentira, é ilusão, é falso jogo de falsos sentimentos e de falsas paixões!*

<sup>86</sup> MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 31.

<sup>87</sup> AZEVEDO, SÍLVIA MARIA. Joaquim Norberto e a invenção do folhetim nacional. In: NORBERTO, Joaquim. **Romances e novelas**. São Paulo: Landy, 2007. p. 32.

<sup>88</sup> MASSA, JEAN-MICHEL. **A juventude de Machado de Assis (1839-1970): ensaio de biografia intelectual**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 228.

*E em que é verdadeira a monstruosa concepção que eles [defensores da escola realista e naturalista] têm do Homem e das suas paixões e dos seus erros, da Vida e dos acontecimentos e dos seus fenômenos?*

*Entre a falsidade duns e doutros, antes a falsidade que me entretém suavemente o espírito e me embala (...) a imaginação; entre as heroínas impossíveis de Feuillet e as impossíveis figuras híbridas de Zola, as primeiras são em todo o caso aquelas com quem eu prefiro conviver. (...)*

*[As personagens] de Feuillet amam, as de Feuillet sentem, sofrem, agonizam no seu crime, lutam contra sua paixão, e quando às vezes (...) querem ser mais fortes do que a Vida, são implacavelmente esmagados por ela.<sup>89</sup>*

Como afirmou a escritora portuguesa, o foco nos sentimentos e as cores fortes, estereotipadas das personagens são a marca desses romances, e não a análise da sociedade. A simples descrição do enredo revela a falta de preocupação com a verossimilhança: um jovem nobre, da primeira metade do século XIX, vive uma vida de luxo e ócio até descobrir, com a morte do pai, que a família está afundada em dívidas. O único indício da situação até então fora a insistência da mãe para ele estudar, o que não fez. (“Como é que minha mãe quer que eu, nesta idade, nesta situação e com meu nascimento me vá sentar num banco de escola?”<sup>90</sup>) Os filhos, portanto, ignoraram completamente o empobrecimento e mantiveram seu cotidiano inalterado em um momento em que os gastos de uma vida aristocrática demandavam muito dinheiro. Em seguida à trágica notícia, o advogado responsável por cuidar do inventário repassa duas propostas para o novo marquês: uma para se tornar sócio de uma empresa de grande porte que, pela sua pretensão, “só pode sair-se bem dela com a cooperação da classe aristocrática deste país”<sup>91</sup>; a outra para se casar com a filha de um negociante honrado, que se retirara há pouco do comércio, e que possuía doze mil cruzados de renda. Como vimos, as duas propostas encontram eco nas práticas reais, pois um sobrenome ilustre podia abrir portas para um mercado de luxo e, ainda mais recorrente, comerciantes ricos precisavam unir suas filhas com nobres para serem aceitos na alta sociedade. Este pai, inclusive, já havia abandonado o comércio, pois devia saber, como Goriot, que a permanência em uma atividade “desonrada” inviabilizava o projeto. O incrível

<sup>89</sup> CARVALHO, MARIA AMÁLIA VAZ. Introdução. In: FEUILLET, OCTAVE. **O romance dum rapaz pobre**. Tradutor: CAMILO CASTELO BRANCO. Edição digital: (zero papel), dezembro de 2011.

<sup>90</sup> FEUILLET, Op. Cit., capítulo 1.

<sup>91</sup> Idem, capítulo “Quinta feira”.



é a resposta do jovem marquês: “Está tomada a minha resolução: de amanhã em diante rejeitarei um título ridículo na minha situação, e que me expõe a miseráveis empresas de intriga”<sup>92</sup>. Para tornar a situação ainda mais dramática, descobrimos que poucas semanas depois da morte do pai o protagonista já passa fome, literalmente – o mesmo que se encontrava viajando no exterior com total conforto no momento da morte do pai. E apesar de esse herói ter se mostrado totalmente desvinculado dos valores do trabalho e esforço individual, pede para o advogado encontrar uma ocupação humilde e honesta para sustentar a irmã de forma digna. Arranja-se, então, para ele um trabalho de mordomo, sob uma identidade falsa e plebeia, em um castelo de uma abastada família burguesa. Uma vez estabelecido no castelo (nem é preciso dizer que o jovem marquês acaba se tornando um mordomo exemplar), o eixo da história passa a ser a paixão entre o marquês-mordomo e a filha dos proprietários do castelo. Ela teme casar-se com alguém que esteja apenas de olho em sua riqueza, da mesma forma que o protagonista recusa-se a se ligar a alguém que deseje somente seu título. Após uma longa lista de desenganos, muito sofrimento e algumas reviravoltas espetaculares, os dois, no último capítulo, conseguem ficar juntos, ricos e nobres.

Se, a primeira vista, o enredo apresenta elementos inverossímeis, devemos lembrar, conforme argumentou Wolfgang Iser, que “a relação opositiva entre ficção e realidade retiraria da discussão sobre o fictício no texto uma dimensão importante, pois, evidentemente, há no texto ficcional que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também deve ser de ordem sentimental e emocional”<sup>93</sup>. Trata-se exatamente do caso em *O romance dum rapaz pobre*, onde o autor desenvolveu uma história que explorava as possibilidades contidas no mundo defendido pela ideologia liberal, amplamente difundida na Europa oitocentista, embora sem representar exatamente a sociedade europeia real, que ainda girava em boa medida em torno do poder econômico e influência da nobreza. No mundo teoricamente aberto ao talento e sem diferenças de nascimento do liberalismo, todos podiam alcançar tanto o topo como o fundo do poço, pois disso dependia apenas a competência e o empenho individual. Os folhetins, com frequência, colocavam os personagens vivenciando os dois extremos – algo que, na prática, raramente acontecia. No

---

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>93</sup> ISER, WOLFGANG. Os atos de fingir ou o que é fictício no ficcional. In: LIMA, LUIZ COSTA (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. v 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 958.

entanto, retomando Iser, muitas vezes “o imaginário ganha uma determinação que não lhe é própria e adquire, deste modo, um predicado de realidade (...). Na verdade, o imaginário não se transforma em um real por efeito da determinação alcançada pelo ato de fingir, muito embora possa adquirir aparência de real na medida em que por este ato pode penetrar no mundo e aí agir”<sup>94</sup>. Assim, os romances certamente agiram como um elemento difusor do liberalismo<sup>95</sup>.

Ainda que de formas variadas, fica evidente como a mobilidade social estava presente nas mais diversas obras literárias do século XIX na França, embora com enfoques bastante diferentes. Isso se deve à própria sociedade francesa daquele momento. O país viveu intensamente a propaganda iluminista e uma Revolução justificada por essas ideias e, por isso mesmo, desenvolveu uma série de instituições e leis liberais. Entretanto, a população viu a França de Napoleão ser arrasada e assistiu à volta dos Bourbon – primeiro um cauteloso Luis XVIII e depois um Carlos X autoritário e saudosos do absolutismo –, que reestabeleceram o prestígio e alguns dos privilégios da nobreza. Como observamos, isso aconteceu ao mesmo tempo em que a alta burguesia se uniu a esse grupo e decidiu marcar a sua distância em relação à população em geral, principalmente depois da radicalização popular vista nos levantes de 1848. Assim, boa parte dos leitores devia vibrar com a pobreza extrema de um nobre, mesmo que o grupo ainda gerasse certo fascínio<sup>96</sup>, e ainda mais com os personagens que obtinham reconhecimento e riqueza – além do amor da sua vida – graças ao seu empenho, pois isso estava longe da sua vida cotidiana. Ao mesmo tempo, essas histórias reforçavam a crença no liberalismo e mantinham a esperança do homem comum de um dia estar em um degrau mais alto na sociedade.

### 1.5 Ascensão social no romance inglês

Uma rápida observação das palavras utilizadas na Inglaterra e na França para se referir ao mesmo grupo dá uma dimensão concreta de como as situações eram diferentes.

---

<sup>94</sup> Idem, p. 959.

<sup>95</sup> A mesma conclusão sobre esta função do romance como difusor de ideias no século XIX foi defendida por Lynn Hunt em relação aos direitos humanos. Ver HUNT, LYNN. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>96</sup> Os dois sentimentos convivem no romance de Feuillet: um dos empregados do castelo sente saudades dos padrões anteriores, que eram nobres (capítulo “1º de julho”); enquanto em outros momentos explicita-se que o dinheiro é o mais importante, e não o *status* (capítulo “25 de julho”).

Segundo Franco Moretti, o termo *bourgeois* não foi assimilado pela língua inglesa e permaneceu um estrangeirismo, sendo definido pelos dicionários do século XIX como “da ou pertencente à classe média francesa”<sup>97</sup>. A preferência britânica pela expressão “classe média” se deu pelo fato de, no Reino Unido, as tradicionais barreiras entre as ordens já estarem enfraquecidas há décadas e, portanto, o uso de “classe média” reforçava a ideia da sociedade como um *continuum*, enquanto a palavra “burguesia” parecia criar uma nova separação. O francês Toqueville parece concordar com esse diagnóstico, pois defendeu que na Inglaterra a mobilidade entre os diversos grupos sociais era aceita por todos como uma possibilidade – o que não significa dizer que se dava de forma simples ou sem obstáculos. Segundo ele, no século XVIII inglês,

*os nobres e os plebeus juntavam-se para fazer os mesmos negócios, escolhiam as mesmas profissões e, o que é muito mais significativo, casavam-se entre eles. A filha do mais alto gentil-homem já podia casar-se com um homem dos novos tempos sem que isto a desonrasse*<sup>98</sup>.

Essa opinião vai ao encontro do argumento de Auerbach, de que a transição para o que chama de realismo moderno – que identifica com “o tratamento sério da realidade cotidiana, a ascensão das camadas humanas mais largas e socialmente inferiores (...) e o esgarçamento de personagens e acontecimentos quotidianos quaisquer no decurso geral da história contemporânea”<sup>99</sup> – se deu de forma mais lenta e gradual na Inglaterra, pois as transformações políticas, sociais e econômicas que levaram o país a um novo modelo de sociedade foram menos turbulentas ali do que do outro lado do canal. Da mesma forma, a possibilidade de ascensão social também foi se impondo aos poucos, sem causar tantos traumas. Norbert Elias sugere, como causa para esse fenômeno, a ausência de um exército permanente expressivo na Inglaterra. Segundo ele, na Alemanha e em outras autocracias europeias, essa força era usada

*para manter e, frequentemente, reforçar a baixa permeabilidade de barreiras entre estratos. Como resultado [da relativa fraqueza do Exército britânico], o fluxo ascendente de modelos de classe média e descendentes de modelos aristocráticos na*

<sup>97</sup> MORETTI, FRANCO. **O burguês**. São Paulo: Três Estrelas, 2014. p. 18.

<sup>98</sup> TOCQUEVILLE, ALEXIS. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Universidade Brasília, 1982. p. 109.

<sup>99</sup> AUERBACH, Op. Cit., p. 440.

*Grã-Bretanha tornou-se, após uma lenta e intermitente fase no século XVII, relativamente constante, no século XVIII.*<sup>100</sup>

Enquanto isso, na França, mesmo em meados do século XIX, “famílias antigas e modernas que aparentemente confundem-se em tudo ainda evitam o mais possível misturar-se pelo casamento”<sup>101</sup>. Tocqueville exagerou a naturalidade do processo na Inglaterra como forma de ressaltar a situação francesa, mas os romances parecem confirmar o sentido geral da afirmação. Vimos nas obras de Balzac que o casamento da aristocracia com grupos “inferiores” só se dava em circunstâncias muito especiais, envolvendo dinheiro, educação e destruição do passado de trabalho manual ou de pobreza. Uma trajetória da miséria à riqueza não era matéria de admiração para a alta sociedade, que via mais valor no dinheiro antigo. Por ser um fenômeno recente, pelo menos na intensidade em que vinha ocorrendo, e suscitar tanta polêmica, a mobilidade social despertava muito interesse no público em geral, além de opiniões bastante diversas – e, por isso mesmo, estava tão presente nos romances franceses. Já na Inglaterra oitocentista, a questão não parece ter interessado tanto, pois o que se destaca ali é toda uma tradição de romances que envolvem somente a alta sociedade (Jane Austen e a chamada literatura *silver-fork*), cujas histórias se desenrolam basicamente nas casas de campo ou nas mansões luxuosas de Londres.

Em oposição a isso, temos, evidentemente, Charles Dickens. Ele voltou com frequência sua atenção para os marginalizados e seu cotidiano nas áreas mais pobres de Londres, porém, também nesses casos, a mobilidade social costuma permanecer longe do seu foco. Personagens eventualmente terminam melhor do que começaram – *Oliver Twist*, por exemplo – mas trata-se basicamente de um golpe de sorte, com fundo moral<sup>102</sup>, sem que o autor tenha se preocupado em retratar alguém que batalhou ou está batalhando por uma posição melhor e as dificuldades desse processo. Como disse Franco Moretti,

*Enquanto as personagens de Balzac mudam de classe (se são fortes e têm muita sorte), as de Dickens parecem, ao contrário, transcendê-la, indo acabar num reino encantado onde todos os relacionamentos são éticos e o milieu – a “forma*

<sup>100</sup> ELIAS, Os alemães, Op. Cit., p. 154.

<sup>101</sup> TOCQUEVILLE, Op. Cit., p. 110.

<sup>102</sup> Esta não é uma característica somente de Dickens. Outros romancistas ingleses oitocentistas, que por diversas razões podem ser classificados como realistas modernos, como Thackeray, possuem obras ainda imbuídas de moralismo típico do século XVIII, o que reforça a ideia de uma transição mais suave para o realismo na Inglaterra. AUERBACH, Op. Cit., p. 440 – 441.

*demoníaca” assumida pelas relações sociais, como escreve Auerbach em Mimesis – perdeu todo seu poder.<sup>103</sup>*

Portanto, casos de ascensão aparecem aqui e ali, mas não são o eixo fundamental da trama ou mesmo a motivação principal dos protagonistas. E quando encontramos uma personagem que ascendeu ao longo da trama, esse processo não é problematizado. Alguns exemplos disso podem ser tirados de *O livro dos esnobes escrito por um deles*, de W. M. Thackeray. Nesta obra composta por dezenas de artigos publicados originalmente no jornal *Punch*, ao longo de 1846, o autor ironiza a alta sociedade inglesa narrando casos de personagens tipificados como o esnobe do campo, o esnobe de clube, o esnobe do clero etc. Em vários textos, há referências a esnobes que ascenderam, ainda que fique sempre claro que não era tarefa fácil:

*Um homem torna-se muito rico, ou é bem sucedido no trabalho de assessor de ministro, ou ganha uma grande batalha, ou elabora um tratado, ou é um advogado esperto que ganha uma fortuna em honorários e ascende à corte da justiça; e o país o premia para sempre com uma coroa de ouro (com mais ou menos bolas e folhas) e um título e um posto de legislador. “Seus méritos são tão grandes”, a nação diz, “que seus filhos terão a permissão de reinar sobre nós, de certo modo. Não importa nem um pouco que seu primogênito seja um louco: achamos seus serviços tão notáveis que ele terá direito a honras quando a morte desocupar seus nobres sapatos. Se você é pobre, lhe daremos tamanha quantia de dinheiro que permitirá a você e seu primogênito viver para sempre em abundância e esplendor.<sup>104</sup>*

No trecho, vemos que não há muitas maneiras de ganhar um título, e quase todas envolvem enriquecer para tornarem-se noivos em potencial da nobreza. Há também um pequeno espaço para o mérito excepcional, mas, neste caso, para poder honrar o novo *status* de nobre, o Estado faz dele um milionário. Um exemplo desse caso é o esnobe da universidade:

*Não disfarça a própria origem, mas faz alarde dela com considerável orgulho: ‘fui menino de instituição de caridade, ele diz, ‘vejam o que sou agora, o maior especialista em grego da maior universidade do maior império do mundo’. Sendo que*

<sup>103</sup> MORETTI, Op. Cit., p. 140, grifo do autor.

<sup>104</sup> THACKERAY, W. M., *O livro dos esnobes escrito por um deles*. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 36.

*o raciocínio é que este é um ótimo mundo para mendigos, porque ele, sendo um mendigo, conseguiu chegar no topo.*<sup>105</sup>

De forma totalmente oposta à França, na Inglaterra um homem pode até mesmo se vangloriar de seu passado humilde, mas a conclusão evidencia como se tratava de exceção e não da regra. Mais interessante, porém, é notar que, para o narrador dessas pequenas histórias, apesar das diferenças entre o arrivista e o aristocrata tradicional, o fato de ocuparem o lugar mais alto da hierarquia os nivela, tanto socialmente, como em termos de esnobismo:

*Nossos esnobes da cidade grande têm a mesma mania de casamentos aristocráticos. Gosto de vê-los. Sou de natureza selvagem e invejosa – gosto de ver esses dois impostores que, dividindo, como dividem, entre si o império social deste reino, se odeiam com naturalidade, fazendo trégua e unindo-se pelos sórdidos interesses mútuos. Gosto de ver um velho aristocrata inchar-se de orgulho da raça, o descendente de ilustres salteadores noruegueses, cujo sangue tem sido puro há séculos, e que menospreza os ingleses comuns (...) – gosto de ver o velho Stiffneck curvar a cabeça e engolir seu orgulho infernal (...). ‘Pumpaldegate’, ele diz, ‘seu avô foi pedreiro e o estipêndio dele ainda está guardado no banco. Seu pedigree começa em um asilo para pobres; o meu pode ter começado em qualquer um dos palácios reais da Europa. Eu surgi com o Conquistador; sou primo de Carlos Martel, Orlando Furioso, Felipe Augusto, Pedro, o Cruel, e Frederico Barbarossa. (...) Eu o desprezo, mas quero dinheiro, e venderei para você minha amada filha, Blanche Stiffneck, por cem mil libras, para pagar minhas hipotecas.*<sup>106</sup>

Na Inglaterra, não é preciso esconder o passado para ser aceito na alta sociedade, como o pai Goriot foi obrigado a fazer, pois a posse de dinheiro – muito dinheiro – já se consolidou como uma via de acesso à aristocracia aceita por todos. No entanto, engana-se quem achar que isso leva a uma menor hierarquização ou à irrelevância dos títulos. O narrador esnobe continua a história:

*O velho Pumpaldegate agarra a barganha. E uma coisa confortável é saber que a linhagem pode ser comprada com dinheiro. Assim se aprende a valorizá-la. (...)*

---

<sup>105</sup> Idem, p. 92.

<sup>106</sup> Idem, pp. 64-65.

*Após esse interessante acontecimento [o casamento], algum velho conhecido que encontrou o velho Pump no gabinete do banco, na cidade, disse para ele em tom familiar, ‘como está sua esposa, Pump, meu rapaz?’*

*O Sr. Pump ficou extremamente intrigado e aborrecido e, após uma pausa, disse ‘Lady Blanche Pump está muito bem, obrigado.’<sup>107</sup>*

Os ingleses em meados do século XIX estavam mais acostumados à presença das grandes riquezas urbanas na alta sociedade, algo que vinha ocorrendo, de forma cada vez mais intensa, desde pelo menos cem anos antes. Assim, a nobreza se curvava às vantagens dessa riqueza móvel, apesar de manter um discurso de desprezo por essa plebe endinheirada. Repetia o discurso, mas a aceitava em suas famílias. Como dissemos, por esse processo de ascensão dos comerciantes e industriais ter sido mais lento e paulatino na Inglaterra, eles foram conquistando seu espaço aos poucos, gerando menos reação. A trajetória da família Gladstone é um exemplo claro desse movimento: John Gladstone nasceu na Escócia em uma família de comerciantes modestos. Mudou-se para a Inglaterra, tornou-se milionário envolvendo-se principalmente no tráfico de escravos e no comércio de açúcar, e morreu proprietário de terras e de um título de nobreza. Seu filho, William, nascido em Liverpool, foi aceito sem problemas pelas escolas da aristocracia inglesa e nunca foi contestado pelas suas origens em sua carreira política, tornando-se provavelmente o mais importante primeiro ministro da Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX. Na França, ao contrário, apesar de casos esporádicos de ascensão no século XVIII, a Revolução Francesa procurou instituir a mobilidade social absoluta de forma abrupta, gerando um trauma e uma resistência maiores. Assim, os romancistas franceses abordavam com frequência a questão da ascensão social, pois consideravam-na como central para definir a sociedade em que viviam e como se posicionavam em relação a isso; já os ingleses prestavam pouca atenção a ela, pois tratava-se de um fenômeno natural – ainda que digno de algum comentário mordaz de vez em quando.

Uma aparente exceção é *Grandes Esperanças*, a história de um jovem miserável que ganha, antes de completar a maioridade, uma enorme riqueza sem saber de quem, com a condição de receber educação adequada em Londres e tornar-se um cavalheiro, no sentido amplo do termo. A ascensão social está no centro da obra, porém a questão principal para

---

<sup>107</sup> Idem, *ibidem*.

Dickens parece ter sido produzir um romance sobre corrupção e redenção moral<sup>108</sup>, que coincidem não por acaso com sua ascensão e queda econômica e social. No entanto, neste caso, a ascensão é descrita lentamente para podermos acompanhar a degradação moral do até então ingênuo Pip. Nesse processo, que ocupa boa parte do livro, não encontramos nenhum comentário desqualificando as intenções do protagonista. Como ele recebeu muito dinheiro ainda novo e rapidamente passou a ter uma educação de primeira qualidade na capital, as aspirações de Pip não incomodam ninguém da alta sociedade. Havia grandes obstáculos a serem superados, é claro: a) precisava aprender o comportamento adequado e, em alguns momentos, vemos o esforço necessário para alguém vindo das classes baixas assimilar o padrão de conduta esperado pela elite (“a necessidade de vigiar minhas boas maneiras discretamente já me ocupava bastante”<sup>109</sup>), mas isso não se transforma em uma barreira intransponível como nas obras de Balzac, e o protagonista parece ser bem sucedido nessa etapa; b) deveria se casar com uma aristocrata. Pip aí fracassa, mas as dificuldades criadas por Dickens são morais, e não socioeconômicas. Em nenhum momento ele é recusado por alguma pretendente por conta de seu passado humilde ou de seu comportamento inadequado<sup>110</sup>. A ênfase em questões morais em detrimento dos elementos materiais decorre das preferências do autor, evidentemente, mas diz muito sobre a Inglaterra da época que um autor preocupado em retratar detalhes da vida cotidiana não julgasse relevante analisar o processo de ascensão social em um país em que certamente era mais frequente do que nos outros, por ser mais urbano e estar em estágio mais avançado do capitalismo.

Não é o nosso objetivo nos estender nessa hipótese sobre as diferenças da mobilidade social na Inglaterra e na França, e também de suas representações nos romances oitocentistas. No entanto, podemos afirmar que os dois elementos – a ascensão social e sua representação literária – estão inter-relacionados e que ambos devem ser analisados sempre em conjunto. A centralidade do tema nos enredos, a frequência em que aparece nos romances e a complexidade de sua descrição têm relação direta com a intensidade em que a

---

<sup>108</sup> Sobre a centralidade da redenção moral, ver TROTTER, DAVID. Introdução. In: DICKENS, CHARLES. **Grandes Esperanças**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 9 – 26.

<sup>109</sup> DICKENS, Op. Cit., p. 274.

<sup>110</sup> Encontramos uma situação semelhante em *Mansfield Park*, de Jane Austen: Fanny, a sobrinha humilde que vive de favor no lar dos Bertram, é pedida em casamento pelo ótimo partido Henry Crawford, que em nenhum momento vê no nascimento pobre um impedimento. Aliás, também somos informados no romance que a tia de Fanny também havia dado a sorte de “cativar” o rico baronete Thomas Crawford sem maiores explicações.



própria ascensão social ocorre na sociedade, bem como na forma pela qual a população reage a ela. Dito tudo isso, podemos voltar nossa atenção para o Brasil.

## CAPÍTULO 2 - CHEGADA DO ROMANCE AO BRASIL

### 2.1 Influência do romance europeu

“O romance existiu no Brasil, antes de haver romancistas brasileiros”<sup>111</sup>. Essa observação de Roberto Schwarz, que, como ele mesmo disse, pode parecer banal a princípio, leva a uma série de considerações fundamentais, que será abordada adiante. Primeiro, é preciso analisar quais autores e obras estrangeiras aportaram em nosso país e influenciaram os escritores a adotarem essa nova forma literária. Como se sabe, a França ocupou um papel de destaque como referência cultural no Brasil oitocentista. O historiador Jeffrey Neddle afirma que as principais instituições educacionais de Portugal, já a partir do século XVIII, sofreram forte influência francesa e adquiriram um caráter iluminista, rapidamente transmitida para a elite colonial. Além disso, ele continua,

*O Brasil também teve suas academias e, embora elas não tenham perdurado, parte dos setores médios e da elite da Colônia adquiriu um gosto permanente pela literatura francesa, estimulada na Corte do vice-rei no Rio, na escola reformada de Olinda ou em Coimbra, Paris e Lisboa, para onde os endinheirados costumavam enviar os filhos para que se educassem e fizessem os contatos adequados.*

*Esta tradição explica o interesse natural pela literatura francesa no início do século XIX. Este interesse só aumentou, no entanto, devido (...) [à] transferência em 1808 da Corte para o Rio. Este, sob dom João VI, como foi mostrado, tornou-se um paraíso para muitos emigrés e o destino final da Missão Artística Francesa de 1816. Eles acabaram se tornando o núcleo pioneiro de uma colônia francesa particularmente bem relacionada, que ajudou a colocar em voga o romantismo francês no Rio. Assim, tanto a tradição cultural quanto os residentes franceses predisuseram a primeira geração de literatos brasileiros a se voltar para a França.<sup>112</sup>*

Nesse contexto, não surpreende que a literatura francesa tenha sido a mais lida e admirada pelo público nacional no século XIX. Marlyse Meyer, entre muitos outros, ressaltou essa hegemonia, chamando atenção para o papel dos folhetins nesse processo. A

<sup>111</sup> SCHWARZ, ROBERTO. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2006. p. 35.

<sup>112</sup> NEDDLE, JEFREY. **Belle époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 212.

pesquisadora se refere à publicação de *Capitão Paulo*, de Dumas<sup>113</sup>, em 1838, como o marco inicial da popularização do gênero nos jornais da Corte. No entanto, mais importante do que ele foi *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue. Publicado na França entre 1842 e 1843 com imensa repercussão, já circulava no Brasil, em francês, no mesmo ano e apareceu traduzido no *Jornal do Comércio* em 1844 com grande alarde. Seu sucesso por aqui pode ser medido pelo anúncio, duas semanas depois de começar a sair no jornal, de uma edição em livro da primeira parte; ou então por esta ter-se esgotado em menos de 15 dias, sendo lançada uma nova menos de um mês depois. Tudo isso numa época em que era difícil a “venda espontânea de qualquer livro em número superior a cem exemplares”<sup>114</sup>. Outro indício do impacto desse romance é a sua transformação em peça de teatro, cuja encenação realizou-se em 1850<sup>115</sup>. Foi na esteira de *Mistérios de Paris* que se consolidou definitivamente o hábito de publicar romances, de forma seriada ou não, no Rio de Janeiro e, em seguida, nas províncias.

Esse hábito é fácil de rastrear, bem como a força da França nesse quadro. Partindo do levantamento feito pela autora Yasmin Nadaf de todos os folhetins publicados no *Jornal do Comércio* entre 1839 e 1950, detive-me nos 11 anos iniciais, com o seguinte resultado: dos 131 romances encontrados, 95 eram franceses, ou 72% do total. Excluindo as 22 obras em que não foi possível descobrir o nome do autor ou a sua origem, chegamos a 87%<sup>116</sup>. Como o *Jornal do Comércio* era de longe o mais lido na Corte, esses números são bastante reveladores. O predomínio francês também pode ser observado na preferência dos leitores. Nelson Shapochnik revelou que das 9 obras ficcionais mais consultadas na Biblioteca Pública da Corte Imperial, entre 1843 e 1856, 8 eram francesas – entre elas, dois romances de Eugène Sue (*Mistérios do Povo* e *A salamandra*).<sup>117</sup> Ainda encontramos essa mesma hegemonia no fim do século XIX, de acordo com o levantamento feito por Tania Ferreira nas

<sup>113</sup> MEYER, MARLYSE. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 282. Antes desse folhetim, parecem ter sido publicados apenas 5 romances em periódicos cariocas, de acordo com a professora Tania Serra. SERRA, TANIA REBELO COSTA. **Antologia do romance-folhetim (1839-1870)**. Brasília: UNB, 1997. p. 209-212.

<sup>114</sup> MACHADO, UBIRATAN. **Vida literária no Brasil durante o Romantismo**. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar, 2010. p. 97.

<sup>115</sup> RENAULT, DELSO. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 28.

<sup>116</sup> NADAF, YASMIN JAMIL. **Rodapé das miscelâneas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 377-380.

<sup>117</sup> SCHAPOCHNIK, NELSON. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 308.

Bibliotecas Militares, Escola Politécnica, Gabinete Português de Leitura e Biblioteca Nacional, para o período entre 1890 e 1894<sup>118</sup>.

A literatura britânica, para os brasileiros, pouco se aproximava da sua rival histórica. Na pesquisa referida de Shapochnik, o crítico descobriu que o inglês era apenas a 4ª língua mais procurada na Biblioteca Pública da Corte, com somente 173 buscas em 13 anos (0,9% do total), ficando atrás do latim (2,6%), do francês (29%) e, evidentemente, do português<sup>119</sup>. Sendo os súditos de Sua Majestade a maior comunidade de habitantes estrangeiros não lusitanos da capital<sup>120</sup>, devem ter sido responsáveis por boa parte dessas consultas, o que significaria um interesse ainda menor dos brasileiros pelos livros em inglês. Ao mesmo tempo, como a maioria das traduções vinha da língua francesa, o peso dos escritores da França certamente é maior do que esses números aparentam<sup>121</sup>. Também pelo lado da edição, observa-se o mesmo quadro. Dos 92 textos ficcionais publicados na revista *Gabinete de Leitura*, que circulou de 1837 a 1838 na Corte, somente 10 tinham origem inglesa; um catálogo da década de 1870 da *Livraria Garnier* continha apenas 2 autores britânicos, cada um com um romance, enquanto Eugène Sue sozinho estava contemplado com 8 traduções e, de um modo geral, “os franceses reinavam absolutos”<sup>122</sup>. Reforçando o mesmo ponto, lembramos que a primeira tradução de *Oliver Twist*, de Charles Dickens, publicado originalmente em 1838, só foi feita em 1870, muito diferente de *Mistérios de Paris* que, como vimos, circulou por aqui, traduzido, praticamente ao mesmo tempo do original.

A grande exceção a esse quadro foi Walter Scott. Já nos idos de 1820 encontram-se inúmeros anúncios no *Jornal do Comércio* informando sobre a chegada de livros do autor na cidade ou leilões em que seus romances estariam à venda; em 1824, suas obras completas traduzidas estavam disponíveis em lojas na Corte<sup>123</sup>. Fora isso, o que temos são esporádicas

<sup>118</sup> FERREIRA, TANIA MARIA TAVARES BESSONE DA CRUZ. Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 316.

<sup>119</sup> SCHAPOCHNIK, Op. Cit., p. 301.

<sup>120</sup> Foram estimados em 7 mil na década de 1850, vindo os franceses em seguida, com 6 mil residentes na Corte. MASSA, JEAN-MICHEL. **A juventude de Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 92.

<sup>121</sup> É verdade que muitos romances ingleses chegavam aqui por traduções francesas; no entanto, o número de autores franceses traduzidos certamente superava as obras britânicas que vinham pela França.

<sup>122</sup> QUEIROZ, JULIANA MAIA. Em busca de romances: um passeio por um catálogo da Livraria Garnier. In: ABREU, Marcia (Org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 211.

<sup>123</sup> VASCONCELOS, Sandra G. T. Cruzando o Atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott. In: ABREU, Op. Cit., p. 362-363.

publicações em periódicos e alguns anúncios em jornais<sup>124</sup>, o que é suficiente para afirmar que a literatura inglesa esteve presente no Brasil por todo o século XIX, sendo mais lida do que a alemã ou a russa, mas permanecendo à sombra da francesa durante o período. O próprio Alencar, por exemplo, num curto mas importante texto em que trata da sua formação como escritor, reconheceu a impressão que lhe causaram os romances de Scott (e também de Fenimore Cooper), mas afirmou que seus modelos foram sobretudo Balzac, em primeiro lugar, e Chateaubriand, além de Dumas, Hugo e outros do mesmo país.<sup>125</sup>

A literatura portuguesa vivia uma situação singular no país. Laurence Hallewell, em *O livro no Brasil*, afirma que no século XIX ela desfrutava de imensa popularidade entre os brasileiros, em especial Camilo Castelo Branco, Almeida Garret e Eça de Queiroz<sup>126</sup>. Alessandra El Far confirma o fato, ressaltando que “os incontáveis anúncios feitos nos jornais da época, com suas listas intermináveis de títulos e preços escritos em letras miúdas, ajudam a avaliar a forte presença desses exemplares na cidade do Rio de Janeiro”.<sup>127</sup> A constante imigração lusitana para o país, sobretudo o Rio de Janeiro,<sup>128</sup> já seria um importante fator para a demanda por livros de Portugal, mas eles atingiam também o público nacional. Temos alguns indícios de sua circulação por aqui, como a famosa crítica de Machado de Assis a *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, ou a revista *Futuro*, do imigrante e poeta lusitano Faustino Xavier de Novais (futuro cunhado de Machado, que colaborou na iniciativa), que procurava “estabelecer um campo comum em que livremente, sem preocupações mesquinhas de opinião ou nacionalidade, viessem discursar escritores de ambas as nações, levar a estes o conhecimento mútuo do movimento literário de cada uma”.<sup>129</sup> Por outro lado, mesmo que a popularidade fosse real, o que é provável, isso não significa que se tornaram paradigma para os escritores nacionais. José de Alencar, por exemplo, no texto referido acima, não menciona um autor português que tenha servido de modelo ou inspiração para ele;

<sup>124</sup> Decio Renault, por exemplo, encontrou, em jornais de 1857, alguns anúncios como estes: “**English books and novels last american edition, Dicken’s novels**”, “**Tom Jones, Histórias Galantes, Robinson Crusoe**”. RENAULT, Op. Cit., p. 125.

<sup>125</sup> ALENCAR, JOSÉ. **Como e porque sou romancista**.

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf>>, p. 10 e 13. Visualizado em 20.02.2015.

<sup>126</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 245.

<sup>127</sup> EL FAR, ALESSANDRA. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 68.

<sup>128</sup> ALENCAR, LUIZ FELIPE. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. In: **Revista Novos Estudos**, p. 30-56. Para os números da imigração, ver tabela I, p. 52. <[http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/55/20080623\\_escravos\\_e\\_proletarios.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/55/20080623_escravos_e_proletarios.pdf)>, visualizado em 03/03/2015

<sup>129</sup> MASSA, Op. Cit., p. 302

Machado de Assis, conhecido por abusar das referências literárias em seus romances, só cita diretamente um autor português de sua época, Almeida Garret, e somente duas vezes: no prólogo da terceira edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e numa passagem rápida de *Quincas Borba*. Por outro lado, encontramos dez referências explícitas a Shakespeare e quase trinta a trechos e personagens da obra do dramaturgo inglês nos romances machadianos.<sup>130</sup>

## 2.2 De leitores a autores

A crescente difusão de romances no país teve desdobramentos fundamentais. Segundo Marlyse Meyer,

*tão fulgurante e rápida penetração do folhetim francês sugere a constituição no Brasil, nas décadas de 1840 e 1850, de um corpo de leitores e ouvintes consumidores de novelas já em número suficiente para influir favoravelmente na vendagem do jornal que as publica e livros que as retomam.*<sup>131</sup>

O ponto central aqui é a expansão do público de romances. O seu alcance ultrapassava a barreira da altíssima taxa de analfabetismo (70% da população da Corte em 1851<sup>132</sup>), pois, como contou José de Alencar, os romances eram lidos em voz alta tanto em ambientes familiares como entre amigos, gerando muitas vezes choros compulsivos, tamanho o envolvimento com as histórias. A influência desses folhetins na formação da primeira geração de romancistas brasileiros foi questão levantada pelo mesmo José de Alencar: “foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances [como *Amanda e Oscar*, *Saint-Clair das ilhas*] que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre toda a de minha predileção?”<sup>133</sup>

Essa transição de leitores para autores, entretanto, não foi tão simples assim. O gênero romance, independentemente de sua apresentação em forma e estilo de folhetim ou não, estava fora das prioridades dos nossos homens de letras no início do século XIX, que davam maior valor à poesia. Essa situação começou a mudar com a independência do país,

<sup>130</sup> Pesquisa feita no site machadodeassis.net, em 03.10.2015.

<sup>131</sup> MEYER, Op. Cit., p. 292.

<sup>132</sup> RENAULT, Op. Cit., p. 41.

<sup>133</sup> ALENCAR, Op. Cit., p. 7.

que produziu novas demandas culturais, como “a) desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico (...); b) desejo de criar uma literatura *independente, diversa*, não apenas uma *literatura*”<sup>134</sup>. O jovem Machado de Assis, em artigo de 1858, reforçou esse ponto, ao mesmo tempo em que lembrava o que impedira a conclusão desse processo até aquele momento:

*Mas após o Fiat político [a independência do país], devia vir o Fiat literário, a emancipação do mundo intelectual, vacilante sob a ação influente de uma literatura ultramarina. Mas como? É mais fácil regenerar uma nação que uma literatura. Para esta não há grito do Ipiranga; as modificações operam-se vagarosamente; e não se chega em um só momento a um resultado. Além disso, as erupções revolucionárias agitavam as entranhas do país; o facho das dissensões civis ardia em corações inflamados pelas paixões políticas. O povo tinha-se fracionado e ia derramando pelas próprias veias a força e a vida. Cumpria fazer cessar essas lutas fratricidas para dar lugar às lutas da inteligência (...).*<sup>135</sup>

Para Machado de Assis, a urgência em pacificar o país durante as turbulentas décadas de 1820 e 1830 levou a um adiamento da criação de uma literatura verdadeiramente nacional. Somente com a tranquilidade conquistada com a maioria de D. Pedro II foi possível enfrentar essa questão. O pesquisador Laurence Hallewell confirma esse diagnóstico e vai além, apontando para o papel da literatura como elemento de hierarquização social em um momento de estabilidade política:

*O ardor político da década de 1820 e os tumultos da década de 1830 cederam lugar à estabilidade do Segundo Reinado; os nobres improvisados que estavam à testa da sociedade, assumindo o tradicional desdém da aristocracia pelo dinheiro, mas incapazes de colocar em seu lugar o orgulho pelo nascimento e pela linhagem (os títulos de nobreza no Brasil imperial só eram concedidos ao portador enquanto ele vivesse), substituíram-no pela “cultura” como a prova única aceitável de nobreza, e a classe média seguiu-lhes o exemplo.*<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup> CANDIDO, ANTONIO. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009. p. 329. Grifos do autor.

<sup>135</sup> ASSIS, MACHADO. O passado, o presente e o futuro da literatura. In: ASSIS, MACHADO. (Org.) Miguel Sanches Neto.) **O ideal do crítico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 31-32.

<sup>136</sup> HALLEWELL, Op. Cit., p. 160.

Mais adiante discutiremos a validade de se falar em “classe média” nesse contexto, mas o trecho destaca o papel que a cultura passou a ter, não somente como produtora de identidade nacional, mas da própria aristocracia. A adesão ao romantismo atendia às duas demandas, pois o modelo francês (que é por onde o estilo chegou ao país) abria espaço para o ufanismo e, ao mesmo tempo, por se tratar de uma novidade europeia, realçava a modernidade da elite. Porém, se a adoção do novo estilo já era uma inovação em relação ao neoclassicismo que se praticava por aqui, precisamos lembrar que uma parte importante dessa nova produção se deu por meio de romances, recém-popularizados na Inglaterra e na França, gerando algo duplamente original.

Um dos pioneiros nessa tentativa de lançar mão da nova forma no Brasil foi Joaquim Norberto de Souza Silva. Em uma coletânea de 1852, lançava em livro 4 histórias: *As duas órfãs*, publicada originalmente em forma de folhetim em 1841; *Januário Garcia ou As sete orelhas*, de 1843; *Maria ou Vinte anos depois*, de 1844, sendo as duas últimas definidas como romances pelo autor<sup>137</sup>. A datação dos textos importa não para reabrir a questão sobre quem foi o primeiro romancista nacional – algo irrelevante –, mas para demonstrar que Joaquim Norberto, além de enorme contribuição na imprensa e para a história literária, fez um esforço sistemático já no início da década de 1840 de usar a nova forma para o seu objetivo, semelhante ao de toda primeira geração romântica, de criar uma literatura brasileira e moderna. Nesse sentido, todos aqueles romances-folhetins que eram publicados cada vez em maior quantidade nos jornais brasileiros pareciam aos olhos do público – e muitas vezes eram – o que havia de mais novo na literatura europeia. Como queriam estar no mesmo passo do que se fazia em Paris, nada mais óbvio do que importar, junto com o novo estilo (Romantismo), a nova forma (romance). No prólogo da coletânea, Joaquim Norberto ressaltou sua ousadia de desbravador, ainda que se desculpasse pelo resultado: “é o romance entre nós de tão moderna data que se não deve esperar por ora senão débeis ensaios”<sup>138</sup>. Os autores nacionais desse novo gênero parecem ter conquistado definitivamente seu espaço, tanto no que se refere ao respeito dos críticos como à

---

<sup>137</sup> SILVA, JOAQUIM NORBERTO SOUZA. **Romances e novelas**. São Paulo: Landy, 2007. p. 10. Há também um quarto texto, **O testemunho falso**, cuja data de publicação é desconhecida.

<sup>138</sup> SILVA, JOAQUIM NORBERTO SOUZA. Op. Cit., p. 47.



existência de um público leitor, no início dos anos 1860, o que explicaria as primeiras publicações de romances brasileiros pela influente *Livraria Garnier* em 1863<sup>139</sup>.

### 2.3 Adaptação do romance europeu

Voltemos à observação de Roberto Schwarz. Para ele, a principal consequência de o romance ter chegado ao Brasil antes de existirem romancistas nacionais foi que, quando estes apareceram, tenderam a importar os temas, enredos e dilemas dos personagens europeus, elementos que estavam diretamente relacionados ao contexto histórico da França e da Inglaterra. Segundo Schwarz, essa importação trazia um grande problema:

*Os grandes temas, de que vem ao romance a energia e nos quais se ancora a sua forma – a carreira social, a força dissolvente do dinheiro, o embate da aristocracia e vida burguesa, o antagonismo entre amor e conveniência, a vocação e ganha-pão – como ficavam no Brasil? Modificados, sem dúvida. Mas existiam, além de existirem fortemente na imaginação, com a realidade que tinha para nós o conjunto das ideias europeias.*<sup>140</sup>

A elite nacional, residindo na Corte, e os nossos primeiros romancistas preferiam ignorar as particularidades brasileiras e imaginavam que o Império representava “a continuidade das monarquias e da cultura europeia na América dominada pelas repúblicas”.<sup>141</sup> Os protagonistas dos romances daqui enfrentavam situações semelhantes aos de lá; no entanto, uma sociedade rural e escravista não podia, de forma alguma, experimentar exatamente os mesmos impasses dos países que estavam na ponta de lança da modernização capitalista. Percebendo isso de forma mais ou menos consciente, os escritores ou bem utilizavam os elementos nacionais única e exclusivamente como pano de fundo para os seus enredos “europeus” ou, no máximo, colocavam personagens secundários agindo de acordo com as condições sociais brasileiras, mas sem influir na trama principal. De

<sup>139</sup> DUTRA, ELIANA DE FREITAS. Leitores de além-mar: a editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. In: ABREU, MARCIA e BRAGANÇA, ANIBAL. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 82.

<sup>140</sup> SCHWARZ, Op. Cit., pp. 37-38.

<sup>141</sup> ALENCASTRO, LUIS FELIPE. Introdução. In: ALENCASTRO, LUÍS FELIPE. **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 10.

um modo ou de outro, não conseguiam resolver essa questão que, em suas obras, fica aparente:

*A notação verista, a cor local exigida pelo romance de então, davam estatuto e curso literário às figuras e anedotas de nosso mundo cotidiano. Já o enredo – o verdadeiro princípio da composição – esse tem a sua mola nas ideologias do destino romântico (...). Ora, como já vimos o nosso cotidiano regia-se pelos mecanismos do favor, incompatíveis (...) com as tramas extremadas, próprias do Realismo de influência romântica. Submetendo-se ao mesmo tempo à realidade comezinha e à convenção literária, o nosso romance embarcava em duas canoas de percurso divergente, e era inevitável que levasse alguns tombos de estilo próprio, tombos que não levavam os livros franceses, já que a história social de que estes se alimentavam podia ser revolvida a fundo juntamente por aquele mesmo tipo de entrecho.*<sup>142</sup>

Schwarz conclui a enunciação do problema: “vista segundo as *origens*, a disparidade entre enredo e notação realista representa a justaposição de um molde europeu às aparências locais”<sup>143</sup>. Com a exceção isolada de *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, que tem uma forma nova adequada à realidade que procura descrever<sup>144</sup>, quem desatou esse nó de forma definitiva foi Machado de Assis, a partir de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), desenvolvendo personagens e enredos que de fato representavam a sociedade brasileira.

Difícil descrever a importância do trabalho de Schwarz, que vai muito além do que foi exposto aqui, pois abriu novos caminhos para pesquisas literárias e históricas, tanto voltadas para o século XIX como para o XX. O próprio Franco Moretti, por exemplo, menciona-o como elemento fundamental para o desenvolvimento de suas reflexões sobre o romance mundial.<sup>145</sup> No entanto, desde a sua publicação, a tese recebeu as mais variadas críticas, sobretudo ao que o autor chamou de “ideias fora do lugar”, que seria justamente a assimilação e reprodução da ideologia liberal por parte da nossa elite, incluindo escritores, sem que ela refletisse a realidade brasileira. O debate começou logo após a sua publicação e

<sup>142</sup> SCHWARZ, Op. Cit., p. 41.

<sup>143</sup> Idem, idem. Grifo no original.

<sup>144</sup> CANDIDO, ANTÔNIO. Dialética da malandragem. In CANDIDO, Antônio. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004. p. 17-46. Voltaremos a este caso no próximo capítulo.

<sup>145</sup> MORETTI, FRANCO. Conjectures on world literature. In: **New Left Review**, n 1, janeiro-fevereiro 2000. <<http://newleftreview.org/II/1/franco-moretti-conjectures-on-world-literature>>. Visualizado em 07/03/2015

se estende até hoje, sobretudo em diálogo com Alfredo Bosi, provavelmente o crítico que mais se dedicou a apontar os supostos pontos fracos da teoria.<sup>146</sup>

Ao invés de retomar a discussão, devemos contextualizar o surgimento do trabalho de Schwarz. Dessa maneira, examinando o ambiente intelectual em que o autor desenvolveu sua teoria, poderemos realçar alguns de seus pressupostos e, com recursos metodológicos e informações que não estavam disponíveis naquele momento, avançar no debate inaugurado por ele. Publicado como artigo pela primeira vez em 1972, “*Ideias fora do lugar*” saiu mais tarde como primeiro capítulo do livro “*Ao vencedor as batatas*”, de 1977. Nele, Schwarz começa afirmando que “toda ciência tem princípios, de que deriva o seu sistema. Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato ‘ímpolítico e abominável’ da escravidão”.<sup>147</sup> Conscientes do nó ideológico, os contemporâneos ou bem se colocavam em prol das ideias liberais ou se manifestavam a favor da realidade brasileira, denunciando o liberalismo como uma importação descabida e desligada da nossa sociedade. Para o autor, a entrada e difusão dessa corrente de pensamento no país ocorriam, por um lado, devido à dependência brasileira do comércio internacional, onde essas ideias se impunham, e, por outro, pelo fato de a nossa independência ter sido feita em nome delas. No entanto, “este conjunto ideológico iria chocar-se contra escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles”.<sup>148</sup> Além da escravidão, o liberalismo encontrou aqui outro inimigo que, para Schwarz, tratava-se de um dos principais elementos do cotidiano do homem livre pobre no Brasil: o *favor*. Segundo Schwarz, esse desencontro entre ‘como se vive’ e ‘como se diz que se vive’ não era exclusivo do século XIX nacional:

*Consolidada por seu grande papel no mercado internacional, e mais tarde na política interna, a combinação de latifúndio e trabalho compulsório atravessou impávida a Colônia, Reinados e Regências, Abolição, a Primeira República (...). O ritmo de nossa vida ideológica, no entanto, foi (...) determinado pela dependência do país: à distância acompanhava os passos da Europa. (...) Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica,*

---

<sup>146</sup> Alfredo Bosi debateu a adequação do liberalismo no Brasil oitocentistas algumas vezes, sendo a principal delas em BOSI, ALFREDO. A escravidão entre dois liberalismos. In: BOSI, ALFREDO. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.

<sup>147</sup>SCHWARZ, ROBERTO. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. **Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 59.

<sup>148</sup> Idem, p. 61.

*romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social.*<sup>149</sup>

O autor encontrava explicação para uma impressão de ‘desconcerto’ que fora seu ponto de partida: “a sensação que o Brasil dá de dualismos e factício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for – combinações que o Modernismo, o Tropicalismo e a Economia Política nos ensinaram a considerar”.<sup>150</sup> Tratava-se de um diagnóstico pessimista e nisso Schwarz acompanhava o compasso de grande parte dos intelectuais brasileiros depois do golpe militar de 1964 e, sobretudo, do AI5. Se construíssemos um painel da produção científica e cultural do país nos anos 1970, ficaria evidente o momento sombrio e a falta de perspectiva que pairavam sobre os pensadores da oposição. A visão se torna ainda mais desalentadora quando a comparamos com o clima triunfante e de valorização nacional dos anos 1950. Para exemplificar esse contraste, poderíamos mencionar o caso da música popular (da ingenuidade positiva da Bossa Nova à canção de protesto); da literatura (da heroicização de personagens nacionais-populares nas peças de Ariano Suassuna, Gianfrancesco Guarnieri e Dias Gomes e dos romances *Grande Sertões: Veredas* e *O Tempo e o Vento* para a atmosfera de caos de *Pilatos* de Carlos Heitor Cony e dos contos de Rubem Fonseca)<sup>151</sup>; e mesmo da teoria econômica. Para esta última, vale um comentário mais extenso, porque ilustra claramente a virada que sofreu a cultura nacional naquele momento.

Nos anos 1950, vivia-se a esperança de superação do atraso econômico e social dos países subdesenvolvidos. A CEPAL, liderada pelo argentino Raul Prebisch, desenvolveu uma série de pesquisas sobre a realidade latino-americana tendo em mente a resolução de seus problemas estruturais para, acreditava-se, essas nações ingressarem no grupo dos países ricos e industrializados. Celso Furtado, principal figura nacional nesse debate sobre desenvolvimento, fez parte e foi grande entusiasta desse grupo<sup>152</sup>. Sua obra maior,

---

<sup>149</sup> Idem, pp. 73-74.

<sup>150</sup> Idem, p. 70.

<sup>151</sup> ARAÚJO, HOMERO VIZEU. **O futuro pifado na literatura brasileira**. Porto Alegre: UFRGS, 2014, sobretudo os capítulos 2 e 5.

<sup>152</sup> Anos mais tarde, o economista publicou um relato da sua experiência na CEPAL, onde deixava clara a certeza dos envolvidos na possibilidade de desenvolvimento da América Latina. O fato de, nos anos 1980, ao escrever o livro, nomeá-lo “A fantasia organizada”, dá uma mostra do negativismo que tomou conta de boa

*Formação Econômica do Brasil*, de 1959, que deve muito a essa experiência, termina apontando os nós da economia brasileira e sugerindo os mecanismos para desatá-los. O mesmo Celso Furtado, porém, pode também ser visto como marca do pessimismo da esquerda nos anos 70, pois em 1974 lançou um livro chamado *O mito do desenvolvimento econômico*, que já demonstra a mudança em relação ao otimismo da fase anterior. Nele, o autor afirma que:

*sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido do de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como desconhecer que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, (...) para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?*<sup>153</sup>

A desilusão acertou em cheio o pensamento econômico nacional, como fizera nas artes. As desigualdades, que nos anos 50 pareciam estar em vias de extinção em função do progresso recente do país, passavam a ser encaradas como obstáculos intransponíveis. Assim, quando Roberto Schwarz afirmou que, no Brasil, “um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras”, ou seja, que o atraso brasileiro era secular e parecia insuperável, estava compondo um painel muito mais amplo. E para um pensador crítico que olhasse o Brasil nos anos 70, esse diagnóstico parecia verdadeiro: uma ditadura militar justificando seu golpe pela defesa da democracia e das liberdades era o exemplo supremo, mas de forma alguma o único, de um dualismo que saltou aos olhos de todos. A Tropicália fez disso matéria de canção; Schwarz desenvolveu “ideias fora do lugar”. Portanto, podemos afirmar que ao se debruçar sobre a política e a cultura dos anos 1960, tendo com pano de fundo a euforia dos anos 1950, Schwarz encontrou elementos para elaborar uma chave interessantíssima de leitura da sociedade brasileira, em um contexto em que intelectuais de todas as áreas estavam fazendo previsões pessimistas em relação ao futuro ou desenvolvendo obras artísticas que

---

parte da intelectualidade nos anos 1970/80. FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>153</sup> FURTADO, CELSO. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 89. Grifos do autor.

destacavam a violência, o caos, o sentimento de abandono e de falta de rumo em que a sociedade brasileira vivia.

Em seu último livro, “*Martinha versus Lucrecia*” (2012), há a publicação de uma comunicação em que, mais uma vez, Schwarz retoma o debate e explica o conceito, pois, segundo ele, um tanto ironicamente, o título do artigo deu origem a alguns mal-entendidos.<sup>154</sup> Ali, o autor volta a um ponto que, já enfatizado no texto original, que é para ele o verdadeiro centro da discussão: a escravidão. Referindo-se, em 1972, à “disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu”, afirmou que se tratava de

*uma comédia ideológica, diferente da europeia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão.*<sup>155</sup>

Mais adiante reitera: “Impugnada a todo instante pela escravidão, a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilhava”.<sup>156</sup> Em 2012, praticamente termina o texto com a mesma questão:

*Como tratei de explicar, ideias sempre têm alguma função, e nesse sentido sempre estão no seu lugar. Entretanto, as funções não são equivalentes, nem têm o mesmo peso. Considere-se, por exemplo, que o ideário liberal na Europa oitocentista correspondia à tendência social em curso, a qual parecia descrever corretamente, inclusive do ponto de vista do trabalhador, que vende a sua força de trabalho no mercado. (...) Ora, nas ex-colônias, assentadas sobre o trabalho forçado, o liberalismo não descreve o curso real das coisas – e nesse sentido ela é uma ideia fora do lugar. Não impede contudo que ele tenha outras funções. (...) A gama de funções inclui a*

<sup>154</sup> SCHWARZ, ROBERTO. Por que “ideias fora do lugar”? In: SCHWARZ, ROBERTO. **Martinha versus Lucrecia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 165-183.

<sup>155</sup> SCHWARZ. As ideias fora do lugar. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>156</sup> Idem, p. 63.

*utopia, o objetivo político real, o ornamento de classe e o puro cinismo, mas exclui a descrição verossímil do cotidiano, que na Europa lhe dá a dignidade realista.*<sup>157</sup>

O elemento definitivo para o argumento de Schwarz, como vemos, é a oposição entre o ideário liberal e a escravidão; nada mais natural e coerente para um pensador marxista do que colocar as relações de produção como centro da sua reflexão. Dessa forma, como o liberalismo pressupõe o trabalho livre e as liberdades individuais, inclusive em relação ao mercado de trabalho, ele é incompatível com uma sociedade escravista. Todo resto é menos relevante. Ele deixa de lado, por exemplo, a análise da estrutura política nacional e suas particularidades. Tínhamos uma Constituição que por um lado centralizava o poder nas mãos do imperador através do Poder Moderador, mas por outro, segundo o historiador americano Neil Macaulay, era uma “Carta invulgar, sob a qual o Brasil salvaguardou por mais de 65 anos os direitos básicos dos cidadãos da maneira melhor do que qualquer outra nação do hemisfério ocidental, com a possível exceção dos Estados Unidos”<sup>158</sup>. Assim, para Schwarz, importa pouco que o liberalismo no Brasil, em alguns aspectos, mantinha relações diretas com a realidade social e, portanto, exercesse funções cruciais, pois o que faz a diferença, em última instância, são as relações de produção. O próprio autor deixa isso claro no final do artigo:

*É claro que em abstrato todas as funções [da ideologia liberal no Brasil] existem e que a neutralidade científica manda reconhecê-las e não condená-las. Em princípio, por que a função de prestígio valeria menos do que a função descritiva? Entretanto, não vivemos num mundo abstrato, e o funcionamento europeu do liberalismo, com sua dimensão realista, se impõe, decretando que os demais funcionamentos são despropositados. As relações de hegemonia existem, e desconhecê-las, se não for num movimento de superação crítica, é por sua vez uma resposta fora do lugar.*<sup>159</sup>

Escrevendo fora daquele contexto pessimista e do arcabouço teórico marxista, recentemente a socióloga Ângela Alonso, embora reconhecendo a importância de *As ideias*

<sup>157</sup> SCHWARZ, ROBERTO. Por que “ideias fora do lugar”? *Op. cit.* p. 170-171. Grifo do autor.

<sup>158</sup> Citado em LUSTOSA, ISABEL. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.175.

<sup>159</sup> SCHWARZ, ROBERTO. Por que “ideias fora do lugar”? *Op. cit.* p. 171.

*fora do lugar*, apresentou novo matiz à discussão. Segundo ela, na base do pensamento de Schwarz (e de outros, como Sergio Buarque de Holanda) estava a certeza de que

*havia um fosso tão grande entre as realidades metropolitanas e coloniais, que quaisquer ideias emprestadas ficariam necessariamente deslocadas. Por conta dessa diferença, não se prestou atenção nas semelhanças e padrões compartilhados por países membros, afinal, da mesma civilização ocidental.*<sup>160</sup>

Não se trata, evidentemente, de negar a distância entre as realidades metropolitanas e coloniais, marcada principalmente pela ampla disseminação da escravidão no Brasil. O argumento fundamental de Alonso é que, *apesar desse fosso*, havia um terreno comum entre as duas sociedades. Como vimos, Schwarz não negou que aspectos do liberalismo que circulavam no país tinham conexão com o contexto local, mas acreditava que eles ficavam subordinados à contradição entre a ideologia e o escravismo. Com ponto de partida diverso, a socióloga propôs um esquema interpretativo que chamou de “adoção seletiva de recursos culturais em repertório”, deslocando o foco de análise para os fatores que levaram à circulação de certos aspectos de uma ideologia e não de outros em um determinado contexto:

*O relevante são as estratégias de ação dos agentes, o uso que fazem de elementos do repertório e, de modo algum, sua consistência teórica – donde sua definição metafórica de “caixa de ferramentas”. Essa pista encaminha a troca do problema da imitação para o da apropriação de ideias estrangeiras, o que significa supor dos agentes capacidade de escolha interessada de ideias conforme experiências e os dilemas próprios.*<sup>161</sup>

Essa reflexão nos permite questionar se os escritores nacionais anteriores a Machado de Assis importaram os elementos constitutivos do romance francês e inglês sem refletir sobre sua verossimilhança, ou, de acordo com a teoria da “caixa de ferramentas”, eles teriam buscado desde o início os traços que pensavam estar ligados à sociedade brasileira. O que está em questão, evidentemente, não é julgar a tese de Schwarz, aprovando-a ou reprovando-a em bloco. A sua análise dialética entre o contexto histórico e a obra literária

---

<sup>160</sup> ALONSO, ANGELA. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, KEILA e SALLES, RICARDO. **O BRASIL IMPERIAL. VOLUME III: 1870 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 86-87.

<sup>161</sup> Idem, p. 87. Grifos no original.



continua sendo uma referência para todos que pretendem estabelecer esse tipo de conexão. Além disso, o centro de sua reflexão em *Ao vencedor as batatas* reside na comparação entre a obra de José de Alencar e a de Machado de Assis, e, o que iremos questionar é a generalização das conclusões sobre o primeiro para o romance brasileiro anterior a *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Para investigar a questão, o tema da ascensão social pode servir como fiel da balança. Como vimos no primeiro capítulo, ele estava no centro da literatura francesa de meados do século XIX e era também bastante presente no romance inglês, ainda que menos constante e problematizado; portanto, os romancistas daqui tinham conhecimento do papel fundamental desse fenômeno para seus pares do Velho Mundo.

A pesquisa poderia nos levar, a princípio, a dois caminhos. Se os autores importassem o romance francês/inglês sem qualquer filtro, a ascensão social deveria ter papel de destaque nos romances nacionais desde as primeiras tentativas de adaptação dessa forma literária, já que se tratava de temática fundamental nas obras que serviam de referência para os romancistas nacionais. Havia modelos diferentes para representá-la: a adoção da ideologia liberal idealizada, na qual o esforço e comportamento ético são recompensados com o enriquecimento e aceitação pela elite (como nos folhetins); os limites de até onde o dinheiro podia levar alguém (Balzac, Stendhal e, mais tarde, Flaubert, entre outros); a naturalização do fenômeno, que aparece na trama sem que seja tema central (como em Dickens e Thackeray); além de muitos matizes entre esses vértices. Independentemente do caminho escolhido, as histórias estariam repletas de trabalhadores enriquecidos que buscam aceitação das famílias tradicionais, negociantes bem sucedidos lutando por títulos de nobreza etc. Caso essa hipótese se mostrasse correta, não faria diferença saber se essas histórias aconteciam ou não no país ou mesmo se aconteciam de forma semelhante à Europa, pois poderíamos concluir que os autores estavam preocupados apenas em repetir o modelo estrangeiro.

No entanto, a análise das obras nos levou para outra direção, como veremos ao longo dos próximos capítulos. As questões sobre mobilidade social ou não apareceram ou foram totalmente periféricas por algumas décadas nos enredos nacionais, revelando dois elementos interligados: a menor relevância daquele processo no Brasil oitocentista, algo esperado em uma sociedade escravista; e, ao mesmo tempo, uma autonomia parcial dos autores brasileiros, que decidiam quais características do romance europeu deviam ser

transpostas para a literatura nacional, dando força à interpretação de Alonso. A decisão de ignorar tema tão crucial nos romances europeus evidencia que, apesar de presos a uma estrutura estrangeira, os escritores procuraram, desde o início, a melhor forma de adaptá-la à nossa realidade, que, com forte presença do trabalho escravo, reduzia as chances de ascensão – mas não as eliminava. Só a partir da década de 1860 a ascensão social começou, lentamente, a ocupar um lugar mais destacado nos enredos e, mesmo assim, com diferenças significativas, sobretudo em relação à forma pela qual a mobilidade se dava. Enquanto lá os autores retratavam o trabalho duro que levava à prosperidade econômica e a luta árdua que se seguia a ele pelo reconhecimento da elite, aqui no Brasil encontramos – quando encontramos – um enriquecimento por golpe de sorte, como herança ou adoção por um padrinho rico, levando a um imediato e não problematizado enobrecimento. Essa é uma distinção fundamental em relação à obra de Balzac, Stendhal e de outros que serviram de modelo para a nossa primeira geração de romancistas. A maior presença e destaque de questões ligadas à mobilidade social na literatura brasileira dos anos 1880<sup>162</sup>, como argumentarei mais adiante, não se deu para seguir uma nova tendência europeia e sim por fatores ligados ao contexto social e político interno, bem como o amadurecimento da produção literária brasileira. O naturalismo, que chegou aqui principalmente pelas obras de Emile Zola nesse período, certamente influenciou alguns autores a mudarem a forma de representação da sociedade, mas não foi esse estilo que descobriu o tema da ascensão. Ele já estava presente no realismo da geração francesa anterior, muito lida no Brasil, e mesmo assim foi amplamente ignorado pelos romancistas nacionais. Assim, a relação dialética entre o desenvolvimento da forma (romance) no país e o contexto histórico nacional ganha importância como fator explicativo para a entrada desse tema nas obras do país.

#### **2.4 O debate sobre ascensão social no Brasil**

Diferentemente do que acontece na Europa, onde diversos estudos enfrentam a questão da ascensão social há muito tempo, aqui o tema foi em grande medida ignorado e praticamente nada havia sido escrito quando Schwarz publicou “Ideias fora do lugar”. O foco dos historiadores recaía sobre a *plantation* escravista, tomada como modelo da produção e

---

<sup>162</sup> Ver tabela ao fim deste capítulo.

da organização social do país. A consequência disso, como bem sintetizou Sheila de Castro Faria, foi a construção de um quadro estereotipado:

*A sociedade colonial resultante deste modelo escravista, latifundiário e exportador compunha-se, basicamente, de senhores e escravos. Somente nesta relação poder-se-ia encontrar a lógica do sistema que funcionou durante quase quatrocentos anos no Brasil. A população que não se enquadrasse num dos dois grupos era caracterizada como destoante, marginal e desclassificada, devido à fluidez e ambiguidade do comportamento na produção e nas atividades sociais.*<sup>163</sup>

Apesar de se referir à Colônia, essa conclusão se estende facilmente para o Império. A ênfase na polaridade pode ser vislumbrada no título das obras clássicas de Gilberto Freyre – *Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos* – e marcam indelevelmente os textos deste autor e de Caio Prado Junior, duas das maiores referências da nossa historiografia e, a despeito de suas diferenças, responsáveis por moldar determinadas visões sobre o Brasil ainda hegemônicas para o público não especialista. Nem eles nem seus seguidores negavam a existência de grupos intermediários, porém não viam relevância neles. Freyre, tratando do período colonial, referiu-se a eles como “uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre extremos antagônicos”<sup>164</sup>. Mesmo a tese *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, de 1964, que teve o mérito de chamar a atenção para as camadas pobres não escravas durante o século XIX, não conseguiu escapar de um julgamento negativo delas, caracterizando-as pela fragilidade de seus laços sociais, comportamento violento e dependência pessoal<sup>165</sup>. Como ressaltou Hebe Mattos, definir um numeroso e heterogêneo grupo a partir desses elementos, sem ao menos matizá-los, é repetir a visão que a elite da época possuía deles que, por estarem muitas vezes fora de seu controle direto, eram considerados nada mais que desordeiros e marginais<sup>166</sup>. Enfoque semelhante ainda pode ser encontrado em trabalhos muito posteriores, como

<sup>163</sup> FARIA, SHEILA DE CASTRO. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 22.

<sup>164</sup> Citado por FARIA, Op. Cit. p.

<sup>165</sup> Cf. FRANCO, MARIA SYLVIA DE CARVALHO. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, principalmente o capítulo 1.

<sup>166</sup> Cf. CASTRO, HEBE MARIA MATTOS. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987, capítulo 2.

*Desclassificados do ouro*, de Laura de Mello e Souza<sup>167</sup>, publicado em 1983. Nessa sociedade estruturada em dois polos distantes um do outro e sem papel relevante para os que estavam no meio, não poderia haver espaço para ascensão social.

Outro trabalho que parece ter ficado a meio caminho do reconhecimento da importância dos grupos intermediários foi o próprio *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz, publicado pela primeira vez no fim dos anos 1970. Um dos pilares de sua tese é a centralidade do *favor* no mundo dos livres pobres, pois, segundo ele, trata-se do “mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade [a dos homens livres pobres], envolvendo também outra, a dos que têm [propriedade]”.<sup>168</sup> Para subir na carreira e na hierarquia social, os estratos humildes precisavam do apadrinhamento de uma família ou pessoa da elite tradicional, que escolhia seus protegidos com base em fatores como submissão e afetividade, e não no mérito, como seria de se esperar de um grupo que a todo o momento recorria ao liberalismo para justificar seus atos e aspirações. Boa parte da força da análise schwarziana sobre Alencar e Machado vem da percepção desse traço na sociedade oitocentista brasileira, da sua contradição com o ideal liberal e de como esse choque teve implicações fundamentais para os romances nacionais da época. No entanto, o crítico não se detém sobre quem são ou a relevância desses grupos intermediários, remetendo o leitor à obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco que citamos acima, praticamente a única a ter trabalhado com esse objeto àquela altura. Ele apenas resume a situação da seguinte forma:

*Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente o favor, indireto ou direto, de um grande.*<sup>169</sup>

A sua associação de escravos a proletários revela como Schwarz procura localizar a luta de classes na realidade brasileira (senhores x cativos), em relação à europeia (burguesia

---

<sup>167</sup> Para uma crítica mais detalhada dessa visão negativa dos homens livres pobres em geral, e mais especificamente em **Desclassificados do ouro**, ver FARIA, Op. Cit., especialmente a conclusão.

<sup>168</sup> SCHWARZ, **As ideias fora do lugar**. Op. Cit., p. 64.

<sup>169</sup> SCHWARZ, **Ao vencedor as batatas**. Op. Cit., p. 15-16.

x proletariado). O autor explicita seu pressuposto de que a característica essencial e incontornável do país era a escravidão, que, “por sua mera existência, (...) indicava a impropriedade das ideias liberais” no país.<sup>170</sup> Assim, aquela “multidão” de homens livres pobres permanecia secundária.

Os estudos sobre as camadas intermediárias começaram a ganhar força de fato nos anos 1980, quando uma nova historiografia colocou em xeque os pressupostos desses clássicos, ressaltando a força e a extensão da produção para o mercado interno (ligado à lavoura agroexportadora escravista mas não inteiramente dependente dela) e a primazia econômica de grandes comerciantes do Rio de Janeiro sobre os proprietários de escravos e de terras no final do século XVIII<sup>171</sup>. Isso contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre a tal “gente livre e sanduichada” tanto no campo como na cidade, abrindo espaço para o tema da ascensão social. Por um lado, atentou-se para os grandes comerciantes. Estes enriqueciam devido ao papel central que exerciam numa economia pré-industrial, e buscavam prestígio por meio de laços matrimoniais, principalmente com as filhas de latifundiários, muitas vezes desesperados por crédito. No entanto, ao abandonar a atividade comercial e aderir aos hábitos de consumo dispendiosos da “nobreza da terra” para consolidar seu novo *status*, a família frequentemente se via em complicada situação financeira em uma ou duas gerações.

Multiplicaram-se também as pesquisas sobre comunidades rurais que, sem ser grandes polos de exportação, possuíam organização muito mais diversificada do que a dicotomia senhores x escravos sugere. Os primeiros livros de Hebe Mattos e Sheila Faria, já referidos aqui, encontram-se entre os principais desse momento em que o mais importante era “fazer emergir, como agentes sociais, os atores [homens livres pobres] que (...) são relegados à marginalidade e ao esquecimento”.<sup>172</sup> O foco nessas áreas acabou contribuindo, embora essa linha de estudo viesse se desenvolvendo paralelamente, para uma maior atenção dos historiadores aos libertos. Pela sua simples existência, os alforriados revelam a possibilidade de ascensão social, mas rapidamente os historiadores notaram que eles eram muito mais representativos no Brasil do que em outras áreas escravistas. Segundo o censo de 1872, os homens livres de cor, ou seja, libertos e seus descendentes, eram 42,75% da

---

<sup>170</sup> SCHWARZ, Op. Cit., p. 15.

<sup>171</sup> Para o aprofundamento desse debate, ver principalmente FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, capítulo 1.

<sup>172</sup> CASTRO, Op. Cit., p. 188.

população brasileira, quase o triplo da quantidade de escravos (15%). Em Cuba, por volta de 1860, os pretos e pardos livres representavam 16,72%, e no estado da Luisiana somente 2,63%<sup>173</sup>. Entre muitos outros avanços, essas pesquisas reforçaram uma característica fundamental do Império brasileiro que, até então, não ia muito além de uma sugestão: o uso da noção de cor de pele como meio de definição de lugares sociais. Mais do que representar uma característica física, a referência estava ligada diretamente à proximidade social com o cativo. Hebe Mattos, em *Das cores do silêncio*, pesquisando processos criminais em meados do século XIX, afirma que “o uso das expressões ‘negro’ e ‘preto’ fazia-se então diretamente referido à condição escrava atual ou passada (forro). Nem uma só vez encontrei na documentação analisada a expressão ‘negro/preto livre’, os homens nascidos eram ‘brancos’ (sem qualquer qualificação) ou ‘pardos’”.<sup>174</sup> Rugendas, artista que esteve no Brasil durante a década de 1820, foi um dos primeiros a registrar esse traço:

*Quando a origem, as alianças, as riquezas ou o mérito pessoal permitem a um mulato ambicionar um lugar, é muito raro, e pode-se mesmo dizer que não ocorre nunca, que sua cor ou a mistura de seu sangue se tornem um obstáculo para ele. Seja ele embora muito escuro é registrado como branco e nesta qualidade figura em todos os seus papéis, em quaisquer negociações e está apto a ocupar qualquer emprego.*<sup>175</sup>

Pesquisas em regiões diferentes, com base em levantamentos de registros de nascimento e óbito, tanto para o período colonial como imperial, conseguiram comprovar a “mudança de cor” de uma mesma pessoa em função de alteração da sua condição social e econômica. A trajetória da família de Machado de Assis seguiu exatamente esse caminho<sup>176</sup>. Suas bisavós paternas foram registradas como “pretas” e eram escravas, mas seus avós aparecem na certidão de batismo como “pardos forros”. No termo de casamento do pai do escritor não há nenhuma referência à sua cor, o que indica o distanciamento temporal e social do cativo. O próprio Machado também não teve registrado o tom da sua pele em seu nascimento, e, na sua morte, já reconhecido como o maior nome de nossas letras,

<sup>173</sup> CHALHOUB, Sidney. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)**.

<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/315/271>>

<sup>174</sup> MATTOS, HEBE MARIA. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 94.

<sup>175</sup> RUGENDAS, J. M. Viagem pitoresca através do Brasil. Citado em FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 642.

<sup>176</sup> Há inúmeras biografias sobre Machado de Assis, mas, para o início de sua trajetória e ascendentes familiares, a mais indicada ainda é a de Jean-Michel Massa. (MASSA, Op. Cit.)

muitos juravam que era branco, incluindo o responsável pelo seu atestado de óbito<sup>177</sup>. Vale reproduzir a carta que Joaquim Nabuco enviou a José Veríssimo comentando um artigo necrológico sobre o escritor:

*Seu artigo está belíssimo, mas esta frase causou-me arrepio: ‘Mulato, foi de fato um grego da melhor época’. Eu não o teria chamado mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que tire isso (...). A palavra não é literária e é pejorativa. O Machado para mim era branco, e creio que por tal se tomava: quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego.*<sup>178</sup>

Nunca saberemos a “verdadeira” cor de Machado de Assis ou mesmo se sofreria ao ser chamado de mulato como sugeriu Nabuco, mas a história de sua família revela uma via de ascensão no Brasil oitocentista. Em 3 gerações, ela saiu da escravidão e, mesmo não estando entre as mais ricas da Corte, vivia numa situação financeira estável e muito acima da média devido a um emprego público, alcançando o topo da hierarquia social pelo talento de escritor.

Sheila Faria afirmou, com toda a razão, que a maioria dos libertos ficou na miséria, mas “muitos conseguiram juntar pecúlio suficiente para se distanciar da classificação de despossuídos, embora nem sempre o conseguissem no que se refere a *status social*”<sup>179</sup>. No entanto, o autor de *Dom Casmurro* está longe de ser o único a experimentar uma ascensão desse tipo. Um caso em muitos sentidos mais espetacular foi o de Francisco de Salles Torres Homem, neto de escrava e filho de um padre com uma liberta, quitandeira do Largo do Rosário. Seus traços afrodescendentes deviam ser mais acentuados que os de Machado de Assis (filho de uma imigrante portuguesa), pois foi retratado como macaco em algumas charges, a despeito de seu enorme prestígio. Ocupou a presidência do Banco do Brasil, foi o único pardo a se tornar ministro da Fazenda até hoje, elegeu-se deputado por diversas províncias e no Senado destacou-se pela defesa da Lei do Ventre Livre, o que lhe rendeu o título de Visconde de Inhomirim. Parece ter conquistado uma condição financeira melhor

---

<sup>177</sup> PIZZA, DANIEL. **Machado de Assis: um gênio brasileiro**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 41.

<sup>178</sup> MASSA, JEAN-MICHEL. **A juventude de Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 55. As informações sobre a família de Machado também foram retiradas dessa obra.

<sup>179</sup> FARIA, Op. Cit., p. 102.

que a de Machado, pois ao fim da vida fez diversas viagens à Europa para tentar curar suas crises de asma, sem sucesso. Apesar de declarado abolicionista, também não se assumia mulato e chegava a usar pó de arroz para clarear o tom de sua pele.

Nem todo pardo que alcançava notoriedade procurava esconder sua ascendência ou silenciava sobre ela. Exemplo disso foi Luiz Gama<sup>180</sup>, cuja vida parece saída de um folhetim, apesar de toda incerteza que cerca sua biografia. Filho de uma africana livre com um português, viu sua mãe desaparecer e seu pai decidir vendê-lo como escravo para pagar dívidas de jogo. Aprendeu a ler e escrever com um amigo de seu proprietário, fugiu, arrumou provas da ilegalidade de seu cativeiro e conquistou a liberdade. Tornou-se uma das maiores referências do jornalismo paulista, um dos fundadores do Partido Republicano de São Paulo e, principalmente, famoso advogado autodidata abolicionista que libertou centenas de escravos, mesmo proibido de frequentar regularmente a Escola de Direito da capital paulista devido à cor de sua pele. Parece ter permanecido pobre a vida inteira, por conta das doações que fazia a escravos e libertos e dos trabalhos gratuitos pela causa abolicionista, mas isso não pode obscurecer sua ascensão. Seu enterro, em 1882, tido como o mais emocionante da província até então, foi acompanhado por uma multidão, e todos, inclusive a aristocracia local, tiraram seus chapéus quando passavam pelo cortejo. E isso em uma cidade em que os negros eram mais raros entre os membros da elite, já que a escravidão africana não fora tão disseminada lá como no Rio de Janeiro.

Voltando à Corte, poderíamos citar Francisco de Paula Brito<sup>181</sup>. Mulato, filho de carpinteiro humilde, depois de inúmeros trabalhos na imprensa carioca, conseguiu abrir uma livraria/editora que se tornou referência e ponto de encontro dos escritores da cidade. Militou abertamente pela causa do negro no Brasil, tendo publicado, em 1833, o jornal *Homem de Cor*, destinado a combater o preconceito no país, mas destacou-se sobretudo por lançar inúmeros autores nacionais, como Teixeira e Sousa, José de Alencar e Machado de Assis. Este último considerou “o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós”. Também não enriqueceu, pois reinvestia a maior parte de seus lucros na própria empresa, porém chegou a contar com 60 empregados<sup>182</sup>, número mais que expressivo para a época. E,

---

<sup>180</sup> Ver, entre outros, PINTO, ANA FLAVIA MAGALHÃES. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas: Tese de doutorado em História Social pela UNICAMP, 2014, capítulo 2.

<sup>181</sup> Ver GONDIM, EUNICE RIBEIRO. *Vida e obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.

<sup>182</sup> MASSA, Op. Cit., p. 84.



assim como Luiz Gama, alcançou prestígio e reconhecimento por parte da alta sociedade. Sua morte, em 1861, transformou-se igualmente em um evento emocionante, sendo o seu caixão carregado por pessoas ilustres como o Conselheiro Euzébio de Queiroz, Jose Maria da Silva Paranhos (futuro Barão do Rio Branco), Paulino José Soares de Sousa e Joaquim José Ignácio (Visconde de Inhaúma)<sup>183</sup>.

Fora do recorte racial, também encontramos exemplos de ascensão de pessoas humildes até o topo da hierarquia social, sendo o mais conhecido deles o do Visconde de Mauá. Apesar de não vir de família pobre, diversos acontecimentos (assassinato do pai, segundo casamento da mãe etc.) levaram o menino Irineu Evangelista de Sousa, aos 9 anos, a ter de trabalhar o dia inteiro em um estabelecimento comercial na Corte em troca de moradia e alimentação. A partir daí, sem qualquer ajuda dos parentes, foi aprendendo os segredos do comércio, ganhou a confiança dos patrões e juntou dinheiro para, nas décadas de 1850/60, tornar-se o maior industrial do Brasil, controlando empresas em 6 países, dono de banco e um dos homens mais ricos do Império. Foi eleito deputado pelo Rio Grande do Sul três vezes, recebeu o título de barão em 1854 e, vinte anos depois, coroando sua aceitação na alta sociedade, o de visconde com grandeza.

Restringindo-nos aos casos mais famosos, encontramos casos de impressionante ascensão social, tanto de brancos pobres como de mulatos, em áreas como o jornalismo, a política, o comércio, o Direito. Poderíamos ampliar essa lista mencionando José do Patrocínio, Vitor Meirelles, Jose Justiniano da Rocha, Manuel Vitorino Pereira, entre outros. No entanto, a historiografia praticamente não se ocupou desse fenômeno. Sheila Faria, em artigo posterior ao livro referido acima, admite que havia mais caminhos para um alforriado sair da pobreza do que imaginava a princípio e cita o impressionante dado de que 83% das pretas minas forras que deixaram testamento entre 1736 e 1832 tinham seus próprios escravos.<sup>184</sup> Ainda que a porcentagem nesse grupo fosse mais alta do que para outros grupos de libertos, o número não deixa de ser muito significativo. As múltiplas pesquisas sobre libertos e seus descendentes evidenciam os pequenos (mas importantíssimos) ganhos materiais que a alforria representava para a maioria dos que a alcançava, mas pouco dizem sobre as chances de uma escalada meteórica como a de Torres Homem, Luiz Gama ou

<sup>183</sup> GONDIM, Op. Cit., p. 67.

<sup>184</sup> FARIA, SHEILA DE CASTRO. Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850). In: SOARES, MARIZA DE CARVALHO (Org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benin ao Rio de Janeiro**. Niterói: Eduff, 2007. p. 115.

Machado de Assis. Muito frequentes evidentemente não eram, mas os casos mencionados já justificam uma análise atenta desse processo.

Uma tentativa pioneira e isolada de interpretação de conjunto desse movimento de ascensão social no Brasil imperial veio de Emília Viotti da Costa. Depois de se referir à assimilação pelos grupos urbanos e industriais do estilo de vida das classes dominantes, afirma que

*Análogo fenômeno de cooptação ocorreu em relação aos poucos mulatos e pretos que, graças a seus talentos, conseguiram tornar-se famosos advogados, escritores, jornalistas, engenheiros ou políticos de renome mediante o sistema de patronagem. Segura de suas posições, controlando a mobilidade social e imbuída de uma concepção hierárquica do mundo, que ratificava as desigualdades sociais e postulava obrigações recíprocas, a elite brasileira não precisou recorrer a formas explícitas de discriminação racial. Mulatos e negros foram, na sua maioria, “naturalmente” segregados e de limitadas possibilidades. Os que foram incorporados à elite, pela via do sistema da clientela, adquiriram automaticamente o status de branco, identificando-se – não obstante a ambiguidade de sua situação – com a comunidade dos brancos. Tal foi a sorte de homens como o romancista Machado de Assis, o poeta Cruz e Souza e o engenheiro André Rebouças.<sup>185</sup>*

Por outro lado, não podemos nos deixar enganar por esses casos, por mais relevantes que sejam, e imaginarmos uma sociedade totalmente aberta ao mérito e não-racista. Outro viajante, Charles Expilly, residente na corte no início dos anos 1850, não poderia ter sido mais claro em relação a isso:

*Neste país, em que o preconceito de cor conserva toda a força, uma branca se sente humilhada em fazer trabalhos reservados normalmente aos escravos (...). É indecente pedir a uma branca serviço de negra. Não se pode exigir que ela vá ao mercado com um cesto, leve recados, carregue embrulhos na rua, bronzeie a pele ao Sol.<sup>186</sup>*

Assim, se alguns negros e pardos conseguiam “apagar” a sua cor de pele, isso não significa que todos tivessem o mesmo tratamento ou que a identificação de uma cor a uma

<sup>185</sup> COSTA, EMÍLIA VIOTTI. *Da monarquia à república*. São Paulo: Unesp, 2007. p. 15.

<sup>186</sup> EXPILLY, CHARLES. *Le Brésil tel qu’il est*. In: MASSA, Op. Cit., p. 64.

situação subalterna deixasse de existir. Essa sociedade complexa, com mais oportunidades do que se acreditava até pouco tempo mas também com duros obstáculos para serem enfrentados pelos libertos, seus descendentes e pobres em geral, foi matéria-prima para os nossos romancistas, e adiante veremos de que forma trataram a ascensão social.

Se a historiografia brasileira avançou pouco nesse campo, a área de Letras ainda não parece ter se interessado por ele. Nas raras vezes em que o tema aparece em algum estudo, tende a ser de passagem. Em *Ao vencedor as batatas*, por exemplo, o autor menciona o fenômeno como fundamental na matriz europeia, mas não se ocupa da sua representação nos romances nacionais, embora baseie parte importante de suas premissas, como vimos, justamente no homem livre pobre submetido ao *favor* de uma família tradicional. Assim, procuraremos dar nossa contribuição analisando como os romancistas abordaram o tema, sabendo que isso não equivale à realidade, mas que a relação entre as duas é intrínseca. Nesse ponto, retomamos Antônio Candido, decisivo para a linha de pesquisa que Roberto Schwarz levou adiante, que afirmou só ser possível compreender de forma plena uma obra literária

*fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteadado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.<sup>187</sup>*

Permaneceremos atentos a essa relação dialética entre o contexto histórico e os romances, sem nunca reduzir um ao outro de maneira simplista ou precipitada. Assim, analisando as formas pelas quais os escritores representaram a ascensão social em suas obras, poderemos compreender um pouco mais sobre esse fenômeno na sociedade brasileira oitocentista; e, ao fazê-lo, as próprias opções dos romancistas podem também se tornar mais inteligíveis.

---

<sup>187</sup> MELLO E SOUZA, ANTÔNIO CANDIDO. Crítica e sociologia. In: MELLO E SOUZA, ANTÔNIO CANDIDO. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000. p. 6. Grifos do autor.

## CAPÍTULO 3 - ROMANCE DA BOA SOCIEDADE 1840 – 1859

### 3.1 Um ambiente refinado

*Em uma das ruas menos acanhadas e mais retas desta nossa boa cidade do Rio de Janeiro, há uma boa casa que, apesar de seus dois gigantescos andares com três janelas cada um deles, e do muito d'antes suspirado simbólico número – 33 – que a designa, faz-se exclusivamente recomendável pelo precioso tesouro que guarda. (...)*

*No que diz respeito à sala, o número 33 não precisa de elegância: três portas ao fundo, correspondendo a três janelas que para a rua se abrem, servem de limite a um espaço de cento e vinte palmos em quadro, de que consta a sala: suas paredes são forradas de papel branco adamascado e salpicado de lágrimas cor de ouro; o soalho se esconde por baixo da fina esteira da Índia, que o tapiza; a mobília é de pão cetim; a artista que a lavrou, talvez o nosso habilíssimo Neto, em vez de castigar a madeira com enfeites e labores, acertou em dar a seu trabalho um caráter de simplicidade feliz que deixa ostentar toda sua beleza essa preciosa tartaruga vegetal, que povoa as terras do Amazonas; no meio daqueles móveis amarelados, destaca-se orgulhosamente um piano de jacarandá com sua cor escura entremeada de veias brilhantes. Ornam os aparadores ricos vasos de Sevres e Etruscos, que mostram flores com perfeição trabalhadas.*

Assim abre o romance *Rosa*, de Joaquim Manuel de Macedo, lançado em 1849<sup>188</sup>. Com raríssimas exceções, os romances brasileiros escritos entre 1840 e 1860 têm como pano de fundo cenários como esse, descritos quase sempre em grandes detalhes. Enormes sobrados (“gigantescos dois andares”), decoração delicada (“papel branco adamascado e salpicado de lágrima cor de ouro”), móveis imponentes e normalmente importados (“piano de jacarandá”) e ornamentos sofisticados (“ricos vasos”) são muito mais comuns na literatura do Império do que na cidade do Rio de Janeiro no mesmo período, se pensarmos nela como um todo. Ainda que a descrição minuciosa de casas e cômodos faça parte da tradição do gênero romance, no Brasil ela ganha significados mais específicos que se tornam

---

<sup>188</sup> <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0283/index.htm>>

claros quando colocamos em perspectiva a evolução da cultura material do país no século XIX.

Antes da abertura dos portos, em 1808, parece ter existido uma enorme precariedade de bens no país, como informam os relatos de viajantes ingleses do final do século XVIII, dizendo que o Brasil era uma terra digna de “atenção por não haver vidros nas casas, por serem poucas as casas com talheres, por não existirem ainda carruagens ligeiras, por serem precários os trens de cozinha, escasso o vasilhame doméstico, deficiente a ferramenta dos artesãos, necessitado de pintura o exterior das casas”<sup>189</sup>. Não podemos esquecer que se trata de uma crítica a partir do ponto de vista europeu, mas mesmo assim significativa, pois veremos que muitos desses mesmos itens sofreram enorme transformação após a chegada da família real ao Rio de Janeiro e aparecerão constantemente nas páginas dos romances do Segundo Reinado. No próprio ano de 1808 houve um edito proibindo as gelosias — grades de madeira colocada nas janelas — nas casas brasileiras, hábito extremamente comum por aqui, importado do Oriente, influência importante para a cultura nos tempos coloniais. A justificativa oficial fora a apreensão quanto ao uso que delas pudessem fazer assassinos para suas emboscadas, porém Gilberto Freyre desconfia de uma intervenção dos ingleses, por serem os principais fabricantes de vidro do mundo e, por isso, grandes interessados na medida. Hipótese muito plausível, dada a força deles na corte joanina. As consequências, entretanto, foram muito maiores do que a substituição da madeira por vidro. As janelas se tornaram um elemento fundamental do cotidiano das mulheres da elite, como nos conta o simpático narrador de *O moço loiro*:

*Uma moça loureira, que está de janela e que é do número dessas que sabem estar de janela, põe em ação a ciência mais difícil do mundo, e que é ao mesmo tempo tão positiva como matemática, e tão cheia de coisas nenhuma como a diplomacia. Ela tem vista tão segura, que pelo menear da bengalinha conhece o jovem que vem no princípio da rua; pelo tirar do chapéu adivinha se é moça ou velha a pessoa a quem ele cortejou (...). E a mãozinha de moça loureira que está de janela?... com os seus dedinhos cor de rosa, fala essa mão ainda mais que um papagaio de seminário! Um lenço nessa mão move-se e dá mais sinais que o telégrafo do castelo (...).*

---

<sup>189</sup> FREYRE, GILBERTO. *Ingleses no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. p. 167.

*E se há loureiras como ela?... misericórdia!*<sup>190</sup>

Além disso, segundo Gilberto Freyre, com os vidros, “as casas ficaram de repente expostas ao público, fazendo que alguns dos seus habitantes se envergonhassem delas, isto é, do seu interior arcaico, e procurassem melhorá-lo ou modernizá-lo, imitando as modas europeias, isto é, inglesas ou francesas”<sup>191</sup>. Não por acaso, no trecho que inicia esse capítulo, sabemos que a casa em questão tinha três janelas por andar, sendo que as do térreo “para a rua se abrem” – assim ficamos sabendo que se trata de residência rica e atenta aos novos costumes. A proibição das gelosias abriu o mercado brasileiro não só para os vidros ingleses, mas também para uma enorme quantidade de móveis e objetos em geral. Uma prova disso é que frequentar leilões ingleses tornou-se *chic*, e lá o brasileiro se impregnava do gosto europeu mais moderno sem esforço. Neles, podia adquirir um piano, talvez o maior símbolo dessa europeização do século XIX e onipresente nos romances do Segundo Reinado, que foi substituindo aos poucos os antigos violões. Teria oportunidade também de conseguir diversas peças de mobiliário como sofás, mesas, canapés, guarda-roupas etc., já que, antes de 1808, aos olhos de um inglês como o viajante Luccock, o mobiliário brasileiro era pobre, sendo apenas as camas bem feitas, apesar de fora de moda. Em anúncios de jornal, Freyre encontrou objetos como relógios de sala, de mesa e de bolso ou mesmo lavatórios, concluindo que a procura por esses produtos devia ser igualmente grande. Outro exemplo que confirma essa tendência à europeização dos costumes é o fato de os talheres tornarem-se um dos artigos mais importados da Grã-Bretanha, uma vez que diversos viajantes do século XVIII manifestaram horror pela sobrevivência, mesmo entre a alta sociedade do Rio de Janeiro, do hábito oriental de comerem com os dedos em tigela ou vasilha comum, ou até de simples cuia ou cabaça. Isso se tornaria progressivamente mais raro após 1808, pelo menos entre a elite. Além dos talheres, os cristais e vidros de mesa, a porcelana de chá e de jantar, os trens de cozinha, entre outros, foram mudando os hábitos brasileiros não só daquilo que se comia ou bebia, mas também de como fazê-lo. No entanto, nem só a mesa e a cozinha passaram por transformações. Freyre afirma que data de 1810 “a ostentação de fazendas inglesas, nos anúncios de jornais brasileiros, e até de roupas inglesas já feitas,

---

<sup>190</sup> MACEDO, JOAQUIM MANUEL. O moço loiro. In: MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **Obras**. Biblioteca Digital. Localização 20571.

<sup>191</sup> FREYRE, Op. Cit., p. 201.

como as fazendas e os fatos verdadeiramente dignos de pessoas bem nascidas ou bem situadas”<sup>192</sup>. Os tecidos ingleses, inclusive, apareciam sempre nos anúncios com iniciais maiúsculas, distinguindo-se assim dos produtos de outros países.

Os franceses, grandes rivais dos ingleses, predominavam na venda de objetos miúdos, remédios, artigos de luxo, perfumes, modas femininas, e eram hegemônicos no ofício de alfaiate. Ocupavam a Rua do Ouvidor e a do Ourives vendendo

*cortinas, espelhos, relógios ornamentais, jarros, exercendo (...) os ofícios mais característicos de sua nação como o de padeiro, o de dourador de metais, o de relojoeiro, o de confeitiro, enquanto outros (...) tinham casas de moda ou eram bijoutiers e [outros] negociavam com toda a espécie de novidades francesas.*<sup>193</sup>

Eram ainda os franceses os únicos livreiros do Rio de Janeiro. Comparando os dois concorrentes, Gilberto Freyre afirma que os ingleses trabalhavam com artigos que pela sua natureza, porte e peso deveriam ser classificados como masculinos, enquanto os franceses seriam responsáveis por produtos femininos. O destaque desses últimos nos romances também é incontestável, como nos prova o narrador de *A moreninha* que, tratando de um sarau, afirma que as “moças haviam esgotado a paciência de seus cabelereiros, posto em tributo toda a habilidade das modistas da Rua do Ouvidor e coberto seus colos com as mais ricas e preciosas joias”<sup>194</sup>.

Assim, a primeira metade do século XIX foi de extrema importância para a transformação dos hábitos no Brasil, uma vez que os produtos disponíveis no mercado se multiplicaram de uma forma nunca antes vista por aqui e a Europa voltava a ser o modelo de comportamento a ser copiado. ‘Voltava’ pois, segundo Freyre, o século XVIII havia “afastado” os brasileiros dos hábitos europeus. “Das relações irregulares ou por intermédio da metrópole do Brasil com o Oriente e com a África desenvolvera-se entre nós a predominância, em várias esferas da vida, de estilos e modas antes asiáticas ou africanas do que europeias”<sup>195</sup>. Isso era tão forte que alguns negociantes ingleses chegaram a vender produtos do Oriente junto com os seus próprios para conquistar mercado. O sociólogo fala, portanto, de uma reeuropeização, embora no século XIX esse movimento tenha alcançado

---

<sup>192</sup> Idem, p. 157.

<sup>193</sup> Idem, p. 175.

<sup>194</sup> MACEDO, JOAQUIM MANUEL. *A Moreninha*. São Paulo: FTD, 1998. p. 108.

<sup>195</sup> FREYRE, Op. Cit., p. 186.

uma força sem precedentes, em função da rapidez sempre crescente com que passaram a ocorrer as trocas mundiais, tanto de ideias como de mercadorias. Para ele, o único elemento que parece distinguir a segunda metade do século é o aparecimento e a difusão das estradas de ferro, que expandiram os mercados para os produtos estrangeiros, até então restritos ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, especialmente às suas capitais. Já Luiz Felipe de Alencastro tem opinião distinta<sup>196</sup>. Ele também vê a transferência da corte portuguesa como um momento crucial para a cultura do país e, especificamente, do Rio de Janeiro. Primeiro porque ela foi a principal responsável pelo enorme crescimento urbano da capital, de 43 mil em 1799 para 79 mil habitantes em 1821, mas principalmente (e aí podemos generalizar para o país inteiro, fazendo a ressalva de que o processo não foi homogêneo) por ter promovido uma europeização da cultura brasileira. No entanto, para Alencastro, 1850 representa um marco igualmente importante. Foi nesse momento que o tráfico atlântico de escravos cessou definitivamente e os recursos até então utilizados nele foram realocados, em grande parte, para o setor de importações, movimento facilitado pela inauguração nesse mesmo ano de uma linha regular de navio a vapor entre Liverpool e o Rio de Janeiro. Também nesse período houve a corrida para o ouro na Califórnia e o Rio de Janeiro se tornou escala da rota que ligava Nova York a São Francisco, levando produtos norte-americanos a circularem por aqui. Além disso, para o autor, somente na segunda metade do século essas novidades chegaram em um número suficiente para gerar uma transformação em escala significativa, antes reduzida a um círculo extremamente limitado de pessoas. Assim como Gilberto Freyre, Alencastro também cita inúmeros exemplos de novos bens que passaram a ser importados em grandes quantidades. Alguns que tinham escapado das investigações do primeiro, como debulhadores de milho e fogões, comercializados por uma casa de importação norte-americana, e remédios de homeopatia; outros que já havíamos visto, como chapéus, vestidos e móveis em geral, com destaque para o piano:

*Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico e inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que*

---

<sup>196</sup> ALECASTRO, LUIZ FELIPE. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALECASTRO, LUIZ FELIPE (Org.). **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 11-93.



*tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo.*<sup>197</sup>

Os salões e festas são outro elemento frequente na vida da elite e nos romances oitocentistas brasileiros. Segundo Wanderley Pinho, também nesse ponto teve influência a vinda da corte de D. João, pois as “recepções reais, chegadas, casamentos e batizados de príncipes; aclamações, coroações e cortejos; o luzir dos fidalgos a estadearem pompa algumas vezes como maneira de captar mercês e benefícios da coroa – davam modelos e incitavam imitações”<sup>198</sup>. Para o autor, porém, foi no Segundo Reinado, especialmente nos seus primeiros 20 anos, que surgiu uma febre de reuniões, saraus, bailes e concertos. Opinião semelhante tinha José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco, que, em 1851, escreveu: “Outrora um baile era quase tão raro como achar-se uma moça com veleidades de ser freira; hoje, o maior embaraço é escolher entre os saraus que há na mesma noite”<sup>199</sup>. Havia sociedades e clubes em diversos bairros e, além disso, algumas casas da alta sociedade tinham dias fixos para receber, repetindo (para variar) um hábito comum na França. Encontramos cenas de luxuosos eventos em casarões em praticamente todos os romances dessa primeira fase (1840 – 1860) e em boa parte do Segundo Reinado. O *testamento falso*, de Joaquim Norberto de Souza Silva, publicado pela primeira vez na década de 1840<sup>200</sup>, começa da seguinte maneira:

*Via-se no largo da Lapa, nesse lindo, aprazível e tão concorrido quarteirão do Rio de Janeiro, em uma noite de inverno, uma casa brilhantemente iluminada; aí reinava a música com todas as suas seduções e a dança com toda a sua bela desordem; - era um sarau em honra da senhora do dono da casa.*

*Anselmo Rodrigues estava satisfeitíssimo no meio dos convivas.*

*Dona Maria Marcelina recebia mil parabéns pelo seu feliz aniversário. Lisonjeiros e aduladores vinham aos pares com estudadas finezas significar-lhe o seu prazer pelas boas disposições que, segundo eles, apresentava a ilustre representante*

<sup>197</sup> Idem, p. 47.

<sup>198</sup> PINHO, WANDERLEY. **Salões e damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1946. p.15-16.

<sup>199</sup> Citado em MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro, Tinta Negra Bazar, 2010. p. 163.

<sup>200</sup> SILVA, JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA. O testamento falso. In: SILVA, JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA. **Romances e Novelas**. São Paulo: Landy Editora, 2007. p. 197 - 336. Silvia Maria Azevedo, que prefaciou essa edição, disse que não foi possível descobrir o ano exato da publicação.

*de meio século; e ela mais desejosa que disposta a viver outro tanto tempo, recebia essas congratulações com graça que não deixava também de ser estudada. (...)*

*Havia-se dançado, e muito, e acerca [sic] dela [da filha de Maria Marcelina] se ocupavam todos (...).<sup>201</sup>*

Trata-se do mesmo ambiente refinado dos outros romances. Aqui encontramos menção à iluminação, que vinha melhorando desde 1808 e, a partir de 1854, com a inauguração do sistema a gás, deu um salto importante. Com ruas e salas bem iluminadas, as festas poderiam se estender até altas horas, pois a volta de madrugada deixava de ser um perigo – ou pelo menos se tornava um pouco menos arriscado. Além disso, o narrador se refere à dança, elemento central da maioria dessas festividades e momento crucial de muitas cenas românticas da literatura da época, como em *O comendador*: após o rico e cético Alfredo reclamar da vida para seu melhor amigo em meio a um sarau, aceitou dançar a contragosto uma quadrilha com uma jovem e horas mais tarde estava completamente apaixonado. “Ao sair do baile eu estava outro, um sentimento, para mim desconhecido, e cuja existência eu chegara a negar, tinha se apossado de minha alma; eu amava Emília”<sup>202</sup>, admitiu dias depois. Se neste exemplo a quadrilha aproximou o casal, normalmente essa função era da valsa, novidade que chegara aqui no século XIX, portanto outro sinal de modernidade, além de mais sensual por exigir mais contato físico do par. “A valsa! Sim, a valsa é com toda razão o delírio das moças e o belo ideal dos moços em um sarau”<sup>203</sup>, resume o nosso já conhecido narrador de *O moço loiro*.

Para José de Alencar, em uma crônica de 1855, os salões exerciam também papel político estratégico durante o início do Segundo Reinado, pois ele

*é um terreno neutro entre a câmara e o gabinete. No gabinete só entram os íntimos, aqueles que estão no segredo do dono da casa e que gozam da sua familiaridade. A câmara é o aposento onde ordinariamente têm lugar os arrufos e as zanguinhas do marido com a mulher, onde se ralha e se passam algumas horas de mau humor.*

*No salão, porém, recebem-se todas as visitas de cerimônia ou de intimidade; dão-se bailes, reuniões dançantes e concertos. Conversa-se ao som da música;*

<sup>201</sup> Idem, p. 198-199.

<sup>202</sup> GUIMARÃES, FRANCISCO PINHEIRO. *O comendador*. Jornal do Comércio, 1856. Transcrito por HEINEBERG, Ilana. **La suite au prochain numéro**. Tese de doutorado disponível em: <[http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/teses/pdfs/ilana\\_annexes.pdf](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/teses/pdfs/ilana_annexes.pdf)>, p. 162.

<sup>203</sup> MACEDO, Obras, Op. Cit., loc 21261.

*conferencia-se a dois no meio de muita gente, de maneira que nem se fala em segredo, nem em público.*

*Se a palestra vai bem, procura-se alguma chaise-longue num canto da sala, e, a pretexto de tomar sorvete ou gelados, faz-se uma transação, efetua-se um tratado de aliança.*

*Se a conversa toma mau caminho, aí aparece uma quadrilha que se tem de dançar, uma senhora a que se devem fazer as honras, um terceiro que chega a propósito; e acaba-se a conferência, e livra-se o ministro do dilema em que se achava, do comprometimento de responder sim ou não.<sup>204</sup>*

Independentemente de algum exagero de José de Alencar, fica evidente que a plateia que frequentava os salões era seleta e, conseqüentemente, vemos qual grupo social está sendo representado nos romances brasileiros dessa primeira fase (1840-1859). Dez dos quinze romances do período possuem tramas que se desenrolam basicamente em um ambiente rico, povoado de sobrados com janelas de vidro, grandes salões que servem como palco de luxuosos bailes, mulheres repletas de joias e homens bem vestidos que viajam para a Europa (ver tabela 1).

---

<sup>204</sup> ALENCAR, JOSÉ. **Ao correr da pena**. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.], p. 92. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>>

**Tabela 1-Ascensão social no romance entre 1840-1859**

Romance	Ano	Ascensão social interfere na trama principal	Ascensão social em personagens secundários	Ambiente do romance
O filho do pescador	1843			-
A Moreninha	1844			elite
Amância	1844			elite
Maria, ou vinte anos depois	1844			-
O moço loiro	1845			elite
Os dois amores	1848			elite
Rosa	1849			elite
Os dous loucos	1851			elite
O falso testamento	1852	sim		elite
A carteira de meu tio	1855			Interior
Memórias de um sargento de milícias	1855			livre pobre
O comendador	1856	sim		elite
Cinco minutos	1856			elite
As mulheres perdidas	1858			-
O lyrio do sepulcro	1858			elite

Fonte: BOUCINHAS, 2015.

### 3.2 As exceções

Dos cinco romances que supostamente retratam a vida de outros grupos sociais, apenas um de fato o faz: *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, que merecerá atenção especial mais tarde. Em *O filho do pescador*, por exemplo, é quase impossível precisar o contexto social do pano de fundo. Aurélio Buarque de Holanda, analisando o enredo do romance, notou “uma despreocupação com a verossimilhança, que beira o cômico”<sup>205</sup>, conclusão que pode facilmente ser estendida à sua caracterização socioeconômica. Não encontramos nele nenhum dos elementos apresentados aqui como típicos da elite fluminense e tudo gira em torno de uma família de pescadores, o que parece indicar que o mundo representado será o dos homens livres pobres. Surpreendentemente, porém, desde o começo ficamos sabendo que a personagem título é muito rica. No primeiro

<sup>205</sup> HOLANDA. AURÉLIO BUARQUE. Introdução. In: TEIXEIRA E SOUZA, ANTÔNIO GONÇALVES. *O filho do pescador*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 16.

conflito da trama, por exemplo, vemos o seu pai tentando impedi-lo de se casar com uma mulher que acabara de salvar de um naufrágio por causa de sua pobreza. Em nenhum momento há qualquer explicação para a riqueza dessa família pescadora, que possui escravos mas vive em Copacabana, área afastada e sem prestígio em meados do século XIX. O filho do pescador ignora o pedido do pai e leva o casamento adiante, mas acaba assassinado pela esposa, que é, de fato, a protagonista do romance. Herdeira dos bens (em nenhum momento descritos) do marido, torna-se uma mulher abastada sem que esse processo de ascensão tenha sido sequer notado pelo narrador. Mais tarde, um pobre caçador se apaixona por ela, porém sua situação humilde o impede de se aproximar de alguém com “tamanha riqueza”. Tudo muda rapidamente de figura – mais uma vez – quando se descobre que ele era um filho perdido dela... O ponto central aqui é o fato de o contexto socioeconômico não ser verossímil e não influir verdadeiramente no desenrolar da trama. Em dois ou três momentos, uma desigualdade financeira é apontada como um entrave a um relacionamento – situação típica do romance oitocentista europeu – mas logo se resolve e abandona-se a questão para se passar ao próximo conflito.

Situação semelhante acontece em *Maria, ou vinte anos depois*. Neste curto romance, a protagonista é apresentada como pobre e, para reforçar o fato, o narrador descreve sua moradia em cores fortes:

*aí no meio das florestas [da Gávea] elevava-se, como outras muitas, uma tosca choupana das varas tecidas e barreadas, e coberta de palhas; era a choupana de Maria, a filha do carvoeiro, que não tinha mais que três repartimentos, uma sala acanhada, o aposento onde dormia e a cozinha; algumas gaiolas com pássaros do local, alguns registos de santos da sua maior devoção, e rosários pendiam das paredes esbroadas; toscos trastes formavam toda a mobília.*<sup>206</sup>

Depois disso, porém, a penúria de Maria e daqueles que a cercam deixa de influir no desenrolar da trama, calcada em situações trágicas como naufrágios, raptos, mistérios em que a situação socioeconômica se torna praticamente irrelevante. O narrador, aliás, quase desaparece da obra, pois a história avança a partir de diálogos entre os próprios personagens, evidenciando uma forte influência do teatro sobre Joaquim Norberto (e sobre boa parte dos nossos primeiros romancistas), o que explica, em alguma medida, a falta de

<sup>206</sup> SILVA, JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA. *Maria ou vinte anos depois*. In: SILVA, Op. Cit., pp. 55-56.

descrições de personagens, ambientes e situações, elementos típicos do gênero romance, como visto na introdução desta tese. As mesmas características – apresentação de personagens humildes mas ausência de situações e problemas típicas dessa situação – também aparecem em *As mulheres perdidas*. Já em *A carteira de meu tio*, romance ao qual voltaremos no próximo capítulo, o protagonista faz uma viagem pelo interior da província, mas não se descreve nenhum ambiente social específico, apenas mencionando locais típicos e em parte estereotipados de histórias de viagens, como vilas, delegacias, hospedagens, estradas etc. O foco do romance, entretanto, é a visão do narrador sobre as pessoas que encontra no seu caminho, bem como os eventos que vivencia no trajeto, e como se trata de homem muito rico e apadrinhado, acaba sendo também uma obra sobre a elite brasileira e seu descaso para com a gente simples do interior.

*Os dois amores*, de Joaquim Manuel de Macedo, que classifiquei na tabela como tendo um ambiente de elite, desponta como um caso interessante. O romance começa apresentando o largo da Lapa do Desterro, onde se passa a história, e rapidamente conhecemos um casal morador do bairro, cuja descrição possui uma acuidade não encontrada em *O filho do pescador*, *Maria ou vinte anos depois* ou *Mulheres perdidas*:

*Jacó tinha sido escrivão, e apenas há três anos havendo perdido o seu lugar por motivos que ele a ninguém dizia, mas que o fizeram viver na cadeia durante alguns meses, retirou-se do centro da cidade, onde habitava, e veio com sua mulher e uma escrava morar na rua de...*

*A casa de Jacó era térrea, e constava de uma porta e duas janelas de vidraça cobertas com cortinas brancas: a porta abria-se para um corredor ao lado direito do qual outra dava entrada para a sala.*

*Sem ter nada em que se ocupasse, Jacó viva do fruto de seus antigos trabalhos, e sua mulher, para ajudá-lo nas despesas da casa, fazia um pequeno comércio de balas e confeitos, que a escrava vendia em um tabuleiro à porta do corredor.<sup>207</sup>*

Jacó tem uma profissão específica, urbana, e um rendimento tão baixo que a esposa precisa ajudar nas despesas; tudo isso, acrescido ao fato de ter ficado na cadeia por alguns meses, nos leva para um ambiente distante do que vínhamos encontrando até aqui. No

---

<sup>207</sup> MACEDO, JOAQUIM MANUEL. *Os dois amores*. In: MACEDO, Op. Cit., loc. 26376.

entanto, ser escrivão exige domínio firme da língua escrita, o que coloca a personagem um tanto acima da massa de livres pobres que povoava as cidades brasileiras do século XIX, pois, em 1872, aproximadamente 85% da população era analfabeta<sup>208</sup>. Isso se reforça na descrição de sua casa que, apesar de térrea, tem janelas envidraçadas e pelo fato de possuir uma escrava. Esta, porém, não é um bem de luxo, mas peça fundamental para a subsistência do casal, pois ajuda na venda de doces – trabalho muito frequente das escravas domésticas no Rio de Janeiro oitocentista, segundo Mary Karasch<sup>209</sup>.

Sobre o dia a dia de Jacó, ficamos logo sabendo que ele

*tinha o seu posto de dia, sentado junto de uma das janelas, e só o deixava se supunha conveniente seguir alguém; dali ele observava e adivinhava tudo. (...) Ela [sua esposa] conhecia os escravos de todas as casas, praticava com eles, e dava conta a seu esposo das questões domésticas, dos segredos e das miúdas circunstâncias da vida alheia (...).*<sup>210</sup>

Mais uma vez nos deparamos com a importância da janela no cotidiano e, além disso, descobrimos que a mulher de Jacó conversava com os escravos da rua para descobrir informações sobre os moradores. Essa intimidade entre senhores e cativos seria impensável entre aqueles proprietários de casarões, exímios dançadores de quadrilhas e valsas, que vivem de renda, são grandes negociantes ou fazendeiros e povoam a maioria dos romances desse período. Na verdade, a literatura brasileira aproveitou muito pouco esse lado da escravidão urbana; essa convivência frequentemente harmoniosa de livres pobres com escravos e libertos. Mesmo em *Os dois amores*, há essa única referência ao fato, que deve passar despercebido à maioria dos leitores de hoje, assim como provavelmente não chamou atenção na época, porque não era novidade para ninguém.

Um dos objetivos principais de Macedo nesse romance parece ter sido colocar dois grupos sociais diferentes, quase opostos, frente a frente e uni-los por meio do amor entre os protagonistas, a rica Celina e o humilde Cândido. Esses mundos convivem na mesma rua – o que já diz algo importante sobre o Rio de Janeiro da época – e são facilmente identificáveis

<sup>208</sup> A taxa de analfabetismo na província do Rio de Janeiro em 1872, segundo o Censo, era praticamente idêntica ao do país como um todo. Ver dados do Censo em:

<<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=a14ee6501220ea5b48edd1a360d8>>

<sup>209</sup> KARASCH, MARY. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 – 1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 284.

<sup>210</sup> MACEDO, Op. Cit., loc. 26384.

pela descrição das casas das duas personagens em questão. A de Celina, apelidada de Céu Cor-De-Rosa pelos vizinhos, era “assobradada e sobremontada por um sótão, ou, se quiserem, por um meio sobrado com três janelas de peitoril, tendo o andar inferior cinco, todas porém igualmente de peitoril”<sup>211</sup>. O narrador afirma que era muito simples, porém o contraste com a outra moradia, denominada maldosamente de Purgatório-Trigueiro, o desmente. Ela era “uma velha casinha, cujas paredes se mostravam carcomidas pelo tempo: entrava-se por uma rótula em péssimo estado; havia ao lado desta, e pela parte direita, uma janela sem vidraças, mas com postigos que se abriam para os lados e nada mais”. Termina a descrição dizendo que “aquela triste e miserável habitação tinha em si um não sei o que de repugnante”<sup>212</sup>. Na sequência, descobrimos que a proprietária do Purgatório-Trigueiro era uma mulher setuagenária, possuía uma cativa da mesma idade (deixando no ar a hipótese de que a comprara havia muito tempo, pois não se adquiriam escravas de idade avançada, por motivos óbvios) e que Cândido mora com ela e trabalha como escrevente de advogado.

Até aí encontramos um quadro surpreendentemente acurado da vida de homens livres pobres, nas figuras de Jacó, sua esposa Helena, Cândido e sua tia Iris: suas casas, relações diárias, hábitos, profissões, dificuldades. No entanto, logo após esse início, esse mundo desaparece do romance. As personagens continuam na trama, claro, mas girando em torno da casa de Celina e de sua rotina de saraus, conforto, ócio etc. Apesar de o cotidiano das personagens humildes sair de cena, como acontecia nas outras obras analisadas neste capítulo, em *Os dois amores* a distância social entre os protagonistas e a barreira que isso cria para a união deles são elementos que perpassam o romance do começo ao fim. E, neste caso, o narrador intervém de uma maneira mais escancarada para explicitar o problema. Embora os diálogos mantenham um papel maior neste romance do que é comum no gênero, Joaquim Manuel de Macedo, diferentemente de Joaquim Norberto ou Teixeira e Souza, desde cedo percebeu a força que o narrador pode ter e buscou aperfeiçoar essa ferramenta. Como escreveu muitas obras, é possível notar o autor testando usos diferentes dela. Em *A moreninha*, encontramos um narrador com senso de humor elegante, que conduz a história sem grandes digressões mas que faz questão de ser notado: “Filipe apresentou o seu amigo à sua digna avó e a todas as outras pessoas que aí se achavam. Não há remédio senão dizer

---

<sup>211</sup> MACEDO, Op. Cit., loc. 26400.

<sup>212</sup> Idem, loc. 26533.



alguma coisa sobre elas”<sup>213</sup>. Em *Os dois amores*, por outro lado, Macedo utilizou o narrador em 3ª pessoa como meio para fazer crítica social, mas ele nem sempre funciona muito bem em termos literários porque quebra a narrativa e adquire tom autoritário e pedagógico. Uma dessas intervenções vem a propósito do medo de Cândido de se declarar à vizinha rica:

*E todavia se Candido fosse cair aos pés da ‘Bela Órfã’ [apelido de Celina], se lhe pedisse seu amor e sua mão, a sociedade teria de perguntar-lhe:*

*– Quem és tu?...*

*– Um pobre rico de honra.*

*E a sociedade havia de rir-se, e de responder-lhe: – não basta.*

*E viria depois dele um outro de quem se pudesse dizer: um rico pobre de mérito.*

*E a esse responderia a sociedade: – é de sobra.*<sup>214</sup>

Repetia-se muito nos romances oitocentistas essa crítica sobre o casamento como um negócio econômico e o consequente costume dos ricos de só casarem entre si, pois fazia parte do gosto romântico opor a ambição ao amor verdadeiro<sup>215</sup>. Tema frequente na literatura europeia, na América Latina tornou-se hegemônico. Doris Sommer escreveu que “esses livros, escritos o mais das vezes entre 1850-1880, no período de consolidação das nações latino-americanas (...) [possuem] semelhanças extraordinárias: só para começar, são todas histórias de amor”<sup>216</sup>. Há algum exagero na afirmação, como comprovam *Memórias de um sargento de milícias* e *A carteira do meu tio*, por exemplo, mas o argumento de Sommer não perde a relevância por isso. Segundo ela, o desejo das personagens de superar as dificuldades (financeiras, raciais, geográficas) e unirem-se por amor funcionava como um estímulo para que se deixasse de lado as disputas localistas, típicas da região no século XIX, e se aceitasse o Estado nacional – também um tipo de união. Catherine Gallagher, por outro lado, aponta para a importância desses enredos de busca da felicidade amorosa para a formação da família moderna baseada em sentimentos. Os romances teriam funcionado

<sup>213</sup> MACEDO, **A moreninha**. Op. Cit., p. 33.

<sup>214</sup> MACEDO, Obras. Op. Cit., loc. 26998.

<sup>215</sup> Diversos autores buscaram estudar causas e efeitos da ênfase no amor e no casamento no romance romântico. Galager destacou o papel da educação sentimental das leitoras para o mercado de casamento do século XIX.

<sup>216</sup> SOMMER, DORIS. Pelo amor e pela pátria. In: MORETTI, Franco. **A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 30.

como preparadores dos jovens em idade de casar, pois, sobretudo em áreas urbanas, eles “começaram a dispor de maior liberdade de escolha, com a perspectiva de um afeto genuíno entre os cônjuges”<sup>217</sup>.

No entanto, no trecho a que estamos nos referindo de *Os dois amores*, a questão do casamento apenas provoca uma reflexão crítica que vai muito além. Após contar como Cândido se sentia deslocado nas festas de Celina, o narrador decide “estudar a sociedade”, algo que o faz por diversas páginas seguidas, interrompendo completamente a história. Começa retomando a infelicidade do homem humilde que é sempre preterido nas escolhas matrimoniais, mas avança:

*E agora pensareis que por isso maldizemos a sociedade em geral?... que sobre os ombros lhe lançamos a pesada culpa de tanta miséria?... Não, mil vezes não!*

*Não deve ser maldita a sociedade em geral; sê-lo deve somente a sociedade que governa.*

*Aí está o poeta nacional que brada: ‘Nasce de cima a corrupção dos povos’.*

*E aí está a sociedade que governa, justificando o bradar do poeta: com a impunidade espantosa do rico. Com o patronato, o escândalo, e a servidão vergonhosa que se presta ao rico. Com a preferência inaudita que em tudo se dá mil vezes ao rico sem mérito algum, sobre o homem que, sendo embora distinto, é todavia pobre.*<sup>218</sup>

Ao fim, o narrador indica as possíveis consequências de tanta injustiça social, em alguma medida, infelizmente, ainda válidas para os dias de hoje:

*Sabeis qual é, e qual será o resultado de tudo isto?...*

*É que hoje o pobre não tem amor às instituições, nem confiança no governo; porque as leis servem somente de puni-lo, e o governo não cura de protegê-lo.*

*É que amanhã o pobre terá em desprezo a lei, e há de desconfiar da sociedade que governa; e depois de amanhã... e no futuro, num dia enfim que felizmente bem longe está ainda, o povo pobre que é muito mais numeroso do que o povo rico, perguntará àqueles que estão de cima – se ainda não é tempo de minorar-se o peso de sua cruz, se o calvário não se acaba de subir nunca.*

<sup>217</sup> GALLAGER, CATHERINE. Ficção. In: MORETTI, Op. Cit., p. 641.

<sup>218</sup> MACEDO, Op. Cit., loc. 27458.

*É que hoje o pobre, indiferente e sofredor, carrega o seu peso silencioso como o camelo, e um dia mais tarde, – ai de nós se ele chegar! – levantará a cabeça, orgulhoso como o leão, e terrível como o tigre.<sup>219</sup>*

Joaquim Manuel de Macedo tinha pretensões políticas, o que talvez explique o grande espaço que deixou para expor o que parece ser sua opinião, ainda que por meio da voz do narrador em 3ª pessoa. Em *A carteira do meu tio* repete opiniões semelhantes, mas por meio do narrador protagonista, tornando tudo muito mais interessante. No entanto, nem mesmo ali o autor abandonou o tom pedagógico – talvez um problema para os leitores de hoje – mas o romance e a sua continuação, *O sobrinho do meu tio*, devem ter sido uma importante influência para a elaboração de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, onde encontramos as mesmas críticas de Macedo, só que enunciadas com a elegância de quem dança em um dos saraus do Segundo Reinado. Voltaremos a isso no capítulo seguinte; antes, porém, analisemos a única verdadeira exceção desse período em relação à representação de um ambiente de elite.

### 3.3 Memórias de um sargento de milícias

*Esticado numa marquesa, Manuel Antonio de Almeida colocava a cartola sobre o ventre e, em cima dela, ia escrevendo, a lápis, em tiras de papel, as aventuras de Leonardo Pataca. A seu redor, os companheiros riam, discutiam, cantavam. Nada atrapalhava o escritor, que atribuía tanta importância a seu trabalho que nem o assinava e, muitas vezes, repetia ou errava a numeração dos capítulos.<sup>220</sup>*

Dessa maneira despretensiosa nasceu o livro que mais tarde (bem mais tarde) se tornaria um dos maiores clássicos da literatura brasileira, *Memórias de um sargento de milícias*. Pretendia fazer uma espécie de comédia de costumes do período joanino e, para isso, rememorou as procissões, festas, danças do “tempo do rei” que, aparentemente, vinham perdendo força, imaginado que despertaria a nostalgia dos que viveram aquela

---

<sup>219</sup> Idem, loc. 27486.

<sup>220</sup> MACHADO, UBIRATAN. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar, 2010. p. 61.

época e, quem sabe, conquistaria o público. Com tipos reconhecíveis e um enredo episódico, recriou de forma bem-humorada o cotidiano das ruas do Rio de Janeiro do início do século XIX. Hoje, os pesquisadores reconhecem o valor do livro como fonte para estudar melhor esse aspecto da cidade. No entanto, antes de o analisarmos, voltemos nossa atenção para uma característica do romance difícil de explicar: nele não há escravos.

À primeira vista, Maneco, que era como todos chamavam o autor, escolheu um recorte que prejudica a verossimilhança da obra. Até o fim definitivo do tráfico de escravos, em 1850, eles representavam em torno de 40% da população do Rio de Janeiro, quando então as fazendas de café começaram a concentrar de forma mais intensa essa mão de obra. Além disso, os historiadores costumam citar a ampla difusão da propriedade escrava na primeira metade do século XIX. Manolo Florentino, por exemplo, afirmou que, no Rio de Janeiro, “nunca menos de 84% de todos aqueles que, ao morrer entre 1789 e 1832, abriam inventários *post-mortem* eram donos de pelo menos um cativo”<sup>221</sup>; Luiz Carlos Soares encontrou 73% de proprietários pesquisando o mesmo tipo de documento entre 1810 e 1840<sup>222</sup>. O enigma *Memórias de um sargento de milícias* se torna ainda mais interessante. Se havia 40% de cativos e praticamente todos os livres possuíam o seu, como um romance sobre o mundo pobre pode ser representativo se eles não aparecem? Tratar-se-ia, portanto, de uma idealização desse grupo. No entanto, não é esse o caso.

Precisamos analisar os dados da difusão da propriedade escrava com mais cuidado. Todos os historiadores sabem que os inventários *post-mortem* – base para os cálculos apresentados – não abarcam toda a população, pois, como lembrou o próprio Luiz Carlos Soares, “é importante ressaltar que entre os setores livres mais pobres existiram muitos indivíduos que não chegaram a fazer inventários ou testamento pelo fato de que nada tinham para deixar para seus filhos, esposas ou parentes mais próximos”<sup>223</sup>. O problema é que não existe forma de medir a proporção real desses homens sem inventários na população, pois as condições dos arquivos brasileiros levam à perda de um número tão grande que só é possível trabalhar com hipóteses estatísticas. Eram 10%, 20%, 50%? Até

---

<sup>221</sup> FLORENTINO, MANOLO. **Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, 1870 – 1830**. In: História: Questões & Debates, n. 51, jul./dez. 2009, p. 72.

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/19985/13171>>

<sup>222</sup> SOARES, LUIZ CARLOS. **O povo de Cam na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007, capítulo 3.

<sup>223</sup> Idem, p. 321.

agora, os historiadores partiram do princípio de que se tratam apenas de “indivíduos (alguns brancos, mestiços e libertos) [que] viviam, com suas famílias, numa situação de pobreza absoluta, sem a possibilidade de adquirir um ou dois escravos e colocá-los como fontes de rendimento”<sup>224</sup>. No fundo, estamos diante de uma conclusão tautológica, pois a base para ela está no próprio fato de não abrirem inventários. Não há dados para saber como essas pessoas viviam, e muitas podem não ter deixado bens que justificassem o pagamento do imposto exigido para esse processo, sem que isso signifique que fossem miseráveis. O pai de Luisinha, por exemplo, futura esposa de Leonardo, protagonista de *Memórias de um sargento de milícias*, mesmo tendo “alguns mil cruzados”, não fez sequer testamento porque já era viúvo e só tinha uma filha, portanto sua legítima herdeira<sup>225</sup>. Podemos imaginar que diversos casos como esse, principalmente se o dinheiro não estivesse em banco ou em apólices, passavam longe dos inventários. Outro exemplo do mesmo livro é o do padrinho do Leonardo, que também possuía “um bom par de mil cruzados em espécie”<sup>226</sup>, valor altíssimo, maior do que arriscavam os boatos mais exagerados da vizinhança, e só deixou testamento porque queria tornar o afilhado seu herdeiro universal. O motivo para o testamento, que necessariamente levava à abertura de inventários, era uma situação familiar que precisava de legalização e não a suposta obrigatoriedade do processo. Vale ressaltar que, apesar de ter juntado dinheiro suficiente para comprar pelo menos dois cativos, não possuía nenhum – e estava longe de ser miserável.

São casos fictícios, claro, mas mostram possibilidades de interpretação diferentes do que se tem visto, pois a conclusão de Luiz Carlos Soares sobre os que não abriam inventários segue uma longa tradição historiográfica ainda hegemônica. Desde a década de 1930, as grandes interpretações da sociedade brasileira colonial e imperial estiveram focadas sempre nas duas extremidades da hierarquia social, como vimos no capítulo anterior. Quando as primeiras críticas a esse modelo bipolar apareceram, nos anos 1970, os pesquisadores lançaram luz na existência de uma classe de livres pobres, porém não conseguiram enxergar mais do que ou miseráveis ou pequenos senhores. Em última instância, as duas vertentes continuaram imaginando uma sociedade sem grupos intermediários de fato diferentes, com outros padrões de vida.

---

<sup>224</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>225</sup> ALMEIDA, MANUEL ANTÔNIO. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. p. 117.

<sup>226</sup> Idem, p. 162.

Refazendo as contas da difusão da propriedade escrava por outro caminho, um novo panorama surge. Em um universo de 200 inventários para o período de 1810 a 1850, Luiz Carlos Soares levantou 1737 cativos distribuídos por 163 proprietários, o que dá uma média de 10,65. Sabendo que em 1838 havia 58.553 escravos (42% da população), se aplicarmos o índice de 10 cativos por senhor, encontramos algo em torno de 5.855 donos de escravos na cidade naquele momento, representando 4,2% da população (menos de 8% dos livres). Parece pouco, mas há outros dados que apontam para essa ordem de grandeza, a despeito da crença generalizada em contrário. Para uma pessoa votar, em 1880, precisava comprovar uma renda mínima de 200 mil réis anuais, e somente 10% da população (13% dos livres) alcançaram esse patamar, mesma proporção observada durante todo o Segundo Reinado<sup>227</sup>. Em 1840, de acordo com levantamento nos anúncios no Jornal de Comércio, um escravo na Corte custava em média 350 mil réis (sendo o mais barato, 200 mil<sup>228</sup>), e ainda havia um imposto de transmissão de 5%, num momento em que o valor real dos salários estava próximo da metade do valor de 1880. Se, mesmo reunindo todo o rendimento anual, 87% das pessoas livres não ganhavam 200 mil réis, descontando todos os gastos com moradia, alimentação, diversão (sim, todos se divertiam quando o dinheiro dava) e recebendo um salário significativamente menor, as chances de pouparem 350 mil réis eram muito remotas. A análise dos anúncios de emprego e habitação do Jornal do Comércio do ano de 1840 confirmou essa dificuldade. As ofertas de aluguel tanto de escravos como de livres, para serviços domésticos e fora da casa, giravam em torno de 12 mil réis por mês (variando de 8 a 16 mil)<sup>229</sup>, enquanto os mais baratos quartos para morar custavam aproximadamente 10 mil réis mensais (o menor valor foi 8 mil). Difícil precisar o preço da comida, mas, apenas para termos uma ideia, uma casa de aluguel de escravos cobrava 160 réis por dia pela

---

<sup>227</sup> CARVALHO, JOSÉ MURILO. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 42.

<sup>228</sup> Soares encontrou, nos inventários *post-mortem* de 1835, uma variação entre 160 e 560 mil réis para os escravos entre 11 e 40 anos. SOARES, Op. Cit., p. 384.

<sup>229</sup> Segundo C. J. Dunlop, em seus apontamentos sobre a instalação de iluminação a gás no Rio de Janeiro, os serventes utilizados nesse serviço em 1849 recebiam 15 mil réis mensais (DUNLOP, C. J., **Subsídios para a História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Imperial Novo Milênio, 2008, p. 29.); Eulalia Lobo afirmou que, em 1838, um trabalhador livre mestre em construção ganhava em torno de 1.800 réis de diária e um oficial de carpinteiro, 1000 réis, o mesmo que um escravo de aluguel pedreiro ou carpinteiro. (LOBO, Eulália. *Evolução de preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930 – resultados preliminares*. In: **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, out/dez, 1971, p. 254.) Todos esses cenários reforçam a dificuldade de um desses trabalhadores comprar um escravo com seus rendimentos, mas mostram que eram capazes de alugar habitação, se alimentarem e, eventualmente, se divertirem.

alimentação de cada “peça” em 1830<sup>230</sup>, e uma fábrica de velas, em 1856, gastava 320 réis diários com alimentação tanto de escravo como de colono operário<sup>231</sup>. No entanto, em *A viúvina*, o narrador afirma que em 1857 um preto conseguia jantar por 80 réis<sup>232</sup>. Claro que havia patrões que pagavam mais e estratégias como dividir quartos, trabalhar aos domingos e várias outras que certamente amenizavam esse quadro, mas uma coisa é certa: não sobrava muito dinheiro. Dificilmente essa população teria condições de se tornar proprietária. Aliás, comprar um livro era ação igualmente improvável, pois a primeira edição do livro de Manuel Antônio de Almeida saía por 2 mil réis os dois volumes. A dificuldade da vida desse grupo, algo inquestionável, não pode levar, sem nenhum outro dado, à conclusão de que era miserável e sem qualquer ocupação. Em minha dissertação de mestrado, partindo de levantamento de salários, alimentação e aluguel, demonstrei que era possível um trabalhador, na Corte, em 1870, subsistir e até mesmo se divertir um pouco com empregos de baixa remuneração<sup>233</sup>. No entanto, em um país escravista, que empregos eram esses? A resposta, pelo menos em parte, está no próprio *Memórias de um sargento de milícias*.

A melhor análise desse romance ainda é, provavelmente, a de Antônio Cândido, em *A dialética da malandragem*. Ele foi o primeiro a notar que a principal virtude da obra não estava nas descrições dos costumes, mas “ser construído segundo ritmo geral da sociedade, vista através de um de seus setores”<sup>234</sup>, a dos homens livres pobres. Segundo ele, as personagens oscilam entre o mundo da ordem e da desordem, exatamente como os livres pobres eram obrigados a fazer em uma sociedade que só reconhecia lugar para senhores e escravos, sem que isso os caracterizasse como bons ou maus, como aconteceria em uma romance sobre a boa sociedade em José de Alencar, por exemplo. Cândido examina alguns exemplos, mas aqui um bastará: Leonardo Pataca, pai do protagonista, é meirinho, um oficial de Justiça (ordem); quando a mulher o abandona, passa a viver com uma cigana, participa de cerimônias de vidência e contrata brigões (desordem); mais tarde, volta a

---

<sup>230</sup> KARASCH, MARY. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 89.

<sup>231</sup> LOBO, Op. Cit., p. 253.

<sup>232</sup> ALENCAR, JOSÉ. **A viúvina**. <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000077.pdf>>, p. 20.

<sup>233</sup> BOUCINHAS, ANDRÉ DUTRA. **Consumo e comportamento no Rio de Janeiro na década de 1870**. Dissertação de mestrado, UFF, 2006, p. 54.

<sup>234</sup> CÂNDIDO, ANTONIO. A dialética da malandragem. In: CÂNDIDO, Antônio. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 38.

formar casal estável com a filha de sua comadre e repassa a herança do compadre para seu filho, como devido (ordem). Apesar da contribuição original e importantíssima, Antônio Cândido, em alguma medida, recai no mesmo problema que destacamos anteriormente: acredita que o autor trata de um universo onde “uns poucos livres trabalham e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo”<sup>235</sup>. Voltamos à conclusão referida sobre a vida miserável e vadia dos que não possuíam escravos ou não abriam inventários, entretanto, o próprio romance desmente essa afirmação.

Leonardo Pataca atua como meirinho e antes fora algibebe (vendedor ambulante) em Portugal; a mãe do protagonista trabalhara como quitandeira; o padrinho é barbeiro e a madrinha, parteira; os irmãos de Vidinha “eram empregados na Conceição”. O próprio Leonardo, bastante jovem durante a história, serve um tempo na ucharia real<sup>236</sup> antes de, ainda moço (mas só no fim do romance) tornar-se granadeiro, sargento de linha e, enfim, sargento de milícias. Muitos personagens que aparecem na história são identificados justamente pelo que fazem, como o boticário, o mestre de rezas ou o toma-largura. A adulta que parece nunca ter trabalhado é D. Maria, madrinha de Luisinha, curiosamente a única personagem que possui um escravo e a quem todos, inclusive o narrador, se referem como rica. Uma riqueza relativa, válida para aquele mundo retratado, pois sua amizade com uma parteira evidencia que não fazia parte da alta sociedade fluminense, que não aceitava a aproximação com pessoas desse grupo social que trabalhava com as mãos. As descrições de trabalho concreto ao longo do romance, inclusive, são mais comuns de que em muitos romances europeus da mesma época. *Memórias de um sargento de milícias* abre ensinando o ofício dos meirinhos, para apresentar Leonardo Pataca; em outro momento, descreve a atuação da madrinha em um parto, bem como os detalhes da função de mestre de reza, uma espécie de professor particular de religião; há ainda notas sobre o cotidiano de major, granadeiro, boticário. Talvez não seja muito, mas não é menos do que encontramos em *O pai Goriot*, de Balzac, ou *Grandes esperanças*, de Dickens, e ninguém parece se incomodar com a suposta falta de trabalho nessas obras.

Isso acontece porque as profissões retratadas nessas obras europeias são burguesas: prósperos comerciantes, grandes empresários, banqueiros, especuladores ou no máximo

---

<sup>235</sup> Idem, p. 38.

<sup>236</sup> Nome que se dava à despensa, sobretudo para carnes, da família de D. João VI.



carreiras liberais como jornalismo, advocacia etc.. A simples menção a essas ocupações tem parecido aos críticos o suficiente para caracterizar as personagens como trabalhadoras. Em *Memórias de um sargento de milícias* esse mundo não aparece e, ao mesmo tempo, não há escravos, confundindo os pesquisadores que procuram sempre as classes em oposição, e apenas elas, mas não encontram nada disso na obra. O que se vê no romance, no entanto, é uma verdadeira coleção de pequenos trabalhos, alguns deles temporários, mal remunerados, sem prestígio, mas que existiam. Vistos em comparação com o mundo burguês da Europa ocidental, esses trabalhos demonstram a dificuldade de se obter emprego digno em um país onde todos preferem ter seus próprios cativos<sup>237</sup>, e não a preguiça ou o descomprometimento desse grupo livre e pobre. Estes estavam em grande número na cidade e tinham características próprias suficientes para serem percebidos pelos contemporâneos como um grupo particular, como fica claro quando observamos, num ilustrativo exemplo contemporâneo do enredo do romance de Almeida, a organização da festa no Rio de Janeiro por ocasião do casamento da filha de D. João VI com um príncipe espanhol, em 1810. Um jornal da época enumerou os 13 carros que desfilaram e seus patrocinadores, dos quais oito nos interessam:

1. *O carro da América, oferecido pelos comerciantes e farmacêuticos.*
4. *O carro que representava as linhas do Pacífico, com os seus próprios índios, oferecidos pelos latoeiros, ferreiros, carroceiros, caldeireiros e ferradores.*
5. *O carro e a dança dos mouros, oferecidos pelos alfaiates, carteiros, cordoeiros, rendeiros, tintureiros e os curtidores.*
7. *A barca dos voluntários reais, com uma dança própria, oferecida pelos carpinteiros, pedreiros, talhadores de pedra e toneleiros.*
8. *A dança chamada 'dos mouros cativos', oferecida pelos trabalhadores da indústria têxtil.*
10. *A dança dita 'dos mouros', oferecida pelos barbeiros.*
11. *A 'dos macacos', oferecida pelos carpinteiros.*
13. *A dança chamada 'chinas' oferecida por diversos empregados do matadouro.*<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> Nos anúncios lidos de oferta de emprego do Jornal do Comércio de 1840, algo em torno de 250, somente dois explicitavam aceitar também livres.

<sup>238</sup> MAURO, FRÉDÉRIC. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 47-48.

Chama a atenção a diversidade de ocupações exercidas por homens livres pobres, bem como o fato de terem sido capazes de organizar e financiar o tal desfile e, não menos importante, de o rei tê-lo aceitado como um presente digno da família real. Vale lembrar que, de acordo com o censo de 1872, 10,8% da população da Corte estavam ocupadas em “profissões manuais ou mecânicas” [costureiras e operários]; e 29,4%, em “trabalhos assalariados” [serviços domésticos, criados e jornaleiros], o que significa mais de 40% do total, num momento em que somente 18% da cidade era escrava. Ou seja, evidentemente boa parte desses empregos era ocupada por livres. Ainda que o contexto de 1872 fosse diferente, como veremos no próximo capítulo, não há por que imaginar que homens livres pobres não dividissem desde muito antes (em proporções diferentes) essas atividades com os cativos, algo confirmado pelo desfile referido. Tudo isso sustenta a hipótese de que nem as condições materiais nem a visão da população da época sobre esse grupo (ou pelo menos de boa parte dele) eram tão desprezíveis assim, como provou Manuel Antônio de Almeida ao escrever um romance só sobre eles.

### 3.4 Escravos

Se o mundo dos livres pobres está, com a isolada exceção que acabamos de ver, de fora do romance típico desse período, os escravos vivem situação levemente diferente. Em 100% das obras há menções a escravos, como podemos observar na tabela 2. Não se trata do número de personagens escravos, mas da quantidade de vezes que se faz referência a um cativo. Em *Memórias de um sargento de milícias*, por exemplo, em um determinado ponto o narrador descreve os tipos de agregado existentes na sociedade brasileira e diz que um deles, o mais abusado, “tornava-se quase o rei em casa, punha, dispunha, castigava os escravos, ralhava com os filhos, intervinha enfim nos mais particulares negócios”<sup>239</sup>. Apesar de não se tratar de um personagem específico, contou como uma menção; da mesma forma que se uma mesma mucama serve uma mesa em um capítulo e no outro aparece costurando, isso foi contabilizado como duas referências, pois ajudam a apreender a presença mais ou menos constante deles na vida de seus senhores no romance. Aliás, não só na deles, mas na de toda a cidade. Diversos historiadores, com destaque para Mary Karasch

---

<sup>239</sup> ALMEIDA, Op. Cit., p.185.

e Luiz Carlos Soares<sup>240</sup>, demonstraram como havia cativos em quase todos os serviços urbanos do Rio de Janeiro, como carregadores de pessoas e objetos, operários em obras públicas e fábricas, condutores de charretes, bondes e barcos, barbeiros, quitandeiros, caçadores, pescadores e mesmo cirurgiões (a quem competia basicamente fazer sangramentos), além dos trabalhos domésticos das casas abastadas, que iam de cozinhar e costurar até levar recados ou despejar os dejetos da família, transportados em um balde ao mar ou rio mais próximo – os famigerados tigres.

**Tabela 2- Escravidão no romance entre 1840-1859**

<b>Romance</b>	<b>Menções a escravos<sup>241</sup></b>	<b>alforria</b>
O filho do pescador	6 a 10	sim
A Moreninha	21 a 25	
Amância	1 a 5	
Maria, ou vinte anos depois	1 a 5	
O moço Loiro	16 a 20	
Os dois amores	11 a 15	
Rosa	26 a 30	
Os dois loucos	1 a 5	
O falso testamento	16 a 20	sim
A carteira de meu tio	1 a 5	
Memórias de um Sargento de Milícias	16 a 20	
O comendador	21 a 25	
Cinco Minutos	1 a 5	
"As mulheres perdidas: typos contemporâneos"	6 a 10	
"O lyrio do sepulcro"	11 a 15	

Fonte: BOUCINHAS, 2015.

A forma de aparição dos escravos nos textos varia bastante. Na maioria das vezes, são apenas mencionados realizando alguma ação banal e nem sequer têm nomes, como no seguinte trecho de *A moreninha*: “Escravas, decentemente vestidas, ofereciam chávenas de

<sup>240</sup> KARASCH, Op. Cit.. e SOARES, Op. Cit..

<sup>241</sup> Optei por informar o número de referências a escravos em intervalos de 5, pois não se trata de algo simplesmente mecânico. Numa cena de jantar, por exemplo, o narrador pode mencionar um escravo servindo o jantar e, uma frase depois, tirando os pratos, o que poderia ser considerado por alguns como uma menção e, por outros, como duas. Como a questão aqui não é o número exato, considere essa forma adequada.

café fora do caramanchão e, apesar disso, D. Carolina se dirigiu com uma para Fabrício”<sup>242</sup>. Em outros, chegam a ser nomeados e a realizar atos importantes, ainda que isolados, sendo o mais espetacular deles o de *O filho do pescador*. O capítulo em questão começa com um incêndio na casa do personagem-título, que deixa sua esposa Laura desesperada.

*No meio desta confusão, viu-se um escravo preto correndo sobre uma parte do edifício, que o fogo havia até então respeitado; ele para diante de uma janela, ergue um machado que trazia, descarrega-o sobre ela, e ao segundo golpe a janela foi escalada. O negro, ligeiro, como um gato, salta por ela para dentro da casa abrasada e desaparece! (...)*

*Por fatalidade a viga, que prendia a cozinha ao corpo da mais casa, único ponto que a sustentava, acabou de estalar-se em um lugar consumido pelas chamas. A meia água, já muito abalada pelo fogo, desmorona-se sobre a casa para o lado da janela, deixando-a sepultada em baixo de suas ruínas! Ao estrondo deste baque seguiu-se o de aflitivos gritos: — João! —era o nome do escravo; e os espectadores o julgaram abafado debaixo de tantos destroços! Dois ou três minutos ao depois, João, trazendo sobre suas costas Augusto, que estava desmaiado, disputa com a morte tanto a sua vida, como a de seu senhor, abrindo caminho por entre chamas!*<sup>243</sup>

O esforço não recompensou, pois o escravo, mesmo depois do empenho descomunal, acaba sendo obrigado a deixar o filho do pescador para trás. Há também outro exemplo de ato importante, em *O testamento falso*, em que um cativo de confiança do barão deve impedir que mexam em uma gaveta, mas pega no sono e a fraude de seu dono acaba sendo descoberta.

Enquanto em boa parte das ações que envolvem escravos, eles não falam nada, há também alguns diálogos entre escravos ou entre eles e seus senhores. No episódio referido acima, o dorminhoco tenta se defender:

– *Que é do papel? Que é do papel?*

– *Ainda ontem aqui estava!*

– *Enquanto não sabias dele! E agora que eu queria entregá-lo às chamas!*

*Daniel, tu és ladrão!*

<sup>242</sup> MACEDO, A *moreninha*, Op. Cit., p. 82.

<sup>243</sup> SOUSA. *O filho do pescador*. Op. Cit., p. 55-57.

– *Meu senhor...*

– *Abre a outra.*

*O mordomo carregou na mola, e a gavetinha secreta impeliu a outra e apareceu.*

– *Vazia! Vazia! Exclamou o barão com um sorriso de amarga ironia.*

*O mordomo estava ferido de morte.*

– *Daniel! Daniel! Que dizes a isto? Roubaste-me o ouro antes que eu me arrependesse; e o papel, e o papel, que não sei eu para que o guardava. Também desapareceu!... Pérfido, que é da carta de liberdade que te dei?*

– *Aqui está, disse o mordomo debulhado em lágrimas.*

– *Pois toma, disse o barão rasgando e lançando-lhe os pedaços (...).*<sup>244</sup>

Os escravos descritos nessas duas cenas são os que têm ações mais destacadas, embora ambas pontuais. Não por acaso, trata-se dos únicos a receberem alforria no universo dos romances entre 1840-1860 no Rio de Janeiro: o cativo heroico de *O filho do pescador*, cuja lealdade foi provada pela citada tentativa de salvação, ganhou sua liberdade no testamento de seu proprietário; e o mordomo de *O testamento falso* possuía a total confiança do barão, tanto que este lhe confiou um segredo importantíssimo e por isso também foi libertado (em um ato de fúria, revogou a concessão, mas a família acaba por lhe conceder a liberdade definitiva mais tarde). As alforrias, no Brasil imperial, foram mais comuns do que em outras sociedades escravistas, o que, inclusive, deu força aos que defendiam certa benevolência em relação à instituição servil no país. Hoje essa visão foi descartada e se sabe que uma minoria tinha acesso à liberdade e à custa de muito sacrifício. Em 1849, por exemplo, os libertos representavam apenas 5% da população do Rio de Janeiro<sup>245</sup>, provavelmente um dos índices mais altos de todas as províncias, se não o mais alto. Nenhum dos dois casos fictícios relatados envolveu pagamento do escravo pela liberdade, indo ao encontro da tendência da época, pois, segundo Luiz Carlos Soares, 63% das alforrias entre 1808 e 1850 foram gratuitas. No entanto, não mais de 62% das libertações desse tipo eram imediatas<sup>246</sup>, diferentemente dos dois exemplos citados, em que os escravos tiveram de trabalhar durante toda a vida do seu senhor. Os romancistas,

<sup>244</sup> SILVA, O testamento falso, Op. Cit., p. 297.

<sup>245</sup> SOARES, Op. Cit., p. 368.

<sup>246</sup> SOARES, Op. Cit., p. 277.

portanto, evitaram representar casos de libertação e, quando fizeram, tomaram cuidado para explicitar que se tratavam de modelos de fidelidade. Mesmo assim, escolheram o tipo mais conservador de alforria, em que o proprietário podia mudar de ideia até o último instante.

Apesar dessa variedade na representação dos escravos, em nenhuma das obras em questão neste capítulo encontra-se cativo protagonista, com papel de destaque ao longo do enredo ou com personalidade própria (mesmo levando-se em conta as personagens estereotipadas desses primeiros romances brasileiros). Como disse Angela Alonso, referindo-se basicamente ao mesmo período, “o escravismo brasileiro operou com a técnica de invisibilização. O escravo ganhou nos enredos seu lugar nas casas senhoriais, o de pano de fundo”<sup>247</sup>. Além disso, não encontramos qualquer crítica à escravidão, algo que vai mudar substancialmente no período seguinte.

### 3.5 Romance da “boa sociedade”

Exceções à parte, voltemos ao ponto principal deste capítulo. A grande maioria dos romances passados no Rio de Janeiro e escritos entre 1840 e 1860 tem como pano de fundo um mundo de elite, e as personagens principais são de famílias abastadas. Dito de outra maneira, os enredos retratam basicamente a “boa sociedade” fluminense. A expressão, corrente já no século XIX, costuma ser interpretada de uma maneira frouxa, identificada livremente com ricos ou poderosos. Norbert Elias foi mais preciso:

*As ‘boas sociedades’ são um tipo específico de formação social. Elas formam-se por toda a parte como correlatos complexos institucionais capazes de manter sua posição de poder monopolístico por mais de uma só geração, como círculos de convivência social entre pessoas ou famílias que pertencem a esses complexos institucionais (establishments). A sociedade de corte é um tipo particular de ‘boa sociedade’. A maioria das ditaduras é jovem e instável demais para permitir a formação de uma ‘boa sociedade’. (...) Na Grã Bretanha existe uma ‘alta sociedade’ com uma longa tradição, onde, até recentemente, a corte era o pináculo de uma*

---

<sup>247</sup> ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: movimento abolicionista brasileiro (1868 – 1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 58.

*hierarquia e, ao mesmo tempo, a peça central que a integrava (e a página da corte de The Times servia como seu quadro de avisos).*<sup>248</sup>

A “boa sociedade” não é, portanto, uma abstração ou uma figura de linguagem, mas um grupo real que convive entre si, vê a si mesmo e é visto pelos outros à sua volta como o topo da hierarquia social. Os estratos imediatamente abaixo dela, que pretendem ascender e serem assimilados, buscam imitar o seu comportamento (moda, hobbies, consumo etc.), exatamente como a atitude da alta burguesia oitocentista em relação à nobreza, analisada no primeiro capítulo. Continua Elias:

*Quando a integração de um país está incompleta ou atrasada, como no caso da Alemanha [do século XIX], desenvolvem-se inúmeras ‘boas sociedades’ locais; nenhuma delas, entretanto, obtém incontestemente precedência sobre todas as outras, nem se torna a competente autoridade para o código de comportamento ou critério de ‘boa sociedade’ para as demais.*<sup>249</sup>

A “boa sociedade” não surge de uma hora para outra, pois é preciso tempo para que um grupo específico, de uma região do país (normalmente a capital), em função de sua proeminência política e econômica, se firme como referência cultural nacional. O Brasil, no início do Segundo Reinado, vivia um caso intermediário entre o da Grã-Bretanha e o da Alemanha na segunda metade do século XIX, referidos por Elias nos trechos anteriores. Se é verdade que a elite do Rio de Janeiro, durante o período joanino, começou a adquirir esse *status* privilegiado por conta de sua proximidade com a família real e do contato mais rápido com as informações e produtos que chegavam da Europa, a turbulência dos anos 1820 e 1830 impediu que esse papel se consolidasse nacionalmente durante esses anos. A oposição política ao Rio de Janeiro, tanto ao governo de D. Pedro I quanto aos regentes, levou muitas oligarquias provinciais a exigirem mais autonomia, num processo que frequentemente terminou em revoltas separatistas, como a Confederação do Equador e a Farroupilha, para citar apenas duas delas<sup>250</sup>. Esses conflitos afastavam, pelo menos parcialmente, “as boas sociedades” locais, como disse Elias, de se unirem em torno de um polo único. Com a

<sup>248</sup> ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997, p. 56.

<sup>249</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>250</sup> José Murilo de Carvalho contabilizou 15 movimentos desse tipo entre 1831 e 1848. CARVALHO, JOSÉ MURILO de. *A construção da ordem/Império das sombras*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996. p. 231.

antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840, e sobretudo após a pacificação da Praieira (1848), começou um longo período de estabilidade política em que a centralidade da Corte não foi mais contestada e suas “melhores” famílias podiam, definitivamente, tornar-se a referência cultural brasileira. Politicamente, esse momento correspondeu à consolidação do domínio da aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba, organizada em torno do Partido Conservador<sup>251</sup>, em que um pequeno grupo conduziu a centralização do Império, garantiu a unidade territorial e controlou o acesso às principais oportunidades de Estado de forma indiscutível por quase 20 anos. Segundo o historiador Jeffrey Needell, especialista em elite brasileira do Segundo Reinado e da Primeira República, essa alta sociedade deve ser compreendida por uma definição ampla de poder – “poder derivado da riqueza, ocupação e status social reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos estes fatores”<sup>252</sup> – e construía sua unidade por meio da construção de estilo de vida próprio, que envolvia luxo e referências europeias. Não por acaso, a moda vai ganhando importância crescente a partir de meados do século XIX, pois esse grupo precisava “se destacar pelo requinte das maneiras, pelo polimento dos costumes e, especialmente, pela maneira de apresentar-se socialmente”<sup>253</sup>. Além de copiar os gostos franceses e ingleses, a exigência da medicina por uma maior atenção à higiene pessoal produziu uma mudança de hábitos em relação à indumentária íntima, por exemplo, que também passou a ser um elemento de “civilidade” e, portanto, diferenciador social<sup>254</sup>. Paralelo a esses elementos culturais comuns, a boa sociedade se unia por meio de laços pessoais aprofundados pela frequência aos mesmos eventos, sempre em locais exclusivos, como os salões particulares, clubes, óperas. Por isso, não podia se tratar de grupo numeroso, e Needell comenta a impressão de um descendente de um membro da elite de que não passavam de 300 famílias – correspondente, aliás, às “duzentas famílias” que, segundo Barbara Tuchman, governaram a Inglaterra por mais de três séculos<sup>255</sup>. Para transformar essa supremacia política em social era importante afirmá-la por todos os meios, e a literatura foi um desses mecanismos – tendo os romancistas consciência disso ou não.

---

<sup>251</sup> Para uma história da construção dessa hegemonia, ver MATTOS, ILMAR. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

<sup>252</sup> NEEDELL, JEFFREY D. **Belle époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 275.

<sup>253</sup> RAINHO, MARIA DO CARMO TEIXEIRA. **A cidade e a moda**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 17.

<sup>254</sup> COSTA, JURANDIR FREIRE. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, especialmente o tópico “A disciplina doméstica: da promiscuidade ao intimismo”. p. 123-152.

<sup>255</sup> Ver primeiro capítulo desta tese.



As menções à “boa sociedade”, “alta sociedade” ou mesmo “sociedade” são constantes nos romances do Segundo Reinado desde o seu início. É este o sentido da palavra, por exemplo, quando o protagonista/narrador de *Os cinco minutos* escreve ao fim do seu relato: “eis minha prima, a resposta à sua pergunta; eis por que esse moço elegante, como teve a bondade de chamar-me, fez-se provinciano e retirou-se da sociedade, depois de ter passado um ano na Europa”<sup>256</sup>. O trecho evidencia que, ao se mudar da Corte, ele abandonou a “sociedade”, porque esta só existia ali e, ao mesmo tempo, deixa claro que o único perdão para a saída espontânea daquele mundo privilegiado era o amor. Entre os vinte e oito romances da fase 1840 – 1860 encontrados por esta pesquisa com tramas centradas no século XIX, catorze se desenvolvem total ou parcialmente na capital, sendo outros três na província do Rio de Janeiro (juntos, representariam 60% do total). Dos onze restantes, quatro se passam em São Paulo, três no Rio Grande do Sul, dois na Europa, um em Santa Catarina e um no interior do país, sem que se saiba exatamente onde, evidenciando assim a centralidade da Corte. Além disso, a ênfase nos ambientes de elite da cidade – como teatros, óperas, saraus, sobrados com mobílias importadas e em personagens que viajam à Europa, dominam o francês e tocam piano – tudo isso deixa bem claro que se trata de um recorte seletivo dentro dela. Mesmo quando há um tom crítico – e o caso referido de *Os dois amores* é provavelmente o único explícito desse período –, as constantes referências diretas ou indiretas acabaram naturalizando a proeminência de um grupo específico de pessoas, com um punhado de costumes particulares, como o exemplo a ser imitado em todo país. Na ausência de muitos outros meios de comunicação, o romance, além de contribuir para a criação de uma identidade nacional, como já demonstraram vários estudos<sup>257</sup>, reforçou a centralidade de uma determinada elite; no caso brasileiro, das tradicionais famílias, grandes proprietárias de escravos e de terras do Rio de Janeiro, com residência na Corte.

Isso ajuda a entender o foco tão intenso dessas obras em um mesmo grupo social. Tratava-se de um momento específico, no qual a alta sociedade fluminense precisava criar uma identidade e afirmá-la para todo país. Não por acaso, os romances que faziam sucesso se passavam na Corte, pois naquele momento não interessava ler ou prestigiar outras

---

<sup>256</sup> ALENCAR, Op. Cit., p. 27. Grifo meu.

<sup>257</sup> Para o papel do romance como construtor de identidade nacional, ver MORETTI, FRANCO. **Atlas do romance europeu. 1800 – 1900**. São Paulo: Boitempo, 2003, especialmente o capítulo 1. Para a importância dos impressos em geral na consolidação dos Estados nacionais, ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

regiões, que há tão pouco tempo levantaram-se contra a capital. Independentemente da origem social e geográfica dos autores, nesses primeiros vinte anos de Segundo Reinado, para o livro receber bons comentários e vender bem e o romancista sonhar com reedições, importava escrever para e sobre a boa sociedade fluminense. Mesmo *Memórias de um sargento de milícias*, posteriormente um sucesso, teve parte de sua primeira edição encalhada e comida por ratos; a segunda saiu apenas oito anos depois, em seguida à morte trágica do autor em um naufrágio. Não havia outro caminho para ser bem sucedido além de contar histórias daquelas famílias do topo da hierarquia social da Corte, como ficou provado com *A moreninha* e *O moço loiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, únicos romances brasileiros do período 1840-1859 que podem ser considerado um sucesso imediato, com cinco edições em cerca de vinte anos e tiragens altíssimas para os padrões da época<sup>258</sup>. Pelo mesmo motivo, não interessava dar voz aos escravos ou estimular qualquer tipo de atitude progressista em relação a eles. Especialmente na década de 1840, como sugeriu Tâmis Parron, a elite política brasileira não tolerou qualquer tipo de crítica ao escravismo, como reação às investidas inglesas que se tornaram muito intensas naquele período<sup>259</sup>. Exemplos de abolicionismo abundavam na literatura europeia – de ficção ou não –, mas os romancistas brasileiros preferiram ignorá-los, exatamente como fizeram em relação à questão da ascensão social, como veremos a seguir.

### 3.6 A (ausência de) ascensão social

Para consolidar o *status* privilegiado de uma determinada elite, era importante deixar claro seu lugar incontestável de superioridade e, na mão contrária, não focalizar a ascensão social para não correr o risco de torná-lo um objetivo generalizado. Dentro da nossa amostragem, só há dois casos em que um personagem importante (embora nenhum deles seja protagonista), se move pelo desejo de alcançar o topo da hierarquia e de fato o consegue. Em todos os outros, ou não há menção a qualquer tipo de ascensão (*A moreninha*, *Os dois amores*, *Maria, ou vinte anos depois*, *O moço loiro*, *Os dois loucos*, *Memórias de um*

<sup>258</sup> MACHADO, UBIRATAN. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 2010, p. 98.

<sup>259</sup> PARRON, TÂMIS. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, especialmente o capítulo 3, pp. 195-266. Um item deste capítulo chama-se “hegemonia saquarema: é proibido criticar”, que evidencia o argumento levantado acima.

*sargento de milícias*, *Cinco minutos* e *As mulheres perdidas* de *Romances e tipos*), ou elas são referências completamente secundárias na trama. Este último é o caso, por exemplo, de *Rosa* e das tramas em que o impedimento para a reunião do casal protagonista é a diferença socioeconômica entre eles, como *Amância* e *Lyrio do Sepulcro*. Em ambos os romances, os dois terminam juntos (em *Amância*, no último parágrafo) e, devido ao casamento, um deles enriquece e teoricamente ascende, porém nada se diz sobre esse processo. A questão central nessas obras gira em torno da força do amor e de sua capacidade de vencer todas as barreiras, portanto não se tratava de estímulo ao arrivismo, mas de uma idealização romântica. Em nenhum desses exemplos a personagem pobre (na verdade, menos rica) buscava ascensão; o que vemos, inclusive, são declarações de que abririam mão da riqueza para ficarem juntos. Após a união, não encontramos nenhum comentário sobre a aceitação ou não dos pares àquele recém-chegado aos *happy few* ou sobre a adequação do novo membro à nova rotina.

Às vezes, há referências a processos de enriquecimento que ocorreram no passado, mas que de forma alguma interferem na forma de agir da personagem em questão. O exemplo mais evidente disso ocorre em *O moço loiro*, onde uma personagem conta uma história que “foi há muito tempo, talvez há seis séculos passados” e que tratava de um rico e jovem fidalgo de Lisboa o qual, “levado dos lindos olhos e perfeições da pobre moça, se esqueceu de que alta era a sua linhagem, elevados os seus teres e, descendo do seu brilhante palácio a uma rasteira casinha, veio pôr o seu coração de grande senhor aos pés de uma humilde aldeã”<sup>260</sup>. Essa ascensão no passado, neste e em outros romances do período 1840-1860, não interfere no comportamento da personagem ou na sua aceitação no momento em que a trama acontece. Também se encaixariam nesse padrão os personagens órfãos, a princípio pobres, mas que são adotados por algum padrinho ou familiar que os criam como ricos. Vemos isso na protagonista de *O comendador*, em que a perda dos pais é apenas uma tragédia anterior ao início da trama e não afeta o comportamento dos apadrinhados, em tudo idênticos ao padrão esperado pela elite, como se fossem filhos naturais. “Minha madrinha não faltou à sua promessa, educou-me e o que é mais, tratou-me e amou-me sempre como se fosse sua filha”<sup>261</sup>, resumiu perfeitamente a órfã Emília. O fato literário importante é essa falta de particularidade na caracterização de um dependente,

<sup>260</sup> MACEDO, O moço loiro, Op. Cit., loc 33461.

<sup>261</sup> GUIMARÃES, Op. Cit., 166.

mas a situação em si era recorrente no Império, pois os padrinhos levavam suas supostas obrigações a sério, inclusive a de substituir os pais em caso de necessidade, do topo à base da hierarquia social. Nesse sentido, vale lembrar que o mesmo acontece na vida de Leonardo Pataca, de *Memórias de um sargento de milícias*. Nos capítulos vindouros, veremos que a situação de órfãos sendo adotados por padrinhos aparece diversas vezes nos romances dos períodos seguintes, porém com um grau de complexidade maior, levando-se em conta a condição inferior do dependente.

Em *O comendador*, por outro lado, também há outra ascensão ocorrida no passado, mas com diferenças importantes. Quando o personagem-título (que porém não é o protagonista) aparece na história, já o faz como um homem poderoso e consolidado, mas, em um determinado momento, o narrador recapitula sua trajetória:

*O Sr. Comendador Gonçalves de Amarantes era mineiro e filho de pais pobres; começara por tropeiro, passou depois a negociantes de burros, no que, à força de barganhas, e de criminosas espertezas, ganhou algum dinheiro; dotado de ambição, deixou essa profissão, por conta de outrem, a princípio, e depois pela sua, a levar escravos à serra acima, para vendê-los ali.*

*Muitas vezes, à força de maus tratos, arruinou algumas de suas mercadorias; mas era tão sagaz que, apesar disso, soube arranjar uma boa fortuna neste infame negócio.*

*Um fazendeiro de Santo Antônio devia-lhe dinheiro pelos negros, que lhe havia comprado; estes morreram; os juros acumularam-se com espantosa rapidez, e o pobre devedor viu-se obrigado a entregar-lhe em paga sua fazenda. Gonçalves pois tonou-se fazendeiro, galgando assim uma posição, em que podia dar largas ao seu gênio malfeitor e despótico.*

*Repelido, em razão de seu caráter, pelos homens sisudos começou a chamar a si todos mal comportados de freguesia; emprestou dinheiros a uns; deu a outros; e foi, assim formando rapidamente uma numerosa clientela. Pouco tempo depois houve uma eleição; o governo estava em riscos mui sérios de a perder. Gonçalves arregimentou seus capangas, disputou a eleição a bacamarte e deu ao governo completa vitória.*

*Em recompensa de tão assinalado serviço fizeram-no Comendador da ordem de Cristo!*

*Desde então sua influência foi sempre crescendo. Tinha constantemente à roda de si um bando de criminosos, que, com sua alta proteção subtraía à justiça do país; homens sempre prontos a cometer as maiores atrocidades, que ele lhes ordenasse. (...)*

*Em pouco tornou-se o terror da vizinhança; aumentava as suas terras roubando as dos vizinhos; era enfim o senhor absoluto de um raio de quatro léguas.<sup>262</sup>*

Trata-se da descrição mais detalhada de ascensão social de todos os romances do período de 1840 – 1860, e mesmo uma das mais de todo o Segundo Reinado. Apesar de o enriquecimento e a consolidação do prestígio terem se dado antes da história narrada propriamente dita, essa trajetória marca indelevelmente a personalidade de Gonçalves de Amarantes. Em primeiro lugar, seu rápido progresso se deu por meio de roubos, de maus tratos e do “infame” comércio de escravos. Vale notar aqui a conotação negativa do tráfico negreiro neste caso, fato novo uma vez que pelo menos até 1831 a elite em peso participava ou pelo menos era conivente com essa atividade. Ao mesmo tempo em que refletia mudanças na sociedade, o romance apontava para os leitores as formas “civilizadas” de encarar determinados fatos sociais. Voltando à Gonçalves de Amarantes, o seu prestígio também veio de forma imoral, pois ganhou uma fazenda por conta dos altíssimos juros que cobrou de um antigo cliente – o que reforça a importância da propriedade rural para o *status* social naquele momento. Ficamos sabendo também que, mesmo depois de teoricamente ingressar na elite, pois se tornara comendador da ordem de Cristo, os hábitos e companheiros do ex-comerciante não mudaram, o que manteve afastada a verdadeira “boa sociedade”.

Apesar do razoável nível de informação, tudo é contado em uma página, em forma de *flashback*. Não acompanhamos o crescimento de Gonçalves de Amarantes, suas dificuldades nesse processo, muito menos torcemos por ele, algo reforçado pelo fato de ele tentar impedir o casal principal de ficar junto. Antes de avançarmos na análise, porém, vejamos o outro caso de ascensão do período 1840-1860, o único que ocorre ao longo da narrativa, em *O testamento falso*. A personagem em questão se chama Manuel, apresentado da seguinte forma pelo narrador:

---

<sup>262</sup> Idem, p. 184.

*Conversava seu pai com Manuel Luís Faria, negociante português, estabelecido há poucos anos no país, negreiro, contrabandista, ambicioso de riqueza e ávido de todas as honras criadas pela sociedade e por ela prostituídas aos sacerdotes de Pluto...*

*Sem ter perdido aquelas maneiras rústicas, os modos selvagens, seus ademans [sic] grotescos contraídos desde o nascimento, procurava contudo polir-se conchegando-se àqueles cujas maneiras atrativas lhe serviam de estudo.<sup>263</sup>*

O aspecto caricatamente negativo da personagem eclode na sua primeira aparição, e o papel de vilão torna-se ainda mais claro quando, após herdar seis milhões de réis de Lourenço Pinto de Sousa, o pai de Margarida obriga-a a casar com ele, apesar de todos saberem que ela ama Henrique, afilhado do mesmo Lourenço, mas que a nada tinha direito pelo testamento aberto após a morte. O autor pinta em cores fortes a situação de Henrique: “Estou pobre, desgraçado, que perdi tudo!”<sup>264</sup>. O jovem era mais um órfão que havia sido adotado pelo padrinho, dando um pouco de credibilidade a essa reviravolta, mas como se formara em medicina, seria de se esperar que possuísse uma rede de sociabilidade que o impediria de ir à miséria. Como dissemos na análise de *Romance de um rapaz pobre*, de Feuillet, havia mais de um tipo de verossimilhança buscada pelos romancistas no século XIX, e descrever minuciosamente o contexto histórico-social não estava entre as principais preocupações de Joaquim Norberto em *O testamento falso*, como também não o fora em *Maria, ou vinte anos depois*. Mesmo assim, os aspectos sociais destacados pelo narrador são tudo menos aleatórios. No casamento de Manuel e Margarida, ficamos sabendo que o noivo também recebera a Comenda de Cristo, já esperava um baronato (que logo chega), mas que suas “maneiras delicadas no trato de cortesão haviam sido adquiridas na contagem de seiscentos mil cruzados!”<sup>265</sup>. A falta de educação apropriada custou-lhe o desdém da verdadeira boa sociedade fluminense, de forma análoga ao que vimos em *O comendador*. Ao fim de um sarau que ofereceu, o barão “se lastimava da indiferença com que havia sido tratado pela aristocracia, pois que apenas o Sr. de Itaíba, barão sem grandeza [um rico comerciante de carne seca], havia comparecido”<sup>266</sup>.

<sup>263</sup> SILVA, O testamento falso, Op. Cit., p. 199-200.

<sup>264</sup> Idem, p. 211.

<sup>265</sup> Idem, p. 217.

<sup>266</sup> Idem, p. 247.

Com esses dois casos de ascensão social, à primeira vista nos aproximamos do mundo balzaquiano analisado no primeiro capítulo. Homens que enriqueceram devido ao comércio aspiram ao reconhecimento por parte da alta sociedade, mas fracassam devido à falta de domínio de um código ético e cultural. As semelhanças com Balzac existem, porém são mais aparentes do que reais. As poucas referências transcritas aqui sobre as condições socioeconômicas de Manuel Luís Faria e Gonçalves Amarantes e seus respectivos projetos de ascensão social são praticamente as únicas dos romances, enquanto na obra balzaquiana elas formam a essência do enredo. Tanto em *O testamento falso* como em *O comendador* um amor interdito funciona como motor da trama, até que tudo se resolve de forma mais ou menos súbita. Além disso, os dois personagens são vilões da história porque mantêm o casal principal separado e são descritos o tempo todo de forma negativa, algo que não acontecia em Balzac e muito menos em Flaubert. Nos romances franceses, o leitor tinha elementos para se identificar com muitos dos arrivistas, como o pai Goriot, Lucien de Rubempré, Cesar Birotteau e Julien Sorel, conquanto estes não levassem suas ambições longe demais. Nos dois romances brasileiros em jogo, os dois são caricatamente cruéis e sem caráter e, aliás, ambos têm finais trágicos: Lourenço Pinto de Sousa se suicida, e Gonçalves Amarantes é esfaqueado. Aqui tocamos num ponto importante, pois o recado era, parece, que perseguir a ascensão no Brasil é propósito de gente mau caráter ou, colocando em termos literários, vilão. Mensagem mais clara para os leitores da época, impossível. Não havia problema em subir na hierarquia social devido ao casamento por amor verdadeiro ou por herança, mas os que têm isso como um fim em si mesmo são indesejáveis e merecem ser punidos.

Se mesmo os casos de ascensão social dos nossos romances apresentam diferenças significativas em relação ao que havia na literatura francesa e inglesa, quando comparamos o conjunto das obras levantadas aqui vemos o quanto estavam distantes os romancistas brasileiros daqueles europeus, *em relação a esse ponto específico*. Na França, a ascensão social era onipresente na literatura de Balzac, Stendhal e mesmo Flaubert, e, além de ocupar o centro de enredo, o fenômeno estava sendo julgado nas obras. A análise desses romances, como vimos, permitiu a conclusão de que a França se tornara uma sociedade muito mais aberta à mobilidade social, mas não totalmente, pois havia um limite: a “boa sociedade”. Nesta, o ingresso dependia de tradição, costumes e, claro, riquezas, de preferência grandes

propriedades rurais ou urbanas. Na Inglaterra, o processo de ascensão havia começado antes, pois lá o capitalismo chegara primeiro, e portanto ele não era o centro da atenção dos romancistas, mas referências a figuras que subiram na hierarquia são fáceis de achar. No Brasil, entre 1840-1860, como acabamos de ver, ocorria algo diferente dessas duas modalidades. Evitou-se esse assunto ao máximo, e ele nunca ocupa o centro do enredo, sendo raríssimas as personagens que galgam posições na hierarquia social e pior, as que o fizeram por ambição foram retratadas de forma maniqueísta e mereceram finais trágicos.

Dito isso, precisamos retornar à discussão de Roberto Schwarz, apresentada no segundo capítulo. Como vimos, comparando a obra de José de Alencar à de Machado de Assis, ele levantou a hipótese de que os primeiros romancistas brasileiros teriam importado de forma mais ou menos acrítica os temas centrais do romance francês, criando protagonistas que viviam os mesmos dilemas de lá e que, portanto, não representavam as particularidades da nossa sociedade. Ora, se assim fosse, deveríamos encontrar no romance brasileiro personagens também movidos pela ambição de ascender, bem como os desafios dela decorrentes; porém, como vimos, não foi isso que ocorreu, evidenciando que, em lugar de pura e simples importação, havia um filtro naquilo que se transpunha da Europa para cá. Essa escolha era tão importante para a “nacionalização” do gênero quanto à sua ambientação em cidades brasileiras e personagens secundários típicos da nossa sociedade. Schwarz deu importância somente ao segundo elemento, chegando a dizer que se fossem eliminadas, “restaria um romance francês”<sup>267</sup>. No entanto, enredos como o de *Ilusões perdidas*, de Balzac, ou *O vermelho e o negro*, de Stendhal, com protagonistas que buscam riqueza e *status* social a qualquer preço não foram sequer esboçados pelos nossos escritores entre os anos de 1840 e 1859, talvez por convicções políticas, talvez por perceberem que não agradariam o seu público alvo. De qualquer maneira, desde o início do romance nacional houve preocupação com que tipo de história seria contada. Portanto, a hipótese de Ângela Alonso, antes evocada, de pensar as ideologias como uma “caixa de ferramentas” parece mais adequada ao contexto dos romances nacionais oitocentistas. O liberalismo que informava boa parte dos autores europeus era, obviamente, o mesmo lido no Brasil, mas assim como ele não era adotado em bloco pela elite de lá, também não o era pela deste lado do Atlântico. Num contexto de consolidação da “boa sociedade”, os escritores devem ter

---

<sup>267</sup> SCHWARZ, ROBERTO. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: 34, 2012. p. 50.



julgado mais prudente não reproduzir esse sonho europeu da ascensão social em terras brasileiras, pois poderia soar como uma ameaça para essa elite nacional, que se confundia em grande medida com o público leitor de literatura no país. Da mesma forma, naturalizaram a escravidão, omitindo qualquer atitude de oposição a ela, e concentraram-se em temas ligados ao amor. Como conclusão, podemos generalizar a análise de Jean-Michel Massa sobre o primeiro conto de Machado de Assis para essa primeira fase do romance nacional: “As desigualdades sociais, a hierarquia das classes eram um fato que ele não discutia. Seu primeiro conto supõe, em todo caso, uma total ausência de interesse por uma literatura social”<sup>268</sup>. Nos anos 1860, isso mudou radicalmente.

---

<sup>268</sup> MASSA, Op. Cit., p. 169.

## CAPÍTULO 4 - NOVAS VOZES 1860 – 1880

### 4.1 Uma sociedade mais complexa

No capítulo passado, começamos tratando de algumas importantes transformações pelas quais o Brasil passou na primeira metade do século XIX. Como vimos, houve um aumento progressivo da oferta de bens de consumo que alterou o cotidiano de parte da população da Corte, algo captado na produção literária do início do Segundo Reinado. Precisamos nos voltar agora para outras mudanças, ocorridas nas décadas de 1840 e, principalmente, de 1850, que tiveram grande impacto na sociedade brasileira e também nos romances escritos a partir dos anos 1860. A primeira delas pode ser facilmente notada pela Tabela 3<sup>269</sup>, relativa à população da cidade:

**Tabela 3- População do município do Rio de Janeiro, 1821,1849 e 1872**

Anos	1821		1849		1872	
	Número	%	Número	%	Número	%
Livres	57.605	51,2	155.864	58.5	226.033	82.2
Escravos	55.090	48,8	110.602	41,5	48.939	17.7
População total	112.695		266.466		274.972	

Fonte: ALENCASTRO, LUIZ FELIPE. **Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872**. *Novos Estudos-Cebrap*, n. 21, 1988, p. 53 e 54.

Ainda que os censos realizados até 1872 sejam pouco confiáveis, o crescimento vertiginoso da Corte, sobretudo entre 1821 e 1849, salta aos olhos: o número de habitantes mais do que dobrou, passando de 112 mil para mais de 266 mil. O tráfico de escravos foi importante para esse aumento (de 55 mil cativos para 110 mil), porém a quantidade de livres quase triplicou (de 57 mil para 155 mil), sendo o motor principal dessa escalada populacional. Estes ainda aumentaram numa taxa de quase 40% entre 1856 e 1872, passando de 155 mil para 226 mil pessoas, devido em boa parte à imigração portuguesa, mas a população total não seguiu a tendência devido à brusca redução do número de escravos na cidade causada pela lei Euzébio de Queiroz. Esse crescimento produziu maior

<sup>269</sup> ALENCASTRO, LUIZ FELIPE. **Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872**. *Novos Estudos-Cebrap*, n. 21, 1988, p. 53 e 54.

demanda por serviços urbanos, intensificada pelo próprio fim do tráfico atlântico de escravos. Este, por sua vez, fez o preço real do escravo subir em mais de 60% até 1872<sup>270</sup> – preço que, como vimos no capítulo anterior, já era alto –, tornando-o um bem de luxo acessível somente aos mais ricos, principalmente grandes fazendeiros de café, e criando um fluxo migratório da cidade para o campo. Cada vez havia menos escravos para realizar os trabalhos pesados na cidade, o que gerou oportunidades para os homens livres pobres, que viram a média dos seus salários aumentar, sobretudo nos anos de 1850<sup>271</sup>.

A lei Euzébio de Queiroz teve diversas outras consequências importantes. A quantidade de dinheiro que se investia em importação de escravos precisou ser desviada para outras atividades, como infraestrutura urbana, transportes e indústria, além de especulação financeira. Data da década de 1850, por exemplo, a instalação da iluminação a gás no Rio de Janeiro, as primeiras estradas de ferro e o aparecimento de indústrias de maior porte do que até então, como a *Ponta da Areia*, do futuro Visconde de Mauá, envolvido também em inúmeras outras atividades dessa época, quase sempre associado a capital estrangeiro, frequentemente inglês. Sua fábrica empregava centenas de empregados e fabricava bens variados, como podemos ver pelo anúncio publicado no *Jornal do Comércio* em 1850: “caldeiras a vapor de todos os tamanhos e modelos, engenhos de serrar, guindastes de patente de força singela e dobrada, molinetes, guinchos, bombas, (...) embarcações de todas as dimensões, tanto de vela como de vapor, empregando-se as melhores madeiras do país”<sup>272</sup>. Passara o tempo em que, como identificara um ministro norte-americano em 1846, havia “apenas três maneiras de enriquecer: tráfico negreiro, a usura e os negócios dos comissários de café”<sup>273</sup>. Uma nova legislação acompanhou e contribuiu para a mudança da estrutura econômica da Corte. Em 1850, depois de anos de tentativas frustradas, aprovou-se o Código Comercial, que regulamentava não só a atividade comercial em si (hipotecas, falências, sociedades anônimas, tribunal de comércio etc.) mas também a profissão de banqueiro e as operações bancárias<sup>274</sup>. Não por acaso, vemos o

---

<sup>270</sup> MELLO, PEDRO CARVALHO. **A economia da escravidão nas fazendas de café, 1850-1888**. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1984. p. 104.

<sup>271</sup> LOBO, Eulália M. L. Evolução dos preços e do padrão de vida do Rio de Janeiro – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, out/dez, 1971, p. 254.

<sup>272</sup> Citado em RENAULT, DELSO. **Indústria, escravidão, sociedade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 32.

<sup>273</sup> FAORO, RAIMUNDO. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. Rio de Janeiro: Globo, 1988. p. 245.

<sup>274</sup> VAINFAS, RONALDO. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 141-143.

surgimento do terceiro Banco do Brasil em 1854, do Banco Comercial e Agrícola em 1858 e do Banco Rural e Hipotecário em 1859, todos eles recebendo parte do volumoso capital disponível, tanto europeu como nacional, e redirecionando-o para outras atividades econômicas. Angela Alonso apresentou uma boa síntese desse panorama:

*A proibição do tráfico negreiro nos anos 1850 produziu um boom de desenvolvimento interno: gerou novas atividades econômicas, novos grupos sociais e novas hierarquias. A expansão da lavoura de café permitiu acumulação de capital em mãos de cafeicultores e grandes comerciantes, concentrados em algumas províncias, enquanto o mercado interno permaneceu limitado. Surgiram novos grupos sociais ligados a bancos, seguros, companhias de imigração, ferrovias.<sup>275</sup>*

Os efeitos dessas transformações se fizeram sentir principalmente nos anos 1860, ampliando a diversidade social e produzindo novas pressões, que foram enfrentadas pelo gabinete de José Maria Paranhos (1871 – 1875), futuro visconde do Rio Branco. Mais conhecido pela aprovação da Lei do Ventre Livre, que analisaremos em separado, foi responsável também por uma série de reformas que dinamizaram ainda mais o cotidiano urbano brasileiro e contribuíram para intensificar a complexificação em curso da sociedade. Além de aperfeiçoar as comunicações internas e externas, com a duplicação da rede ferroviária e inauguração de cabo telegráfico conectando o Brasil à Europa e aos Estados Unidos, promoveu ousada reforma no sistema de ensino: profissionalização do magistério, abertura de quase uma escola normal por província, investimento em escolas técnicas superiores com custos mais baixos e exames mais acessíveis, abrindo carreiras práticas para grupos sociais fora do topo da hierarquia e ampliando sensivelmente a população com acesso à educação superior no Império. O objetivo parecia ser formar um estrato intermediário entre a boa sociedade e os homens livres pobres, devido à impressão de despreparo destes últimos aliado à perspectiva de fim da escravidão. O resultado de todo esse esforço, segundo Alonso, foi desigual:

*aprovaram-se no legislativo, sofreram restrições, não se implementaram completamente. Produziram assim um duplo efeito: geraram uma modernização incompleta, sem concretizar inteiramente a incorporação da sociedade externa ao*

---

<sup>275</sup> ALONSO, ANGELA. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 77.

*centro político, e erodiram a sustentação política do regime, ao acirrar o conflito intra-elite.*<sup>276</sup>

Apesar de parciais, as medidas de Rio Branco adensaram “o volume de grupos sociais sem laço direto com os grandes proprietários que formava a elite política”<sup>277</sup>, sobretudo classes ligadas ao comércio ou a profissões liberais, sem aumentar proporcionalmente as oportunidades de ascensão. Essa insatisfação levou à formação de novas vozes no panorama intelectual brasileiro, conhecidas como “geração de 1870”, que criticaram com força inédita o modelo político e social do país, sendo elas beneficiadas ainda pelo barateamento de edições de livros e jornais, que permitiram ampliar o alcance de suas opiniões. Esse quadro encaminhou o Brasil para um momento que Alonso identificou como de transição entre dois padrões sociais, algo que terá importância decisiva para compreendermos algumas mudanças nos romances desse período:

*Do ponto de vista de seu sistema de classificação social, a sociedade imperial, como toda sociedade de antigo regime, era altamente hierarquizada. O sistema de distribuição de posições de prestígio e de poder produzia critérios de diferenciação social não só entre camadas sociais, mas também regras de distinção internas a cada uma delas. Assim, não havia igualdade plena nem mesmo entre os membros do estamento superior: as relações sociais, o acesso a prebendas e privilégios os individualizava, prescrevendo-lhes posições quase singulares.*

*Na verdade, uma mudança socioeconômica profunda, em curso desde o fim do tráfico negreiro, vinha alterando a lógica de distribuição de recursos econômicos – bem como a capacidade de manipulá-los. A crise política e a modernização conservadora acentuaram estes efeitos. (...)*

*Tratava-se, pois, de uma sociedade em transição entre dois padrões, que exibia ainda características de estratificação do antigo regime, mas que também já apontava para a formação de uma nova ordem social competitiva. Estes fenômenos alimentavam processos de mobilidade social – de ascensão e descenso –, turvando distinções sociais e esmaecendo os contornos dos próprios grupos sociais.*<sup>278</sup>

---

<sup>276</sup> Idem, p. 88.

<sup>277</sup> Idem, p. 93.

<sup>278</sup> Idem, p. 99.

Tratava-se de um momento de afrouxamento das restrições a ascensão social, embora ainda muito distantes da pressão que grupos cada vez mais significativos exerciam naquele momento. Essa tensão, que transbordou para a literatura, foi captada por Raimundo Faoro em sua análise da obra de Machado de Assis. Seu livro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, foi pioneiro em apontar a relevância da representação de aspectos sociais do Brasil oitocentista na obra machadiana, embora possa hoje ser criticado por tratar simultaneamente de todos os romances e contos, embasando seus comentários com citações breves que passam de um romance para outro, sem que o leitor possa compreender completamente o contexto narrativo do qual elas foram retiradas e o contexto histórico específico a que se referem. No entanto, sua interpretação do momento histórico da produção literária de Machado (que começa a publicar contos em 1864, mas lança seu primeiro romance só em 1872) se aproxima bastante daquela de Alonso. Segundo ele, nos últimos cinquenta anos do século XIX, houve

*a confluência de duas épocas, que projeta, no ponto de vista da encruzilhada, o encontro de dois mundos, o mundo que se despede e o mundo que chega. Os valores de um não são os valores de outro, as regras de conduta se partem, vazias para quem olha para trás, indefinidas, incertas, vagas para quem sente a hora que soa, sem compreendê-las plenamente, incapaz de amá-la, toldado pela melancolia. (...)*

*Para simplificar e com antecipação: a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado.<sup>279</sup>*

O sociólogo definiu esse período como a decadência de uma sociedade estamental no Brasil e a sua entrada em uma estrutura de classes. Não pretendo entrar no debate se o país era ou não estamental e se passou a ser de classes, porém as análises de Faoro e de Alonso, encaradas com certa flexibilidade, fornecem chaves importantíssimas para o entendimento tanto desse momento do século XIX, como dos romances do período. Se, ao invés do estamento de Faoro, pensarmos na “boa sociedade”, grandes proprietários de terras, imóveis e escravos, de famílias de prestígio e que ocupavam as principais funções do estado; e como classes capitalistas entendermos os comerciantes, banqueiros, profissionais liberais enriquecidos que ganharam força a partir dos anos 1850, a questão levantada pelo

---

<sup>279</sup> FAORO, Op. Cit., p. 15, 16.

sociólogo ilumina um aspecto importante da sociedade fluminense (e brasileira) da segunda metade do século XIX, bem como parte dos conflitos que encontramos nos romances do período. O desabusado narrador/protagonista de *Memórias do sobrinho do meu tio* romance publicado em 1867-1868, também chamou a atenção para esse fato, ainda que à sua maneira irônica:

*Os que estavam em cima não queriam descer, e os que estavam embaixo queriam subir: daí provinha uma gritaria infernal.*

*A esfera rolava às tontas:*

*Aos polos já faltava atração:*

*Os astros errantes transtornavam todos os cálculos:*

*O número dos cometas crescia a olhos vistos:*

*A Terra tornara-se satélite da Lua, e no mundo da Lua se achava; mas a maltida Lua estava em permanente e dupla fase minguante; porque minguava o dinheiro e ainda mais o juízo.<sup>280</sup>*

A aspiração desses novos grupos em ascensão continuou sendo a mesma dos poucos comerciantes, muitas vezes traficantes de escravos, que enriqueciam: buscavam reconhecimento da elite tradicional e assimilação nela. Faoro também comentou essa tentativa de trânsito de homem rico para a de fidalgo:

*Embora o dinheiro não seja, em si, qualificação para o ingresso no luzido mundo do estamento [diríamos nós, da boa sociedade], pode ele, ao tempo que proporciona certo estilo de vida, modelo de educação e prestígio social, conduzir à outra camada. Ainda correriam muitos anos antes que a classe [novos grupos urbanos enriquecidos] afirmasse orgulhosamente sua autonomia, desdenhosa da macaqueação da nobreza.<sup>281</sup>*

Um dos meios de afirmação social foi a valorização da moda por outros estratos sociais, além da boa sociedade, justamente como meio de se aproximar dela, copiando-a. A primeira loja de departamento do Rio de Janeiro, por exemplo, abriu suas portas na década de 1870. Segundo Jeffrey Neddle, elas haviam surgido na Europa entre 1780 e 1830 em

---

<sup>280</sup> MACEDO, JOAQUIM MANUEL. *Memórias do sobrinho do meu tio*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. p. 175-176.

<sup>281</sup> Idem, p. 18.

contexto semelhante ao do Brasil naquele momento: mercado urbano em expansão e necessidade da alta burguesia de acompanhar os modos da aristocracia, para tornar-se “respeitável”. A loja de departamento, segundo um *homme du monde* em 1888, era um lugar onde “por uma soma modesta, você pode comprar um pequeno kit para um cavalheiro”<sup>282</sup>. A multiplicação de revistas femininas a partir da década de 1850<sup>283</sup> também é um sintoma do mesmo processo, pois muitas vezes elas ensinavam como a mulher devia se vestir em cada momento da sua vida social, evidenciando que havia um público crescente desejoso por entender os códigos da moda à sua volta, sem outro meio de apreendê-los.

Vale ressaltar a semelhança desse processo de ascensão com o que vimos no primeiro capítulo em relação à alta burguesia europeia oitocentista, que também queria tornar-se nobre e não aniquilá-la. Importante sublinhar também que, se a atitude desses novos ricos brasileiros dos anos 1850/1860 não diferia daquela dos que estiveram antes na mesma situação, o que mudou foi a força do movimento. A partir daquele momento, tornou-se impossível ignorar o fenômeno da ascensão social, e não por acaso esse tema passou a ser mais frequente nos romances nessa fase entre 1860-1880. A reação da boa sociedade brasileira foi também similar à da França: o reforço da tradição. Seus membros se transformam em

*guardas da tradição, idealizada para o efeito de manter um sistema de valores, sujeita a transformações para assegurar superioridade. Tradição como defesa, arma e instrumento, e não como realidade. (...) O estamento [a boa sociedade] se compõe de um conjunto de convenções, que determinam um modo e um estilo de vida, certas maneiras de educação, com a auréola de prestígio secular, firmado na tradição.*<sup>284</sup>

Essa barreira contra novos integrantes, que também vimos na aristocracia francesa do século XIX, tornava a ascensão um caminho árduo, apesar das possibilidades geradas pelo contexto econômico favorável:

*A subida da montanha, posto que possível, nem sempre é convencionalmente legítima. O sentimento de escárnio, a repulsa velada acompanham, não raras vezes, muitas carreiras triunfantes. Enquanto a mobilidade no campo das classes [dentro dos novos grupos em ascensão] sofre moderada censura, a resistência para o*

<sup>282</sup> NEEDELL, JEFFREY D. **Belle époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 188.

<sup>283</sup> RAINHO, MARIA DO CARMO TEIXEIRA. **A cidade e a moda**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 77.

<sup>284</sup> Idem, p. 205.



*ingresso no estamento [boa sociedade], nos círculos do poder é maior. Os golpes de audácia, os saltos não se permitem na conquista dos altos postos.*<sup>285</sup>

Como concluiu Raimundo Faoro, tratava-se de “sociedade não rígida, mas respeitosa da hierarquia”<sup>286</sup>. E esta continuava a excluir de forma absoluta aqueles que trabalhavam com as mãos, ato considerado uma mácula insuperável por conta da proximidade com a escravidão. Se havia trabalho manual envolvido no enriquecimento, era preciso escondê-lo, como fizeram as filhas do pai Goriot, personagens do romance de Balzac mencionados no primeiro capítulo desta tese, ou então a família teria que esperar uma ou duas gerações para ser aceita no topo da hierarquia. Como definiu o já mencionado protagonista de *Memórias do sobrinho do meu tio*, “há porém uma coisa muito mais positiva, uma realidade, um fato, que os homens que saem do nada, e que subiram ou estão em caminho de subir ao tudo, devem esquecer, ou pelo menos não devem reconhecer: é a sua origem”<sup>287</sup>.

O “caminho correto” da ascensão, segundo a boa sociedade, ainda deveria ser por especulação financeira, grande comércio ou herança e, no ápice disso, um casamento com famílias tradicionais. No entanto, cada vez mais surgiam meios para uma pessoa enriquecer ou ocupar um cargo de prestígio social e era impossível ignorar esse fato, algo que foi percebido também pelos romancistas desse período.

#### 4.2. Ascensão social no romance

**Tabela 4 - Ascensão social no romance entre 1860-1879**

Romance	Ano	Ambiente	Ascensão social na trama principal	Ascensão social em personagens secundários	Narrador
A viuvezinha	1860	elite			
Paulo	1861	indefinido			
Lucíola	1862	elite	sim		1ª <sup>288</sup>
Diva	1864	elite		sim	1ª
Culto ao dever	1865	elite			1ª

<sup>285</sup> FAORO, Op. Cit., p. 21.

<sup>286</sup> Idem, p. 22.

<sup>287</sup> MACEDO, Op. Cit., p. 101.

<sup>288</sup> *Lucíola*, na verdade, configura-se como um caso intermediário, pois o romance abre com o narrador se apresentando, mas acaba se transformando em narração em 3ª pessoa.

Memórias de um pobre diabo, por Aristóteles de Souza	1868	indefinido			1ª
Memórias do sobrinho do meu tio	1868	elite			1ª
A luneta mágica	1869	elite			1ª
Nina	1869	elite			
Vítimas algozes	1869	escravo			
A namoradeira	1870	elite		sim	
A pata da gazela	1870	elite			
A família Agulha	1870	indefinido			
O tronco do Ipê	1871	elite			
Um noivo a duas noivas	1871	elite			
A misteriosa	1872	elite			1ª
Lágrimas do coração - Manuscrito de uma mulher	1872	elite			1ª
Os quatro pontos cardeais	1872	elite	sim		
Ressureição	1872	elite			
Sonhos d'ouro	1872	elite		sim	
Aspásia	1873	elite			1ª
A mão e a luva	1874	elite			
A escrava Isaura	1875	elite/mundo escravo			
Ouro sobre azul	1875	elite			
Senhora	1875	elite	sim		
A baronesa do amor	1876	elite			
Helena	1876	elite			
Encarnação	1877	elite			
Ex-homem	1877	elite			
O homem	1877	elite			
Iaiá Garcia	1878	elite		sim	
Maria do Patrocínio	1879	elite			

Fonte: BOUCINHAS, 2015.

O fortalecimento de novos grupos levou a mudanças tanto na abordagem da ascensão social, como na forma de narração dos romances, como vemos na Tabela 4. No

capítulo anterior, não levamos em consideração o tipo de narrador, pois somente três romances (*Amância*, *A carteira de meu tio* e *Cinco Minutos*) têm narração em 1ª pessoa, enquanto todos os outros se estruturam em 3ª. Em um momento em que se consolidava a boa sociedade, uma voz onisciente e julgadora, capaz de instruir os leitores sobre o que era certo e errado, terá parecido mais adequado. Reflexão semelhante foi feita por Franco Moretti em relação a não utilização do discurso indireto livre até meados do século XIX na França, pois os autores tinham intenção moralizadora e não queriam confundir o público com o que era pensamento da personagem e intervenção do narrador<sup>289</sup>. Da mesma forma que o fortalecimento de novos grupos e uma dinâmica social diferente permitiram uma narração mais matizada na Europa na segunda metade do século XIX, alcançando a maturidade com *Madame Bovary*, de 1856, as transformações da sociedade brasileira dos anos 1860-1870 podem ter levado a um aumento da narração em 1ª pessoa, em que os comentários representam a opinião de um tipo social específico e não mais o enunciado de uma suposta verdade de validade geral, como fica subentendido na visão de conjunto e nas intervenções pontuais de um narrador onisciente. De 3 casos em um total de 15, entre 1840 e 1860, equivalente a 20%, no período seguinte vemos um aumento talvez importante: 9 romances em primeira pessoa num universo de 33, ou seja, quase 30%.

Não só passamos a ter mais pontos de vista individuais, como o tipo de personagem contando a história também varia. Nos romances em primeira pessoa entre 1840 e 1860, tratava-se sempre de típicos representantes da boa sociedade e, portanto, não havia muita diferença entre as suas opiniões e aquelas dos narradores em 3ª pessoa. Entre 1860 e 1880, encontramos vozes divergentes, como em *Memórias de um pobre diabo*, em que o narrador-protagonista é um copista em cartório, mas o caso mais interessante talvez seja o antes mencionado *Memórias do sobrinho do meu tio*. Trata-se, na verdade, da continuação de *A carteira do meu tio*, publicado em 1855, mas este relata uma viagem do protagonista pelo interior, portanto o público podia interpretar as críticas a partir da oposição corte-província. Em *Memórias*, o narrador assume de forma plena a caracterização de um homem rico, com um padrinho influente, mas mesmo assim fora dos altos círculos do poder. Não por acaso, como vimos, refere-se explicitamente à crescente demanda por ascensão social no período e

---

<sup>289</sup> MORETTI, FRANCO. **O burguês: entre a história e a literatura**. São Paulo: Três Estrelas, 2014. Capítulo 3, p. 72-105. Infelizmente, não foi possível para esta pesquisa levantar o uso do indireto livre, promissor elemento para detectar tal processo na materialidade das narrativas.

também às barreiras impostas a ela. A força do romance, porém, está no fato de o sobrinho do tio não ter nenhum escrúpulo para atingir o topo da sociedade e, ao mesmo tempo, ser absolutamente sincero em relação a isso com o leitor. Ao mesmo tempo, ataca sem rodeios diversos aspectos da sociedade de então, como seu funcionamento político. Diz, por exemplo, que quando voltou de uma viagem para Europa:

*os sete ministros que achei no poder pareciam irmãos gêmeos dos sete que os tinham precedido, e prometiam ainda ser muito parecidos com os sete que haviam de subir depois deles ao governo. (...)*

*Mentiam cem vezes por dia: faltavam à palavra dada cem vezes por mês; adoravam as pastas, acordavam de noite sobressaltados, sonhando com crises ministeriais (...).*<sup>290</sup>

Com todas as transformações que mencionamos e com romances narrados por novas vozes, os autores passaram a dar mais importância à caracterização econômica e social das personagens. Encontra-se, de um modo geral, mais informações sobre as fortunas, ocupações, estratégias de enriquecimento e, conseqüentemente, o tema da ascensão social ganhou força. A tabela 4 já demonstra um crescimento da frequência do tema, mas é na forma em que ele foi tratado que reside a grande diferença. Curiosamente, o autor que deu mais atenção e, ao mesmo tempo, o tratamento mais inovador à questão nesse período foi José de Alencar, um romancista, além de senador, explicitamente conservador. Em *A Viúvina*, Jorge, um jovem órfão, rico e irresponsável, acaba por dilapidar o patrimônio herdado dos pais, sendo avisado disso às vésperas de seu casamento pelo contador da família. A semelhança com *Romance de um rapaz pobre* não para por aí, pois em um instante o protagonista sai de uma vida luxuosa para a miséria. E, da mesma maneira que a personagem de Feuillet, Jorge logo assimila o golpe e afirma:

*– Estou pobre, disse ele respondendo ao Sr, Almeida, não importa; sou moço, trabalharei, e como meu pai hei de fazer uma fortuna.*

*O velho abanou a cabeça com uma certa ironia misturada de tristeza.*

---

<sup>290</sup> MACEDO, *Memórias do sobrinho do meu tio*, Op. Cit., p. 172.

– O senhor duvida? Meu passado dá-lhe direito a isso; mas um dia lhe provarei o contrário, e lhe mostrarei que mereço sua estima.<sup>291</sup>

Não só promete se reerguer, como dá a sua palavra que pagará todas as suas dívidas, mas para isso passa a ter uma vida de privações. Exatamente como no folhetim francês, o autor não poupa esforços para demonstrar a pobreza do protagonista, ao descrever sua habitação:

*O aposento era de uma pobreza e nudez que pouco distava da miséria. Entre as quatro paredes que compreendiam o espaço de uma braça esclarecido por uma janela estreita, via-se a cama de lona pobremente vestida, uma mala de viagem, a carteira e o tamborete. Nos umbrais da porta, dois ganchos que serviam de cabide. Na janela, cuja soleira fazia as vezes de lavatório, estavam o jarro e a bacia de louça branca, uma bilha d'água, e um copo com um ramo de flores murchas. Junto à cama, em uma cantoneira, um castiçal com uma vela e uma caixa de fósforos. Sobre a carteira, papéis e livros de escrituração mercantil. Era toda a mobília.*<sup>292</sup>

Mais relevante, entretanto, é que Jorge torna-se um pequeno negociante, e, através de trabalho árduo e contínuo, recupera toda a sua riqueza e limpa o seu nome. Além disso, o seu enriquecimento faz parte do núcleo do enredo, ainda que seja descrito muito brevemente e sem maiores detalhes. Não deixa de ter importância que o conservador José de Alencar tenha escolhido o caminho do comércio para o enriquecimento de Jorge e tê-lo jogado para o centro da história, porém não podemos classificar esse exemplo de ascensão social, pois a personagem estava apenas reconstruindo seu patrimônio, já tendo nome e educação refinada de berço. Na verdade, o caso mais emblemático e também bastante revelador dos limites do tratamento desse tema pelo romancista é *Senhora*.

---

<sup>291</sup> ALENCAR, José. **A viúva**. In:<

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000077.pdf>, p. 6.

<sup>292</sup> Idem, p. 19.

#### 4.2.1 Senhora

A personagem-título, uma das protagonistas, experimentou uma mobilidade social cuja descrição aponta para a fragilidade da verossimilhança socioeconômica da obra. O narrador não deixa dúvida sobre a pobreza de Aurélia na sua juventude. Quando morre o pai, sua mãe, D. Emília, escreve ao sogro “implorando sua proteção para os filhos de seu filho”<sup>293</sup>, no entanto, este negou ajuda, “esquecido de que ninguém sofrera tanto como ela; pois além da viuvez, a morte do marido deixava-lhe a pobreza e a desonra”<sup>294</sup>. As duas “viviam das costuras de Aurélia e do preço de algumas joias de Pedro [o pai]” e “teriam passado inclemências se não fosse o crédito obtido na loja e venda em que se supriam”. Quando D. Emília adoece, “não houve com o que mandar ao mercado comprar frango para o caldo da enferma”<sup>295</sup> e a filha teve de pedir empréstimos. O mesmo ocorreu em relação aos gastos com o enterro da mãe. A melhor síntese da sua pobreza veio da própria Aurélia: “desses dezenove anos [da minha vida], dezoito os vivi na extrema pobreza e um no seio da riqueza para onde fui transportada de repente. Tenho as duas grandes lições do mundo: a da miséria e a da opulência”<sup>296</sup>. Fica claro que estamos tratando de alguém cuja vida diária era uma luta e que não tinha tempo para divertimentos ou qualquer tipo de luxo. Vem, então, a herança milionária do avô arrependido:

*A riqueza, que lhe sobreveio inesperada, erguendo-a subitamente da indigência ao fastígio, operou em Aurélia rápida transformação; não foi, porém, no caráter, nem nos sentimentos que se deu a revolução; estes eram inalteráveis, tinham a fina têmpera de seu coração. A mudança consumou-se apenas na atitude, se assim nos podemos exprimir dessa alma perante a sociedade.*<sup>297</sup>

O dinheiro, portanto, levou a uma mudança súbita de comportamento em Aurélia, explicitada logo adiante:

---

<sup>293</sup> ALENCAR, JOSÉ. *Senhora*. São Paulo: Ática, 1994. p. 81.

<sup>294</sup> Idem, p. 82.

<sup>295</sup> Idem, p. 103.

<sup>296</sup> Idem, p. 30.

<sup>297</sup> Idem, p. 106.

*Foi depois de passados os seis meses de luto, que Aurélia apareceu na sociedade.*

*Tinha-se ela ensaiado para seu papel. Desde o primeiro momento em que apresentou-se nos salões, firmou neles seu império, e tomou posse dessa turba avassalada, cujo destino é bajular as reputações que se impõem.<sup>298</sup>*

Não apenas aprendeu a impressionar a alta sociedade, como sabia reconhecer e lidar com os diversos pretendentes que surgiam:

*Assim, quando algum homem honesto, sinceramente seduzido pelos dotes de sua pessoa, e não pelo brilho da riqueza, lhe fazia a corte, ela portava-se com ele de modo inteiramente diverso. Acolhia-o com afabilidade e distinção; mas aproveitava o primeiro momento para desvanecer-lhe toda a esperança.*

*Só com os caçadores de dotes era loureira, se tal nome pode-se aplicar ao constante ludíbrio e humilhação a que submetia seus apaixonados.<sup>299</sup>*

Ao ficar rica, Aurélia instantaneamente aprendeu a enfeitiçar toda a alta sociedade da Corte – sem nunca ter ido a um grande baile, a reuniões em casarões, ao teatro –, a diferenciar os aproveitadores dos sinceros – sem nunca ter sido cobiçada por “caçadores de dote” – e a como tratar esses dois tipos de pretendentes. Outro exemplo disso é um diálogo com a tia que lhe diz: “você toca piano como o Arnaud, canta como uma prima-dona, e conversa na sala com os deputados e os diplomatas, que eles ficam enfeitiçados. E como não há de ser assim? Quando você quer, Aurélia, fala que parece uma novela”<sup>300</sup>. Para José de Alencar, neste caso, o único requisito necessário para entrar no mundo da elite parecia ser a riqueza. Mais uma vez, notamos a contradição entre o autor e o político, pois enquanto o primeiro saudava um novo mundo, de novas possibilidades, o segundo fez de tudo para manter o *status quo* no que se referia à escravidão.

---

<sup>298</sup> Idem, p. 108.

<sup>299</sup> Idem, ibidem.

<sup>300</sup> Idem, p. 22.

Mesmo tendo sido elevada à condição de milionária sem esforço e passado a viver em um mundo de luxo de uma hora para outra, Aurélia em nenhum momento se deslumbrou:

*Na sala, cercada de adoradores, no meio das esplêndidas reverberações de sua beleza, Aurélia bem longe de inebriar-se da adoração produzida por sua formosura, e do culto que lhe rendiam, ao contrário parecia unicamente possuída de indignação por essa turba vil e abjeta. (...)*

*As revoltas mais impetuosas de Aurélia eram justamente contra a riqueza que lhe servia de trono, e sem a qual nunca por certo, apesar de suas prendas, receberia como rainha desdenhosa a vassalagem que lhe rendiam.<sup>301</sup>*

No entanto, sua indignação com a falsidade alheia não a levou a abdicar daquilo que o dinheiro podia oferecer, como vemos na preparação do quarto do noivo, onde “o tabuleiro de mármore ostentava toda a casta de perfumarias, [e] as gavetas continham cópia de joias próprias de um cavalheiro elegante. Algumas havia de grande preço, como o anel de rubi, e uma abotoadura completa de brilhantes”<sup>302</sup>. Além disso, ficamos sabendo que Aurélia tornou-se também calculista, como quando decide manter Lemos como tutor, pois “sorriu-lhe a ideia de ter um tutor a quem dominasse”<sup>303</sup>; ou quando ameaçou o mesmo Lemos de exigir na justiça a prestação de contas de sua tutela para que ele fizesse o que pedia. A heroína do romance conseguiu, portanto, usufruir perfeitamente dos benefícios da riqueza sem deixar-se seduzir ou impressionar. A mesma transição sem conflitos ou dificuldades, como vimos nas palavras de Schwarz, foi vivida pelo Seixas, outro protagonista, que rejeita Aurélia quando esta era pobre, mesmo amando-a, por desejar um casamento com uma família da boa sociedade. Ela, depois que enriquece, através de um esquema folhetinesco, consegue obrigar Seixas a casar com ela por dinheiro, mas trata-o como ao pior dos empregados. Seja depois do casamento ou mesmo antes, quando apenas fingia que era rico, gastando dinheiro de sua família, que permanecia na pobreza para o queridinho de todos brilhar nas grandes festas da Corte, Seixas passava sem problemas por um típico

---

<sup>301</sup> Idem, p. 18.

<sup>302</sup> Idem, p. 70.

<sup>303</sup> Idem, p. 106



membro da boa sociedade. Roberto Schwarz chegou a apontar a falta de cuidado com a apresentação do processo de ascensão social de Seixas:

*ao mudar de seu quarto pobre para o palacete da esposa, Seixas não muda propriamente de classe social e sobretudo de ideologia – como faria supor o contraste dos lugares; muda só de nível de consumo, como se diria hoje, o que tira a força poética à localização da ação<sup>304</sup>.*

Por outro lado, a própria descrição da fixação e do esforço de Seixas para ingressar na boa sociedade configura talvez a maior inovação em relação a esse tema nos romances nacionais até aquele momento, pois até então os personagens que ascendiam ou já o tinha feito no passado, ou eram secundários para a trama. Por outro lado, a situação de Seixas faz parecer que para se comportar e ser aceito no topo da hierarquia social era preciso apenas um pequeno esforço e algum dinheiro – e não se tratava somente disso, como vimos. Em *Senhora*, comportamento de elite e consumo desenfreado parecem se confundir. No exato momento em que Seixas se deu conta que teria de abrir mão de seu estilo de vida se casasse com Aurélia antes da herança, começou o arrependimento:

*Mas essa coragem é que não tinha Seixas. Deixar de frequentar a sociedade; não fazer figura entre a gente do tom; não ter mais por alfaiate o Raunier, por sapateiro o Campas, por camiseira a Cretten, por perfumista o Bernardo? Não ser de todos os divertimentos? Não andar no rigor da moda?<sup>305</sup>*

De acordo com o narrador, o mais importante que o personagem estaria deixando para trás seriam as roupas e acessórios de luxo. No entanto, se o problema era não fazer parte do *grand monde*, esse não era o ponto central. Itens caros faziam parte do cotidiano da elite, evidentemente, mas ser visto como parte dela pelas famílias tradicionais envolvia outros elementos. O próprio José de Alencar, parte de uma família importante do Ceará e desde muito cedo no Rio de Janeiro, sabia bem disso e acaba demonstrando-o em uma ou duas passagens. Na primeira refeição como marido e mulher, o narrador nos informa que “o almoço era um banquete, não pela quantidade, o que seria de mau gosto; mas pela

---

<sup>304</sup> SCHWARZ, ROBERTO. *Ao vencedor as batatas*. Op. Cit., p. 77

<sup>305</sup> Idem, p. 58.

variedade e delicadeza das iguarias”<sup>306</sup>. Uma observação perfeita, mas que evidencia um problema do enredo que vimos apontando: como Aurélia sabe que o que diferencia uma mulher de classe de outra apenas rica é saber como fazer e não gastar muito? Como ela descobriu quais as iguarias que tornam um simples almoço num banquete? Quanto tempo ela demorou para aprender essas sutilezas, e quem a ajudou? O romancista não trata desse assunto.

A mesma situação reaparece quando os protagonistas encontram, em um espetáculo, outro casal cuja mulher rivaliza com Aurélia pela atenção da plateia:

*Mas curiosa antítese: Adelaide, a pobre, vinha no maior apuro do luxo, com toda garridice e requintes da moda. Aurélia, a milionária, afetava extrema simplicidade. Vestiu-se de pérolas e rendas; só tinha uma flor, que era sua graça. (...)*

*Quanto a Adelaide, toda a satisfação de brilhar, nem reparava a impaciência da amiga, nem se apercebia que o excessivo esvazamento de seu corpinho, com o requebro que imprimia ao talhe, desnudava-lhe quase todo o busto aos olhos do homem a quem voltava as costas. Sente a estátua o olhar que insinua-se entre os véus transparentes? A mulher da moda tem a cútis da estátua quando se veste para o baile.”<sup>307</sup>*

Aqui o problema do enredo, tal como enunciado por Schwarz, torna-se evidente. Adelaide, de origem humilde mas que conseguiu uma posição melhor, não consegue compreender o código de comportamento da boa sociedade e acha que se arrumar com o que há de mais caro é a chave para fazer um bom papel e o suficiente para ser aceita. Com isso, acaba fazendo papel de ridícula, mostrando o busto ao homem que está atrás, sem nem perceber, pois fica paralisada como uma “estátua” devido à sua falta de naturalidade nesse tipo de compromisso social. No entanto, por que Aurélia não cometeu o mesmo erro? E por que Seixas se comporta como Adelaide, mas não faz papel de bobo? As regras que valem para Aurélia e Seixas são aquelas que parecem decorrer da ideologia liberal: a ascensão social está aberta a todos que tiverem determinação e conseguirem enriquecer. Assim, as dificuldades reais pelas quais passavam as pessoas que tentavam ser aceitas no

---

<sup>306</sup> Idem, p. 119.

<sup>307</sup> Idem, p: 171-172.

“brilhante e poderoso corpo”, tanto no Brasil como na Europa, eram desconhecidas por eles. Já para as personagens secundárias, o jogo parecia ser outro, mais próximo ao que de fato acontecia no Brasil. Adelaide podia ter acesso a todo luxo disponível que continuava sendo “pobre” aos olhos dos outros, pois não conhecia as regras de conduta da boa sociedade e, portanto, fazia vexame em público. Por um caminho um pouco diferente, retomamos uma conclusão de Schwarz, referida no segundo capítulo desta tese:

*Eis o nosso problema que torna: importávamos um molde, cujo efeito involuntário é de dar às ideias estatuto e horizonte – timbre, energia, crise – em desacordo com o que a vida brasileira lhes conferia. Ou, do ponto de vista da composição: sem correspondência na construção das personagens secundárias, responsáveis pela cor local.<sup>308</sup>*

Já vimos que, mesmo na Europa, o processo de ascensão social apresentava muito mais obstáculos do que afirmava a ideologia liberal. Mas o que caracterizava esse processo no Brasil oitocentista? Em *Ideias fora do lugar*, Roberto Schwarz chamou a atenção para uma ferramenta fundamental para entender a o mecanismo da mobilidade no Brasil, o *favor*.

*Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. (...) Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como profissional dependia do favor para o exercício da sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto.<sup>309</sup>*

Para que a pessoa subisse na hierarquia, o “favor” de um poderoso cumpria papel incontornável. O narrador desabusado de *A carteira de meu tio* disse o mesmo, de forma

---

<sup>308</sup> SCHWARZ, Op. cit. p. 53-54.

<sup>309</sup> SCHWARZ, Op. cit. p. 16.

ainda mais explícita: “O patronato é a placenta da sabedoria, e a medida do mérito: tomara eu ser afilhado de algum bom padrinho, que verã como fico imediatamente sábio, e até mesmo benemérito da pátria!”<sup>310</sup> Ninguém seria capaz de entrar na política, para citar o lugar por excelência dos homens da elite, sem um apadrinhamento; ninguém passaria a ser chamado para as reuniões nos grandes salões se não fosse indicado por algum participante antigo e, portanto, de família tradicional; mesmo as promoções em empregos teoricamente técnicos só ocorriam, salvo exceções, com a intervenção de alguém influente. Em *Senhora*, algo dessa tensão pode ser captada nos comentários sobre Adelaide, mas perdem força porque os protagonistas chegam ao topo baseados unicamente em seus talentos e no enriquecimento repentino.

Outro ponto interessante é que, quando o narrador menciona a alta sociedade, tende a ser para reforçar como seus valores são baseados na cobiça, futilidade, egoísmo, falsidade; ainda que também seja o local de pessoas como Aurélia. “A boa sociedade fluminense é referida sucessivamente como elegante, atrasada e vil, sem que seja assinalada a contradição”<sup>311</sup>. Essa visão ambígua não vale apenas para o Rio de Janeiro, ou mesmo para o Brasil, porque também se estende ao modelo por excelência, a França:

*Seixas estava muito longe de ser um Camors, mas já nele começava o embotamento do senso moral, que o influxo de uma civilização adiantada, e no seio de uma sociedade corroída como a de Paris, acaba por abordar aqueles monstros.*<sup>312</sup>

Se era assim em Paris, imagine-se no Rio de Janeiro:

*(...) à força de viverem em um mundo de convenção, esses homens de sociedade tornaram-se artificiais. A natureza para eles não é a verdadeira, mas essa fictícia, que o hábito lhes imbutiu, e que alguns trazem do berço, pois aí os espera a moda para fazer neles presa, transformando-lhes a mãe em uma simples produtora de filhos.*<sup>313</sup>

---

<sup>310</sup> MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **A carteira de meu tio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. p. 31.

<sup>311</sup> SCHWARZ, Op. Cit., p. 65.

<sup>312</sup> ALENCAR, Op. Cit., p. 95.

<sup>313</sup> Idem, p. 116.

Os exemplos poderiam se estender, mas todos apontam para esse mesmo caminho. A “alta sociedade” não parece se referir ao que hoje nós chamaríamos assim, um pequeno grupo que concentra boa parte da riqueza e que influencia nos rumos da sociedade, e sim a jovens ricos e deslumbrados, preocupados em repetir as modas europeias de forma acrítica e superficial. Ainda que estes façam parte do primeiro grupo, o romance não se preocupa em fazer a distinção, mas ela existe. A confusão poderia ser explicada por dois caminhos. Ou o narrador teria o ponto de vista de alguém das classes populares – o que obviamente não é o caso, dadas as suas referências eruditas –, ou trata-se de alguém da própria elite que está falando para os seus pares. Ele sabe que não é preciso explicitar que o alvo das críticas não são os poderosos em geral, mas sim uma nova geração com hábitos degenerados e deslumbrados. O saudosismo fica claro em trechos como este: “atualmente esse ato solene [o casamento] tem perdido muito de sua importância”<sup>314</sup>. Essa hipótese ganha ainda mais força quando, para falar mal de Seixas, lemos que ele pertence “a essa classe de homens, criados pela sociedade moderna”<sup>315</sup>. O foco aqui está em “moderna” e essa expressão surgirá outras vezes no romance. No fim das contas, simplificando, o narrador pode ser visto como um senhor de prestígio, rico e provavelmente grande proprietário de escravos, reclamando de seus filhos ou netos em defesa dos valores da sua geração, sem que se coloque em xeque em momento algum a hegemonia de seu grupo. Muito provavelmente essa era a opinião do próprio José de Alencar, um conservador muito resistente às mudanças na estrutura política e social propostas pela nova geração que, como vimos, começou a ter voz ativa nos anos 1860/1870.

O mesmo autor também colocou a ascensão social no centro de *Lucíola*, mas com um viés bastante diferente. A protagonista vinha de uma família das camadas médias, pois seu pai foi para a Corte por ter ganhado “emprego nas obras públicas”, mas teve uma educação bastante refinada, pois ela “dava a minha lição de francês a meu mano mais velho, ou a lição de piano com minha tia”<sup>316</sup>. A epidemia de febre amarela de 1850, entretanto, jogou a família numa espiral de infortúnios que obrigou Lúcia a se prostituir, ocupação que a faz juntar mais de 50 contos, “dizem”. As mesmas questões da falta de cuidado com a adequação da personagem com os costumes da alta sociedade se repetem neste romance,

---

<sup>314</sup> Idem, p. 132.

<sup>315</sup> Idem, p. 93.

<sup>316</sup> ALENCAR, José. *Lucíola*. Porto Alegre: L&PM, 2015. p. 142.

embora fique evidente que o que estava em jogo para José de Alencar era a prostituição e não o movimento de ascensão social em si. A propósito, Jean-Michel Massa mostrou como, no fim dos anos 1850, surgiu uma polêmica em torno da possibilidade de uma prostituta redimir-se pelo amor que movimentou os intelectuais da Corte, envolvendo Machado de Assis, Álvares de Azevedo e José de Alencar, entre outros<sup>317</sup>.

### 4.3 Abolicionismo também se apresenta

O aparecimento de novos grupos e a valorização da ascensão social não significa que a geração de 1870 fosse democrática ou defendesse oportunidades iguais para todos. Como lembrou Angela Alonso, “um movimento intelectual é, por definição, um movimento de elite. Seus membros compunham um grupo restritíssimo na sociedade imperial brasileira”<sup>318</sup>, apenas não estavam entre os mais privilegiados pelo mecanismo de distribuição de posições de prestígio e politicamente relevantes. Trata-se de afirmação importante para a análise dos romances do período, pois o mundo dos homens livres pobres permanece fora de foco. Se na fase anterior (1840-1860) o encontramos em *Memórias de um Sargento de Milícias*, entre 1860-1880 não há nenhuma tentativa de fôlego de representar esses grupos sociais humildes. As poucas que mencionam a pobreza do protagonista, como *A família Agulha*, não investem na caracterização dessa situação, muito menos fazem dela algo estrutural da obra. Neste exemplo, diz-se que a família é pobre, mas contrataram professor de piano e tutor do colégio D. Pedro II<sup>319</sup>, evidenciando uma incoerência que, na verdade, combina com o romance, uma comédia de tom quase absurdo. Há também casos como o de *Lucíola*, em que a pobreza referida é bastante relativa, pois Paulo se diz “bem pobre” por ter “uma quinzena de contos”<sup>320</sup>, o que representa o valor de mais de quinze escravos – portanto, uma situação bastante confortável. Em um momento em que camadas médias buscavam legitimar seu caminho até o topo, convinha não se misturar aos de baixo e, ao mesmo tempo, deixar claro que suas propostas eram reformistas e não revolucionárias. Na verdade, trata-se de movimento semelhante ao ocorrido na

---

<sup>317</sup> MASSA, JEAN-MICHEL. **A juventude de Machado de Assis: 1839-1970**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 201-202.

<sup>318</sup> ALONSO, Op. Cit., p. 101.

<sup>319</sup> GUIMARÃES JR., LUÍS. **A família Agulha**. In: <<http://www.projetolivrolivre.com/A%20Familia%20Agulha%20-%20Luis%20Guimaraes%20Junior%20-%20Iba%20Mendes.pdf>>

<sup>320</sup> ALENCAR, Op. Cit., p. 61.

Europa oitocentista, como vimos no primeiro capítulo, quando a burguesia explicitava a todo o momento a sua distância em relação às classes trabalhadoras, tanto em termos econômicos como culturais. A moda, que, como vimos, foi uma forma dos estratos médios tentarem se aproximar do topo da hierarquia, funcionava também como um processo de distanciamento deles em relação aos que não conseguiam acompanhar as novas tendências, por questões econômicas ou falta de informação.

Por outro lado, a representação literária do mundo escravo sofreu alteração radical nesse período em função das transformações pelas quais passou a escravidão depois de 1850. Entre tantas consequências do fim do tráfico negreiro que analisamos, deixamos a mais importante para o fim: a perspectiva concreta do final da escravidão. Ainda que não fosse possível precisar uma data, a grande desigualdade de gênero entre os cativos brasileiros e a alta taxa de mortalidade infantil dava a certeza de que o momento chegaria em breve. As políticas de incentivo à imigração, ainda que tímidas até a década de 1880, procuravam antecipar uma solução para o problema da substituição da mão de obra, bem como parte das reformas promovidas pelo gabinete do visconde do Rio Branco. O simples fato de ter tido a sua morte decretada já poderia servir como um estímulo para os abolicionistas ganharem coragem e tomarem a cena de assalto, mas houve muito mais. O valor do escravo, como vimos, aumentou velozmente a partir da Lei Euzébio de Queiroz – o preço real no Rio de Janeiro aumentou de 627 mil-réis em 1835 para 1:007\$900 em 1870<sup>321</sup> – gerando um fluxo da cidade para as fazendas de café e, ao mesmo tempo, levando os pequenos proprietários a se desfazerem de suas “peças” para aproveitarem o momento, sem que pudessem readquirir um cativo mais tarde. Isso abalou a própria legitimidade do escravismo, pois cada vez menos pessoas eram proprietárias e a maioria se tornava, portanto, no mínimo indiferentes em relação ao futuro da instituição. Se, como foi dito no capítulo anterior, o tema da ampla difusão da propriedade escrava na sociedade brasileira pode ser questionado, em relação à segunda metade e, sobretudo o último quartel do século XIX não há dúvidas: existia um número cada vez menor de senhores no país. Repetindo o cálculo do capítulo passado com os dados do período 1850-1888, confirmamos essa tendência: nos inventários *post-mortem* coletados por Luiz Carlos Soares, havia 698 escravos distribuídos por 104 proprietários, uma média de 6,7; aplicando-a à população

---

<sup>321</sup> MELLO, PEDRO CARVALHO. **A economia da escravidão nas fazendas de café, 1850-1888**. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1984. p. 104.

cativa do Rio de Janeiro de 1872 (ver tabela 3), chegamos ao número de 7.304 senhores, equivalente a 2,6% do total da cidade (quase metade da cifra dos anos 1810-1850) ou 3,2% dos livres (menos da metade do período anterior). A consequência disso é que um número muito menor de pessoas, mesmo da elite, estava comprometida com a escravidão, pois a ampla maioria não era de proprietários e nem planejava sê-lo. Até a Lei Euzébio de Queiroz, todos ambicionavam comprar escravos em algum momento, ainda que tenhamos mostrado no capítulo anterior que não se tratava de uma mercadoria ao alcance da maioria. No entanto, depois do fim do tráfico, sabia-se que a instituição se aproximava do fim e, portanto, praticamente ninguém pretendia investir em cativos além dos cafeicultores, que ainda viviam uma fase de expansão das lavouras em meados do século. Antes de 1850, a escravidão como um todo não fora questionada, a ponto de nenhuma das revoltas regenciais ter chegado a propor a abolição. Os romances escritos entre 1840 e 1860, como vimos no capítulo anterior, legitimavam a instituição, naturalizando-a, algo que mudou no fim dos anos 1860.

O pano de fundo favorável ao fortalecimento do movimento abolicionista contou ainda com dois fatores fundamentais nos anos 1860: a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865) e a Guerra do Paraguai (1865-1870). O primeiro deles foi decisivo para alertar a elite brasileira dos riscos que a escravidão e, sobretudo, uma desigualdade regional forte em relação à propriedade escrava poderia gerar. À medida que o conflito se prolongava e as notícias da escalada de violência chegavam ao país, muitos que até então eram indiferentes ao futuro da escravidão ou mesmo a favor de sua continuidade mudaram de ideia e passaram a considerar a necessidade de se fazer a abolição completa de uma vez por todas. O próprio D. Pedro II, em 1864, mandou instruções ao seu gabinete, “dizendo-se preocupado como que se passava nos Estados Unidos e sugerindo que o Brasil iniciasse o processo abolicionista com uma lei de libertação do ventre”<sup>322</sup>. Mais tarde no mesmo ano, o imperador confidenciou a amigos particulares: “a escravidão é uma terrível maldição sobre qualquer nação, mas ela deve, e irá, desaparecer entre nós”<sup>323</sup>. O que retardou o imperador foi justamente a Guerra do Paraguai, que exigia a manutenção da unidade, que certamente seria (como de fato foi) abalada por discussões sobre abolição. O máximo que fez foi estudar

---

<sup>322</sup> CARVALHO, JOSÉ MURILO. D. **Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 132.

<sup>323</sup> Idem, *ibidem*



projetos para uma aplicação futura e incluir o tema na Fala do Trono de 1867, que, para Joaquim Nabuco, foi “para a emancipação como um raio, caindo de um céu sem nuvens”<sup>324</sup>. A oposição se manifestou imediatamente, como José de Alencar, que publicou artigos na imprensa dizendo, entre outras coisas, que “sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria hoje um vasto deserto”. Essa postura do romancista terá reflexos diretos na sua obra, como veremos a seguir.

No entanto, se por um lado retardou medidas específicas, por outro a Guerra do Paraguai contribuiu para dar força ao abolicionismo. O governo concedeu alforria a todos os cativos que lutaram no conflito, aumentando o número de libertos, especialmente no Rio de Janeiro, destino comum de muitos deles. Esse fato despertou o sentimento dos familiares e amigos que ainda estavam no cativeiro de que mereciam sorte melhor e, ao mesmo tempo, os livres que combateram ao lado dos escravos e o próprio Exército reconheceram o valor dos soldados cativos e rapidamente aderiram, de formas variadas, ao abolicionismo. Além disso, a guerra obrigou o Brasil a mostrar sua cara a aliados e inimigos, e a forte presença da escravidão, inclusive entre os soldados, envergonhava a todos. Como argumentou José Maria Paranhos, futuro Rio Branco, que se manifestara contra os projetos abolicionistas nos anos 1860 e mudara de opinião durante o conflito, “a permanência desta instituição odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro”<sup>325</sup>. Assim que o Paraguai foi definitivamente derrotado, o conde D’Eu, comandante em armas do Exército naquele momento, aboliu de vez a escravidão no território paraguaio, aumentando ainda mais o constrangimento em relação à contradição em que vivíamos. D. Pedro II, enfim, voltou sua atenção para a questão servil e o escolhido para liderar a empreitada foi o próprio Paranhos, tornado Presidente do Conselho de Ministros. Ele encaminhou um projeto de libertação do ventre em 1871 que, segundo José Murilo de Carvalho, gerou “os debates mais longos e violentos que jamais houve”<sup>326</sup> na Câmara. Rio Branco esperava oposição, mas foi surpreendido pela sua virulência: “Nunca pensei (...) que da parte daqueles que tendem antes a conservar o *status quo* do que a modificá-lo, se levantassem tantas apreensões,

---

<sup>324</sup> NABUCO, JOAQUIM. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010. p. 75.

<sup>325</sup> Citado por ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 54.

<sup>326</sup> CARVALHO, Op. Cit., p. 135.

tanta celeuma”<sup>327</sup>. Como se sabe, a lei foi aprovada e eliminou a reprodução natural da escravidão, colocando o fim do escravismo em um horizonte muito mais próximo.

#### 4.3.1 Escravismo e abolição nos romances

Foram esses fatores que levaram a uma transformação radical da representação dos escravos nos romances, como pode ser notado em observação rápida da Tabela 5.

**Tabela 5 - Escravidão no romance de 1860-1879**

Romance	Ano	Referências a escravos	Alforrias
A viuvinha	1860	1 a 5	
Paulo	1861	1 a 5	
Lucíola	1862	1 a 5	
Diva	1864	1 a 5	
Culto ao dever	1865	0	
Memórias de um pobre diabo, por Aristóteles de Souza	1868	1 a 5	
Memórias do sobrinho do meu tio	1868	6 a 10	
A luneta mágica	1869	6 a 10	
Nina	1869	6 a 10	
Vitimas algozes	1869	+ 100 (sem os protagonistas)	1
A namorada	1870	11 a 15	
A pata da gazela	1870	11 a 15	
A Família Agulha	1870	46 a 50	
O Tronco do Ipê	1871	71 a 80	2
Um noivo a duas noivas	1871	6 a 10	
A misteriosa	1872	1 a 5	
Lágrimas do coração - Manuscrito de uma mulher	1872	1 a 5	
Os quatro pontos cardeais	1872	21 a 25	
Ressureição	1872	6 a 10	
Sonhos d'ouro	1872	41 a 45	

<sup>327</sup> Citado por ALONSO, Op. Cit., p. 56.

Aspásia	1873	0	
A mão e a luva	1874	1 a 5	
A escrava Isaura	1875	+ 100 (sem os protagonistas)	1
Ouro sobre azul	1875	11 a 15	
Senhora	1875	31 a 35	
A baronesa do amor	1876	31 a 35	
Helena	1876	21 a 25	
Encarnação	1877	1 a 5	
Ex-homem	1877	6 a 10	1
O homem	1877	1 a 5	
Iaiá Garcia	1878	0	1
Maria do Patrocínio	1879	21 a 25	1

Fonte: BOUCINHAS, 2015.

A maior variação é o primeiro elemento que chama a atenção. Na fase anterior (1840-1860), os escravos apareciam em todos os romances, mas não contabilizamos mais de 30 referências a eles na história<sup>328</sup>. Nas obras escritas entre 1860 e 1880, existem duas em que não ocorre nenhuma menção a cativos, além de *Iaiá Garcia*, um caso intermediário genial típico de Machado de Assis. Neste, já no primeiro capítulo somos apresentados a Raimundo, que

*parecia feito expressamente para servir Luís Garcia. Era um preto de cinquenta anos, estatura mediana, forte, apesar de seus largos dias, um tipo africano, submisso e dedicado. Era escravo e livre. Quando Luís Garcia o herdou de seu pai – não avultou mais o espólio –, deu-lhe logo carta de liberdade. Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para rasgar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o atrevimento; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu.*

*– És livre – disse Luís Garcia –, viverás comigo até quando quiseres.*

<sup>328</sup> Como explicitado no capítulo anterior, trata-se do número de vezes que o narrador chama a atenção para um escravo ou um grupo deles. Um trecho, por exemplo, em que o protagonista conta que possui 30 cativos, conta como uma única referência e não 30. O objetivo é analisar a presença da escravidão no romance e não indicar a quantidade de escravos das personagens.

*Raimundo foi dali em diante um como espírito externo de seu senhor (...). Luís Garcia não dava ordem nenhuma; tinha tudo à hora e no lugar competente.*<sup>329</sup>

Raimundo começa o romance alforriado, mas seu sentimento em relação a isso pega o leitor de surpresa. Esperamos alegria, gratidão, desejo de aproveitar a liberdade, porém encontramos subserviência. Podemos imaginar que essa submissão fosse fruto do conhecimento das dificuldades de um velho africano liberto conseguir se virar sozinho, no entanto, o resultado disso no romance é sua permanência na casa de seu antigo senhor, trabalhando como se ainda fosse cativo. Para reforçar essa situação, diversas vezes as personagens à sua volta e o próprio narrador o chamam de escravo. Cochilo de Machado de Assis? Dificilmente. O autor apontava, já em 1878, que para resolver a questão servil seria necessário muito mais do que a abolição da escravatura. De qualquer maneira, a ausência de referências à escravidão em duas obras e a possibilidade de criar uma situação como a do “escravo alforriado” Raimundo evidencia uma mudança radical. Por um lado, a concentração da propriedade nas mãos de uma reduzidíssima elite, normalmente rural, permitiu aos romancistas criar personagens, mesmo de vida confortável, que não fossem senhores, algo que não encontramos no período anterior. Ao mesmo tempo, o aumento considerável do número de libertos na sociedade, especialmente do Rio de Janeiro, após a Guerra do Paraguai e o empenho da campanha abolicionista também engendrava o contexto do qual nasceu *Iaiá Garcia*.

Importante notar também que, se agora encontramos romances sem escravos, o que não ocorreu no período anterior, em outros o número de referência é significativamente maior do que na fase anterior. Nesta, nunca passaram de 30 as menções à escravidão, enquanto na Tabela 5 elas superaram 50 algumas vezes. A posição política do autor certamente influenciava suas escolhas na hora de desenvolver determinado enredo. As obras de José de Alencar, importante defensor da escravidão, possuem sempre referências a cativos – estão entre as com maior número delas – e, de uma maneira geral, a instituição permanece naturalizada como no período anterior. Há seis passagens com referências explícitas a escravos em *Senhora*, por exemplo, e cinco delas são neutras, conferindo

---

<sup>329</sup> ASSIS, MACHADO. *Iaiá Garcia*. Porto Alegre: L&PM, 2011. p. 52-53.

naturalidade à instituição (“recolheu-se a seus aposentos, onde a esperava a mucama para despi-la”<sup>330</sup>). Apenas uma vez, um deles fala:

*Ordenava ela à mucama que distribuísse pelas outras uns enfeites e vestidos já usados.*

*– Sinhá é muito desperdiçada! Observou a mucama com a liberdade que as escravas prediletas costumam tomar. Não sabe poupar como senhor que traz tudo fechado, até o sabonete!*

*– Não tens que ver, nem tu nem as outras, com o que faz teu senhor! Atalhou Aurélia com severidade.*

*Bem ímpetos sentiu a moça de interrogar a mucama; mas resistiu a esse desejo veemente para conservar o decoro de sua posição e não abaixar-se até a familiaridade com a criadagem.*<sup>331</sup>

No único momento em que se dá voz a uma escrava, ela é repreendida por atrevimento. E isso de forma alguma mancha o caráter da Aurélia, pois a ação é vista como sinal de sua dignidade, pois não se abaixou “até a familiaridade com a criadagem”. Escravidão e liberalismo, no romance de Alencar, como sugeriu Schwarz, continuavam a andar de mãos dadas e nada tinham de antagônicas. Era fundamental para o grupo escravista aparentar que nada mudou e, mais importante, não estimular ações que pudessem desestabilizar a instituição. O próprio Alencar afirmou que o fim da escravidão deveria ser um “fato natural, como foi a sua origem e desenvolvimento. Nenhuma lei a decretou; nenhuma pode derogá-la”<sup>332</sup>. Assim, a caracterização de seus romances estava diretamente ligada ao seu projeto político e sua visão de mundo, como não podia deixar de ser, evidentemente.

O romancista fazia parte de um grupo, liderado por Paulino Soares de Souza, que ficou conhecido como “Emperrado”, pois tentou impedir toda e qualquer medida abolicionista, por mais conservadora que pudesse ser. E, de fato, especialmente antes dos anos 1880, o movimento abolicionista era um produto da elite e, como tal, não pretendia grandes alterações na estrutura social – daí a relevância e originalidade da crítica de

<sup>330</sup> ALENCAR, *Senhora*. Op. Cit., p. 194.

<sup>331</sup> Idem, p. 134.

<sup>332</sup> Citado por ALONSO, Op. Cit., p. 62.

Machado de Assis, em *Iaiá Garcia*. Esse aspecto também pode ser notado nos enredos do período na questão das alforrias. Elas continuaram pouco frequentes nos romances (6 casos num total de 33 obras) e cinco delas foram concedidas pelo proprietário sem exigência de pagamento algum, ou seja, mantinham o foco no senhor e pretensamente demonstravam a sua benevolência. Como vimos no capítulo anterior, havia outras maneiras de se obter a carta de alforria que envolviam mais diretamente a ação do escravo – trabalhar além do exigido, juntar dinheiro e comprar sua liberdade – mas nenhum romancista escolheu enfatizar essa possibilidade. Mesmo o único exemplo de cativo que paga a sua liberdade, a protagonista de *A escrava Isaura*, o dinheiro foi acumulado pelo seu pai, que era livre, e imposto ao proprietário por Álvaro, milionário abolicionista da boa sociedade e, claro, apaixonado por Isaura. No recorte dessa pesquisa, só há um caso de cativo pagando sua alforria com fruto do seu próprio esforço, e mesmo assim uma passagem rápida em torno de uma personagem absolutamente secundária. Trata-se da ama de leite de Amâncio, de *Casa de Pensão*, publicado em 1883, que

*tão carinhosa, tão solícita se mostrou, que o senhor, quando o filho deixou a mama, consentiu em passar-lhe a carta de alforria por seiscentos mil-réis, que ela ajuntara durante quinze anos. Mas a preta não abandonou a casa de seus brancos e continuou a servir, como dantes; menos, está claro, no que dizia respeito aos castigos, porque a desgraçada, além de forra ia já caindo na idade.*<sup>333</sup>

Não sei se há na literatura do Segundo Império outro exemplo de liberdade comprada pelo próprio escravo, bem como não existem libertos que se tornam bem sucedidos, sendo que as duas situações ocorriam, ainda que não de forma corriqueira, de acordo com a historiografia recente. Num certo sentido, portanto, mesmo os romances abolicionistas do período, que analisaremos a seguir, possuem um tom conservador, pois mantêm o controle de todo o processo nas mãos da elite proprietária. Apesar disso, por outro lado, surgiram os primeiros enredos protagonizados por cativos, o que configurou um avanço importante para o romance nacional e foi produto direto do crescimento do sentimento abolicionista e da organização do movimento a seu favor.

---

<sup>333</sup> AZEVEDO, ALUÍSIO. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ateliê, 2014. p. 78.

### 4.3.2 Vítimas algozes

O primeiro caso foi *Vítimas Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1869, antes do fim definitivo da Guerra do Paraguai, mas depois da referida Fala do Trono de 1867 e da resposta enérgica de José de Alencar no ano seguinte, ou seja, em um contexto em que a escravidão tinha entrado na pauta dos assuntos do dia e cada vez mais pessoas se apresentavam para criticá-la. Um deles foi Joaquim Manuel de Macedo, que na verdade retomou uma reflexão que já havia feito no período anterior, alterando a ênfase. Em *Os dois amores*, de 1848, o narrador alerta o público que a indiferença da elite política em relação ao estrato mais baixo da sociedade levaria a uma revolta, onde este “levantará a cabeça, orgulhoso como um leão e terrível como um tigre”<sup>334</sup>; em *Vítimas Algozes*, além de passar a focar o perigo escravo, o autor mudou também a sua estratégia e, ao invés de simplesmente enunciar o risco do comportamento excludente do governo, resolveu também contar histórias verossímeis que evidenciassem aquela situação alarmante que queria denunciar. Aos olhos do leitor de hoje tudo soa bastante didático, mas em relação ao romance de 1848 o ganho literário foi enorme, bem como o impacto junto ao público.

Trata-se, na verdade, de três pequenos romances independentes entre si, mas todos estruturados da mesma forma e com objetivo idêntico: mostrar ao leitor que a escravidão levava o cativo a um comportamento violento, colocando em risco a “boa sociedade”. Assim, o argumento abolicionista de Macedo tinha pouco de inclusivo e não demonstra nenhuma preocupação com o futuro dos ex-escravos após o fim do cativeiro. Não importa aqui se esta era a opinião do autor ou apenas uma estratégia de convencimento, mas não vemos o tipo de comentário cético sobre as alternativas dos escravos como em *Iaiá Garcia*. A primeira história se chama *Simeão, o crioulo*, e começa apresentando o cotidiano de uma pequena venda de interior, novamente se aproximando do mundo dos livres pobres com uma acuidade que só ele mesmo, no início de *Os dois amores*, e Manuel Antônio de Almeida, em *Memórias de um sargento de milícias*, foram capazes de alcançar, com a importante diferença de que o enfoque de Macedo neste caso é abertamente negativo e

---

<sup>334</sup> MACEDO. *Os dois amores*, Op. Cit., loc. 27486.

preconceituoso. No entanto, rapidamente descobrimos que essa descrição apenas introduz o problema central do enredo, pois, segundo o narrador, a venda é frequentada pelos escravos locais, que a frequentam para beber, reclamar e até planejar revoltas:

*De ordinário, pelo menos muitas vezes, é nessas reuniões, é nesse foco de peste moral que se premeditam e planejam os crimes que ensanguentam e alvoroçam as fazendas. Na hipótese de uma insurreição de escravos, a venda nunca seria alheia ao tremendo acontecimento.*

*Todavia tolera-se a venda (...).*

*Porquê?...*

*É que se proibissem a venda, de que trato, se lhe fechassem a porta, se lhe destruíssem o teto, ela renasceria com outro nome, e, como quer que fosse, e, onde quer que fosse, havia de manter-se, embora dissimulada e abusivamente.*

*A lógica é implacável.*

*Não é possível que haja escravos sem todas as consequências escandalosas da escravidão: querer a úlcera sem o pus, o cancro sem a podridão é loucura<sup>335</sup>.*

O recado é claro e a linguagem do narrador, dura. A utilização da metáfora da escravidão como “cancro” não era original, mas extremamente significativa, já que havia sido usada por José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823, em uma representação para a Assembleia Constituinte. O narrador, a partir desse momento, começa um enorme discurso sobre a ameaça escrava e suas causas, que remetem diretamente ao recurso narrativo já usado em *Os dois amores*, abordando a escravidão com uma crueza provavelmente inédita na literatura nacional até aquele momento. Até mesmo a crença amplamente aceita da suposta passividade do escravo brasileiro devido ao bom tratamento recebido de seus senhores é atacada:

*Porque o escravo, por melhor que seja tratado, é, em regra geral, pelo fato de ser escravo, sempre e natural e logicamente o primeiro e mais rancoroso inimigo de seu senhor.*

*O escravo precisa dar expansão à sua raiva, que ferve incessante, e esquecer por momentos as horas as misérias e os tormentos insondáveis da escravidão; é na*

---

<sup>335</sup> MACEDO, JOAQUIM MANUEL. *Vítimas algozes*. In: MACEDO, Op. Cit., loc. 11514.



*venda que ele se expande e esquece; aí o ódio fala licencioso e a aguardente afoga em vapores e no atordoamento a memória*<sup>336</sup>.

Não se trata de negar o bom coração dos senhores brasileiros, algo reforçado pelas histórias do romance e explicitado pelo narrador, mas sim os seus imaginados benefícios. No capítulo 2, começa a história propriamente dita, que vai ilustrar a tese/ameaça explicitada na abertura da obra, e surge o protagonista Simeão. Africano de uns vinte anos, tinha modos “de homem livre”, vestido com asseio e sem mãos e pés calejados, pois fora apadrinhado pela família de seus senhores, sendo assim liberado de trabalhos mais pesados. No entanto, alerta: “A história que vai seguir-se depois dos vinte anos talvez lembre alguma infelizmente mais ou menos semelhante, e cujo horror é somente um dos frutos e dos horrores da escravidão. Sementeira de venenosos espinhos, a escravidão não pode produzir flores inocentes”<sup>337</sup>. A base do argumento de Macedo era de que aquelas terríveis histórias que iria narrar nada tinham de extraordinárias e, por isso, quanto mais reforçasse seu caráter típico da sociedade escravista brasileira, mais sucesso teria.

Filho da ama de leite dos seus senhores e da mesma idade da filha deles, Florinda, Simeão foi criado como seu irmão. Até os oito anos, sequer notou sua condição de escravo, tamanhos eram os benefícios que recebia; depois disso, não comia mais ao lado de seus proprietários nem dormia no quarto de Florinda, mas cresceu “sem hábito de trabalho, abusando muitas vezes da fraqueza dos senhores, sem atingir a dignidade de homem livre, e sem reconhecer nem sentir a absoluta submissão do escravo”<sup>338</sup>. Fica claro que testemunharemos alguma ação violenta de um cativo que tinha tudo para se sentir agradecido, aumentando a força dramática do ato e também a importância da denúncia. Macedo sabia, entretanto, que isso podia fortalecer o argumento de alguns escravistas que, acusando os africanos e seus descendentes de bárbaros, defendiam a manutenção do cativeiro. O narrador não deixa margem para dúvidas e explicita que o problema está na instituição, não nas pessoas:

---

<sup>336</sup> Idem, loc 11532.

<sup>337</sup> Idem, loc. 11593.

<sup>338</sup> Idem, loc. 11601.

*Fora absurdo pretender que a ingratidão às vezes até profundamente perversa dos crioulos amorosamente criados por seus senhores é neles inata ou condição natural da sua raça: a fonte do mal, que é mais negra do que a cor desses infelizes, é a escravidão, a consciência desse estado violenta e barbaramente imposto, estado lúgubre, revoltante, condição ignóbil, mãe do ódio, pústula encerradora de raiva, pantanal dos vícios mais torpes que degeneram, infeccionam, e tornam perverso o coração da vítima, o coração do escravo<sup>339</sup>.*

Aos dezenove anos, ao ser excluído dos banquetes, festas e divertimentos dos seus senhores, até pouco tempo vistos como sua própria família, Simeão foi se tornando ressentido e passou a roubar dinheiro e objetos de valor. Apesar de saberem do fato, todos preferiam fingir que não viam, imaginando que se tratava de coisa passageira, da idade, até que um dia ele foi pego em flagrante. Florinda tentou protegê-lo, mas o escravo foi, pela primeira vez na sua vida, chicoteado. A partir de então, Simeão passou a odiar seus senhores. “Onde há escravos é força que haja açoite. Onde há açoite é força que haja ódio. Onde há ódio é fácil haver vingança e crimes”<sup>340</sup>, ensina o narrador, que termina o capítulo de forma ainda mais direta: “O negro escravo é assim. Se não quereis assim, acabai com a escravidão”<sup>341</sup>.

O comportamento de Simeão piora substancialmente. Certo de que o senhor Ihe deixou a alforria em seu testamento, passa a torcer pela sua morte, a ponto de tardar a chamar um médico quando Ihe foi pedido. Além disso, vela pelo patrão apenas para furtá-lo enquanto descansa e gasta os seus ganhos no jogo e nas bebidas da venda, onde se aproxima de tipos sem caráter. Quando Domingos Caetano, proprietário de Simeão, finalmente morre, a ansiedade do escravo se transforma em desilusão: gozará de plena liberdade somente após a morte da esposa Angélica.

*Foi medonho o desencanto de Simeão, que saiu da sala quase cambaleando, aturdido pelo golpe que recebera.*

*A sua esperança de liberdade despedaçara-se contra os ferros da escravidão.*

---

<sup>339</sup> Idem, loc. 11621.

<sup>340</sup> Idem, loc. 11732.

<sup>341</sup> Idem, loc. 11742.

*O crioulo despertou, saindo de um sonho celeste, e entrou na vigília do inferno.*

*Turvo e como atoleimado, atravessou a cozinha, murmurando automaticamente “escravo... escravo...”<sup>342</sup>*

Sem saber que a família estava decidindo libertá-lo de uma vez, a pedidos de Angélica, Simeão planeja, com companheiros da venda, uma invasão e assalto da casa de seus senhores, seguido do assassinato deles. No momento decisivo, o escravo “levantou o machado, e descarregou sobre a cabeça de Angélica, que morreu sem expirar. O machado partira pelo meio a cabeça da protetora e segunda mãe do assassino”. Seguiu-se uma intensa luta, que leva à morte Florinda, seu marido Hermano e o próprio Simeão. O narrador conclui a história com mais um longo sermão sobre os perigos da escravidão para o escravo e sobretudo para a elite, seu público leitor, conclamando todos a se unirem pela abolição: “É a força santa do carrasco anjo: é a civilização armando a lei que enforque para sempre a escravidão”<sup>343</sup>.

Os outros dois enredos de *Vítimas algozes* abordam tipos diferentes da escravidão brasileira, mas repetem o mesmo esquema narrativo de *Simeão, o crioulo*; assim, podemos passar para o outro romance importante sobre o mundo escravo e, ao mesmo tempo, símbolo inequívoco do movimento abolicionista na literatura brasileira entre 1860 e 1880, *A escrava Isaura*.

#### **4.3.3 A escrava Isaura**

Publicado em 1875, o romance de Bernardo Guimarães segue, num certo sentido, uma estratégia semelhante à de Macedo: evidenciar o perigo que o escravismo representa para a sociedade. A ameaça, entretanto, difere bastante nos dois casos. Guimarães decidiu narrar a vida trágica de uma escrava branca, injustamente mantida no cativeiro e, punição maior, impedida de se casar com a pessoa amada. Ainda que muitas interpretações desse argumento central sejam possíveis, algo que não escapava ao público da época era o amplo

---

<sup>342</sup> Idem, loc. 12399.

<sup>343</sup> Idem, loc. 12627.

alcance da escravidão, capaz de atingir mesmo uma moça de pele clara e de bons modos como Isaura – e, de alguma forma, como a leitora do romance. A descrição da protagonista certamente produzia identificação de Isaura com as mulheres da elite:

*Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenham-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda a análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor de rosa desmaiada.*<sup>344</sup>

Isaura, além de traços físicos europeus, teve também uma criação diferenciada, como vemos pelo fato de saber tocar piano, instrumento que melhor simbolizava a boa sociedade. Ela era filha de um feitor português com uma “linda mulata”, que morreu cedo devido aos maus tratos do seu senhor, o comendador, indignado pelas recusas da escrava às suas investidas sexuais. A mulher do comendador, triste pela perda de sua mucama favorita, se apiedou e resolveu criar Isaura como uma filha, ela mesma ensinando a “a ler e escrever, a coser e a rezar. Mais tarde procurou-lhe também mestres de música, de dança, de italiano, de francês, de desenho, comprou-lhe livros, e empenhou-se enfim em dar à menina a mais esmerada e fina educação”<sup>345</sup>. Tanto zelo deveria tê-la levado a, pelo menos, tentar libertar Isaura, mas a docilidade do escravismo brasileiro tinha limites nítidos, como fica claro pela conversa entre a senhora de Isaura e sua nora:

*– Por que razão não libertam esta menina? – dizia ela um dia à sua sogra. – Uma tão boa e interessante criatura não nasceu para ser escrava.*

*– Tem razão, minha filha, - a respondeu bondosamente a velha; - mas o que quer você?... não tenho ânimo de soltar este passarinho que o céu me deu para me consolar e tornar mais suportáveis as pesadas e compridas horas da velhice. E também libertá-la para que? Ela aqui é livre, mais livre do que eu mesma, coitada de mim, que já não tenho gostos da vida nem forças para gozar da liberdade. Quer que eu solte a minha patativa? E se ela transviar-se por aí, e nunca mais acertar com a*

<sup>344</sup> GUIMARÃES, BERNARDO. **A escrava Isaura**. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 13.

<sup>345</sup> Idem, p. 19.

*porta da gaiola? ... Não, não, minha filha; enquanto eu for viva, quero tê-la sempre bem pertinho de mim, quero que seja minha, e minha só. Você há de estar dizendo lá consigo – forte egoísmo de velha! – mas também eu já poucos dias terei o cuidado de deixar-lhe um bom legado.*

Até aqui, repete-se a situação de *Vítimas algozes*: uma escrava tratada, na superfície, como parte da família, sem que isso apagasse a humilhante situação de ser vista como uma propriedade. No entanto, se Macedo queria gerar medo na elite apontando ações violentas dos cativos que se revoltam, Guimarães pretendia tocar o coração das leitoras fazendo-as sofrer como se fossem a própria Isaura. Por isso, o autor lançou mão de um vilão, Leôncio, que atormenta a vida de Isaura por todo o romance. Sua caracterização logo no início do romance não deixa espaço para dúvida: filho do comendador, “mau aluno e criança incorrigível, turbulento e insubordinado”<sup>346</sup>, abandonou as escolas de Medicina e Direito e mudou-se para a Europa, onde não fez mais do que gastar o dinheiro paterno. Quando retornou ao Brasil para administrar a fazenda do pai, “começou a prestar atenção à extrema beleza e às graças incomparáveis de Isaura”<sup>347</sup>, passando a fazer investidas frequentes, apesar das sucessivas recusas da própria escrava. Vendo-a como sua propriedade, não aceitava a rejeição e foi se tornando cada vez mais audaz e mesmo violento. Como definiu o narrador, “Leôncio era um digno herdeiro de todos os maus instintos e da brutal devassidão do comendador”<sup>348</sup>. Para o enredo funcionar como peça abolicionista, a escravidão precisava se mostrar injusta, comovendo assim a leitora. Para isso, o autor envolveu o pai de Isaura, usando mais uma vez tintas fortes na apresentação da personagem:

*Miguel era filho de uma nobre e honrada família de miguelistas, que havia emigrado para o Brasil. Seus pais, vítimas de perseguições políticas, morreram sem ter nada que legar ao filho, que deixaram na idade de dezoito a vinte anos. Sozinho, sem meios e sem proteção, viu-se forçado a viver do trabalho de seus braços,*

---

<sup>346</sup> Idem, p. 16.

<sup>347</sup> Idem, p. 21.

<sup>348</sup> Idem, p. 21.

*metendo-se a jardineiro e horticultor, mister este, que como filho de labrador robusto, ativo e inteligente, desempenhava com suma perícia e perfeição*<sup>349</sup>.

A trajetória de Miguel nos remete mais uma vez aos folhetins mais idealizados, como *Romance dum rapaz pobre*, onde o autor busca atingir o público apelando para seus sentimentos, deixando de lado a verossimilhança socioeconômica. Um membro da nobreza se vendo obrigado a trabalhar de jardineiro e, sem mais nem menos, realizando a tarefa com destreza atingia diretamente a imaginação do leitor, que sonhava com essa mobilidade social perfeita, para cima e para baixo, mas só a encontrava nos folhetins. E, mais importante, capturava a atenção do público e aumentava o valor da ação do pai, descrita a seguir. Apesar da repulsa de Miguel pelo comendador, visitava-o constantemente implorando para que colocasse um valor sobre Isaura, para poder comprá-la. Depois de muito recusar, “para se ver livre das importunações e súplicas de Miguel”<sup>350</sup>, estabeleceu o preço de dez contos de réis e o prazo de um ano. Trata-se de soma totalmente irreal, quase dez vezes o valor de mercado, como bem sabiam os leitores da época, intensificando ainda mais a tragédia do pai e da filha. Como era de se esperar, “à força de trabalho e economia, impondo-se privações, vendendo todo o supérfluo, e limitando-se ao que era estritamente necessário”<sup>351</sup>, ele conseguiu reunir metade da quantia pedida e obteve o restante mediante um empréstimo de seu patrão. Levou-a para Leôncio, que sabia da promessa do pai, mas disse que não podia negociar em seu nome; após a morte do comendador, sem qualquer outro motivo legítimo, foi “protelando indefinidamente o cumprimento de seu dever, assentou de afrontar com cínica indiferença e brutal sobranceira as justas exigências e exprobrações de Malvina”<sup>352</sup>, esposa de Leôncio, que também advogava em favor de Isaura, por ciúme.

A partir desse ponto, a tragédia da protagonista vai se aprofundando continuamente. Louco de desejo por ela, Leôncio vai lhe impondo cada vez mais severas punições, de trabalhos fatigantes a castigos violentos. Nesses momentos, há diversas cenas de Isaura com

---

<sup>349</sup> Idem, p. 36.

<sup>350</sup> Idem, p. 37.

<sup>351</sup> Idem, ibidem.

<sup>352</sup> Idem, p. 48.

outros cativos, principalmente mulheres, que apresentam personalidades bastante diferenciadas, sendo uma invejosa, outra solidária, outra mais obediente, variedade também ausente nos romances brasileiros até então. Normalmente, diferenciava-se a escravaria apenas entre leais e desleais, mas Bernardo Guimarães, ainda que de forma incipiente, constrói personagens escravas com temperamentos próprios, além de dar mais atenção ao cotidiano da escravidão doméstica, mostrando que também ele podia ser opressor. Os detalhes do desenrolar da trama não importam tanto aqui, sendo bastante característica dos folhetins da época. Depois de muito sofrimento, Isaura foge com seu pai para Recife, onde frequentam a boa sociedade local sem causar nenhum estranhamento, para além do fato de serem novos na cidade, repetindo a falta de cuidado com o processo de adaptação necessária para alguém de fato frequentar as altas rodas, que vimos em *Senhora*. Nesse momento, Isaura conhece Álvaro, rico, de família distinta e abolicionista radical – talvez o primeiro do romance brasileiro – que se apaixona por Isaura e, no fim das contas, força Leôncio a vender Isaura e casa-se com ela.

A diferença entre Macedo e Guimarães é de estilo, claro, mas também resultado do crescimento do movimento abolicionista. Escrevendo no momento em que o tema surgia como uma pauta nacional, em 1868, Macedo foi mais conservador, tentando convencer a elite através do medo; já Guimarães, publicando em 1875, já pegava o debate estabelecido e a sociedade começando a se polarizar em torno dele, o que lhe permite pronunciar-se claramente a favor de uma escrava, ainda que de feições e modos elitizados. No entanto, há entre os dois casos um elemento comum ainda não mencionado. Nas duas obras abolicionistas analisadas, talvez as mais importantes de todo o período de que trata este capítulo, a expectativa frustrada de alforria exerce um papel fundamental nos dois enredos: ela impulsiona os protagonistas para a ação – seja a fuga de Isaura, seja o assassinato cometido por Simeão. Isso aponta para um entendimento tácito sobre a legitimidade da libertação dos escravos que, no fundo, é um tipo específico de ascensão social. Como vimos, era impossível negar o movimento ascendente da época, o que forçou os autores a prestar mais atenção aos novos grupos sociais e às suas tentativas de obter prestígio. De alguma forma, algo semelhante ocorreu em relação à escravidão. Havia determinadas alforrias que eram tão legítimas aos olhos de todos que qualquer tentativa de anulação ou mesmo adiamento colocava o senhor em uma situação arriscada. Isso não era percebido apenas

pelos autores, mas também pelos próprios cativos, como se pode notar pelo aumento de ações de liberdade na Justiça, normalmente ao lado de advogados abolicionistas, sob o argumento de cativo injusto<sup>353</sup>.

A questão servil pautou boa parte da sociedade brasileira a partir dos anos 1860 e, conseqüentemente, dos romancistas do período. A forma de posicionamento variava bastante, sendo alguns mais explícitos, como Macedo, outros agindo por meio de sugestões, como Machado de Assis; uns contra, como Bernardo Guimarães, outros a favor, como José de Alencar; mas era quase impossível escapar inteiramente do debate. Vimos como isso se manifestou até mesmo na quantidade de referências a escravos nos romances. Se entre 1840 e 1860 eles apareceram sempre, porque era difícil tratar da vida cotidiana do Rio de Janeiro sem mencioná-los, ainda que de passagem, muitas vezes eram poucas menções, mesmo quando os protagonistas pertenciam à alta sociedade, talvez porque os autores não estivessem preocupados com a questão, algo que mudou na fase seguinte. Se o romancista defendia a tese de que a sociedade brasileira precisava da escravidão, fazia sentido mostrar sua onipresença e ressaltar a importante função que exerciam na vida das personagens; por outro lado, o aumento das menções a escravos também era devido a um novo tipo de obra, explicitamente abolicionista, que pretendia ressaltar a injustiça e a ameaça que a escravidão representava para todos, com objetivo de arregimentar mais simpatizantes para o movimento. Paralelo a isso, tornou-se possível também criar histórias sem a presença deles, já que se tornavam cada menos presentes no cotidiano urbano carioca, devido ao aumento do preço. Permeando as ações dos escravos, estava o sonho da alforria e de uma vida melhor, ou seja, de ascensão social, algo que também passou a ser aspiração de uma camada média até então acomodada com sua situação intermediária. Tudo isso refletiu diretamente nos romances, que finalmente começaram a ter a (vontade de) ascensão como centro do enredo, o que não acontecera até então. No entanto, os autores se fixaram num tipo de aproximação do tema pouco realista, mais próximo dos folhetins típicos do que de Balzac ou Stendhal. Um tema espinhoso e que podia levantar objeções de todos os lados apareceu nos romances de forma idealizada, talvez como defesa contra a rejeição da boa

---

<sup>353</sup> CHALHOUB, SIDNEY. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



sociedade, que formava parte significativa do público leitor daquele momento. A virada da Monarquia para a República mostraria um novo caminho.

## CAPÍTULO 5 - APROFUNDAMENTOS 1880 – 1889

### 5.1 Movimento abolicionista

*Domingo de manhã, a banda tocava na porta da Gazeta da Tarde. Profissionais liberais, estudantes, jornalistas, artistas, ex-escravos, senhoras e crianças se aglomeravam. Depois, procissão cívica pelo centro, com banda, bandeira e abolicionistas rumo ao Polytheama, emoldurado de flores e lâmpadas elétricas. Teatro lotado, com o panteão abolicionista na parede – retratos de Rio Branco e Luís Gama - e curiosos no jardim, o evento começou. Os diretores da Confederação Abolicionista, ovacionados, marcharam pelo corredor, seguidos dos estandartes das associações abolicionistas da Corte e de representantes das cearenses. No palco, sentaram-se em tronos dourados, espaldar alto, cercado de jardineiras. (...)*

*Naquele 25 de março de 1884 abriam-se três dias de celebração da maior proeza do movimento, uma província inteira libertada [o Ceará]. Nos últimos cinco meses, a Confederação Abolicionista trabalhara para espetacularizar a data, hipérbole dos cinco anos de conferências-concerto e meses da campanha de libertação de territórios. Esforço que se concentrou em libertar quarteirões na cidade do Rio, com foco na rua do Ouvidor. Festas preparatórias no Recreio Dramático, com retratos dos líderes cearenses e atos em pleno Passeio Público. A Gazeta da Tarde fez contagem regressiva, demandou e listou doações: lenço de cambraia, madreperolas, joias, almofadas de cetim, papagaio de vidro limpa-penas e o cônico retrato autografado da celebridade abolicionista francesa, Victor Hugo. Prendas para leilões, loterias, quermesses, rifas, bazares, que renderam a Confederação Abolicionista, na contabilidade meticulosa de Rebouças, a vultuosa quantia de 15:065\$560 réis (quinze contos sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta réis).<sup>354</sup>*

A década de 1880 caracterizou-se pelo auge do abolicionismo, o maior movimento social da história brasileira até então. Com raízes nas décadas anteriores, foi nos últimos anos da Monarquia que ele se tornou verdadeiramente popular e chegou às ruas, como vemos pelo evento descrito acima, um dos maiores realizados, mas longe de ser o único

---

<sup>354</sup> ALONSO, ANGELA. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 226-227.

exemplo do tipo. Segundo Angela Alonso, foram mais de quinhentas manifestações no espaço público somente em 1884, sendo que muitas vezes um ato desdobrava-se em vários outros, como as conferências-concerto, que ocorriam em teatros, mas eram precedidas por concentrações em jardins e sucedidas por serenatas, quermesses, feiras. A Confederação Abolicionista listou, entre as estratégias de mobilização daquele ano, desfiles, cortejos, paradas, procissões cívicas, marchas e *meetings* à inglesa, a céu aberto.<sup>355</sup> A força do movimento pode ser medido também pelo que se seguiu ao assassinato do mulato Apulco de Castro, conhecido abolicionista radical, pela polícia, também em 1884. Na noite da morte, uma multidão “destruiu postes, ateou fogo a barris de na tua do Ouvidor e, apesar da repressão da cavalaria, cercou o prédio onde o gabinete se reunira às pressas, obrigando os ministros a usar a pouca honrosa saída pelos fundos”<sup>356</sup>. A polícia proibiu velório público, mas a missa de sétimo dia, organizada pela Sociedade Abolicionista Luso-Brasileira, do qual Apulco era membro, teve mais de mil pessoas. Por medo de distúrbios, o governo mandou o comércio baixar as portas.

### 5.1.1 Escravos no romance

**Tabela 6 - Escravidão no romance entre 1880 e 1889**

Romance	Ano da 1ª edição	No. de referências a escravos	Alforria
A madrasta	1880	1 a 5	sim
Memórias Póstumas de Brás Cubas	1881	16 a 20	1
Memórias de um condenado (Condessa Vesper)	1882	1 a 5	
Amores de um médico	1882	5 a 10	sim
Girândola de Amores (ou Mistério da Tijuca)	1882	31 a 35	1
O marido da adúltera	1882	11 a 15	
Casa de Pensão	1883	36 a 40	1
Aurélia	1884	6 a 10	
Duas irmãs	1884	1 a 5	

<sup>355</sup> Idem, p. 230.

<sup>356</sup> Idem, p. 234.

Filomena Borges	1884	0	
Uma vítima	1884	1 a 5	
O Coruja *	1885	?	
Casa Velha	1886	1 a 5	
O Ateneu *	1888	?	
O Lar	1888	61 a 70	1
Memórias de Marta	1889	6 a 10	
Quincas Borba	1889	1 a 5	
O Cortiço	1890	11 a 15	

Fonte: BOUCINHAS, 2015.

De acordo com a Tabela 6 acima, percebe-se que o número de referências a escravos continua oscilando bastante, variando de nenhuma até mais de sessenta, algo já encontrado no período anterior. No entanto, há diferenças importantes. Os dois romances que estão marcados com um asterisco, *O Coruja* e *O Ateneu*, fazem referências a criados, mas não foi possível ter certeza se eram livres ou não. “Criados”, nos romances da fase 1840-1880, eram sempre escravos, e mais à frente os mesmos eram chamados de cativos ou recebiam um tratamento que não deixava dúvidas sobre sua condição. Aqui, essa certeza desaparece, devido à mudança no contexto. Nos anos 1880, boa parte da elite carioca já se desfizera de seus escravos e, inclusive, passou a ser vista com maus olhos a manutenção de africanos ou descendentes ocupando tarefas domésticas, o que era a regra quinze anos antes. Outra distinção se dá na questão das alforrias. Nos romances dos anos 1880, um terço deles narra algum tipo de alforria, enquanto no período 1860-1880 essa proporção era de somente 18%, praticamente a metade do período posterior. Nas duas obras onde está escrito “sim” na coluna de alforria, *A madrasta* e *Amores de um médico*, houve uma libertação em massa de escravos devido ao falecimento do proprietário, seja pelo desejo do próprio em testamento ou por decisão dos herdeiros. Além disso, como já foi comentado no capítulo anterior, em *Casa de Pensão* (1883) há a única referência encontrada nesta pesquisa a uma alforria comprada com o dinheiro do trabalho do próprio escravo, algo que ocorria com alguma frequência no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, mas que está ausente da literatura nacional oitocentista.

Curiosamente, porém, os grandes romances abolicionistas foram produzidos nos anos 1860 e 1870, apesar de o movimento ter alcançado o auge na última década do Império. Talvez pelo fato de o abolicionismo ter se radicalizado e buscado o apoio das massas, os romances podem ter parecido um meio pouco prático, já que atingia um grupo seletivo. Se for este o caso, eles podem ter exercido um papel fundamental, de vanguarda, de conscientização de uma determinada elite – os próprios escritores – que agora passavam a mensagem adiante por outros meios. Os panfletos devem ter parecido um meio mais eficaz, e, de fato, inúmeros deles foram publicados pelas diversas organizações abolicionistas ou mesmo por iniciativa individual. Outra alternativa aos romances foi a poesia, que podia ser declamada em público e produzir uma resposta imediata. *Vozes d'África* e *Navio Negreiro*, de Castro Alves, talvez as mais importantes obras literárias abolicionistas do Brasil, foram publicadas pela primeira vez em 1880. Em 1883 saiu também outro marco decisivo do movimento, *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, que buscava aliados tanto na elite nacional como na Europa e, ao mesmo tempo, desejava consolidar a liderança do autor no movimento. O fato de ele ter escolhido produzir um texto analítico para realizar esses objetivos demonstra que a utilização dos romances foi relegada a um segundo plano, por não se encaixar nas exigências daquele momento.

Por outro lado, como o abolicionismo foi se tornando cada vez mais aceito pelo público leitor, encontramos críticas à escravidão no meio de passagens que tratam de outros assuntos, quase como se não fosse mais necessário convencer o público disso. Em *Casa de Pensão*, o narrador, comentando o mau tratamento que o pai de Amâncio dava a ele, afirma que “os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de ‘endireitar os filhos’”<sup>357</sup>. O romance também reflete o desmoronamento da escravidão na Corte, pois o protagonista possui um escravo que desapareceu e trata disso como um evento normal, quase sem solução, mesmo sabendo que ele poderia render “40 mil réis mensais” se fosse alugado<sup>358</sup>.

Como crítica à escravidão, poderíamos citar o famosíssimo trecho de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que o protagonista-narrador encontra Prudêncio, antigo

---

<sup>357</sup> AZEVEDO, ALUÍSIO. *Casa de pensão*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014. p. 73.

<sup>358</sup> Idem, p. 242.

escravo da família, alforriado por seu pai em testamento. Brás está caminhando pelo Valongo quando vê que “um preto que vergalhava outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: – Não, perdão, meu senhor! (...) Mas o primeiro não fazia caso, e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova. – Toma, diabo! Dizia ele; toma mais perdão, bêbado!”<sup>359</sup> Brás usa sua autoridade de ex-proprietário e pede que Prudêncio perdoe o erro daquele escravo, no que é prontamente atendido, talvez pelo medo de uma reescravização que levava muitos alforriados a manterem uma atitude respeitosa e até mesmo submissa em relação a seus antigos senhores. O mais importante aqui, porém, é a reflexão do narrador após essa cena:

*Externamente, era torvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!*<sup>360</sup>

Somente a hipocrisia do defunto narrador, composta com maestria por Machado de Assis, permite dizer que a conclusão do episódio era “gaiata” e “fina”. Trata-se de um golpe certeiro na escravidão, por um lado denunciando a violência e a desfaçatez dos senhores, por outro, apontando as implicações da disseminação de sua lógica pela sociedade, uma vez que um liberto, quando podia, adquiria um escravo para si e aplicava, em seu cativo, o comportamento bárbaro que havia recebido. Sutil, neste caso, apenas o autor, que conseguiu escrever umas das críticas mais duras ao escravismo e, ainda assim, receber acusações de não representar a sociedade brasileira em suas obras, ou mesmo de não se pronunciar nela a favor da abolição.

---

<sup>359</sup> MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas**. v1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. p. 581-582.

<sup>360</sup> Idem, p. 582.

## 5.2 Diversificação no romance

Além do fortalecimento do movimento abolicionista, o crescimento da cidade também se intensificou, como vemos na Tabela 7<sup>361</sup>.

**Tabela 7- População do município do Rio de Janeiro, 1872, 1882 e 1890**

<b>Anos</b>	<b>1872</b>	<b>1882</b>	<b>1890</b>
População total	274.972	300.000	522.651

Fonte: HALLEWELL, LAURENCE. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 202.

De 1872 para 1890, a população quase dobrou de tamanho, aprofundando o amplo leque das questões ligadas a esse processo, como a multiplicação de trabalhos urbanos bem remunerados, aumentando e reforçando os novos grupos ligados a certos ofícios, que almejavam mais prestígio na sociedade e maior acesso à burocracia do Estado e aos postos políticos de maior importância. Todo esse quadro, examinado no capítulo anterior, havia levado a mudanças nos romances dos anos 1860/1870, que em alguns sentidos também se radicalizaram na última década da Monarquia.

---

<sup>361</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005, p. 202. O autor afirmou que os dados da população de 1880 são uma aproximação e os outros são resultados do censo.

Tabela 8 - Ascensão social no romance entre 1880 e 1889

Romance	Ano	Ambiente do romance	Ascensão social interfere no enredo principal	Ascensão social em secundários
A madrasta	1880	elite		
Memórias Póstumas de Brás Cubas	1881	elite		sim
Memórias de um condenado (A condessa Vésper)	1882	elite		sim
Amores de um médico	1882	elite		
Girândola de Amores (ou Mistério da Tijuca)	1882	elite		
O marido da adúltera	1882	camada média		
Casa de Pensão	1883	camada média		
Aurélia	1884	elite		
Duas irmãs	1884	elite	sim	
Filomena Borges	1884	elite	sim	
Uma vítima	1884	elite		
O Coruja	1885	camada média	sim	
Casa Velha	1886	elite		
O Ateneu	1888	elite		
O Lar	1888	camada média		
Memórias de Marta	1889	camada média		
Quincas Borba	1889	elite	sim	sim
O Cortiço	1890	humilde	sim	

Fonte: BOUCINHAS, 2015.

Também em relação aos romances, o que vemos é o aprofundamento de tendências encontradas no período anterior (1860-1880). Continuam existindo enredos focados no mundo da alta sociedade, como *A madrasta*, *Aurélia* ou *Uma vítima*; e de inspiração “folhetinesca”, preocupados em mexer mais com as fantasias do leitor do que com a verossimilhança socioeconômica, como *A condessa Vesper*. Por outro lado, temos mais casos de personagens de camadas médias, ou seja, daqueles grupos urbanos que podem ser vistas como elite, se pensarmos o país como um todo, mas que se viam alijadas das principais oportunidades e dos centros de decisão do Estado. Temos, por exemplo, a filha de um engenheiro casada com um advogado não muito bem sucedido em *O marido da adúltera*; uma professora filha de empregado público em *Memórias de Marta*; ou um funcionário do Tesouro Nacional, em *O lar*. Mais importante do que isso, os romances de fato procuram



representar a vida desses grupos em suas peculiaridades, sendo o maior exemplo disso *Casa de Pensão*, de Aluísio de Azevedo, publicado em 1883. O protagonista, Amâncio, é um jovem da elite maranhense, recém-chegado à Corte para estudar medicina, que se hospeda na casa de pensão que dá nome à obra. Sobre ela, “até se dizia à boca cheia que, por mais de uma vez, já se hospedaram verdadeiras celebridades, e eram todos de acordo em que no Rio de Janeiro ninguém fazia espetadas de camarão tão saborosas”<sup>362</sup>; no entanto, quando Amâncio de fato se muda, encontra um panorama um pouco diferente:

*Coqueiro [dono da pensão] principiou logo, em voz soturna, a denunciar os competentes moradores: – nº 4 – O Campelo, um esquisitão, porém bom sujeito, do comércio (...). Nº 5. – O Paula Mendes e a mulher; casal de artistas, davam lições e concertos de piano e rabeça(...). Nº 6. – Um guarda-livros; bom moço (...), e à noite, quando voltava do trabalho, estudava clarinete. O nº 7 era de um pobre rapaz português; doente (...). O nº 9 era do Melinho – uma pérola! Empregado na Caixa de Amortização; não comia em casa (...). O nº 11, que ficava justamente encostado à janela do corredor, pertencia a um excelente médico, o dr. Correia; estava, porém, quase sempre fechado, visto que o doutor só se utilizava do quarto para certos trabalhos e certos estudos, que, por causa das crianças, não podia fazer em casa da família.*<sup>363</sup>

O simples fato de residirem em uma casa de pensão já bastaria para sabermos que não se trata da alta sociedade da Corte, pois esta possuía seus sobrados; no entanto, o autor fez questão de apontar o ofício dos moradores para termos certeza de que se trata de uma camada intermediária, muito distante do topo da hierarquia social. A única exceção seria o médico, profissão já de grande prestígio no último quartel do século XIX, porém, como Coqueiro fez questão de frisar, este não morava lá e apenas circunstancialmente utilizava o seu quarto. Se *Casa de Pensão* já apresentava originalidade em relação aos tipos sociais retratados, Aluísio Azevedo radicalizou ainda mais em *O cortiço*, único romance do período que foca nas classes populares, e, na verdade, o primeiro com esse viés desde *Memórias de um sargento de milícias*. Apesar desse ponto em comum, o resultado dos dois romances não

---

<sup>362</sup> AZEVEDO, Op. Cit., p. 140.

<sup>363</sup> Idem, p. 158.

poderia ser mais díspar, em parte por causa do tempo que separa a publicação de ambos, 1844 e 1890, e principalmente, por conta da influência do naturalismo em Azevedo. Segundo Antonio Candido, uma premissa geral dessa escola era que uma obra literária devia ser

*essencialmente uma transposição direta da realidade, como se o escritor conseguisse ficar diante dela na situação de puro sujeito em face do objeto puro, registrando (teoricamente sem interferência de outro texto) as noções e impressões que iriam constituir o seu próprio texto.*<sup>364</sup>

Ao lado dessa preocupação com a verossimilhança e a fidelidade descritiva, uma vertente do estilo que teve impacto sobre Azevedo buscava explicar a sociedade a partir de categorias como a raça, que acabavam conduzindo o olhar dos autores á uma visão negativa das classes populares. Ainda de acordo com Candido,

*o Naturalismo foi um momento exemplar, porque viveu a contradição entre a grandiloquência das aspirações liberais e o fatalismo de teorias então recentes e triunfantes, com base aparentemente científica, que pareciam dar um cunho de inexorável inferioridade às nossas diferenças com relação às culturas matrizes.*<sup>365</sup>

Essas duas linhas – a preocupação em retratar as condições de vida de forma precisa e o racismo – convivem no romance. O próprio cortiço ocupa o papel de personagem principal, sendo “o centro de convergência, o lugar por excelência, em função do qual tudo se exprime. Ele é um ambiente, um meio, físico, social, simbólico –, vinculado a certo modo de viver e condicionando certa mecânica das relações”<sup>366</sup>. Representa todo e qualquer cortiço da Corte na década de 1870<sup>367</sup>, momento em que esse tipo de habitação já abrigava grande parte dos segmentos mais pobres da cidade. Azevedo criou uma história em que todas as personagens são afetadas pela condição de moradoras do cortiço, que as levou a um inevitável processo de degradação. Assim como o estabelecimento, também as

---

<sup>364</sup> CANDIDO, ANTONIO. De cortiço a cortiço. In: CANDIDO, ANTONIO. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 105.

<sup>365</sup> Idem, p. 118.

<sup>366</sup> Idem, p. 116.

<sup>367</sup> O enredo parece se passar na década de 1870 porque, apesar de não existir uma datação específica, alguns personagens discutem, logo no início do romance, sobre “o movimento abolicionista que principiava a formar-se em torno da Lei do Rio Branco” (p. 26), de 1871.

personagens humanas são típicas, representando determinados grupos sociais, como *as* prostitutas, *os* capoeiras, *as* lavadeiras, *os* portugueses operários, *as* mulatas etc. Observando a trajetória do personagem Jerônimo, podemos apreender muito da vida das camadas populares. Português, viera para o Brasil para ser “colono de um fazendeiro, em cuja fazenda mourejou durante dois anos, (...) e donde afinal se retirou de mãos vazias e com grande birra pela lavoura brasileira”<sup>368</sup>. Ao chegar a Corte,

*devorado de necessidades e privações, meteu-se a quebrar pedra numa pedreira, mediante um miserável salário. A sua existência continuava dura e precária; a mulher já então lavava e engomava, mas com pequena freguesia e mal paga. O que os dois faziam chegava-lhes apenas para não morrer de fome e pagar o quarto da estalagem.*

*Jerônimo, porém, era perseverante, observador e dotado de certa habilidade. (...) Dentro de dois anos, distinguia-se tanto entre os companheiros, que o patrão o converteu numa espécie de contramestre e elevou-lhe o ordenado a setenta mil-réis.*<sup>369</sup>

Temos então a descrição de um pedreiro trabalhador e competente, casado com uma portuguesa igualmente esforçada. Ao se mudar para o cortiço de João Romão para trabalhar para ele, a atenção de todos volta-se imediatamente para a mobília dos novos moradores. Os poucos e modestos bens do casal português, que são elogiados e invejados por todos, consistiam basicamente em: duas mangas de vidro (“das primitivas”); um velho relógio de parede; uma grande trouxa de santos e palmas bentas; “uma cama que deve de ser um regalo, um toucador com um espelho maior do que aquela peneira”; uma cômoda; e um oratório<sup>370</sup>. O casal é bem recebido e o “prestígio e a consideração que Jerônimo gozava entre os moradores da outra estalagem donde vinha foi pouco a pouco se reproduzindo entre os seus novos companheiros de cortiço”<sup>371</sup>. No entanto, o cortiço acaba corrompendo também os dois imigrantes.

A responsabilidade maior pela “queda” de Jerônimo recai sobre a mulata Rita Baiana, por quem ele se apaixona. Firmo, um brasileiro, também mulato, que havia pertencido a maltas de capoeira, disputa a moça com o galego, criando uma rivalidade intensificada pelas

---

<sup>368</sup> Idem, p. 46.

<sup>369</sup> Idem, ibidem.

<sup>370</sup> Idem, p. 45.

<sup>371</sup> Idem, p. 47.

diferentes nacionalidades. Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*<sup>372</sup>, mostrou como eram comuns os crimes que envolviam rixas entre portugueses e brasileiros das camadas populares. Apesar de o trabalho de Chalhoub ter como recorte temporal a *Belle Époque* do Rio de Janeiro, ele serve como uma ótima indicação de que Aluísio Azevedo estava de fato escrevendo sobre fatos comuns ao cotidiano da Corte. Na primeira situação do romance de conflito direto, a mulata Rita, já enamorada de Jerônimo, “pegou-se em unhas e dentes” com Piedade, a esposa dele. Nesse momento, no cortiço, “dois partidos se formavam (...) em torno das lutadoras; quase todos os brasileiros eram pela Rita e quase todos os portugueses pela outra”<sup>373</sup>. Tudo muda de figura quando,

*no melhor da luta, ouviu-se na rua um coro de vozes que se aproximava das bandas do Cabeça de Gato [nome de um cortiço rival]. Era o canto de guerra dos capoeiras do outro cortiço, que vinham dar batalha aos carapicus [alcunha dos moradores do cortiço de João Romão] (...).*

*Mal os carapicus sentiram a aproximação dos rivais, um grito de alarma ecoou por toda a estalagem e o rolo dissolveu-se de improviso, sem que a desordem cessasse. (...) Um só impulso os impelia a todos; já não havia ali brasileiros e portugueses, havia só um partido que ia ser atacado pelo partido contrário; os que se batiam ainda há pouco emprestavam armas uns aos outros, limpando com as costas da mão o sangue das feridas.*<sup>374</sup>

Em face de uma ameaça maior — no caso, o ataque às suas casas por um cortiço rival — a diferença entre brasileiros e portugueses perde relevância, mas a situação ganha proporções ainda maiores:

*De parte a parte esperavam que o cansaço desequilibrasse as forças, abrindo furo à vitória; mas um fato veio neutralizar inda uma vez a campanha. Imenso rebentão de fogo esgargalhava-se de uma das casas do fundo (...). E agora o incêndio era a valer. (...) Os cabeças-de-gatos, leais nas suas justas de partido, abandonaram o campo, sem voltar o rosto, desdenhosos de aceitar o auxílio de um sinistro e dispostos até a socorrer o*

---

<sup>372</sup> CHALHOUB, SIDNEY. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>373</sup> AZEVEDO, O Cortiço, Op. Cit., p. 139.

<sup>374</sup> Idem, p. 140.

*inimigo, se assim fosse preciso. E nenhum dos carapicus os feriu pelas costas. A luta ficava para outra ocasião.*<sup>375</sup>

Mesmo a rixa entre os cortiços, capaz de suplantar a rivalidade entre portugueses e brasileiros, ficou eclipsada por um problema compreendido por todos como verdadeiramente trágico: a possibilidade de perder não só as moradias, como os seus poucos bens (“O pátio e a rua enchiam-se agora de camas velhas e colchões espocados”<sup>376</sup>). Em um momento grave como esse, todos se dispõem “até a socorrer o inimigo, se assim fosse preciso”. Levantes como a Revolta do Vintém e a Revolta da Vacina<sup>377</sup>, em que a população humilde lutaria unida a despeito de suas diferenças internas, parecem confirmar essa solidariedade de classe, pelo menos em momentos específicos.

Os hábitos da população trabalhadora são revelados na transformação de Jerônimo ao longo da narrativa. O primeiro momento de “afinamento da alma do português pela alma da nova pátria” coincide com o despertar de seu desejo por Rita, mas o narrador indica que o tal abrasileiramento se dava desde a chegada do estrangeiro. Na narrativa, ficamos sabendo dessa ação dos costumes locais quando o português escuta um chorado baiano:

*Jerônimo alheou-se da sua guitarra e ficou com as mãos esquecidas sobre as cordas, todo atento para aquela música estranha, que vinha dentro dele continuar uma revolução começada desde a primeira vez em que lhe bateu em cheio no rosto, como uma bofetada de desafio, a luz deste sol orgulhoso e selvagem, e lhe cantou no ouvido o estribilho da primeira cigarra, e lhe acidulou a garganta o suco da primeira fruta provada nestas terras de brasa, e lhe entonteceu a alma o aroma do primeiro bogari, e lhe transtornou o sangue o cheiro animal da primeira mulher, a primeira mestiça, que junto dele sacudiu as saias e os cabelos.*<sup>378</sup>

---

<sup>375</sup> Idem, p. 141-142.

<sup>376</sup> Idem, p. 142.

<sup>377</sup> Sobre a Revolta do Vintém, ler GRAHAM, SANDRA L. O Motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. *Revista Brasileira de História*. v. 10, n. 20, mar/ago 1991. Sobre a revolta da vacina, ver, entre outros, CHALHOUB, SIDNEY. *Cidade febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; e CARVALHO, JOSÉ MURILO. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>378</sup> Idem, p. 62.

A audição daquela “música estranha” e, logo depois, a visão de Rita dançando foram impactantes, mas somente “continuavam uma revolução começada” anteriormente, provavelmente desde que pisara nestas terras. A partir daquele momento específico, entretanto, a revolução parece se acelerar. Ao ficar doente a ponto de não ir trabalhar — fato raro e gravíssimo para Jerônimo até então —, no dia após a batucada na casa da Rita, o galego dispensa o chá oferecido pela sua esposa Piedade e aceita “uma xícara de café bem forte para beber com um gole de parati”<sup>379</sup>, aconselhado pela mulata. Depois desse episódio, Jerônimo passa a tomar, “todas as manhãs, uma xícara de café bem grosso, à moda da Ritinha, e tragava dois dedos de parati ‘pra cortar a friagem’”<sup>380</sup>. Nada mais significativo do que trocar chá por café e cachaça; mas não poderíamos dizer nada mais *brasileiro*, já que a elite da Corte cada vez mais aderiu ao hábito de tomar chá. A transformação em Jerônimo é completa, levando a um desleixo cada vez maior no trabalho e à mudança em seus hábitos cotidianos, como a substituição da guitarra pelo violão baiano, instrumento bastante utilizado e apreciado pelos moradores do cortiço, onde não há menção a um piano sequer, ou até a armação de uma rede defronte da porta de entrada, exatamente como na casa da Rita.

Antonio Candido sugere que o cortiço, no romance, funciona como alegoria para o próprio Brasil,

*numa visão involuntariamente pejorativa do país, o romancista traduz a mistura de raças e a sua convivência como promiscuidade de habitação coletiva, que deste modo se torna mesmo um Brasil em miniatura, onde brancos, negros e mulatos eram igualmente dominados e explorados por esse bicho papão dos jacobinos, o português ganhador de dinheiro.*<sup>381</sup>

A análise é brilhante, porém, sendo menos ousados na conclusão, poderíamos dizer que o cortiço funciona como alegoria de uma parte do país, das suas classes populares desprezadas pelas elites nacionais, já que estas se viam europeias. O abasileiramento que ocorre em *O cortiço* significa a assimilação das características dos trabalhadores livres e pobres da Corte. A narrativa da trajetória de Jerônimo – e a de muitas outras personagens –

---

<sup>379</sup> Idem, p. 65.

<sup>380</sup> Idem, p. 74.

<sup>381</sup> CANDIDO, Op. Cit., p. 117.

é feita com mais detalhes do que a encontrada em *Memórias de um sargento de milícias*, no entanto isso não significa maior fidelidade histórica. Como vimos no capítulo 3, Manuel Antonio de Almeida conseguiu incorporar o estilo de vida na estrutura do romance, no próprio andamento da história; em *O cortiço*, ocorre quase o inverso. O ponto de vista narrativo não explicitado, como argumentou Antonio Candido, é o do

*brasileiro nato, livre, branco, [que não quer se] confundir com o homem de trabalho bruto, que é escravo e de outra cor [e se esforça para ser] considerado branco, gente de bem, candidato viável aos benefícios que a Sociedade e o Estado devem reservar aos seus prediletos.*<sup>382</sup>

Por isso, a despeito do grande número de detalhes corretos sobre a vida da população do cortiço – salários, móveis, ofícios – o resultado do romance é uma visão negativa, distorcida e até mesmo agressiva sobre ela, reforçada e supostamente embasada pelas teorias racistas que chegaram ao Brasil sobretudo no último quarto do século XIX. Daí as inúmeras equiparações dos moradores a animais e os comentários claramente preconceituosos como aquele acerca da proposta de união que o português João Romão fez à escrava Bertoleza: “ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior a sua”<sup>383</sup>. Muito diferente da obra de Manuel Antonio de Almeida que, apesar do tom um pouco caricato, acaba sendo mais fiel ao estilo de vida dos homens livres pobres do que o de Azevedo.

### 5.3 O burguês

Outra novidade no romance é o uso da palavra burguês para caracterizar determinados tipos. Antes dessa data, nossa pesquisa não encontrou o termo nenhuma vez – o que não significa que ela de fato não tenha sido usada, pois a busca não foi feita por programas de computadores, mas confirma a sua pouca importância. As personagens de Balzac, já nas décadas de 1830/1840, por exemplo, incluindo boa parte de seus protagonistas, eram caracterizadas como burgueses, tanto pelo narrador em 3ª pessoa,

---

<sup>382</sup> Idem, p. 113.

<sup>383</sup> AZEVEDO, Op. Cit., p. 43.

como por eles próprios. No Brasil, essa descrição não foi utilizada até os anos 1880, quando enfim começa a aparecer da mesma forma que nos romances balzaquianos, ou seja, a partir de um ponto de vista conservador; dos grupos que se sentiam ameaçados por esses burgueses. Em *A condessa Vesper*, por exemplo, usa-se a palavra para referir Moscoso, que começa a história como um poderoso comendador, mas que nascera pobre, trabalhara como caixeiro e decidira mudar de vida depois de ser impedido de casar com a mulher que amava devido à sua condição:

*Tinha uma ideia fixa: tratava-se agora de juntar dinheiro; estava disposto a suportar tudo, contanto que o capital se fizesse e avultasse!*

*Moscoso principiou por mudar de gênero de comércio; meteu-se para a rua da Saúde, arranjando-se em uma casa de café.*

*E o grande fato é que, ao fim de algum tempo, todo o seu esforço principiava já a produzir o desejado efeito, e o caixeiro contava todos os meses os frutos de suas economias, amontoadas com o sacrifício de todos os instantes. (...)*

*Moscoso apossou-se sofregamente dessa mulher [a filha do seu patrão], como quem se abraça a um colchão infecto e sebento, cheio, porém, de apólices da dívida pública.<sup>384</sup>*

Outro exemplo de uso da palavra ocorreu em *O lar*, em relação ao pai da protagonista Sinhá, conhecido como “Seu” Sardinha, cuja descrição segue abaixo:

*Seu Sardinha já andava meio cá meio lá, quase medianeiro de fortuna. De ascenso em ascenso, paulatinamente, fora galgando posições no Tesouro. O ordenado chegava-lhe para as despesas e mais para umas economias. Também tivera sempre a mania de botar um bocadinho de banda e ir ajuntando dinheiro na Caixa Econômica. Quando o dinheiro da caderneta chegava para comprar uma apólice, partia-se o bom do homem para a Praça do Comércio e voltava com o título da dívida pública. Assim, aos bocadinhos, com mais aquelas que a mulher herdara do pai, já prefazia oito o número das apólices. Agora custava-lhe muito desequilibrar o orçamento e meter-se em altas despesas. Havia de se fazer tudo pela educação da filha contanto que não fosse muito caro!<sup>385</sup>*

<sup>384</sup> AZEVEDO, ALUÍSIO. *A condessa Vesper*. In

<<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=28396>>capítulo 3.

<sup>385</sup> MALLET, PARDAL. *Lar*. Rio de Janeiro, Typografia Central, 1888. capítulo 38.



Neste caso, a expressão aparece quando o narrador descreve a casa da personagem, afirmando que “as duas janelas de peitoril, com vidraças de batentes, as bandeiras de vidro de cor, as alvas cortinas de crivo quando abertas, exalando lá de dentro um cheiro de vida alegre e satisfeita escoando-se burguesmente em placidez monótona”<sup>386</sup>; e, em seguida, ao dizer que “o bom velho sentia-se feliz, esfregava as mãos e percorria com o olhar a sala de onde se exalava um cheiro honesto de burguesia”<sup>387</sup>.

Nas vezes em que o termo aparece nos romances desse período, diz respeito sempre a uma personagem que enriqueceu por meio de seu trabalho, sendo isso um obstáculo em sua trajetória ascendente, exatamente como acontecia nos romances de Balzac. Curiosamente, nesse mesmo momento em que a expressão ganhava força na literatura nacional, na Europa ela perdia muito da carga pejorativa, devido ao aumento da importância da burguesia. Segundo Franco Moretti,

*No decurso do século XIX, uma vez superado o estigma contra a “nova riqueza”, acumularam-se alguns atributos recorrentes em torno dessa figura: energia, acima de tudo; comedimento; clareza intelectual; honestidade comercial; um forte senso de metas.*<sup>388</sup>

Os romancistas brasileiros nos anos 1880 se apropriaram do termo “burguês”, mas recorreram à sua conotação negativa, forte durante a primeira metade do século XIX europeu ocidental. Naquela década, ficava claro para todos que havia novos grupos sociais buscando seu caminho até o topo e aqueles que pretendiam marcar esse processo foram buscar na Europa uma forma de fazê-lo. Aos leitores da alta sociedade tradicional, ainda grande parte do público nacional e sentindo-se ameaçados por esses “alpinistas”, essa referência pouco elogiosa devia parecer apropriada. Voltando momentaneamente ao debate com a tese de Roberto Schwarz<sup>389</sup>, se os autores nacionais tivessem importado acriticamente o romance franco-inglês, os protagonistas brasileiros deveriam se autoproclamar burgueses com certo orgulho, como seus pares europeus, no entanto, por

---

<sup>386</sup> Idem, capítulo 82.

<sup>387</sup> Idem, capítulo 83.

<sup>388</sup> MORETTI, FRANCO. **O burguês: entre a história e a literatura**. São Paulo: Três Estrelas, 2014. p. 24.

<sup>389</sup> Ver capítulo 2 desta tese.

quatro décadas isso não aconteceu. Quando finalmente passaram a adotar o termo, usaram-no em um sentido que estava já sendo abandonado na Europa Ocidental, e não por desconhecimento, pois aqui se acompanhava de perto os grandes lançamentos e sucesso na França e na Inglaterra, mas por opção ideológica.

Em seu estudo sobre a representação do burguês na literatura, Moretti fez uma louvável e interessante tentativa de incorporar o romance brasileiro em sua reflexão, mas errou o alvo. Acostumado a ver o burguês como a personagem central na Europa, encontrou nos grandes protagonistas de Machado de Assis, como Brás Cubas e Bento Santiago, os burgueses do Brasil. No entanto, eles não foram vistos pelo narrador dos respectivos romances, pelos personagens à sua volta, por eles mesmos e nem sequer pelos leitores da época como burgueses. Faziam parte da aristocracia nacional, a alta sociedade, cuja centralidade não foi questionada até os anos 1860, quando surgiram as primeiras contestações, como vimos no capítulo anterior. Foi só nos anos 1880, porém, que essa elite tradicional se viu realmente ameaçada pelos novos grupos – esses sim os burgueses do romance nacional. Ninguém usaria o termo para definir Brás Cubas, e como este morre em 1869, antes da crise da Monarquia e da elite da qual faz parte, não há em sua trajetória nenhuma personagem que tire proveito dele ou ameace sua posição social a quem possamos chamar de burguês. Já Bento Santiago, que narra a sua vida já durante a República brasileira e que, portanto, sabe que outros grupos ocuparam seu lugar no topo da hierarquia, conta a sua história de forma a convencer-nos de que o culpado pela sua queda foi Escobar, este sim um burguês típico<sup>390</sup> – ainda que Machado de Assis não tenha usado esse termo em nenhum de seus romances<sup>391</sup>. Em *Quincas Borba*, o protagonista não é um homem da alta sociedade, mas também não faz parte da burguesia, pois era um professor do interior que enriqueceu por acaso, como veremos adiante. Neste romance, burguês é o Palha, que primeiro acolhe Rubião no Rio de Janeiro, mas com intuito de se aproveitar de sua ingenuidade e de seu dinheiro. Na verdade, em Machado de Assis, os burgueses são os responsáveis – reais ou imaginários – pelo declínio dos protagonistas, refletindo, neste aspecto, a opinião dessa elite tradicional. Esta estava mais próxima da nobreza europeia na

---

<sup>390</sup> Desenvolvi melhor esse argumento sobre Dom Casmurro em artigo anterior. Ver BOUCINHAS, ANDRÉ. *O segredo de Escobar*. In *Revista Piauí*, n. 105, junho de 2015. Ver anexo 2.

<sup>391</sup> No caso das obras de Machado de Assis é possível afirmar que o termo não aparece em seus romances, pois foi possível fazer a busca digital através do site machadodeassis.net.

segunda metade do século XIX quando, como vimos no Capítulo 1, ainda tinha muita força, tanto social quanto economicamente, mas a partir de um determinado momento se viu obrigada a fazer concessões aos burgueses. Entretanto, estes, nos romances da Corte, buscam sempre a assimilação pela alta sociedade, algo também visto em Balzac uma ou duas gerações antes, mas já não muito comum na literatura europeia do final do século XIX.

#### 5.4 Ascensão social

Os romances da década de 1880 apresentam mais vezes situações de ascensão social entre os personagens principais, inclusive como situação central do enredo, relativamente ao que ocorreu antes. Enquanto no período anterior, apenas 9% das obras davam esse destaque para o tema, na última década do Império esse índice passou para 27%; se incluirmos nessa conta os casos importantes de mobilidade em personagens secundários, a diferença aumenta: de 21% nos anos 1860/1860, para 44% nos anos 1880<sup>392</sup>. Continuamos a encontrar o tratamento superficial da ascensão social, comum nos folhetins mais típicos do gênero, como a do comendador Moscoso, de *A condessa Vesper*, que decidiu enriquecer para se vingar e, poucos parágrafos depois, já está rico e poderoso, sem haver qualquer preocupação em descrever essa escalada, nem mesmo as dificuldades desse processo. Vemos ainda também os exemplos de ascensão ocorridos no passado, antes da história contada no romance começar, mas agora de forma mais bem elaborada e com mais nuances. É o caso conhecido do fundador da família Cubas:

*O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII. Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro, onde teria morrido na penúria e na obscuridade, se somente exercesse aa tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luís Cubas. Neste rapaz é que verdadeiramente começa a série de meus avós – dos avós que a minha família sempre confessou, - porque Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que Luís Cubas estudou em*

---

<sup>392</sup> Estamos incluindo nessa conta *Quincas Borba*, que começou a sair em forma de folhetim em 1888, mas só foi concluído após a Proclamação da República, e *O cortiço*, que foi publicado em maio de 1890 e, portanto, deve ter sido desenvolvido durante o Império, período em que se passa a história. Estes dois romances são importantes para as reflexões desta tese, como se verá a seguir.

*Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei Conde da Cunha.*<sup>393</sup>

A precisão aqui não vem tanto da quantidade de informações, mas da sutileza da narração. Com ironia típica, Machado de Assis denuncia a alta sociedade brasileira, tão ciosa de suas supostas origens aristocráticas, mas que em grande parte dos casos não era assim tão brilhante, já que por todo o período colonial os portugueses que vieram para cá não pertenciam à alta nobreza. Assim, boa parte do topo da hierarquia social do país provinha de casos de ascensão social, bastando olhar trás tempo suficiente. Em *Filomena Borges*, há outra descrição de mobilidade anterior à história contada no romance com um grau de acuidade maior do que vimos até 1880. Segundo o narrador, o protagonista Borges

*Nascera em Paquetá, onde se criou à larga com leite de jumenta, e onde residiu até a ocasião de perder o pai, um afamado e rico mestre de obras, português, antigo, econômico, ríspido, que, ao morrer lhe legou uma dúzia de prédios bem edificadas, alguns terrenos, que mais tarde valeriam muito, e o inestimável hábito de ganhar a vida.*

*Borges sucedeu o pai no trabalho, fez-se construtor como ele, e, em poucos anos, tornou-se um dos proprietários mais ricos da Corte. Todavia, o muito dinheiro, se não conseguiu fazer dele um extravagante, muito menos logrou precipitá-lo no orgulho e na avareza.*<sup>394</sup>

Até aqui, nada muito diferente das breves descrições de ascensão; mas quando se apaixona por uma mulher da alta sociedade, a sua falta de educação apropriada para seduzir uma pessoa daquelas aparece, mostrando a atenção do autor às sutilezas da mobilidade social:

*Lamentava, contudo, não ser mais novo; não dispor de mais atrativos, para melhor merecê-la. Desejava ser mais fino, mais terno, mais civilizado; temia assustá-*

---

<sup>393</sup> MACHADO DE ASSIS, Op. Cit., p. 514.

<sup>394</sup> AZEVEDO, ALUÍSIO. **Filomena Borges**. Biblioteca Digital, capítulo 1, loc 20.

*la com a sua medonha figura de touro. Receava o contraste formidável de sua grossa corpulência, de seu abdômen redondo e farto, de suas mãos curtas e vermelhas.*<sup>395</sup>

O medo de não ser aceito pela sua amada foi acertado, pois Filomena, “muito sonhadora, muito saturada de romantismo, não se conformava com a ideia de se ligar a um burguês ratão como Borges”<sup>396</sup>. Repete-se o uso pejorativo do termo “burguês” e aponta-se para a distância cultural entre o novo rico e a família tradicional, algo que não havia aparecido ainda no romance oitocentista das fases anteriores. A ameaça que os novos grupos urbanos representavam deve ter levado os romancistas mais conservadores – e Aluísio Azevedo estava entre eles, no que se refere à sua visão do povo brasileiro – explicitarem a ideia de que havia entre grupos novos e antigos um fosso, mais profundo do que simplesmente a riqueza. Se *Filomena Borges*, de 1883, já é um salto importante na descrição da ascensão social, os dois casos mais inovadores são *O Cortiço*, também de Aluísio Azevedo, e *Quincas Borba*, de Machado de Assis, aos quais nos voltaremos a seguir.<sup>397</sup>

#### 5.4.1 O cortiço

Um palpite de Antonio Candido sobre ascensão social em *O cortiço* mostrou-se preciso:

*Aluísio foi, salvo erro meu, o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo de formação de riqueza individual. Basta comparar seu livro com as indicações sumárias de Macedo, Alencar ou Machado de Assis, nos quais o dinheiro aparece com frequência, mas adquirido por herança, dote ou outra causa fortuita. Pesando, determinando, é certo, mas com como um dado já pronto no entrecho. N’O cortiço ele se torna implicitamente objeto central da narrativa, cujo*

<sup>395</sup> Idem, capítulo 1, loc 63.

<sup>396</sup> Idem, capítulo 1, loc 77.

<sup>397</sup> Em outro trabalho, comparei o papel do consumo na trajetória de ascensão de Rubião, de Quincas Borba, e de João Romão, de *O Cortiço*. Ainda que alguns trechos desse artigo tenham sido utilizados aqui, o foco e, conseqüentemente, as conclusões são bastante diferentes. BOUCINHAS, ANDRÉ DUTRA. Os fracassos de João Romão e Rubião. *Revista Olho d’Água*, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em <<http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/26>>. Acesso em 11/03/2016.

*ritmo acaba se ajustando ao ritmo da sua acumulação, tomada pela primeira vez no Brasil como eixo da composição ficcional.*<sup>398</sup>

Com exceção do comentário sobre Machado de Assis, ao qual faremos um contraponto adiante, a afirmação do sociólogo funciona quase como uma conclusão desta pesquisa, pois *O cortiço* é de fato o primeiro e único romance do recorte escolhido em que a ascensão social está no centro do enredo e é conquistada através do trabalho. Duas personagens são de máximo interesse: João Romão e Miranda. Ambas pretendem ascender, mas a maneira pela qual tentam e o resultado obtido na empreitada são completamente díspares e significativos. Começemos pelo primeiro deles, cuja apresentação ocorre logo na abertura do romance:

*João Romão foi, dos treze aos vinte cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro de Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro.*

*Proprietário estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha. A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quitandeira sua vizinha (...).*<sup>399</sup>

Subalterno em um estabelecimento ‘sujo e obscuro’, vê sua situação melhorar quando o patrão, ao decidir retornar a Portugal, resolve recompensá-lo deixando-lhe “nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos”. No entanto, o mais interessante é que, mesmo estando bem financeiramente, tenha permanecido vivendo como se fosse pobre, em busca de mais dinheiro. Vejamos um pouco mais de sua trajetória. João Romão acerta em cheio quando resolve comprar alguns terrenos vizinhos e abrir um cortiço que alcança o número impressionante de 95 casas, pois, naquela época, “subiam os

---

<sup>398</sup> CANDIDO, Op. Cit., p. 111.

<sup>399</sup> AZEVEDO, ALUÍSIO. *O Cortiço*. Santiago: O Globo/Klick, 1997. p. 13.

aluguéis; as propriedades dobravam de valor (...) e mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgiam pretendentes”<sup>400</sup>. Além disso, com a abertura de uma fábrica de massas italianas e outra de velas no bairro, a sua taverna passou a prosperar ainda mais. “E o dinheiro a pingar, vintém por vintém, dentro da gaveta, e a escorrer da gaveta para a burra, aos cinquenta e aos cem mil-réis, e da burra para o banco, aos contos e aos contos”<sup>401</sup>. Mesmo com todo esse lucro, o estilo de vida de João Romão permanece igual. Ainda que esporadicamente se permita algum luxo, como na hora de celebrar a (falsa) liberdade de sua companheira Bertoleza (“Contra todo o costume, abriu-se nesse dia uma garrafa de vinho do Porto”<sup>402</sup>), a tônica continua sendo a da privação. Isso fica claro em diversos trechos, como, por exemplo: “a roupa [de João Romão] não era tanta e nunca passava em todo o mês de alguns pares de calças de zuarte e outras tantas camisas de riscado”<sup>403</sup>; “Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que (...) ninguém compraria; as suas galinhas produziam muito e ele não comia um só ovo, do que no entanto gostava imenso (...)”<sup>404</sup>.

Talvez o autor tenha exagerado quanto às duras condições que João Romão se impôs, justamente porque seu objetivo era realçar um determinado tipo de atitude, mas a ideia de uma pessoa como ele abrir mão de conforto simplesmente para ficar mais rico devia fazer sentido aos contemporâneos. Ou seja, alguém que por suas economias poderia ser considerado como pertencente aos setores médios — afinal de contas, era branco, proprietário de uma pequena venda e de uma hospedagem popular —, vivia como se estivesse na pobreza, e isso não o afetava. Aluísio Azevedo, entretanto, sabia que não poderia colocar uma personagem de qualquer estrato social para exercer o papel de João Romão. Soaria estranho e incorreto para seus leitores se criasse, por exemplo, um titular do Império, um barão do café ou um ministro que abrisse mão de seus luxos cotidianos pela simples vontade de enriquecer ainda mais. Se fizesse parte da elite, o vendeiro teria feito como o proprietário de outro cortiço de Botafogo que surge no romance, “um abastado conselheiro, homem de gravata lavada, a quem não convinha, por decoro social, aparecer em semelhante gênero de especulações, (...) e por isso figurava como seu dono um

---

<sup>400</sup> Idem, pp. 21-22.

<sup>401</sup> Idem, p. 21.

<sup>402</sup> Idem, p. 14.

<sup>403</sup> Idem, p. 15.

<sup>404</sup> Idem, p. 20.

português”<sup>405</sup>. Caso fosse de família tradicional, certamente o ambicioso personagem compraria um sobrado para morar ou correria para as lojas de tecidos ingleses, móveis franceses, relógios americanos, talheres de prata etc. E, o que é fundamental, saberia que os hábitos e costumes determinavam o *status* de uma pessoa, não somente a quantidade de dinheiro. Este era simplesmente um pré-requisito, necessário, mas não suficiente, para penetrar no topo da sociedade. Aqueles que não entendiam essa regra estavam excluídos do jogo da ascensão.

A personagem que faz o contraponto a João Romão é Miranda. Português e dono de uma casa de negócio como o outro, ele aparece na história ao comprar um sobrado ao lado da venda de João Romão. O desejo de ambos de adquirir o imóvel vizinho serve como o motivo aparente para o conflito entre eles, mas há mais por detrás disso. O autor caracteriza o Miranda como alguém com outro estilo de vida, mais sofisticado, com um comportamento próximo do que se espera da alta sociedade. Quando soube, por exemplo, que o terreno ao lado se transformaria em cortiço, ficou enfurecido. A simples ideia de esbarrar com o tipo de clientela desses estabelecimentos desagradava a Miranda, enquanto João Romão, desde que “enchesse seus burros de dinheiro”, não se incomodava de conviver e tratar com “toda a gentinha das redondezas [que] ia cair lá”<sup>406</sup>. O tipo de crítica que ele endereçava ao taverneiro também diz muito sobre ele: “aquele tipo! Um miserável, um sujo, que não pusera nunca um paletó, e que vivia de cama e mesa com uma negra!”<sup>407</sup> Os dois elementos levantados para desmoralizar João Romão partiam da observação sobre com quem convivia e o que comprava, típicos de alguém de sua condição social.

Outro ponto que, a princípio, diferencia os dois é a aspiração de Miranda a um título de nobreza, que ele transforma no “objeto querido da sua existência, muito satisfeito no íntimo por ter afinal descoberto uma coisa em que podia empregar dinheiro, sem ter, nunca mais, de restituí-lo à mulher, nem ter de deixá-lo a pessoa alguma”<sup>408</sup>. Ele acredita que isso servirá como compensador por ter casado com uma mulher que não ama e que não o ama também, mas à qual está preso por necessidade do dote e por ter uma filha de cuja paternidade ele desconfia. Esse desejo representa um projeto de elite, pois estava

---

<sup>405</sup> Idem, p. 114.

<sup>406</sup> Idem, p. 21.

<sup>407</sup> Idem, p. 23.

<sup>408</sup> Idem, p. 24.



completamente fora dos objetivos da maioria do povo, e o narrador nos revela a estratégia adotada para alcançar o título, contando que João Romão vira o vizinho

*cercado de amigos e rodeado de adutores, vira-o dar festas e receber em casa as figuras mais salientes da praça e da política; vira-o luzir, como um grosso pião de ouro, girando por entre damas da melhor e mais fina sociedade fluminense; vira-o meter-se em altas especulações comerciais e sair-se bem; vira seu nome figurar em várias corporações de gente escolhida e subscrições, assinando belas quantias, vira-o fazer parte de festas de caridade e festas de regozijo nacional; vira-o elogiado pela imprensa e aclamado como homem de vistas largas e grande talento financeiro (...).*<sup>409</sup>

Novamente encontramos o comportamento — cercar-se das pessoas “certas”, recebê-las em casa, participar de atos de caridade, ter a casa à altura dos convidados, doar dinheiro para causas nobres, dar grandes festas — como condição de ascensão social, e não somente a riqueza. Miranda, no entanto, também não seria o tipo ideal para alcançar um ponto tão alto, afinal era um negociante português que veio para o Brasil sem muitos recursos e que dependia do dote da esposa para manter seu padrão de vida. Ele, entretanto, percorre o caminho mais comum para ser aceito entre a elite: o casamento com uma família tradicional, pois o próprio Miranda sabe que só pode nutrir a esperança de titularidade porque sua mulher “herdara sangue nobre”<sup>410</sup>.

A tensão entre João Romão e Miranda funciona perfeitamente na narrativa, mas ao leitor de hoje podem escapar alguns detalhes cruciais. Caso se tratasse, o Miranda, de algum nobre pertencente a uma família tradicional e com posição estabelecida há gerações, certamente a disputa entre ele e João Romão pareceria falsa aos contemporâneos. Ninguém poderia conceber um senador “batendo boca” com um dono de cortiço, muito menos se incomodando com o seu progresso financeiro. A rixa se torna verossímil, em primeiro lugar, por causa das semelhanças criadas pelo autor: os dois são portugueses, negociantes, vizinhos e sem ascendentes importantes. Miranda faz parte, como vimos, de outro nível social, mas sua ascensão era recente e, portanto, seu comportamento desajustado à sua posição tornava-se compreensível ao público. Aluísio Azevedo acrescenta ainda outro

---

<sup>409</sup> Idem, p. 90.

<sup>410</sup> Idem, p. 24.

elemento fundamental para dar vida a essa rivalidade: Miranda, preso a um casamento infeliz, inveja a liberdade de João Romão. São esses fatores que tornam plausível o ódio que sentem um pelo outro e, mais tarde, a aceitação mútua, ainda que superficial.

Essa proximidade também possibilita a grande virada na história de João Romão, ocorrida no dia em que o vizinho alcançou a tão almejada meta e obteve o título de nobreza:

*Ah! [João Romão] esse dia estava intolerante com tudo e com todos; por mais de uma vez mandara Bertoleza à coisa mais imunda, apenas porque esta lhe fizera algumas perguntas concernentes ao serviço. Nunca o tinham visto assim, tão fora de si, tão cheio de repelões (...).*

*E ninguém seria capaz de acreditar que a causa de tudo isso era o fato de ter sido o Miranda agraciado com o título de Barão.*

*Sim senhor! aquele taverneiro, na aparência tão humilde e miserável; aquele sovina que nunca saíra dos seus tamancos e da sua camisa de riscadinho de Angola; aquele animal que se alimentava pior que os cães, para pôr de parte tudo, tudo, que ganhava ou extorquia; aquele desgraçado, que nunca jamais amara senão ao dinheiro, invejava agora o Miranda (...).<sup>411</sup>*

O que estava em jogo, portanto, não era a condecoração em si, mas a própria rivalidade, tanto que não há nenhuma referência a João Romão pensar nisso até aquele momento, assim como não se menciona a vontade de nenhum dos moradores do cortiço de se tornar barão ou algo que o valha. O que o motiva não é a cobiça pelo título, mas sim despeito pelo fato de o vizinho ter conquistado uma vitória importante. Esse mecanismo vai ao encontro do que disse Giovanni Levi, em interessante artigo sobre consumo numa sociedade pré-capitalista:

*Numa sociedade segmentada em corpos, os conflitos e as solidariedades frequentemente ocorriam entre iguais; estes competiam no interior de um segmento dado que se caracterizava pela existência de formas de consumo organizadas,*

---

<sup>411</sup> Idem, p. 90.

*hierarquizadas e intensamente investidas de valores simbólicos; que constituía também uma ligação de solidariedade diante dos outros corpos ou estados.*<sup>412</sup>

Assim como o consumo deve ser pensado de forma segmentada, a própria ideia de ingressar em um estrato superior não devia ser a regra no Império brasileiro. Vimos que, a partir dos anos 1860, novos atores sociais pretendiam chegar ao topo, mas não era qualquer grupo que podia aspirar a tal. Por isso Aluísio Azevedo teve de criar uma situação bastante peculiar para fazer surgir em João Romão o desejo por um título de nobreza, algo que não ocorreu com Jerônimo, por exemplo. Na sua disputa por Rita, permaneceu envolvido com trabalhadores pobres e, portanto, não há nenhuma menção a desejos de ascensão social. Por outro lado, ao criar no dono do cortiço o projeto de ascensão, Aluísio Azevedo ficou atento às dificuldades que alguém como ele teria ao tentar ingressar em um grupo social mais elevado. Os seus temores, ao se dar conta do que teria que fazer para alcançar sua meta, são extremamente reveladores. Apesar de ter acompanhado de perto os passos de Miranda, ele intui que talvez a tarefa estivesse acima das suas capacidades e que também não dependia só dele o sucesso da empreitada. Nisso ele estava coberto de razão, pois alguém só se torna membro da elite quando reconhecido pelos seus pares.

*Estaria ele habilitado a possuir e desfrutar tratamento igual ao do vizinho?... Dinheiro não lhe faltava para isso... Sim, de acordo! mas teria ânimo de gastá-lo assim (...) em troca de uma teteia para o peito?... Teria ânimo de dividir o que era seu, tomando esposa, fazendo família e cercando-se de amigos?... Teria ânimo de encher de finas iguarias e vinhos preciosos a barriga dos outros, quando até ali fora tão pouco condescendente com a própria?... E, caso resolvesse mudar de vida radicalmente, unir-se a uma senhora bem educada e distinta de maneiras, montar um sobrado como o do Miranda e volver-se titular, estaria apto para o fazer?... poderia dar conta do recado?... Dependia tudo isso somente de sua vontade?... “Sem nunca ter vestido um paletó, como vestiria uma casaca?... com aqueles pés, deformados pelo diabo dos tamancos, criados à solta, sem meias, como calçaria sapatos de baile?... e suas mãos, calosas e maltratadas, duras como as de um cavouqueiro, como se ajustaria com a luva?... E isso ainda não era tudo! o mais difícil*

---

<sup>412</sup> LEVI, G. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, J. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 212.

*seria o que tivesse de dizer aos seus convidados!... Como deveria tratar as damas e cavalheiros, em meio de um grande salão cheio de espelhos e cadeiras douradas?... Como se arranjaria para conversar, sem dizer barbaridades? ...”<sup>413</sup>*

João Romão se alonga bastante nas queixas acerca dele mesmo, culpando-se por não ter investido no seu bem-estar e por não ter tentado adquirir hábitos mais polidos: “Teria gasto mais, é verdade!... Não estaria tão bem!... mas, ora adeus! estaria habilitado a fazer do meu dinheiro o que bem quisesse!... Seria um homem civilizado!...”<sup>414</sup> João Romão se dá conta da necessidade de alterar não só suas roupas e seus hábitos, mas também a sua convivência cotidiana. Começa se afastando do gerenciamento diário do cortiço — tal e qual o proprietário do estabelecimento vizinho —, depois resolve mudar o próprio público da estalagem aumentando os preços do aluguel, e, por fim, volta a atenção para a amásia, a negra Bertoleza. Precisa livrar-se dela, primeiro porque não pode mais conviver com esse tipo de pessoa, negra e pobre, e também por pretender se casar com a filha de Miranda, para finalmente penetrar no mundo que tanto deseja, copiando por seu turno o método do vizinho. A este interessavam as riquezas de João Romão, e por isso tentavam os dois estreitar os laços, ainda que, na realidade, continuassem a se detestar. Sem saber como lidar com a situação, o ex-taverneiro acaba por entregar Bertoleza à polícia como escrava fugida, tendo sido ele mesmo o forjador de uma carta de alforria, sem contar-lhe nada para poder ficar com o dinheiro supostamente pago por ela. O resgate acaba em suicídio da negra, cuja narração praticamente fecha o livro. Não ficamos sabendo, então, o desfecho da história de João Romão, se ele conseguiu ou não a aceitação da elite ou recebeu o desejado título. Se dependesse da opinião da única representante legítima de famílias tradicionais que aparece no livro, D. Estela, a esposa de Miranda, ele não obteria sucesso. Mesmo no final do romance, quando os hábitos de João Romão já estavam bastante diferentes, mais sofisticados, ela ainda fazia questão de demonstrar sua indisposição com o futuro genro, pois até o final do romance ele parece confundir consumo de elite com gastos altos e aleatórios:

---

<sup>413</sup> Idem, pp. 92-93.

<sup>414</sup> Idem, p. 93.

*Se tinham de tomar alguma coisa, ele fazia vir logo três, quatro garrafas ao mesmo tempo, pedindo sempre o triplo do necessário e acumulando compras inúteis de doces, flores e tudo que aparecia. Nos leilões das festas de arraial era tão feroz a sua febre de obsequiar a gente do Miranda, que nunca voltavam para casa sem um homem atrás, carregado com os mimos que o vendeiro arrematava.<sup>415</sup>*

Devia ser muito fácil para um observador de fora da alta sociedade julgar que todos aqueles gastos em talheres, roupas importadas, pianos, entre outros, eram aquisições com o único intuito de exibir o poder econômico, e por isso pensar que qualquer compra alcançaria o mesmo resultado. De qualquer forma, ainda que fique sugerido que a ascensão social de João Romão foi completa, isso não resulta totalmente esclarecido, pois o romance termina antes desse possível passo final. Essa ausência pode estar relacionada à dificuldade que o autor teria para narrar, com a mesma verossimilhança que buscou o tempo todo, uma pessoa com a origem e modos de João Romão frequentando as altas rodas e sendo aceito como um par pelo topo da hierarquia social. Por outro lado, pode ser apenas que Aluísio Azevedo não quisesse retomar o tema das dificuldades de assimilação dos costumes da alta sociedade por alguém que ingressara nesse grupo por meio do casamento, pois já o havia explorado em *Filomena Borges*.

A trajetória de João Romão é a mais detalhada descrição de ascensão que vimos até agora nesta tese. Sintomaticamente, o livro foi publicado em maio de 1890, pouco depois da Proclamação da República. Durante 50 anos o romance brasileiro teve uma relação muito própria com o tema da ascensão social: primeiro ignorando-o ou denegrindo-o, depois relatando-o de forma distanciada, para, no fim, resgatar o tipo de abordagem que Balzac fizera na França nos anos 1830/1840, mostrando suas possibilidades e dificuldades reais. Não é nada arbitrário que a primeira história centrada em um caso de ascensão social bem sucedida na Corte, alcançada devido ao enriquecimento através do trabalho só tenha sido publicado no período republicano, ainda que em seus primeiros meses. É como se aquela sociedade que fundamentou o Império, hierarquizada a partir de fatores como a propriedade de terras e de escravos e atravessa por um conjunto sólido de comportamentos e valores, sobretudo na capital, precisasse desaparecer para que essa história fosse contada.

---

<sup>415</sup> Idem, p. 148.

A própria ideologia republicana, que em tese valorizava a possibilidade de mobilidade social, deve ter contribuído para o autor olhar para esse fenômeno de uma maneira diferente do que vinha sendo feito até então. Antes de terminar este capítulo, vejamos como nosso escritor maior tratou do tema no romance em que a ascensão social também está no centro do enredo, *Quincas Borba*.

#### 5.4.2 Quincas Borba

Uma rápida análise da ascensão social nos romances anteriores de Machado de Assis nos ajudará a destacar a sutileza e o brilhantismo alcançado pelo autor em *Quincas Borba*. Como disse Roberto Schwarz, nos romances de Machado anteriores a *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, “as questões do individualismo, as novidades da civilização burguesa, e com elas o temários da modernidade, aparecem pouco e têm posição secundária”<sup>416</sup>. Observando as obras na ordem em que foram escritas, nota-se uma crescente preocupação com a descrição socioeconômica das personagens e sua influência sobre eles. Paralelo a essa maior verossimilhança histórica, como era de se esperar, encontramos também um maior interesse pelo processo da ascensão social, que vai culminar em *Quincas Borba*, em que o tema está no centro do enredo. Em *Ressureição*, primeiro romance de Machado de Assis, publicado em 1872, encontramos um protagonista, Felix, que a princípio não é um membro típico da alta sociedade, acompanhando a tendência das obras dos anos 1860/1870. No entanto, o que há sobre isso é uma informação solta que não influencia de fato no andamento da história:

*(...) caiu-lhe nas mãos uma inesperada herança, que o levantou da pobreza. Só a Providência possui o segredo de não aborrecer com esses lances tão estafados no teatro.*

*Felix conhecera o trabalho no tempo em que precisava dele para viver; mas desde que alcançou os meios de não pensar no dia seguinte entregou-se de corpo e alma à serenidade do repouso.*<sup>417</sup>

<sup>416</sup> SCHWARZ, ROBERTO. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: 34, 2012. p. 85.

<sup>417</sup> MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar SA, 2004. p. 117.

Nada mais é dito sobre o tal passado de pobreza de Felix, nem de que forma isso interfere nas suas ações ou na dos outros personagens em relação a ele. E, salvo o tal enriquecimento súbito do protagonista, o tema da ascensão fica ausente, pois não se problematiza esse fato em momento algum. A falta de caracterização socioeconômica foi, de certa maneira, justificada pelo próprio Machado de Assis no prefácio, quando afirmou que “não quis fazer romance de costumes; tentei o esboço de uma situação e o contraste de dois caracteres; com esses simples elementos busquei o interesse do livro”<sup>418</sup>.

A obra seguinte, *A mão e a luva*, traz uma protagonista mais complexa, do ponto de vista social: Guiomar, moça de origem humilde, cujo pai fora “empregado subalterno não sei de que repartição do Estado” e morrerá “quando ela contava apenas sete anos”<sup>419</sup>, deixando para a viúva a obrigação de criá-la. Aos treze, perdeu também a mãe e foi morar com a madrinha, uma baronesa, que cuida dela como uma filha, especialmente após a morte repentina da sua própria. Isso tudo, porém, descreve-se em poucas páginas, e o enredo gira em torno da disputa de três homens pela mão de Guiomar. Apesar de um pouco mais de cuidado com os detalhes socioeconômicos, pouco se avança em relação ao anterior, no tema da ascensão social. Guiomar adapta-se rapidamente ao mundo da alta sociedade e, segundo o narrador, “ninguém adivinharia nas maneiras finamente elegantes daquela moça a origem mediana que ela tivera; a borboleta fazia esquecer a crisálida”<sup>420</sup>. Além disso, seu passado em nenhum momento impõe-se como uma barreira para seus pretendentes – a questão, aliás, sequer é discutida no romance. Mais uma vez, portanto, apesar de existir uma personagem que em última instância ascendeu, o tema não mereceu nenhuma atenção especial, pois todos sempre tratam Guiomar como parte daquela família rica e tradicional em que foi acolhida. A ideologia por detrás disso, segundo Roberto Schwarz, é que a ascensão social está inscrita na esfera da cooptação e, portanto, vista “com olhos de quem está em cima, por alguém que vem de baixo: oferece talvez dificuldades, que cabe aos fortes contornar, mas não é revelador de injustiça nem é propriamente um problema”<sup>421</sup>.

Em *Helena*, Machado repetiu o *status* da protagonista anterior – origem humilde criada desde cedo por uma família abastada – mas a situação gera um conflito inexistente no

---

<sup>418</sup> Idem, p. 116.

<sup>419</sup> Idem, p. 215.

<sup>420</sup> Idem, p. 218.

<sup>421</sup> Idem, p. 115.

caso anterior. Quando os familiares do falecido conselheiro Vale descobrem que terão de morar com Helena, filha bastarda reconhecida somente em testamento, a irmã do conselheiro, Dona Úrsula, não aprovou o ato:

*A nova filha era, no seu entender, uma intrusa, sem nenhum direito ao amor dos parentes; quando muito, concordaria em que se lhe devia dar o quinhão da herança e deixá-la à porta. Recebê-la, porém, no seio da família e de seus castos afetos, legitimá-la aos olhos da sociedade, como ela estava aos olhos da lei, não o entendia dona Úrsula, nem lhe parecia que alguém pudesse entendê-lo. A aspereza destes sentimentos tornou-se ainda maior quando lhe ocorreu a origem possível de Helena. Nada constava da mãe, além do nome; mas essa mulher quem era? em que atalho sombrio da vida a encontrara o conselheiro?*<sup>422</sup>

A resistência de Dona Úrsula refletia a atitude geral da alta sociedade, muito ciosa da origem de seus membros, e também a maior atenção de Machado de Assis a esses fatos sociais ou, pelo menos, sua nova intenção de representá-los literariamente. As próprias ações de Helena, como afirmou Sidney Chalhoub, podem ser lidas como tentativas de superar, ainda que não por meio de confrontos, a concepção de mundo paternalista hegemônica em seu novo lar<sup>423</sup>. Além disso, aparece em *Helena* uma gama mais variada de tipos sociais do que nos romances anteriores, todos eles agora mais bem caracterizados. A ascensão da protagonista, porém, apresenta o mesmo problema visto no caso de Guiomar, pois rapidamente ela passa a dominar todos os códigos de conduta da elite:

*Além das qualidades naturais, possuía Helena algumas prendas de sociedade, que a tornavam aceita a todos, e mudaram em parte o teor da vida da família. Não falo da magnífica voz de contralto, nem da correção com que sabia usar dela, porque ainda estando fresca a memória do conselheiro, não tivera a ocasião de fazer-se ouvir. Era pianista distinta, sabia desenho, falava corretamente a língua francesa, um pouco a inglesa e italiana. Entendia de costura e bordados, e toda a sorte de trabalhos femininos. Conversava com graça e lia admiravelmente.*<sup>424</sup>

---

<sup>422</sup> Idem, p. 278

<sup>423</sup> CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, capítulo 1.

<sup>424</sup> MACHADO DE ASSIS, Op. Cit., p. 286.



Ainda que se mencione uma passagem de Helena por uma escola, as habilidades dela são muitas, e o processo de aprendizado é ignorado pelo narrador, evidenciando que, em relação ao tema da ascensão social, trata-se de romance de transição do autor, pois demonstrou pelo processo um interesse maior que antes, mas ainda sem encontrar a melhor maneira de retratá-lo. “Conforme se vê – conclui Schwarz –, a lista de prendas é imponente, e é ditada pelo desejo de idealização social, que no caso coabita com a intenção analítica”<sup>425</sup>. *Iaiá Garcia*, obra seguinte de Machado de Assis, já apresenta um olhar muito mais preciso para os grupos sociais e as relações entre eles, sendo “incomparavelmente mais sério e verossímil que os romances anteriores”<sup>426</sup>. Temos, por exemplo, a interessante personagem Procópio Dias:

*Procópio Dias tinha dois credos. Era um deles o lucro. Mediante alguns anos de trabalho assíduo e finuras encobertas, viu engrossarem-lhe os cabedais. Em 1864, por um instinto verdadeiramente miraculoso, farejou a crise e o descalabro dos bancos, e retirou a tempo os fundos que tinha em um deles. Sobrevindo a guerra, atirou-se a toda a sorte de meios que pudessem tresdobrar-lhe as rendas, coisa que efetivamente alcançou no fim de 1869.*<sup>427</sup>

Trata-se de um homem totalmente movido pelo lucro, trabalhador, com tino para negócios, que ganhou muito dinheiro na década de 1860, quando de fato ocorreram várias histórias como essa. Ainda que tenha enriquecido, nada se fala sobre a sua origem e, portanto, fica difícil avaliar se houve ou não ascensão social, mas a sua descrição evidencia o olhar de Machado de Assis para tipos sociais novos. No centro do romance, mesmo assim, encontramos novamente a história de uma mulher dependente, Estela, mas, neste caso, ela não é assimilada, e boa parte da tensão do enredo gira em torno do fato de ela se ver em um nível inferior ao das pessoas que a ajudam, além de ser vista assim pela matriarca da família com que vivia. Com esse ponto de partida, não há espaço para ascensão social, a qual, em um determinado sentido, mostra como há distâncias muito marcadas e quase intransponíveis entre o topo da hierarquia social e as camadas intermediárias. Em *Iaiá Garcia*, “a cooptação é sempre degradante, e diferentemente dos romances anteriores o

---

<sup>425</sup> SCHWARZ, Op. Cit., p. 123.

<sup>426</sup> Idem, p. 152.

<sup>427</sup> Idem, p. 437.

amor não basta para limpá-la. Pelo contrário, por ser a ilusão mais visceral, ele é a causa das humilhações mais profundas”<sup>428</sup>.

Os anos 1880 conhecem a famosa – e hoje contestada por alguns críticos – revolução machadiana, com o lançamento de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que o autor encontrou uma forma inovadora de revelar a estrutura da sociedade brasileira e as características de seus grupos sociais, em especial da elite<sup>429</sup>. Em relação à ascensão social, porém, não há grandes novidades, além da já citada referência ao fundador da família Cubas. O fato de a proposta do autor ser analisar um típico membro da alta sociedade da Corte em seu período de auge ajuda a entender a ausência de ascensão social e de confrontos entre a elite tradicional e os novos grupos, questões sobre as quais ele vai se debruçar no romance seguinte, *Quincas Borba*, que merece uma análise mais detida. A primeira personagem a merecer nossa atenção é, sem dúvida, o protagonista Pedro Rubião de Alvarenga. Logo no primeiro parágrafo do livro, que volta a ser uma narrativa feita em terceira pessoa após a revolução do narrador-testemunho do livro anterior, recebemos informações-chave para começarmos a decifrá-lo:

*O que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.*<sup>430</sup>

Trata-se então de alguém que enriqueceu rapidamente, mas também de uma pessoa que tem a sensação de possuir “desde as chinelas até o céu”. Essa inclinação pela propriedade rapidamente se revela um gosto pelo que é caro, pois se afirma, no segundo parágrafo, que se ele tivesse que escolher entre a sua bandeja de prata e as suas figuras de bronze de Mefistófeles e Fausto, ficaria com a primeira. “Prata, ouro, eram os metais que amava de coração”<sup>431</sup>, e só aceitara as estatuetas depois de convencido pelo Palha de que “era matéria de preço”. E, no terceiro parágrafo, descobrimos também que Rubião gostaria

<sup>428</sup> SCHWARZ, Op. Cit., p. 185.

<sup>429</sup> Sobre esse aspecto da obra de Machado de Assis, ver: SCHWARZ, ROBERTO. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.

<sup>430</sup> Idem, p. 643.

<sup>431</sup> Idem, p. 643.

de ter serviçais negros, por estar acostumado aos seus crioulos de Minas, contudo também fora convencido a empregar um espanhol pelo mesmo Cristiano Palha, que lhe demonstrou “a necessidade de ter criados brancos”. Ou seja, além da falta de sofisticação — confundida com altos gastos —, Rubião mostrava estar fora de sintonia com a elite do período, porque preferia ter negros à sua volta, mesmo podendo optar por brancos.

Avançando um pouco mais, descobrimos que ele vivera sempre em Barbacena e que lá regia uma escola de meninos. “Antes de professor, metera ombros a algumas empresas, que foram a pique”<sup>432</sup>. Um homem, portanto, sem uma grande vocação, pois bailara do mundo dos negócios para a educação infantil, sendo que, em outro momento, ainda se faz menção a uma possível passagem sua pela vida política<sup>433</sup>. Após ganhar inesperadamente uma herança milionária do amigo Quincas Borba, resolve morar na Corte, onde a trama se desenvolve. No novo espaço, sua vida passa a ser conduzida pela tentativa — frustrada — de ser aceito, de um lado, como um igual entre a elite e, de outro, por Sofia, a mulher que ama. Esta vem a ser a esposa do seu amigo, o tantas vezes citado Palha, que conhecera no trem, na sua viagem para o Rio de Janeiro. De forma sempre indireta, Cristiano de Almeida e Palha também é caracterizado nos três parágrafos iniciais do romance. Significativamente, ele aparece três vezes em um momento em que se está apresentando o protagonista: sabemos que foi ele quem deu as chinelas de Túnis a Rubião; que o fez aceitar as figuras de bronze de Mefistófeles e Fausto; e que lhe explicara a importância de ter criados brancos. Há a sugestão, portanto, de que estamos falando de um membro das camadas altas — pois dá presentes de bom gosto e “sabe” que o momento pede que se evite o convívio com negros — e também de alguém que exerce muita influência sobre Rubião. Esta última ideia torna-se mais forte se aceitarmos a indicação de Marta de Senna de que, com a escolha daquelas duas figuras específicas de bronze, “o narrador denuncia (...) a dissolução mental de Rubião que, de certa maneira, perderá a alma, sob a tutela de Cristiano Palha, arremedo tropical da sofisticação civilizada do Mefistófeles goethiano”<sup>434</sup>.

---

<sup>432</sup> Idem, p. 645.

<sup>433</sup> Em um determinado momento Rubião se refere a um tal Bernardo como “um rival político da localidade” (p. 645).

<sup>434</sup> SENNA, MARTA. **Alusão e zombaria: citações e referências na ficção de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008. p. 61.

Ao longo da narrativa, ambas as sugestões se confirmam. Durante todo o tempo em que Ihes é útil, Palha e sua esposa manipulam Rubião. Quanto a Palha pertencer à elite, isso também se mostra evidente, graças à sua competência no comércio e ao seu casamento. Descobrimos que não vem de uma família importante ou rica, mas a da esposa possuía terras e, ainda que no período em que se passe a história não seja mais do que uma fazendola, devia ter desfrutado de muito prestígio, pois a tia-avó de Sofia era afilhada de Luís de Vasconcelos, o vice-rei. Ao longo do romance, o negociante enriquece e adapta-se perfeitamente ao código de comportamento da elite, em parte por conta da ajuda de sua mulher. A sua situação torna-se tão confortável que ele pode e passa a aspirar a um título de nobreza, que, como vimos, estava ao alcance e nos sonhos de uma minoria. No momento em que Rubião e Palha se encontram, o último já desfruta de condição confortável – embora ainda melhore muito –, aparecem as diferenças entre as duas personagens:

*Cristiano foi o primeiro que travou conversa, dizendo-lhe que as viagens de estrada de ferro cansavam muito, ao que Rubião respondeu que sim; para quem estava acostumado a costa de burro, acrescentou, a estrada de ferro cansava e não tinha graça; não se podia negar, porém, que era um grande progresso.<sup>435</sup>*

Primeiro descompasso estabelecido: Palha, somente para criar assunto, reclama das viagens de trem, provavelmente por ser algo demorado e, por isso, entediante; Rubião concorda com a afirmação, mas por preferir se locomover “a costa de burro”. Nada mais distante do urbaníssimo Palha, como de qualquer outro membro da elite, do que gostar de viajar em animais, enquanto para o outro, morador de cidade pequena do interior, nada mais comum. No entanto, o contraste mais interessante vem a seguir:

*Da lavoura passaram ao gado, à escravatura e à política. Cristiano Palha maldisse o governo, que introduzira na fala do trono uma palavra relativa à propriedade servil; mas, com grande espanto seu, Rubião não acudiu à indignação. Era plano deste vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem (...). Demais, a fala do trono, que ele também lera, mandava respeitar a propriedade atual. Que lhe importavam escravos*

---

<sup>435</sup> Idem, p. 658.

*futuros, se não os compraria? O pajem ia ser forro, logo que ele entrasse na posse dos bens. Palha desconversou (...).*<sup>436</sup>

Machado põe os dois emitindo suas opiniões sobre a escravidão já na primeira conversa, pois sabe que, naquele contexto histórico específico, não havia matéria mais apropriada para definir posições. Rubião não se importa com o futuro da escravidão porque não possui escravos, e planeja vender ou alforriar aqueles que recebera pelo testamento. Ora, sabemos que, a partir da Lei Eusébio de Queiroz, o preço dos cativos subiu tanto que saiu do alcance da maioria da população.<sup>437</sup> Assim, tendo vivido por muito tempo sem escravos (se é que os teve algum dia), é compreensível que quisesse continuar da mesma forma. Principalmente em um momento em que o cativo era considerado por muitos segmentos da sociedade um mal. No entanto, um mal necessário na visão de uma ainda influente parte da elite. E então chegamos ao Palha. Sua fortuna não estava vinculada à escravidão, entretanto a referida Fala do Trono de 1867 deixara-o indignado, mesmo tendo sido cautelosa e se referindo apenas à necessidade de se tratar da emancipação. Como homem de negócios, ele sabia que não devia investir em escravos, e de fato não ficamos sabendo sequer se ele os tinha; todavia, como um homem da elite, não podia tolerar a intromissão — mesmo partindo do imperador — no *status quo* da sociedade. Robert Conrad comentou uma carta publicada no *Correio Mercantil*, provavelmente por um grande fazendeiro, em resposta a essa mesma Fala do Trono, que, dizemos nós, poderia ter sido escrita pelo Palha. Segundo Conrad, o autor anônimo afirmara que a “escravidão era um erro, uma limitação contra a natureza, (...) mas era ‘um erro, uma violência, sancionados, tolerados e legalizados’. ‘O governo’, advertiu ele, ‘não conhece o perigo que corre, pondo-se à frente da ideia (aboliconista), como apóstolo’”.<sup>438</sup> A situação no final da década de 1860 ainda estava muito distante daquela às vésperas da Lei Áurea, quando a elite urbana da Corte distanciou-se da rural e passou a se mostrar indiferente e, finalmente, favorável à abolição.

---

<sup>436</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>437</sup> Ver capítulo 4 desta tese.

<sup>438</sup> CONRAD, ROBERT. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 99-100.

O que torna a oposição entre as duas personagens ainda mais reveladora é que, mesmo defendendo com afinco a escravidão, Palha sabe que deve tentar, na medida do possível, excluir a convivência com negros, mostrando-se afinado com as teorias racistas mais modernas da época; daí o seu aviso a Rubião de que era “necessário contratar criados brancos”. E este, mesmo sendo indiferente em relação ao destino da instituição, preferia continuar rodeado por negros, pois estava “acostumado”. O posicionamento social de ambos estava marcado desde o princípio, a partir de suas ideias e atitudes. E, como temos insistido em observar, o comportamento adequado era uma das condições necessárias para ser aceito entre os segmentos mais altos da sociedade, o que nos mostra que a ascensão de Rubião seria, no mínimo, complicada.

Comparando as três versões de *Quincas Borba*<sup>439</sup>, John Gledson aponta três elementos da história que estavam definidos de antemão: “a herança de Quincas Borba, o triângulo Palha-Sofia-Rubião, a divisão na personalidade de Rubião que acabaria por levá-lo à loucura”.<sup>440</sup> De uma certa maneira, o enlouquecimento do protagonista, que se dá em forma de megalomania, ocupa o plano central da trama, pois seu processo está indicado desde a abertura do romance, seja na sua sensação de posse do céu, seja nas referências a Fausto e Mefistófeles. O fato de ser rejeitado pela esposa de seu amigo será um dos fatores responsáveis pela “divisão na sua personalidade”, assim como o recebimento da herança. Este último tem, para esta pesquisa, extrema importância. Mesmo tendo recebido uma gigantesca fortuna de “não menos do que trezentos [contos]”<sup>441</sup> sem ter tido praticamente mérito algum para isso, Rubião considera o fato uma vitória pessoal. Tanto é assim que repete acerca de si mesmo o famoso lema de humanitas que, não satisfeito em não entendê-lo, ainda utiliza com sentido inverso ao original: “ao vencedor as batatas!” A filosofia pressupunha, bem ao contrário, que a recompensa chegaria depois de uma luta ou de uma ação qualquer pela sobrevivência, o que não ocorreu no seu caso. Esse enriquecimento descomunal e completamente passivo pode ter contribuído para a sua

---

<sup>439</sup> O romance aparece pela primeira vez em formato de folhetim sendo publicado até julho de 1889, quando sua publicação é interrompida sem que tivesse chegado ao fim. Em novembro do mesmo ano, o autor retoma a narrativa, mas não começa do ponto em que deixara, reescrevendo uma série de capítulos. Finalmente, a versão em livro sai em 1891, com várias alterações em relação ao que havia saído nos jornais. GLEDSON, JOHN. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 89-90.

<sup>440</sup> Idem, *ibidem*, p. 123.

<sup>441</sup> Idem, p. 660.

megalomania, porém existe ainda outro aspecto mais relevante. Com muito dinheiro e sem nenhum laço de amizade antigo na Corte, ele acaba se envolvendo com algumas pessoas da elite — ou melhor, sendo envolvido por elas — sem possuir a “chave” que lhe permitiria ser considerado parte desse grupo: uma família tradicional ou, quando menos, o conhecimento da conduta necessária. O fato de Rubião ter enriquecido instantaneamente sem passar por um lento processo de aproximação dos segmentos mais altos da sociedade é o principal causador do choque vivido por ele. Por ser do interior de Minas Gerais, essa dificuldade se torna ainda maior. Além disso, sua paixão não correspondida por Sofia inviabiliza o acesso à elite pela via mais fácil, a do casamento. Dessa forma, o protagonista se vê rodeado por pessoas que não o reconhecem como iguais, porém ele não consegue compreender o motivo. Seu problema foi bem definido por Marta de Senna:

*A personagem central, que não é o Quincas Borba do título (...), Pedro Rubião de Alvarenga, perde a identidade na passagem de professor a capitalista, vítima do olhar dos outros, a quem se entrega na tentativa de encontrar-se e, em função mesmo dessa entrega, acaba por desintegrar-se, irrecuperavelmente.<sup>442</sup>*

Sem querer reduzir essa definição existencialista da questão de Rubião, mas, ao contrário, pretendendo agregar-lhe perspectiva sócio histórica, poderíamos colocá-la nos seguintes termos: tentando sair do papel de homem simples do interior e tornar-se parte da elite nacional, Rubião perde sua identidade antiga, mas não ganha uma nova, já que para isso precisa da aprovação de seus pretensos novos pares, o que também não consegue. Sua origem socioeconômica humilde, somada à questão geo-histórica, faz com que tenha uma visão de mundo muito diferente daquela da elite, gerando interpretações deslocadas e mesmo descabidas sobre determinados aspectos sociais e sua consequente exclusão daquele grupo. Transforma-se assim, como afirmou Senna, em “vítima do olhar do outro”. É significativo que, ao procurar retratar um homem que enlouquece em função de sua personalidade dividida, Machado de Assis tenha elaborado uma personagem que tenta insatisfatoriamente ascender socialmente. Isso confirma a ideia defendida aqui de que se tratava de um processo árduo, onde a própria elite tentava ditar todas as regras. Se o escritor tivesse escolhido um operário ou um vendedor ambulante para ocupar o papel de

---

<sup>442</sup> SENNA, MARTA. **O olhar oblíquo do bruxo: ensaios em torno de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 87.

protagonista, a história não funcionaria, pois eram mundos significativamente distintos. Um Rubião proletário circularia em um universo social específico, semelhante ao de Jerônimo de *O cortiço*, cobiçaria outra mulher e teria outras referências e expectativas de vida. O drama da personagem se justifica porque, aparentemente, ele tinha tudo para ser aceito — ficou rico, passou a viver de rendas e era branco —, no entanto a aceitação passava pelo aprendizado de um código específico, que ele, apesar de próximo, nunca conseguiu dominar.

A narrativa está repleta de exemplos desse comportamento inadequado de Rubião como, por exemplo, confundir o consumo sofisticado com gastos descontrolados. Isso fica claro em diversos trechos, como quando contou que recebeu de um amigo uma garrafa de licor, “porém, gostou tanto que já encomendara três dúzias”<sup>443</sup>. Poderíamos também lembrar os inúmeros presentes que ele dava, como os charutos que oferecia sempre em grande quantidade aos convidados de sua casa, ou das refeições que fazia questão de servir aos companheiros que lá estavam todos os dias, mesmo quando ele próprio se ausentava. Havia também os altos empréstimos a amigos, com pouquíssimas chances de serem pagos, como os que fez algumas vezes ao jornal *A Atalaia*, além da assinatura de outros jornais e contribuições para subscrições. Todos os investimentos rentáveis haviam sido feitos pelo Palha, administrador da fortuna de Rubião, e este não se incomodava em tomar conhecimento deles. Aqueles decididos pelo próprio se mostravam desastrosos, como a Empresa Melhoradora dos Embarques e Desembarques no Porto do Rio de Janeiro ou Companhia União dos Capitais Honestos, cujas ações (obviamente) só viram seus valores despencarem. Claro que esses hábitos excêntricos atraíam os aproveitadores — e talvez dissimulassem a solidão profunda em que vivia Rubião —, mas é significativo que, novamente, ele considerasse que se aproximaria das pessoas gastando muito dinheiro. E não se tratava de generosidade, pois, um pouco depois de dar seis notas de vinte mil-réis à mãe de um amigo doente — “um caco de velha” — lamentou ter “dado uma ou duas notas demais”<sup>444</sup>.

Por outro lado, examinando o Palha, temos um quadro bastante diferente:

---

<sup>443</sup> Idem, p. 664.

<sup>444</sup> Idem, p. 718.



*Era dado à boa-chifra; reuniões frequentes, vestidos caros e joias para a mulher, adornos de casa, mormente se eram invenção ou adoção recente, — levavam-lhe os lucros presentes e futuros. Salvo em comidas, era escasso consigo mesmo. Ia muita vez ao teatro sem gostar dele, e a bailes, em que se divertia um pouco, — mas ia menos por si que para aparecer com os olhos da mulher, os olhos e os seios.<sup>445</sup>*

Aparentemente, ele também tinha muitas despesas supérfluas, contudo a impressão é enganadora. Em primeiro lugar, porque, ao contrário de Rubião, que termina pobre, Palha em nenhum momento passa por aperto financeiro e, na verdade, vive um constante enriquecimento, devido ao seu ótimo tino para negócios, também em oposição a Rubião. Entretanto, equivocados mesmo estaríamos se igualássemos o comportamento das duas personagens neste aspecto. Enquanto o gasto de Rubião era desprovido de qualquer lógica — moedas para contemplação, dúzias de garrafas licor, cinco contos para ajudar os flagelados de Alagoas, charutos para os amigos —, Palha investia em sua imagem social. Ele sabia que membros da elite deviam ser vistos, e sempre nos lugares corretos e da maneira apropriada. Daí, pelo menos em parte, a sua preocupação com a aparência de sua esposa e de sua casa, assim como a atenção com os lugares a frequentar. Ele oferece grandes festas, selecionando bem os convidados. Lembremos o Major Siqueira, que vai deixando de receber convites dos Palha à medida que o casal sobe na escala social. Para receber pessoas importantes em seu lar, enfeita-o com os adornos mais modernos. Além disso, vai a teatro e bailes, também escolhidos com critério. Claro que não podemos ignorar a caracterização psicológica de Palha, que gosta de exibir a mulher e vê-la admirada pelos outros homens; porém a forma como ele evidencia esse aspecto é específica de seu grupo social. A preocupação do casal com a sua imagem perante os pares guarda ainda outros aspectos. Como não poderia deixar de ser, Sofia toca muito bem piano — possui um em casa — e fala corretamente o francês — língua que Rubião, aliás, não domina. A importância dos dois itens é tanta que ela, diante da recusa da prima de dezenove anos em aprendê-los, “mal lhe podia desculpar”<sup>446</sup>. Esta não compreendia a insistência de Sofia, dizendo “que eram coisas supérfluas, que moça de roça não precisa de prendas da cidade”<sup>447</sup>. No entanto, não se

---

<sup>445</sup> Idem, p. 669.

<sup>446</sup> Idem, p. 697.

<sup>447</sup> Idem, p. 700.

tratava de “coisas supérfluas”, mas da reprodução de um comportamento específico, identificador da condição daquela família como elite. Da mesma forma que não era à toa que Sofia “acostumava habilmente a prima às distrações da cidade; teatros, visitas, passeios, reuniões em casa, vestidos novos, chapéus lindos, joias”<sup>448</sup>.

Essa sensibilidade faltava tanto a Rubião como a João Romão, mas a comparação entre esses dois deve ser feita com cuidado. Trata-se de duas personagens que tentam ingressar na alta sociedade e no caminho se deparam com uma barreira cultural. Além disso, ambos tinham muito dinheiro disponível para gastar de uma hora para outra, ainda que por motivos diferentes: Rubião recebe tudo de uma só vez; João Romão economiza ao longo do tempo, mas só passa a usá-lo quando seu rival se torna um titular do Império. As diferenças de trajetória também são significativas, já que representam segmentos sociais distintos. Partindo de uma classificação econômica, deveríamos considerar João Romão um membro dos setores médios, pois era proprietário de imóveis e de uma venda, e tinha bastante dinheiro; entretanto, pertencia socialmente às camadas populares — tanto pelo seu comportamento, quanto pelo seu círculo de convivência, restrito a pedreiros, desempregados, prostitutas etc. A sua tentativa de ascensão simbólica, um pouco improvável, justifica-se pela rivalidade em relação ao vizinho, também comerciante e português, embora casado com uma mulher de família tradicional. O próprio local do cortiço ajuda a explicar o encontro entre duas pessoas de segmentos distintos, já que Botafogo, até meados do século XIX, tinha grandes sobrados e, a partir de então, começa lentamente a ser povoado por pessoas de baixa renda. Na história de João Romão, portanto, a sua disputa com Miranda ocupa o centro do enredo, sendo a sua tentativa de ascensão social apenas um desdobramento. Em *Quincas Borba*, por outro lado, essa tentativa de ascensão é um dos elementos estruturais da trama, pois gera derrocada do protagonista. Não sabemos exatamente quais as companhias de Rubião quando este morava em Barbacena, porém é bem possível que fossem de um nível social mais alto que as de João Romão, por ser professor (ainda que de crianças) e ter tido um envolvimento (não explicitado) com política. Pertencia também aos setores médios, mas parecia capacitado a fazer parte da alta sociedade, sendo esta proximidade justamente uma das tensões do texto. A todo o momento, a personagem aparenta e pensa estar se comportando de forma semelhante

---

<sup>448</sup> Idem, p. 701.

àqueles que precisam aceitá-lo, mas o bom observador nota que existem diferenças importantes — suficientes para que seja rejeitado. Interpretando a sociedade fluminense no mesmo momento que Aluísio Azevedo, a mensagem de Machado parece mais pessimista quanto às possibilidades de mobilidade social, mas certamente por desconfiar da elite que retratou com tanta maestria.

## CONCLUSÃO

O projeto desta pesquisa começou por uma dúvida simples e direta: como a ascensão social foi representada no romance brasileiro oitocentista? Sendo a mobilidade social uma questão importante para o Brasil até os dias de hoje, dado que a remuneração inadequada e falta de acesso a boas escolas ainda impedem que todos possam competir em condições semelhantes, procurei observar esse fenômeno em outro momento histórico, para entendê-lo melhor. O século XIX pareceu adequado, pois o país conquistara a independência e não podia mais atribuir a culpa a Portugal ou ao sistema colonial por nossas mazelas, já que os mecanismos de inclusão e exclusão social passaram a ser reproduzidos internamente – ainda que pudessem ser o desdobramento de uma engrenagem maior, em função da integração cada vez maior entre os países do mundo nesse período.

Não se trata de problema fácil de resolver, já que os dados econômicos para medir a desigualdade e documentos históricos que permitam acompanhar a vida de um mesmo indivíduo ao longo do tempo são raros no Brasil do período Imperial. Os inventários *post-mortem* são uma excelente base, mas sua péssima conservação dificulta resultados muito precisos e, como só apresenta informações do indivíduo na hora de sua morte, não permitem descobrir se ele enriqueceu ao longo de sua vida; portanto, é uma fonte que pouco contribui para estudar mobilidade social. Ficaríamos assim restritos às pessoas que alcançaram notoriedade e, por isso, tornaram-se objeto de biografias ou relatos detalhados – o que é extremamente relevante, mas ainda assim numericamente escasso. Além disso, por conta da influência marxista na historiografia, por muito tempo os pesquisadores tenderam a se debruçar sobre os polos opostos da sociedade – senhores e escravos –, deixando de lado as camadas intermediárias e suas chances de ascender e ingressar nos estratos superiores da hierarquia. Diante desse quadro, o romance surgiu como uma ótima fonte de pesquisa, pois em alguma medida se caracteriza, no período aqui considerado, pela verossimilhança e pelo compromisso com o presente, tornando-o assim precioso para o historiador. Salários, ofícios, consumo, renda; está tudo lá, como confirmaram cientistas sociais e economistas, e como recentemente expôs Thomas Piketty em sua tese *O Capital do século XXI.*, que foi editada quando essa pesquisa já estava em andamento e mesmo assim serviu como uma importante interlocução do trabalho.

No entanto, ainda que os dados materiais descritos possam ser confiáveis, a literatura não é o espelho da realidade. Para que a primeira ilumine a segunda, é preciso fazer a “engenharia reversa” de que falou Franco Moretti<sup>449</sup>: conhecer os impasses e dilemas de uma determinada época para compreender com quais questões o autor está lidando, e, só então, analisar o resultado artístico, relacionando-o ao contexto histórico. Nesse trabalho de mediação entre história e literatura, a análise do narrador e da arquitetura narrativa ocupa papel crucial, pois precisamos estar atentos ao ponto de vista do narrador, para podermos interpretar adequadamente o texto literário. Certas vezes, a visada do narrador parece corresponder à do próprio autor, como aparentam ser os casos de Balzac e Aluísio Azevedo; em outras, transformam-se em ferramentas preciosas dos autores para revelar, de forma muito mais mediada, maneiras de pensar de determinados grupos sociais, como fizeram Flaubert e Machado de Assis. Independentemente disso, desvendar de onde fala o narrador permite uma aproximação mais qualificada do texto e daquilo que ele está representando, como fez Antonio Candido em relação a *Memórias de um sargento de milícias* e a *O cortiço*, para ficar em dois exemplos explorados nesta tese. O sociólogo e crítico literário demonstrou que a narração do primeiro trata dos homens livres pobres de forma positiva, pois adota o seu ponto de vista ainda que o conjunto seja narrado em terceira pessoa, enquanto a perspectiva do segundo, também estruturada em uma voz neutra, externa aos conflitos, é o da elite nacional branca, que se sente ameaçada por esses grupos, razão por que retrata as camadas populares e os imigrantes humildes de forma preconceituosa. Esse cuidado com o narrador foi essencial para nos perguntar, por exemplo, o motivo para a frequência de enredos que envolviam a alta sociedade nos romances da fase 1840-1860 e a abordagem quase idealizada dela; ou a razão para o aumento das narrações em primeira pessoa no período seguinte.

Outro pressuposto importante para esta tese foi a utilização na área de Letras de um método de pesquisa mais comum nas Ciências Humanas, seguindo uma proposta de Franco Moretti. De acordo com ele, um pesquisador de literatura com formação em letras que usa métodos quantitativos, fazer um levantamento abrangente de obras, buscando e apresentando informações específicas que possam ser usadas e comparadas por pesquisadores futuros, pode ter um grande e benéfico impacto nos trabalhos sobre

---

<sup>449</sup> Ver Introdução desta tese.

literatura. Assim, procuramos todos os romances publicados no Segundo Reinado, mas, por uma questão de tempo, reduzimos nosso objeto àqueles cujas tramas se passavam no Rio de Janeiro oitocentista, chegando a 62 obras, *corpus* por si nada desprezível. Para cada uma delas, preenchemos uma tabela com dados objetivos (quantas referências a escravos; o número de alforrias; a profissão dos protagonistas; local de nascimento; enriquecimento etc.<sup>450</sup>), que foram o ponto de partida para as nossas reflexões. Foi a sistematização de dados sobre ascensão social em todos esses textos que permitiu, por exemplo, questionar a generalização de Roberto Schwarz sobre o romance oitocentista brasileiro a partir de sua análise da obra de José de Alencar. Segundo ele, as primeiras gerações de escritores brasileiros teriam repetido os temas e conflitos abordados pelos romancistas europeus, simplesmente ambientando as tramas em território nacional ou, no máximo, incluindo personagens secundários com características mais próximas da realidade brasileira. Nossa pesquisa mostrou que essa abordagem, apesar de especialmente acurada no que se refere aos enredos de José de Alencar, não pode ser estendida aos romances da época como um todo. Houve aspectos fundamentais e frequentes nos romances franceses e ingleses da primeira metade do século XIX, maior influência dos escritores brasileiros que aqui foram ignorados ou tratados de forma periférica por quase quatro décadas, como a caracterização de personagens como “burgueses” ou a descrição cuidadosa do processo de ascensão social.

Para defender nosso ponto de vista e compreender essa assimilação seletiva de aspectos do romance europeu, estendemos para a forma literária a abordagem teórica de Angela Alonso sobre ideologias, que ela chamou de “adoção seletiva de recursos culturais em repertório” ou, metaforicamente, de “caixa de ferramentas”. A socióloga argumenta que uma ideologia não é um produto fechado, que se adota ou se recusa na totalidade, pois o liberalismo foi sendo assimilado de forma parcial em todos os países (e não as mesmas partes em cada um deles); da mesma forma, os romancistas brasileiros também foram assimilando do modelo europeu aquilo que fazia sentido em nosso país e trataram do assunto da maneira que achavam mais adequada. Dos diversos estilos de romance que existiam, o tipo que cada autor brasileiro escolhia para seguir, assim como os temas eleitos para serem trasladados para o Brasil, relacionavam-se com as questões que ele queria ou precisava enfrentar, como afirmou Franco Moretti.

---

<sup>450</sup> Ver Anexo 2

Esse debate com Roberto Schwarz tornou-se fundamental para a presente pesquisa, pois um elemento que evidencia a distância entre o que se fazia na Europa e no Brasil é justamente o tema da ascensão social. No capítulo 1, vimos que a questão estava no centro da obra de Balzac, Stendhal, do chamado folhetim e, embora sem a mesma força e com abordagem diferente, também da literatura inglesa; no entanto, nos romances brasileiros analisados no período 1840-1860, o tema foi ignorado ou apenas referido de forma superficial. Mesmo comparando a abordagem da ascensão que encontramos aqui nessa primeira fase com a de *Romance de um rapaz pobre*, que idealizava o processo, descobrimos que a ênfase era totalmente distinta. Ao invés de chamarem a atenção para a mobilidade social, os romancistas nacionais estavam preocupados em retratar a alta sociedade que se consolidava como referência cultural do país e procuraram mostrar suas características para o reduzido público leitor. A única importante exceção a essa regra foi *Memórias de um sargento de milícias*, que também ignorava a ascensão social, mas focava nos homens livres pobres. Em relação a este romance, aliás, contando com o avanço da historiografia desde a publicação do clássico ensaio *Dialética da malandragem*, de Antonio Candido, pudemos questionar a posição do sociólogo em relação ao grupo social retratado. Enquanto ele viu na vida das personagens uma espécie de ética da vadiagem, pudemos demonstrar que elas trabalhavam e que, inclusive, eram frequentemente referidas pelo seu ofício, evidenciando o papel fundamental do trabalho em suas vidas. Caracterizar o grupo pelo ócio significa reproduzir o discurso da elite da época, que não respeitava o tipo de emprego exercido pelos pobres da cidade, precário por falta de oportunidade melhor.

As décadas de 1860/1870 foram de intensas transformações sociais que, evidentemente, tiveram forte impacto nos temas desenvolvidos nos romances e na forma de abordá-los. A escravidão, por exemplo, que até então não era mais do que um pano de fundo para as histórias, passou para o centro das atenções, por conta do desenvolvimento do movimento abolicionista. Vimos que autores defensores da manutenção da instituição escravista aumentaram o número de referências aos cativos em suas obras para reforçar o papel da escravidão na sociedade e com isso preservá-la; e, por outro lado, alguns romancistas a favor da abolição criaram enredos que realçavam os aspectos bárbaros da escravidão, tentando jogar os leitores contra o “cancro da sociedade”, como se disse na época. O crescimento da cidade e a multiplicação das oportunidades para a população

qualificada, ao lado do início da decadência econômica dos grandes proprietários de terra e de escravos do Rio de Janeiro, deram força aos grupos sociais que, se por um lado podiam ser vistos como parte da elite, por outro estavam excluídos da alta sociedade, mas naquele momento decidiram lutar para chegar ao topo da hierarquia. Essas novas vozes apareceram também nos romances, com a valorização de personagens pertencentes a essas camadas, alguns deles tornando-se narradores das histórias – daí a intensificação de narrações em primeira pessoa notada nessa fase. O foco nessas figuras que buscavam ingressar na alta sociedade levou também a um aumento de interesse na mobilidade social, mais presente agora do que nos momentos anteriores, porém a descrição do processo de ascensão em si permaneceu imprecisa, sendo feita normalmente em poucas linhas, no máximo alguns parágrafos.

A década de 1880 viu a temática da escravidão desaparecer do centro dos romances, mas, ao mesmo tempo, tornou-se mais frequente encontrar críticas à escravidão como um lugar comum, evidenciando que de certa maneira a vitória já tinha chegado. Outra diferença observada foi a utilização do termo “burguês” como forma de caracterização de personagens. Comum na França desde pelo menos a década de 1830, só difundiu-se no Brasil nos últimos anos do Império, provavelmente porque o fenômeno do enriquecimento através dos negócios ganhou proporção inédita por aquela época. No entanto, aqui a expressão foi aplicada sempre a uma personagem recém-enriquecida, normalmente através do comércio, encarada com reserva pela elite tradicional e também pelo narrador, que adotava um ponto de vista conservador e, neste sentido, antiburguês. Essa abordagem perdera força na Europa na segunda metade do século XIX, porém foi a adotada pelos romancistas brasileiros, reforçando a lógica de uma certa autonomia nacional em relação à matriz europeia. Já em relação à diversificação das camadas sociais representadas e o maior cuidado com a caracterização socioeconômica das personagens encontrada na fase anterior, houve então uma intensificação da tendência. Isso ficou especialmente claro quando acompanhamos de perto a produção de Machado de Assis, de *A Ressureição*, seu primeiro romance, até *Quincas Borba*, o último dentro do recorte temporal desta pesquisa. Amparados na brilhante análise da primeira fase do autor por Roberto Schwarz, vimos um aumento progressivo das referências sociais e econômicas das personagens, bem como uma maior variedade de grupos sociais retratados. A partir de *Iaiá Garcia* e, sobretudo, de



*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a relação entre condição socioeconômica e atitudes das personagens atinge uma complexidade até então inédita na produção literária nacional que, em *Quincas Borba*, alcança o tema da ascensão social.

Pela primeira vez no romance nacional, ao menos dentro do escopo desta pesquisa, mas provavelmente em todo o Império, a tentativa de um homem de ser aceito pela alta sociedade ocupa o centro do enredo. Sem o refinamento necessário, nem apadrinhamento ou o casamento com uma família tradicional, mas rico, o protagonista Rubião acaba sendo vítima da exploração de um burguês casado com uma aristocrata e fracassa no seu projeto de alcançar o topo da hierarquia. O cuidado de Machado de Assis com os elementos de cada uma das personagens envolvidas faz de *Quincas Borba* a obra que aborda o tema da ascensão social de forma mais complexa em todo o período. De um lado, um homem modestamente educado, do interior de Minas Gerais, que se torna milionário devido a uma herança repentina e inesperada; de outro, um comerciante que enriquece progressivamente, metucioso e sem escrúpulos ao lado de sua vaidosa esposa com sobrenome de peso; tudo é pensado para fazer esse confronto velado funcionar de forma progressiva, sutil e verossímil. A miséria e o enlouquecimento de Rubião não deixam dúvidas sobre o resultado dos planos da personagem, ao mesmo tempo em que o romance realça os sutis porém rigorosos obstáculos impostos pela alta sociedade a qualquer um que desejasse ingressar em suas fileiras; no entanto, o absoluto sucesso do negociante Palha evidencia que havia um caminho possível até o topo.

Outro autor que se preocupou em retratar minuciosamente o processo de mobilidade social foi Aluísio Azevedo. Em *Filomena Borges*, o romancista seguiu um caminho semelhante ao de Machado de Assis em *Quincas Borba*, tentando mostrar que a aceitação pela elite dependia da assimilação, por parte da personagem que ascende, de uma série de costumes e hábitos específicos, vistos pela alta sociedade como refinados ou civilizados. Apesar deste ponto em comum, os dois são romances muito distintos, pois o de Azevedo mantém um tom leve, quase cômico, e em nenhum momento faz alusão às importantes consequências sociais do processo de exclusão a que está se referindo. O autor buscou um caminho distinto em *O cortiço*, seu maior clássico. Nesta obra, somos apresentados à história de um cortiço do Rio de Janeiro a partir principalmente de duas personagens: o imigrante português, Jerônimo; e o proprietário do estabelecimento, João Romão, também

oriundo de Portugal, que nos interessa particularmente. Este, tendo chegado ao Brasil bastante pobre, foi enriquecendo devido unicamente ao seu esforço e conseguiu tornar-se dono de um imóvel, que transforma em cortiço. Movido pelo desejo de enriquecer, continuou trabalhando sem nunca pensar em usufruir o que conquistara, mantendo um padrão de vida compatível com sua origem humilde, inclusive casando-se informalmente com uma escrava. Só por esse trecho, já seria um novo passo no desenvolvimento do tema da ascensão social em nossa literatura, pois, como observou Antônio Candido, trata-se do primeiro protagonista com uma trajetória de ascensão pelo trabalho cuidadosamente descrita em um romance brasileiro. Aluísio Azevedo, porém, procurou avançar mais na questão. Ele plantou em João Romão um desejo de ganhar um título de nobreza, para não ficar atrás de seu vizinho recém-titulado, com quem tem uma rixa antiga. A partir do momento em que decide mudar de *status*, João Romão altera o seu comportamento, pois sabe que ninguém o reconhecera como parte da elite se mantivesse os mesmos hábitos e as mesmas companhias. Nesse aspecto, porém, a abordagem da mobilidade social perde em complexidade literária, pois, apesar de mostrar a inabilidade da personagem em comportar-se “adequadamente”, o romancista deixa indicado que ela superou os obstáculos e foi aceita em uma família tradicional por conta unicamente de sua riqueza.

Não deixa de ser sintomático que as duas primeiras histórias centradas na descrição de uma ascensão social bem sucedida e baseada no trabalho (caso consideremos o Palha um dos protagonistas de *Quincas Borba*) tenham sido elaboradas no apagar das luzes da Monarquia e publicadas logo após o seu fim. Ao longo do período imperial, a difusão incipiente e parcial do liberalismo (situação em nada particular ao caso brasileiro) permitia a manutenção de uma sociedade que se via como dividida em camadas quase estáticas, herança do período colonial favorecida pela manutenção da escravidão, o que comprometia ou atrapalhava a reflexão dos romancistas sobre a ascensão social. Nesse sentido, a implantação do sistema republicano, baseado em uma ideologia que defendia a abertura das oportunidades ao talento individual, talvez tenha estimulado a reflexão dos autores sobre o tema e a vontade de tratar dele. Machado de Assis escolheu reforçar a atitude excludente e exploradora da nossa elite, enquanto Aluísio Azevedo mostrou uma possibilidade de sucesso; os dois, porém, voltaram-se com o mesmo empenho – inédito – para a questão.

Não se trata de justificar o desenvolvimento desse assunto na nossa literatura a partir da mudança do sistema político, muito menos como reflexo trivial, pois vimos que muitos outros elementos contribuíram para tornar a mobilidade um alvo dos romancistas. Além disso, esta pesquisa não almejou encontrar as razões para determinados aspectos dos nossos romances, até porque a relação entre sociedade e literatura não se dá dessa forma direta. Nosso objetivo foi sempre o de compreender melhor a maneira pela qual a população brasileira, ou pelo menos um segmento dela, representado pelos escritores e pela imagem do público que eles consideravam, via e lidava com o fenômeno. Buscando compreender a complexa interação entre as alterações sociais e as representações literárias, acreditamos ter ampliado o conhecimento sobre a questão da ascensão durante o Império, avançando num assunto que ainda carece de mais atenção por parte dos interessados na sociedade dessa época. Nesse trajeto, a pesquisa enfrentou o difícil problema da subordinação da cultura brasileira aos modelos europeus. Sem negar o papel indiscutível destes para os autores nacionais, a comparação do tratamento da ascensão social nas duas áreas nos permitiu concluir que a relação que se estabelecia entre a arte europeia e a nossa, sendo uma influência decisiva, não era de simples imitação. Os romancistas do país permaneciam atentos ao que se fazia na França e na Inglaterra, pois queriam se manter atualizados com as novidades do “mundo civilizado”, mas não copiavam tudo o que viam – apenas aquilo que interessava. Ao fim do trabalho, podemos esperar que este grau de autonomia cultural encontrado pela pesquisa nos romances, ainda que precise ser sempre enunciado com cuidado para não parecer uma defesa nacionalista indesejada e fora de época, ajude a melhorar a nossa compreensão sobre a cultura e sociedade brasileiras de ontem e de hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Obras de referência citadas

ABREU, MARCIA (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.  
 \_\_\_\_ (Org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

\_\_\_\_ e BRAGANÇA, ANIBAL. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2010.

ALENCAR, JOSÉ. **Ao correr da pena**. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_. **Como e porque sou romancista**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf>>. Acesso em: 20/02/2015.

ALENCASTRO, LUIZ FELIPE. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Revista Novos Estudos**, n. 21, p. 30-56, 1988.

ALENCASTRO, LUIS FELIPE. Introdução. In: ALENCASTRO, LUÍS FELIPE. **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 10.

ALONSO, ANGELA. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, KEILA e SALLES, RICARDO. **O BRASIL IMPERIAL. VOLUME III: 1870 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

\_\_\_\_. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDERSON, BENEDICT. **Comunidades imaginadas**. Tradução: DENISE BOTTMAN. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, HOMERO VIZEU. **O futuro pifado na literatura brasileira**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

ASSIS, MACHADO. O passado, o presente e o futuro da literatura. In: ASSIS, MACHADO. (Organização de Miguel Sanches Neto.) **O ideal do crítico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

\_\_\_\_. **Iaiá Garcia**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

AUERBACH, ERICH. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

AZEVEDO, SÍLVIA MARIA. Joaquim Norberto e a invenção do folhetim nacional. In: NORBERTO, Joaquim. **Romances e novelas**. São Paulo: Landy, 2007.

BAKHTIN, MIKHAIL. **Questões de literatura e de estética**. Hucitec, São Paulo, 2000.

BOSI, ALFREDO. A escravidão entre dois liberalismos. In: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.

BOUCINHAS, ANDRÉ DUTRA. **Consumo e comportamento no Rio de Janeiro na década de 1870**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. O segredo de Escobar. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, n. 105, 2015. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-segredo-de-escobar>>. Acesso em: 27.02.2016.

CANDIDO, ANTÔNIO. Crítica e sociologia. In: CANDIDO, ANTÔNIO. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

\_\_\_\_\_. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, ANTÔNIO. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

\_\_\_\_\_. De cortiço a cortiço. In: CANDIDO, ANTÔNIO. **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

\_\_\_\_\_. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.

\_\_\_\_\_. Os fracassos de João Romão e Rubião. **Revista Olho d'Água**, v.1, n.2, 2009. Disponível em <<http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/view/26>>. Acesso em 11/03/2016.

CASTRO, HEBE MARIA MATTOS. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, JOSÉ MURILO. **A construção da ordem/Império das sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, MARIA AMÁLIA VAZ. Introdução. In: FEUILLET, OCTAVE. **O romance dum rapaz pobre**. Tradutor: CAMILO CASTELO BRANCO. Edição digital: (zero papel), dezembro de 2011.

CHALHOUB, SIDNEY. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cidade febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX).**

Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/315/271>>. Acesso em: 27.02.2016.

CONRAD, ROBERT. **Os últimos anos da escravatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORREA, MARCELO. **Brasil tem a segunda pior distribuição de renda em ranking da OCDE.**

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-tem-segunda-pior-distribuicao-de-renda-em-ranking-da-ocde-7887116>>. Acesso em: 27.02.2016.

COSTA, EMILIA VIOTTI. **Da Monarquia à República.** São Paulo: Unesp, 2007.

COSTA, JURANDIR FREIRE. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAUMARD, ADELIN. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa.** Tradução: CECÍLIA BONAMINE.

São Paulo: Perspectiva, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os burgueses e a burguesia na França.** Tradução: ANTÔNIO DE PADUA DANESI. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DUNLOP, C. J. **Subsídios para a História do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008.

EI FAR, ALESSANDRA. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924).** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ELIAS, NORBERT. **O processo civilizador.** v. 1. Tradução: RUY JUNGSMANN. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os alemães.** Tradução: ÁLVARO CABRAL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FAORO, RAIMUNDO. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio.** Rio de Janeiro: Globo, 1988.

FLORENTINO, MANOLO. **Tráfico atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, 1870 – 1830.** In: História: Questões & Debates, n. 51, 2009. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/19985/13171>>. Acesso em: 27.02.2016.

FARIA, SHEILA DE CASTRO. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850).** In: SOARES, MARIZA DE CARVALHO (Org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benin ao Rio de Janeiro.** Niterói: Eduff, 2007.

FERREIRA, TANIA MARIA TAVARES BESSONE DA CRUZ. **Bibliotecas de médicos e advogados do Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar.** In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas: Mercado de Letras, 1999.

FISCHER, LUIS AUGUSTO. **Machado e Borges.** Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

FORTESCUE, WILLIAM. **Revolução e Contra-Revolução na França: 1815 – 1852**. Tradução: ÁLVARO CABRAL. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRAGOSO, JOÃO LUÍS. **Homens de grossa aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, MARIA SYLVIA DE CARVALHO. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREYRE, GILBERTO. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ingleses no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FURET, FRANÇOIS. **O homem romântico**. Tradução: MIGUEL SERRAS PEREIRA. Lisboa: Presença, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Revolução em debate**. Tradução: REGINA CÉLIA BICALHO PRATES E SILVA. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

FURTADO, CELSO. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GAY, PETER. **Guerras do Prazer**. Tradução: ROSAURA EICHENBERG. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GLEDSON, JOHN. **Machado de Assis: ficção e história**. Tradução: SONIA COUTINHO. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GODINHO, VITORINO MAGALHÃES. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1975.

GRAHAM, SANDRA L. O Motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. **Revista Brasileira de História**, v. 10, n. 20, 1991.

GRINBERG, KEILA e SALLES, RICARDO. **O Brasil Imperial. Volume III: 1870 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GONDIM, EUNICE RIBEIRO. **Vida e obra de Paula Brito**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.

HARVEY, DAVID. **Paris: capital da modernidade**. Tradução: ARTUR RENZO. São Paulo: Boitempo, 2015.

HALLEWELL, LAURENCE. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução: MARIA DA PENHA VILALOBOS. São Paulo: Edusp, 2005.

HUNT, LYNN. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução: ROSAURA EICHENBERG. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ISER, WOLFGANG. Os atos de fingir ou o que é fictício no ficcional. In: LIMA, LUIZ COSTA (Org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2v.

JOBIM, JOSÉ LUIS (Org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. p. 34-90.

KARASCH, MARY C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 – 1850**. Tradução: PEDRO MAIA SOARES. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEVI, GIOVANNI. Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo. In: REVEL, J. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Tradução: DORA ROCHA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOBO, EULÁLIA. Evolução de preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 25, p.235-265, 1971.

LLOSA, MARIO VARGAS. **A orgia perpétua: Flaubert e Madame Bovary**. Tradução: JOSE RUBENS SIQUEIRA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LUKÁCS, GEORG. **A teoria do romance**. Tradução: JOSE MARCOS MARIANI DE MACEDO. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2000.

LUSTOSA, ISABEL. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.175.

MACHADO, UBIRATAN. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro, Tinta Negra Bazar, 2010.

MASSA, JEAN MICHEL. A biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luis (Org.). **A biblioteca de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

\_\_\_\_\_. **A juventude de Machado de Assis (1839-1870): ensaio de biografia intelectual**. Tradução: MARCO AURÉLIO DE MOURA MATOS. São Paulo: UNESP, 2009.

MATTOS, HEBE MARIA. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, ILMAR. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAURO, FRÉDÉRIC. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II**. Tradução: TOMAS ROSA BUENO. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MEDEIROS, MARCELO; SOUZA, PEDRO H. G. F.; CASTRO, FABIO ÁVILA. **O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012**. (August 14, 2014). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2479685>>. Acesso em: 31.07.2015.

\_\_\_\_\_; GALVÃO, JULIANA CASTRO. **Educação e o rendimento dos ricos no Brasil**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2080.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2080.pdf)>. Acesso em: 31.07.2015.

MELLO, PEDRO CARVALHO. **A economia da escravidão nas fazendas de café, 1850-1888**. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1984.

MELLO E SOUZA, ANTÔNIO CANDIDO. Crítica e sociologia. In: MELLO E SOUZA, ANTÔNIO CANDIDO. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.



MEYER, ARNO. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime**. Tradução: DENISE BOTTMAN. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MEYER, MARLYSE. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MORETTI, FRANCO. Conjecturas sobre a literatura mundial. In **Contracorrente: o melhor da New Left Review em 2000**. Tradução: LUIZ OLÁVIO SOARES. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Atlas do romance europeu. 1800 – 1900**. Tradução: SANDRA GUARDINI VASCONCELOS. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **A literatura vista de longe**. Tradução: ANSELMO PESSOA NETO. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

\_\_\_\_\_. **A cultura do romance**. Tradução: DENISE BOTTMAN. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

\_\_\_\_\_. **O burguês: entre a história e a literatura**. Tradução: ALEXANDRE MORALES. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

NABUCO, JOAQUIM. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

NADAF, YASMIN JAMIL. **Rodapé das miscelâneas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

NEEDELL, JEFFREY D. **Belle époque tropical**. Tradução: CELSO NOGUEIRA. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PARRON, TÂMIS. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PIKKETY, THOMAS. **O capital no século XXI**. Tradução: MONICA BAUMGARTEN DE BOLLE. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHO, WANDERLEY. **Salões e damas do Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.

PINTO, ANA FLAVIA MAGALHÃES. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. Campinas: Tese (Doutorado em História Social) UNICAMP, 2014.

PIZZA, DANIEL. **Machado de Assis: um gênio brasileiro**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2008.

POPINIGIS, FABIANE. **Proletários de casaca**. Campinas: Unicamp, 2007.

QUEIROZ, JULIANA MAIA. Em busca de romances: um passeio por um catálogo da Livraria Garnier. In: ABREU, Marcia (Org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

RAINHO, MARIA DO CARMO TEIXEIRA. **A cidade e a moda**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

RENAULT, DELSO. **Indústria, escravidão, sociedade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

REEVE, CLARA. **The progress of romance**. Citado em VASCONCELOS

SCHAPOCHNIK, NELSON. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

SCHWARZ, ROBERTO. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2006.

\_\_\_\_\_. Por que “ideias fora do lugar”? In: SCHWARZ, ROBERTO. **Martinha versus Lucrecia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 165-183.

SENNA, MARTA. **O olhar oblíquo do bruxo: ensaios em torno de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Alusão e zombaria: citações e referências na ficção de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008.

SERRA, TANIA REBELO COSTA. **Antologia do romance-folhetim (1839-1870)**. Brasília: UNB, 1997.

SOARES, LUIZ CARLOS. **O povo de Cam na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

TAILLANDIER, FRANÇOIS. **Balzac**. Tradução: ILANA HEINEBERG. Porto Alegre: L&PM, 2006.

TOCQUEVILLE, ALEXIS. **O Antigo Regime e a Revolução**. Tradução: YVONE JEAN. Brasília: Universidade Brasília, 1982.

TROTTER, DAVID. Introdução. In: DICKENS, CHARLES. **Grandes Esperanças**. Tradução: PAULO HENRIQUE BRITOS. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012. p. 9 – 26.

TUCHMAN, BARBARA. **A torre do orgulho**. Tradução: JOÃO PEREIRA BASTOS. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VAINFAS, RONALDO. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VASCONCELOS, SANDRA GUARDINI. **Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII**. São Paulo: Boitempo, 2002.

WATT, IAN. **A ascensão do romance**. Tradução: HILDEGARD FEIST. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

## Romances citados

### Estrangeiros

AUSTEN, JANE. **Mansfield Park**. Tradução: HILDEGARD FEIST. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2014.

BALZAC, HONORÉ. **O pai Goriot**. Tradução: CELIA PORTOCARRERO E ILANA HEINEBERG. Porto Alegre: L&PM, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ascensão e queda de Cesar Birotteau**. Tradução: HERCULANO VILLAS-BOAS. Porto Alegre: L&PM, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ilusões perdidas**. Tradução: ROSA FREIRE D'AGUIAR. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **A comédia humana: estudos de costumes/cenas da vida privada**. Tradução: VIDAL DE OLIVEIRA. São Paulo: Globo, 2012.

DICKENS, CHARLES. **Grandes esperanças**. Tradução: São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

FEUILLET, OCTAVE. **O romance dum rapaz pobre**. Tradutor: CAMILO CASTELO BRANCO. Edição digital: (zero papel), 2011.

FLAUBERT, GUSTAVE. **Madame Bovary**. Tradução: FÚLVIA MORETO. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

STHENDAL. **O vermelho e o negro**. Tradução: RAQUEL PRADO. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

THACKERAY, W. M. **O livro dos esnobes escrito por um deles**. Tradução: Reinaldo Guarany. Porto Alegre: L&PM, 1998.

### Brasileiros

ALENCAR, JOSÉ. *Ex-homem*. In: ALENCAR, JOSÉ. **Obras completas**. v.3. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.

\_\_\_\_\_. *Tronco do Ipê* [1871]. In: **Obras selecionadas de José de Alencar**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira Divulgação do Livro, s/d.

\_\_\_\_\_. *A pata da gazela* [1870]. In: **Obras selecionadas de José de Alencar**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira Divulgação do Livro, s/d.

\_\_\_\_\_. *Encarnação* [1877]. In: **Obras selecionadas de José de Alencar**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira Divulgação do Livro, s/d.

\_\_\_\_\_. *Diva* [1964]. In: **Obras selecionadas de José de Alencar**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira Divulgação do Livro, s/d.

\_\_\_\_\_. *As Minas de Prata*. In: **Obras selecionadas de José de Alencar**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira Divulgação do Livro, s/d.

\_\_\_\_\_. **Senhora**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Lucíola**. Porto Alegre: LP&M, 1999.

\_\_\_\_\_. **A viuvinha**. Disponível em:  
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000077.pdf>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Cinco minutos**. Disponível em:  
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000128.pdf>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Sonhos d'Ouro**. Disponível em:  
<[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/sonhos\\_doro.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/sonhos_doro.pdf)>. Acesso em:  
27.02.2016.

ALMEIDA, JULIA LOPES. **Memórias de Marta**. Florianópolis: Mulheres, 2007.

ALMEIDA, MANUEL ANTÔNIO. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

AZEVEDO, ALUÍSIO. **O Cortiço**. Santiago: O Globo/Klick, 1997.

\_\_\_\_\_. **Casa de Pensão**. São Paulo: Ateliê, 2014.

\_\_\_\_\_. **Filomena Borges**. Biblioteca Digital. s/d.

\_\_\_\_\_. **O coruja**. Disponível em:  
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000205.pdf>>. Acesso em: 27.02.2016

\_\_\_\_\_. **O homem**. Disponível em:  
<[http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/AluizioAzevedo/O\\_Homem.htm](http://www.biblio.com.br/default.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/AluizioAzevedo/O_Homem.htm)>. Acesso em: 27.02.2016

\_\_\_\_\_. **Mistério da Tijuca** (*Girândola de amores*). Disponível em:  
<<http://www.projetolivrolivre.com/Aluisio%20Azevedo%20-%20Girandola%20de%20Amores%20-%20Iba%20Mendes.pdf>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **A condessa Vesper**. Disponível em:  
<<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=28396>>. Acesso em:  
27.02.2016.

BASTOS, ALFREDO. **A madrastra**. Rio de Janeiro: Serafim José Alves, 1879.

BORMAN, MARIA BENEDITA CÂMARA. **Aurélia**. Disponível em:  
<[http://www.normatelles.com.br/livros/aurelia\\_final.pdf](http://www.normatelles.com.br/livros/aurelia_final.pdf)>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Duas irmãs**. Disponível em: <[http://www.normatelles.com.br/livros/Duas\\_Irmas.pdf](http://www.normatelles.com.br/livros/Duas_Irmas.pdf)>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Uma vítima**. Disponível em: <[http://www.normatelles.com.br/livros/Uma\\_Vitima.pdf](http://www.normatelles.com.br/livros/Uma_Vitima.pdf)>. Acesso em: 27.02.2016.

FRANÇA, GABRIELA DE JESUS FERREIRA. **Maria do Patrocínio ou O Patrocínio de Nossa Senhora**. 1879. (sem editor na cópia)

GUIMARÃES, BERNARDO. **A escrava Isaura**. São Paulo: Ática, 1995.

GUIMARÃES, FRANCISCO PINHEIRO. O comendador. *Jornal do Comércio*, 1856. Transcrito por HEINEBERG, ILANA. **La suite au prochain numéro**. Tese de doutorado disponível em: <[http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/teses/pdfs/ilana\\_annexes.pdf](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/teses/pdfs/ilana_annexes.pdf)>. Acesso em: 27.02.2016.

GUIMARÃES JR., LUÍS. **A família Agulha**. Disponível em: <<http://www.projetolivrolivre.com/A%20Familia%20Agulha%20-%20Luis%20Guimaraes%20Junior%20-%20Iba%20Mendes.pdf>>. Acesso em: 27.02.2016.

LEÃO, JOSÉ DA ROCHA. **Romances e tipos**. 1858 (sem editor na cópia)

\_\_\_\_\_. **Os amores da brasileira**. 1878 (sem editor na cópia)

MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **A carteira de meu tio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

\_\_\_\_\_. **A moreninha**. São Paulo: FTD, 1998.

\_\_\_\_\_. **Memórias do sobrinho do meu tio**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. A luneta mágica. In: MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **Obras**. Biblioteca Digital. s/d

\_\_\_\_\_. Vítimas algozes. In: MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **Obras**. Biblioteca Digital. s/d

\_\_\_\_\_. O moço loiro. In: MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **Obras**. Biblioteca Digital. s/d

\_\_\_\_\_. Os dois amores. In: MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **Obras**. Biblioteca Digital. s/d

\_\_\_\_\_. **Nina**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1871. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01068310#page/9/mode/1up>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Os quatro pontos cardeais**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier. s/d. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01069100#page/11/mode/1up>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **A misteriosa**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier. s/d. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01069100#page/11/mode/1up>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Amores de um médico**. São Paulo: C. Teixeira & Cia, s/d. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0005/index.htm>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **A baronesa de amor**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, s/d. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0013/index.htm>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Um noivo a duas noivas.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, s/d. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01068610#page/9/mode/1up>>. Acesso em: 27.02.2016.

MACEDO, JOAQUIM MANUEL. **Um noivo e duas noivas.** [1871]  
Tomo I: Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01068610>>. Acesso em: 27.02.2016.

Tomo II: Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01068620>>. Acesso em: 27.02.2016.

Tomo III: Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01068630>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Rosa.** Disponível em:  
<<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0283/index.htm>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **O culto ao dever.** Disponível em  
<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca/0260/index.htm>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **A namoradeira.** Rio de Janeiro: B. L. Garnier, s/d. Disponível em  
<<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01068110#page/7/mode/1up>>. Acesso em: 27.02.2016.

MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. Ressureição. In: MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas: v1.** Aguilar, 1971.

\_\_\_\_\_. A mão e a luva. In: MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas: v1.** Aguilar, 1971.

\_\_\_\_\_. HELENA. In: MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas: v1.** Aguilar, 1971.

\_\_\_\_\_. IAIÁ GARCIA. In: MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas: v1.** Aguilar, 1971.

\_\_\_\_\_. Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas: v1.** Aguilar, 1971.

\_\_\_\_\_. Quincas Borba. In: MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas: v1.** Aguilar, 1971.

\_\_\_\_\_. Dom Casmurro. In: MACHADO DE ASSIS, JOAQUIM MARIA. **Obras completas: v 1.** Aguilar, 1971.

\_\_\_\_\_. **Casa velha.** Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1999.

\_\_\_\_\_. **Obras completas.** v1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

MALLET, PARDAL. **Lar.** Rio de Janeiro, Typografia Central, 1888.

MENDONÇA, Lucio de. **O marido da adúltera**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em:  
<[http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/o\\_marido\\_da\\_adultera\\_-\\_lucio\\_de\\_mendonca\\_-\\_para\\_internet.pdf](http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/o_marido_da_adultera_-_lucio_de_mendonca_-_para_internet.pdf)>. Acesso em: 27.02.2016.

NOVAES, JUSTINO DE FIGUEIREDO. **Os dois loucos**. Rio de Janeiro: Typografia Guanabarensis, 1851.

POMPEIA, RAUL. **O Ateneu**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

SEABRA, Bruno Henrique de Almeida. **Paulo**. Disponível em:  
<<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=28304>>. Acesso em: 27.02.2016.

\_\_\_\_\_. **Memórias de um pobre diabo, por Aristóteles de Sousa**. Rio de Janeiro: Livraria Luso-Brasileira, 1868.

SILVA, Joaquim Norberto Souza. O testamento falso. In: SILVA, JOAQUIM NORBERTO SOUZA. **Romances e novelas**. São Paulo: Landy, 2007.

\_\_\_\_\_. Maria ou vinte anos depois. In: SILVA, JOAQUIM NORBERTO SOUZA. **Romances e novelas**. São Paulo: Landy, 2007.

TAUNAY, ALFREDO D'ESCRAIGNOLLE. **Lágrimas do coração**. Livraria Garnier, 1873.

\_\_\_\_\_. **Ouro sobre azul**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1927. Disponível em: <<https://ia600300.us.archive.org/27/items/3516229/3516229.pdf>>. Acesso em: 27.02.2016.

TEIXEIRA E SOUZA, ANTÔNIO GONÇALVES. **O filho do pescador**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

## ANEXOS

### Anexo 1 - Bibliotecas consultadas

Biblioteca Nacional

Casa Rui Barbosa

Real Gabinete Português de Leitura

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ)

Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

Academia Brasileira de Letras

Centro Cultural do Banco do Brasil

Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos seguintes departamentos: CFCH, FL, IFCS, FCC  
PUC-RJ

Além disso, pesquisamos em sebos virtuais e nos seguintes sites que disponibilizam romances online:

<[www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/)>;

<[www.literaturabrasileira.ufsc.br](http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/)>;

<[www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br/)>;

<[www.letraseletras.com.br](http://www.letraseletras.com.br/)>;

<[www.brasiliana.usp.br/](http://www.brasiliana.usp.br/)>;

<[www.biblio.com.br](http://www.biblio.com.br/)>;

<[www.normatelles.com.br](http://www.normatelles.com.br/)>.



## Anexo 2 - O segredo de Escobar

REVISTA PIAUÍ EDIÇÃO 105 | JUNHO DE 2015

Bento Santiago tinha razões concretas para se sentir ameaçado por seu antigo amigo de seminário

ANDRÉ DUTRA BOUCINHAS

Bento Santiago, protagonista e narrador do romance, de Machado de Assis, trabalhava em casa quando foi interrompido por um escravo que fazia alarido ao portão. O criado, propriedade de seu velho conhecido Escobar, estava aflito e pedia ajuda. “Para ir lá... sinhô nadando, sinhô morrendo”, anunciou. Bento correu à praia do Flamengo o mais rápido que pôde, mas não havia mais nada a fazer além de confirmar a morte do amigo. Arranjou-se velório e enterro para o mesmo dia e, “na hora da encomendação e da partida”, o desespero de Sancha, esposa do falecido, “consternou a todos”, levando homens e mulheres ao choro. É nesse momento tumultuado que ocorre o fato decisivo da narrativa: Bento notou “que os olhos de Capitu fitaram o defunto, quais os da viúva, sem o pranto nem palavras desta, mas grandes e abertos, como a vaga do mar lá fora, como se quisesse tragar também o nadador da manhã”. Nascia nele a dúvida sobre a traição.

A semelhança entre Ezequiel, filho do casal, e o finado Escobar, reparada um ano depois, foi a evidência final de que o protagonista precisava para se convencer do adultério. O casamento desgastou-se, e em pouco tempo a simples presença do filho já lhe era insuportável. Considerou se matar colocando veneno no café, acabou por desistir no último instante, por falta de coragem. E recuou de outra ideia impulsiva, que faria dele não um suicida, e sim um assassino: a de passar a xícara ao menino. Não deixou de confrontar a mulher, contudo. Ela riu e respondeu ao marido num tom, segundo o narrador, ao mesmo tempo irônico e melancólico. “Pois até os defuntos!”, reclamou. “Nem os mortos escapam aos seus ciúmes!” Concordando que os dois, filho e falecido, se pareciam, Capitu justificou a coincidência pela “vontade de Deus”. Dali em diante passariam a levar vidas separadas, mantendo as aparências.

Capitu traiu ou não traiu Bentinho? Sobre essa suspeita, a mais famosa da literatura brasileira, há uma outra pergunta que, surpreendentemente, não costuma ser feita: o que Capitu teria visto em Escobar? Ou, caso se acredite na inocência da moça, por que Bento Santiago enxergou no amigo uma ameaça? Sabemos que era ciumento, mas todas as suas

crises haviam sido sempre passageiras – menos esta. É verdade que não faltavam a Escobar elementos capazes de atrair uma mulher, como o porte de atleta, o sucesso profissional, o espírito prático. E poderíamos menosprezar a questão, supondo que o coração tem lá seus motivos insondáveis. Se estivéssemos falando de José de Alencar, ou mesmo da primeira fase de Machado de Assis, essas explicações talvez bastassem. Talvez. Mas não em . Nada ali pode ser descartado como gratuito ou não significativo – muito menos Escobar, elemento central da história.

Muito se avançou na compreensão dos romances machadianos quando se prestou a devida atenção a características nada fortuitas dos personagens, em especial seus perfis socioeconômicos. Enxergar Capitu, como fez Roberto Schwarz em *Duas Meninas*, como uma figura subalterna da família Santiago acrescenta uma nova perspectiva ao romance: ele passa a ser também o relato da trajetória de uma moça que, independentemente do que sentia pelo vizinho, sabia que casar-se com ele significaria ascensão social. Ao mesmo tempo, Bento Santiago, um típico representante da tradicional elite carioca, narra sua história como bem entende, ressaltando ou omitindo o que lhe convém, com a mesma arbitrariedade e o mesmo elitismo com que seus pares escreviam a história do Brasil ou comandavam o país. Até agora, porém, pouco se disse do suposto traidor. Afinal, quem era Escobar? Por que Machado de Assis escolheu esse homem para completar o triângulo amoroso? Uma tese recente de história econômica pode ajudar a formular uma nova hipótese para a questão.

No ano passado, quando estive no Brasil para lançar *O Capital no Século XXI*, o economista francês Thomas Piketty afirmou que não incluiu o país em seu celebrado livro sobre a evolução da desigualdade no mundo devido à falta de transparência nos dados do imposto de renda por aqui. De toda forma, acrescentou que àquela altura já trabalhava com as informações disponíveis para o período entre 1930 e 1988, liberadas para consulta pública, e que ainda esperava conseguir dados referentes ao último quarto de século. Ao que tudo indica, ele não planeja ampliar o foco de sua pesquisa retrocedendo ao nosso século XIX, como fez para França, Inglaterra e Estados Unidos. É uma pena. A comparação do Brasil oitocentista com esses países no mesmo período contribuiria não só para nossos estudos de economia e história econômica, como para os de crítica literária.

Há indícios de que os níveis de desigualdade observados nos países ricos fossem análogos aos brasileiros. Piketty afirmou, por exemplo, que em 1870 os 10% mais ricos da Europa possuíam 85% de toda a riqueza disponível; já nos Estados Unidos, a mesma fatia da população detinha 70% dos bens. Em levantamento feito nos inventários *post mortem* no Rio de Janeiro do mesmo ano, observei que os 10% do topo acumulavam 59% do total arrolado nesses documentos, que descreviam e avaliavam todas as posses do falecido. Num primeiro momento, os números surpreendem porque mostram um país menos injusto do que os europeus e os Estados Unidos, impressão que aumenta quando descobrimos, ainda com o economista francês, que as capitais tendem a apresentar maior concentração do que o país como um todo. Depois de décadas vendo o Brasil no topo de todas as listas de desigualdade do mundo, isso seria uma bela surpresa, mas existe pelo menos uma explicação simples para ela. Como escravos e miseráveis não abriam inventários – estes porque não possuíam nada; aqueles, por não terem o direito de fazê-lo, além de em geral não possuírem nada –, nenhum dos dois aparece na estatística, mascarando a concentração. Se Piketty expandisse sua pesquisa para o Brasil oitocentista, poderíamos medir de forma mais precisa e ampla sua distribuição de renda e riqueza e nos aprofundar nas razões para essa diferença entre países ricos e pobres no século XIX.

Seria talvez pedir demais que o autor se ocupasse também de nossa literatura, à maneira como fez, de modo magistral, com grandes obras francesas e inglesas do século XIX. Para ele, Honoré de Balzac e Jane Austen “possuíam um conhecimento íntimo da hierarquia da riqueza em suas sociedades” e “desnudaram os meandros da desigualdade com um poder evocativo e uma verossimilhança que nenhuma análise teórica ou estatística seria capaz de alcançar”. Tal habilidade, ainda que notável nos dois escritores, não deveria surpreender. Representar o cotidiano de forma detalhada e verossímil é a própria essência do romance nos séculos XVIII e XIX, como assinalaram Erich Auerbach, Ian Watt e, mais recentemente, Franco Moretti, três teóricos de escolas diferentes, mas afinados nesse ponto. Assim, nada mais natural que essa “atenção à realidade”, capaz de tornar obras de ficção documentos relevantes para as ciências sociais, possa ser encontrada em romancistas brasileiros. Entre eles, é claro, Machado de Assis. Voltamos a *Dom Casmurro*.

Trata-se, como todo mundo sabe, da conturbada história de amor entre Bentinho e Capitu, com um detalhe que, na verdade, constitui o ponto fundamental para a

compreensão do romance: o protagonista é o próprio narrador, disposto a convencer o leitor de sua posição de vítima inocente de uma traição indesculpável. Sendo bacharel em direito, como mandava o figurino das grandes famílias da época, tem consciência de que precisa provar o seu caráter confiável. Para isso, no século XIX, nada mais decisivo do que identificar-se como parte da “boa sociedade”. Assim, como quem não quer nada, o narrador revela logo no segundo capítulo que mora em casa própria, construída a seu mando, num bairro valorizado. Poucas páginas depois, somos também informados de que, quando nasceu, sua família vivia em uma fazenda repleta de escravos e possuía residência no Centro da cidade, para onde se mudaram em definitivo após alguns anos. Na morte do pai, sua mãe resolveu vender a propriedade, bem como os escravos, e com o dinheiro comprou “uma dúzia de prédios” para alugar.

Caracterizar a família Santiago como rica proprietária foi uma das prioridades do narrador/advogado, e com razão. Na Europa oitocentista, Piketty demonstrou que o rendimento de um imóvel urbano ou de uma propriedade rural girava em torno de 5% ao ano, maior do que um salário poderia propiciar, mesmo a profissionais valorizados, em um século com inflação e crescimento baixos no longo prazo. Foi exatamente o que tentou esclarecer Vautrin, personagem sem escrúpulo de Balzac, ao ingênuo Rastignac, no romance *O Pai Goriot*, em trecho muito discutido n’*O Capital no Século XXI*: estudando direito, Rastignac na melhor das hipóteses obteria, como juiz, um ordenado de uns 1 200 francos por ano; por outro lado, se casasse com uma herdeira de 1 milhão de francos, receberia de imediato uma renda anual de 50 mil francos, o que equivalia ao máximo que um advogado poderia sonhar após quatro décadas de trabalho duro, muita sorte e bons contatos. Vautrin estava certo, e de quebra explicitou a chave da altíssima concentração de riqueza e da força da aristocracia fundiária europeia naquele século: os grandes proprietários tinham mais condições de acumular renda do que os que começavam a vida sem nada, contribuindo assim para a manutenção da hierarquia socioeconômica, sem alterações significativas no topo da pirâmide.

Machado de Assis, em *Dom Casmurro*, não deixou dúvidas sobre a importância de se ter propriedades no Brasil imperial. Escobar, tentando convencer o amigo da superioridade dos algarismos sobre o alfabeto – em última instância, o elogio do conhecimento prático –, pede que Bento informe o número de casas da família e o valor dos aluguéis para, segundo

ele, demonstrar sua capacidade de realizar rapidamente cálculos de cabeça, algo impossível para problemas metafísicos. Eram nove imóveis, e mesmo assim ele chega sem dificuldade ao valor total de 1:070\$000 (1 conto e 70 mil réis) mensais. Para termos uma ideia do que isso significava, um funcionário de nível médio ganhava, nos anos 1860, algo em torno de 150\$000 mensais, um chefe de polícia, 250\$000, e um simples guarda, 24\$000. Para se eleger deputado, uma pessoa precisava comprovar uma renda anual de 400\$000. Trocando em miúdos: bastavam os rendimentos dos imóveis para colocar os Santiago no topo da hierarquia econômica.

Os prédios, entretanto, não eram a única fonte de renda da família. Com o dinheiro da fazenda, a mãe de Bentinho adquiriu também novos cativos, decerto mais acostumados aos serviços urbanos, que “pôs ao ganho ou alugou”. O que não quer dizer que os Santiago vivessem sem o serviço direto deles, pois há referência a pelo menos outros nove escravos na casa, e provavelmente tinham mais. A alta sociedade não abria mão desses trabalhadores que, além de realizarem as tarefas do dia a dia, traziam prestígio para os seus senhores, na mesma proporção de seu número. Ser proprietário na corte, por boa parte do século XIX, significava ter imóveis e escravos, e o narrador não nos deixa esquecer de que sua família os possuía em abundância.

Quem não tinha posses precisava correr atrás de proteção e apadrinhamento. O exemplo mais notável e conhecido é o de José Dias, agregado típico, que mora na casa dos Santiago de favor, a que retribui com gratidão e servilismo. A melhor interpretação desse aspecto do personagem veio de Roberto Schwarz, ainda em *Duas Meninas*, que chamou a atenção para a sua primeira entrada no romance. Nela, “José Dias anuncia a dona Glória, mãe de Bentinho, ‘uma grande dificuldade’. Antes de explicá-la – trata-se do namoro de Capitu e Bentinho – vai prudentemente até a porta da sala, para ver se o menino não está ouvindo. A graça vem do contraste entre a gravidade vitoriana da pessoa e os cuidados subalternos a que se obriga”. Essa contradição, escreve Schwarz, “ecoa as funções representativa e prestativa do agregado, bem como a vivacidade de quem vive de expedientes. O leitor dirá se inventamos ao imaginar que a mesma estrutura dirige os passistas de escola de samba, vagarosos e principescos da cintura para cima, enquanto os pés se dedicam a um puladinho acelerado e diversificado”.

À primeira vista, o vizinho Pádua, pai de Capitu, vivia em condições muito superiores às de José Dias, pois tinha emprego público e casa própria, mas trata-se de outro tipo de dependente, como notou Schwarz. A precariedade de sua situação logo emerge, pois descobrimos que comprou a casa com dinheiro de loteria e que seu salário não sustenta um padrão de vida condizente com a residência. Vive saudoso do breve período em que foi administrador interino da repartição em que trabalhava, quando conseguia bancar algum luxo para a família; ao fim da promoção temporária, pensou em se matar, tamanha a vergonha de voltar à penúria de antes, e aparentemente desistiu por ordem de dona Glória. De fato, as condições de vida em sua casa, pelo menos aos olhos de Bentinho, não eram das melhores. Capitu, como fez questão de observar o narrador às vésperas do primeiro beijo, tinha apenas “um espelhinho de pataca (perdoai a barateza), comprado a um mascate italiano, moldura tosca, argolinha de latão”. A menina, por sua vez, compreende a delicadeza de sua situação, chegando a jogar na cara do namorado, em um de seus raros momentos de descontrole, que se fosse rica ele fugiria com ela.

A prova do status inferior da família do Pádua, bem como da sua consciência disso, é a constante disputa com José Dias, que o chama de “tartaruga” e de “gente reles”, além de acusá-lo de jogar a filha para cima de Bentinho. O episódio em que o agregado faz de tudo para impedir o vizinho de ocupar um lugar de prestígio numa procissão do Santíssimo, carregando uma das varas do pálido – o manto que cobria o vigário e o sacramento –, ilustra bem essa rivalidade. Não satisfeito em tomar a posição do outro, que a havia reservado com antecedência, quando conseguem uma segunda vara, faz questão de que seja Bento a dividir a honraria. O Pádua, proprietário por acaso, sabe que precisa entrar nesse jogo pela atenção dos Santiago e cede contrariado. Mais tarde, refere-se ao agregado como “parasita” em conversa com o futuro genro. Este, claro, se serve dos dois da maneira que melhor lhe convém, sempre sob o manto de sua pretensa ingenuidade.

A aristocracia fundiária europeia, segundo Piketty, conheceu o fim definitivo de sua hegemonia econômica e social na primeira metade do século XX, com a grande crise formada pelas duas guerras mundiais e o *crash* da Bolsa de Valores norte-americana. Até então, alguns burgueses obtinham mais prestígio devido ao enriquecimento nos negócios, porém poucos eram vistos como iguais pela elite tradicional. Enquanto alguns desses “novos ricos” reclamavam disso que consideravam uma injustiça, a maioria buscava, no fundo, a

aceitação por parte da nobreza, que muitos ainda viam, no fim do século XIX, como um grupo diferenciado.

Essa intensa competição por status foi muito bem retratada nos romances do período. Na obra balzaquiana, por exemplo, há inúmeros personagens que prosperaram pelas vias do trabalho e do talento nos negócios, que lutam para serem aceitos na alta sociedade – e que normalmente fracassam. Os exemplos mais explícitos são talvez os do protagonista da *Ascensão e Queda de César Birotteau*, que deixa para trás sua origem camponesa trabalhando no ramo da perfumaria, mas acaba enganado pela elite tradicional em um negócio milionário; e do pai Goriot, no romance de mesmo nome, que com sagacidade passa de operário a rentista, embora precise parar de ver as próprias filhas para, com suas maneiras rudes, não arruinar as chances delas na alta sociedade. A nobreza fundiária, apoiada na tradição, erudição e rendimentos de suas terras, procurou barrar a entrada desses *parvenus* ao topo da hierarquia social, abrindo exceções apenas a grupos específicos, como banqueiros e grandes comerciantes estabelecidos há mais de uma geração. Essa competição entre a burguesia arrivista e a aristocracia estabelecida não entrou no radar de Piketty, pois era muito reduzido o número de pessoas que por mérito individual conseguiam ascender da condição de classe média e buscavam os mesmos prestígios e privilégios das antigas famílias. No entanto, para esses “alpinistas” e para os que já estavam no topo da montanha havia séculos, essa disputa era o que existia de mais importante. Com adaptações, isso valia igualmente para o Brasil do final do século XIX, e quem sabia muito bem disso era, mais uma vez, Machado de Assis.

Personagens que ganham muito dinheiro pelo trabalho demoraram a aparecer na literatura brasileira, apesar de Balzac ter sido desde o início uma forte inspiração para os romancistas nacionais. Em *Ressurreição*, romance de estreia de Machado, cai nas mãos do protagonista, Félix, “uma inesperada herança, que o levantou da pobreza”. A solução era tão óbvia que ao narrador restou apenas reconhecer o fato e dizer que “só a Providência possui o segredo de não aborrecer com esses lances tão estafados no teatro”. Até os anos 1870, basicamente só se enriquecia nos romances brasileiros por meio de heranças ou casamentos, muito diferente dos casos do pai Goriot e de César Birotteau.

Foi também o autor de *Dom Casmurro* um dos romancistas que mais cedo se preocupou em desenvolver com seriedade e verossimilhança personagens que prosperavam

por mérito próprio. Exemplos na sociedade à sua volta podiam não abundar, mas existiam; ninguém ignorava o caso de Irineu Evangelista de Sousa, que aos 9 anos trabalhava o dia inteiro em um estabelecimento comercial na corte em troca de moradia e alimentação e, sem empurrãozinho da Providência, tornou-se dono de banco, o maior industrial do Brasil, controlando empresas em seis países, e um dos homens mais ricos do Império. Foi eleito deputado pelo Rio Grande do Sul quatro vezes, recebeu o título de barão de Mauá em 1854 e, vinte anos depois, coroando sua aceitação na alta sociedade, o de visconde com grandeza.

Encontramos exemplos de ascensão inegável até o topo tanto de brancos pobres quanto de mulatos, em áreas como jornalismo, política, comércio, direito e mesmo as artes plásticas. Francisco de Paula Brito, Luís Gama, Victor Meirelles, Francisco de Sales Torres Homem (até hoje o único negro a ocupar o cargo equivalente ao atual Ministério da Fazenda) talvez sejam os casos mais notáveis, mas estão longe de serem os únicos. Seus biógrafos, por motivos óbvios, tendem a tratar cada caso individualmente, sem se dedicar a uma interpretação de conjunto. A historiografia, a quem cabe essa tarefa, ainda não se ocupou do fenômeno, talvez pela longa e persistente tradição, de viés marxista, de análise da nossa sociedade colonial e imperial a partir de seus extremos: escravos e senhores. Embora a crítica a essa visão reducionista venha sendo feita desde a década de 1980, os estudos sobre a ascensão social de camadas intermediárias não avançaram muito.

Nos romances machadianos, o Palha, de *Quincas Borba*, é o primeiro exemplo bem-sucedido desse esforço de representar um *self-made man* nacional, mas o grande prestígio que alcança decorre também de seu casamento com Sofia, moça que possuía uma tia proprietária de terras – ainda que empobrecida – e uma tia-avó afilhada do vice-rei Luís de Vasconcelos. Outro é o Escobar. Se não podemos dizer que viesse de origem pobre, tudo parece indicar que se situava numa posição intermediária, inclusive pela ausência de referências a qualquer distinção de sua família. Filho de um advogado de Curitiba, área então sem grande relevo político, chega à capital para estudar no seminário, logo revelando sua intenção de trocar a batina pelo comércio. Além da facilidade com a matemática, tinha um parente comerciante no Rio de Janeiro, porém não ficamos sabendo se este o ajudou, ou de que forma, apenas que de fato enveredou por esse caminho e foi bem-sucedido.

Assim que saiu do seminário, nos anos 1860, Escobar resolveu vender café – era o momento do *boom* do produto brasileiro no mercado internacional, revelando seu ótimo



tino para os negócios. Foi ele quem conseguiu os primeiros clientes importantes de Bento, o que evidencia o tipo de pessoas com quem mantinha contato, bem como certa superioridade em relação ao amigo no que diz respeito à vida prática. Sua confortável situação financeira lhe permitiu comprar uma chácara no Andaraí e, mais tarde, trocá-la por uma casa no valorizado bairro do Flamengo, próxima à de Bento e Capitu. Acompanhava o casal, ao lado da mulher, em programas típicos da alta sociedade, como grandes bailes, chegando inclusive a propor que os quatro viajassem à Europa. Os indícios de seu sucesso são esparsos, mas inequívocos. Na fotografia de Escobar que Bentinho tem na parede, o amigo está “de pé, sobrecasaca abotoada, a mão esquerda no dorso de uma cadeira, a direita metida ao peito, o olhar ao longe para a esquerda do espectador”. A pose e as vestes, semelhantes às encontradas nos retratos da aristocracia fluminense da época, apresentam um homem bem-sucedido e confiante. Estavam então, lado a lado, a fina flor da elite carioca, advogado e proprietário, e um “trabalhador” e “bom negociante” (palavras do próprio narrador), sem um nome de família de respeito, com mentalidade prática e desdém pela erudição bacharelesca.

Querendo exibir suas qualidades desportivas – característica bastante burguesa, por sinal –, Escobar morre afogado na praia do Flamengo. No enterro, pomposo por exigência de Bentinho, encontramos mais evidências do status do amigo: “Praias, ruas, Praça da Glória, tudo eram carros, muitos deles particulares.” A morte de Escobar, em março de 1871 (“Nunca me esqueceu o mês nem o ano”), coincide com a posse, na presidência do Conselho de Ministros, do visconde do Rio Branco, que logo iniciou a discussão sobre a famosa Lei do Ventre Livre, assinada seis meses depois. Assim, a dúvida particular que acabou por destruir a vida de Bento Santiago nasceu ao lado da ansiedade dos proprietários de escravos diante da intensificação do movimento abolicionista.

Bentinho decide recontar sua história em 1899, dez anos após a Lei Áurea, que confirmou aquele medo e eliminou a principal fonte de rendimentos dos grandes proprietários de terras e de escravos sem nenhum tipo de compensação financeira, levando muitos a se endividar. Poderíamos dizer que a abolição cumpriu aqui um papel equivalente ao da Primeira Guerra Mundial na Europa, já que ambas colocaram um ponto final na hegemonia de uma elite economicamente antiquada.

Na passagem da monarquia para a república acontece também o Encilhamento, que muitos consideram ter liquidado os antigos valores da sociedade, elevando o dinheiro acima de todos eles. Tratou-se na verdade de uma “bolha” especulativa na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, impulsionada pela reforma de Rui Barbosa que, entre outros, buscava estimular a industrialização e facilitou a emissão monetária durante o primeiro governo republicano. A imagem que chegou até nós desse momento foi pintada por Alfredo Taunay no romance *O Encilhamento*, em que caracteriza tudo o que se refere a essa política econômica como irresponsável, corrupto e fracassado. Hoje se sabe que não foi bem assim, mas Taunay, como Bento Santiago, era parte da “boa sociedade” do Império e via nessa nova ordem social o fim do seu mundo aristocrático e a ascensão de outro, burguês, inferior. Como mostrou Gustavo Franco, talvez o primeiro estudioso a levar a sério o interesse de Machado de Assis por assuntos financeiros, a visão do romancista sobre o evento era menos pessimista, mas ele ainda assim explicitou em seus romances o que pensava dele a antiga elite. Em *Esaú e Jacó*, por exemplo, o conselheiro Aires, diplomata que fez carreira durante o Segundo Reinado, conhecido por sua moderação, emitiu a seguinte opinião sobre o tema: “Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. [...] Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos.” Para a aristocracia tradicional fluminense, a virada do século não parecia anunciar boas-novas, e sim o seu ocaso definitivo.

O próprio Bento, na abertura do livro, conta que àquela altura tem um único criado e mobília velha, reforçando a impressão de decadência que a melancolia do narrador (contrabalançada por um humor cortante, como quase sempre em Machado) sugere o tempo todo. Nessas circunstâncias, nada mais natural que um homem como ele procurasse reafirmar, para todos e sobretudo para ele mesmo, que Escobar fora a origem de sua desgraça. A ruína de Bentinho representa também a do grupo social do qual fazia parte – uma analogia que, como quase todo comentário político e social na obra machadiana, aparece nas entrelinhas, e não de forma explícita, como faria Balzac. Já que para essa elite cheia de si estava fora de cogitação atribuir a responsabilidade pela própria decadência à sua incompetência, os suspeitos mais indicados para assumir a culpa ficavam sendo justamente

aqueles comerciantes, identificados com a riqueza móvel que caracterizava os novos tempos, que sobreviveram sem grandes problemas ao fim da escravidão, mantendo sua trajetória ascendente.

Só podiam ter sido eles os culpados. Na virada para o século XX, quando dom Casmurro narra a sua história na esperança de atar as duas pontas da vida e restaurar na velhice a adolescência, haviam roubado quase tudo da aristocracia. Influência. Status. Riqueza. Até a mulher.

